

# RELATÓRIO DE VIABILIDADE

## DESENVOLVIMENTO DO QUADRO CONTINENTAL AFRICANO DE QUALIFICAÇÕES (ACQF)

## FUNDAMENTAÇÃO, PANORAMA, CENÁRIOS E PLANO

Junho 2021

O presente relatório de viabilidade relativo ao Quadro Continental Africano de Qualificações (ACQF) é elaborado em 2021 no contexto do projeto AU-EU Skills for Youth Employability/Skills Initiative for Africa, Technical Cooperation — Developing the African Continental Qualifications Framework.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte da presente publicação pode ser reproduzida, armazenada num sistema de recuperação ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio, eletrónica ou mecânica, incluindo fotocópia, gravação ou outra forma, sem permissão do editor.

Os pontos de vista e opiniões expressas nesta publicação são da responsabilidade dos autores e não devem, de forma alguma ser atribuídos às instituições às quais estão filiados ou à Comissão da União Africana ou aos parceiros do projeto (União Europeia (EU), Ministério Federal do da Cooperação Económica (BMZ), Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) e Fundação Europeia para a Formação (ETF).

Reconhecemos todos os participantes, instituições e peritos que partilharam pontos de vista, comentários e recomendações durante o processo de consulta e apoiamos a equipa de autores na realização desta missão.

Os autores deste relatório são:

- 1 Deodonne Kunwufine, Eusebius J. Mukhwana, Jean Adotevi, Jeffy Mukora, Kaylash Allgoo
- 2 Fundação Europeia para a Formação: Eduarda Castel-Branco

# Índice

Lista de acrónimos .....	1
1 Resumo Executivo .....	3
2 Introdução: Preparar o caminho para o ACQF .....	8
2.1 AS BASES.....	8
2.2 ACQF NUM CONTEXTO DE CRISE E DE TRANSFORMAÇÃO .....	9
2.3 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ACQF: PRINCIPAIS TEMAS E FONTES.....	10
2.4 CONCEITOS.....	11
2.5 PANORAMA DOS QUADROS DE QUALIFICAÇÕES NO CONTINENTE .....	12
2.6 CONTEXTO POLÍTICO DA UNIÃO AFRICANA .....	14
3 Contexto do ACQF .....	16
3.1 PERSPETIVAS AFRICANAS NO PERÍODO ANTERIOR E DURANTE A COVID-19 .....	16
3.1.1 Crescimento económico.....	16
3.1.2 Crescimento e pandemia de COVID-19.....	17
3.1.3 Remessas de emigrantes e migração de mão de obra .....	18
3.1.4 Crescimento, inclusão e redução da pobreza .....	19
3.2 CRISE E OPORTUNIDADES DE EDUCAÇÃO E COMPETÊNCIAS .....	20
3.2.1 Educação e pandemia de COVID-19.....	22
3.3 QUALIFICAÇÕES, COMPETÊNCIAS E EMPREGO .....	23
3.3.1 Continente com a população mais jovem.....	23
3.3.2 Panorâmica do mercado de trabalho .....	24
3.3.3 A questão da mobilidade laboral .....	24
3.3.4 Utilização do capital humano.....	25
3.3.5 Disponibilidade para se adaptar à transformação de empregos e tecnologias .....	25
3.4 DIGITALIZAÇÃO .....	26
3.5 GOVERNAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS EM ÁFRICA.....	26
3.5.1 Coordenação da educação e da formação em África .....	27
3.6 COMUNIDADES ECONÓMICAS REGIONAIS EM ÁFRICA.....	28
3.6.1 Comunidade da África Oriental (EAC) .....	28
3.6.2 Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS, CEEAC) .....	29
3.6.3 Comunidade Económica da África Ocidental (ECOWAS / CEDEAO) .....	31
3.6.4 Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) .....	32
3.6.5 Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) .....	34
3.7 QUADROS DE QUALIFICAÇÕES E ACQF: CONTRIBUIÇÕES PARA A INTEGRAÇÃO AFRICANA? .....	35
4 Qualificações e Quadros de qualificações em África .....	37
4.1 LEVANTAMENTO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS QUADROS DE QUALIFICAÇÕES .....	37
4.2 QUALIFICAÇÕES NOS REGISTOS DOS QUADROS DE QUALIFICAÇÕES: UM PANORAMA DE UMA AMOSTRA DE CASOS.....	44
4.3 ANÁLISE DAS QUALIFICAÇÕES .....	51
4.4 QUADROS REGIONAIS DE QUALIFICAÇÕES .....	52
4.4.1 Abordagens diferenciadas para apoiar o desenvolvimento dos QNQs .....	58
4.4.2 Interação entre os QNQ, os QRRs e o ACQF .....	59
4.4.3 O ACQF: Um facilitador? .....	60
5 Cenários e estratégia do ACQF .....	61
5.1 VISÃO PARA O ACQF .....	61
5.2 DESENVOLVIMENTO DO ACQF.....	62
5.2.1 Áreas temáticas subjacentes às análises do ACQF .....	62
5.3 CONSIDERAÇÕES DE BASE.....	63

5.3.1	Motores de mudança .....	63
5.3.2	Considerações relativas à convergência/harmonização das qualificações em África .....	69
5.4	ABORDAGENS DE CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS .....	70
5.4.1	Em Educação .....	70
5.4.2	Outras abordagens de planeamento de cenários.....	71
5.5	IMAGINANDO OS CENÁRIOS PARA O ACQF .....	72
5.5.1	Cenários interligados.....	73
5.6	TRÊS CENÁRIOS DO ACQF: SÍNTESE .....	75
5.7	ANÁLISE SWOT DOS CENÁRIOS.....	80
	COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA APOIAR O ACQF.....	84
5.8	ALGUMAS CONCLUSÕES INICIAIS SOBRE A VIABILIDADE E A EFICÁCIA DOS TRÊS CENÁRIOS .....	84
5.9	ACQF: DESENHO CONCEPTUAL E TÉCNICO .....	85
5.9.1	Uma combinação de fatores de sucesso .....	85
5.9.2	Objetivo do ACQF como meta-quadro.....	86
5.9.3	A caminho dos descritores de nível ACQF .....	86
5.9.4	Compreender os descritores de nível.....	87
5.9.5	Utilizações e formulação de descritores de nível .....	88
5.9.6	Descritores de nível: Panorâmica dos quadros africanos de qualificações .....	89
5.9.7	Comparação dos descritores de níveis .....	94
5.10	ACQF: GOVERNAÇÃO E FINANCIAMENTO .....	99
5.10.1	Referência ao quadro institucional da União Africana .....	99
5.10.2	Panorâmica da governação dos quadros regionais de qualificações (QRQ) .....	99
5.10.3	Princípios de governação do ACQF .....	102
5.10.4	Estrutura de execução: Governação, gestão e recursos.....	103
5.10.5	Acompanhamento, avaliação e análise .....	104
5.11	RUMO A UMA FUTURA OPERACIONALIZAÇÃO DO ACQF: PLANO DE REALIZAÇÕES .....	105
5.12	ACQF: ADEQUAÇÃO À FINALIDADE, CONTRIBUINDO PARA A MUDANÇA .....	108
6	Anexos .....	110
6.1	ANEXO 1: DIRETRIZES ACQF — BREVE PANORÂMICA DO CONCEITO .....	110
7	Fontes: literatura e referências .....	114
	QUADROS AFRICANOS DE QUALIFICAÇÕES E RESPECTIVAS AGÊNCIAS (ORGANISMOS) MENCIONADOS NESTE RELATÓRIO .....	114
	ACQF — DOCUMENTOS DO PROJETO: PLANEAMENTO E APRENDIZAGEM ENTRE PARES.....	114
	ACQF — DOCUMENTOS DO PROJETO E RELATÓRIOS ANALÍTICOS DESENVOLVIDOS DURANTE O ESTUDO DE MAPEAMENTO .....	114
	LITERATURA INTERNACIONAL: POR GRUPOS TEMÁTICOS.....	116

## Lista de acrónimos

AAAP	Programa de Aceleração da Adaptação a África
ACQF	Quadro Africano de Qualificações Continental
AfCFTA	Zona de Comércio Livre Continental Africana
AFDB	Grupo Banco Africano de Desenvolvimento
AQRF	Quadro de Referência da ASEAN para as Qualificações
ARES	Agência Reguladora do Ensino Superior
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
AU	União Africana
AUC	Comissão da União Africana
CAMES	Conseil Africain et Malgache pour l'Enseignement Supérieur/Conselho Africano e malgaxe para o Ensino Superior
CAR	República Centro-Africana
CEDEAO /ECOWAS	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
Cedefop	Centro Europeu para Desenvolvimento da Formação Profissional
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
CESA	Estratégia continental de educação para África
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral
DRC	República democrática do Congo
EAC	Comunidade da África Oriental
EAQFHE	Quadro de Qualificações para o Ensino Superior da África Oriental
ECCAS	Comunidade Económica dos Estados da África Central
EFTP	Educação e Formação Técnica e Profissional
ENIC-NARIC	Rede Europeia de Centros de Informação na Região Europeia — Nacional Centros de Informação sobre Reconhecimento Académico
EQF	Quadro Europeu de Qualificações
ESTI	Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação
ETF	Fundação Europeia para a Formação
EU	União Europeia
GQ / QA	garantia de qualidade
HE	ensino superior
ICT	Informática e comunicações
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
IUCEA	Conselho Inter-Universitário para a África Oriental
LMD	Licença, mestrado e doutoramento
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
OECD	Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento
PAQAA	Agência Pan-Africano de Garantia da Qualidade e Acreditação
PAQAF	Quadro Pan-Africano de Garantia da Qualidade e Acreditação
QNQ/NQF	Quadro Nacional de Qualificações
QRF/RQF	Quadro Regional de Qualificações
REC	Comunidade económica regional
RISDP	Plano Indicativo de Desenvolvimento Estratégico Regional
RPL	reconhecimento da aprendizagem anterior
RQF	quadro regional de qualificações
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SADCQF	Quadro de Qualificações da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SANQF	Quadro Nacional de Qualificações da África do Sul
SAQA	Autoridade de Qualificações da África do Sul
SIFA	Iniciativa em matéria de competências para África
SNQ	sistema nacional de qualificações
STC-EST	Comissão Técnica Especializada para a Educação, Ciência e Tecnologia
STEM	Ciência, tecnologia, engenharia e matemática
STI	Ciência, Tecnologia e Inovação
SWOT	pontos fortes, pontos fracos, oportunidades, ameaças
TCCA	Comité Técnico de Certificação e Acreditação
TTTFP	Programa Tripartido de Trânsito e Facilitação dos Transportes
TVET	ensino e formação técnica e profissional
UC-SNQ	Unidade de Coordenação do Sistema Nacional de Qualificações
WAEC	Conselho de Examinações da África Ocidental
WAEMU	União Económica e Monetária da África Ocidental
WEF	Fórum Económico Mundial
WHO	Organização Mundial da Saúde

## 1 Resumo Executivo

### Preparar o caminho para o ACQF

Este estudo não tem como enfoque o elucidar da questão se se deve desenvolver e operacionalizar o Quadro Africano de Qualificações Continental (ACQF), mas centra-se na questão de como desenvolver e preparar as melhores condições com vista à pertinência e sustentabilidade do ACQF. O estudo centra-se nos desafios, objetivos, características, governação e instrumentos que contribuem para a eficácia do ACQF para os países, regiões e o continente africano no seu conjunto.

O ACQF será o maior dos quadros regionais de qualificações (QRQ), uma vez que coopera com 55 países e 8 comunidades económicas regionais (REC). É, de facto, o único QRQ que interage com dois níveis diferentes — nacional e regional!

Os fatores facilitadores e as oportunidades do ACQF estão relacionados com o dividendo demográfico do continente, os progressos previstos no desenvolvimento humano, as importantes políticas emblemáticas e estratégias de integração continental relacionadas com a Agenda 2063 da União Africana, mas também as estratégias que promovem a recuperação ecológica e a transformação digital. Mais importante ainda, existe um número crescente de quadros nacionais de qualificações (NQF) em desenvolvimento e consulta e aprovados e em fase de execução. O continente enfrenta desafios importantes e a crise educativa é uma das prioridades mais prementes.

O ACQF está firmemente ancorado em estratégias e políticas fundamentais da União Africana (AU), desde a educação até ao comércio livre e à livre circulação de pessoas. As partes interessadas, os NQFs e a Comissão da União Africana (AUC) têm grandes expectativas quanto ao contributo esperado do ACQF para a transparência, a confiança e a portabilidade das competências e qualificações. À medida que a Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA) se tornar operacional, as partes interessadas concordam que o comércio livre e a livre circulação serão prejudicados se o continente não adotar um quadro comum para a comparabilidade das qualificações, facilitando o reconhecimento e a validação da aprendizagem.

A visão do ACQF combina a inclusividade, a abertura à aprendizagem mútua e as necessidades e inovação das partes interessadas. A inovação é uma base importante para a criação de um ACQF preparado para o futuro, capaz de promover a adaptação das qualificações em África às múltiplas transições (ecológicas, digitais, tecnológicas, societais).

A pandemia de COVID-19 exacerbou e evidenciou as distorções e desigualdades existentes em todas as dimensões do desenvolvimento humano e económico. À medida que os países e as regiões estão a tomar medidas para iniciar a recuperação pós-pandemia, será indispensável um acesso mais amplo à reconversão profissional e à requalificação para apoiar as transições das pessoas para diferentes empregos e a adaptação às novas necessidades em matéria de competências. A recuperação pós-pandemia — *restabelecer melhor* — deve colocar o mundo (e África) num lugar melhor, em termos de sociedades justas, seguras e democráticas, em que a participação nos benefícios da tecnologia, das novas aprendizagens e do trabalho é um compromisso dos líderes e dos cidadãos em todo o continente e em todo o mundo. Esta é a principal agenda para a qual o futuro ACQF deve contribuir.

Do ponto de vista do ACQF, enquanto quadro global de referência de qualificações para todo o continente, o panorama encontrado pelo estudo de cartografia (ACQF, 2021b) dos quadros nacionais de qualificações em diferentes fases de desenvolvimento e implementação é propício a atividades orientadas para a cooperação, a comparação e, eventualmente, a referência/alinhamento entre os quadros de qualificações dos países e o ACQF. No momento da redação do presente relatório (Março-Junho de 2021), podem ser considerados mais de vinte países para ações preparatórias que conduzam a futuras referências

ao ACQF, e um outro grupo de menos de dez países pode ser candidato, logo que os respetivos NQFs cheguem ao ponto de partida da implementação.

### **O Contexto do ACQF**

Antes da pandemia de COVID-19, apesar dos desafios persistentes e múltiplos, o crescimento económico em África era elevado durante mais de uma década. Em 2019, o crescimento económico foi de 3,4 %. Em comparação com o resto do mundo, o crescimento do PIB africano situou-se acima da média mundial de 3 % em 2019 e muito acima da média das economias avançadas (1,7 %). Havia seis países africanos entre as dez economias de crescimento mais rápido do mundo.

A pandemia de COVID-19 atingiu duramente todos os países do continente, embora a uma escala diferente consoante as regiões e os países. As Perspetivas Económicas Africanas 2021 (Banco Africano de Desenvolvimento, 2021) relata que a África está projectada para se recuperar em 2021 da sua pior recessão económica em meio século. Projeta-se que o produto interno bruto (PIB) real em África cresça 3,4 % em 2021, após uma contração de 2.1 % em 2020. Esta recuperação projetada será sustentada por uma retoma do turismo, uma recuperação dos preços das matérias-primas e o desmantelamento de restrições induzidas pela pandemia. No entanto, as perspetivas estão sujeitas a uma grande incerteza decorrente dos riscos externos e internos.

A trajetória de crescimento de África ao longo das últimas duas décadas tinha suscitado expectativas de que as suas economias se juntassem às fileiras dos países de rendimento médio e elevado e retirassem a população da pobreza. Mas o crescimento não tem sido inclusivo e a criação de emprego nos setores de elevada produtividade ficou aquém do crescimento demográfico. Grande parte da população continua empregada em empregos de baixa produtividade na agricultura tradicional e no setor informal.

Os países africanos têm muito a ganhar com a melhoria da educação para alcançar um crescimento inclusivo. No entanto, muitos indicadores de educação estagnaram e até deterioraram-se e, sem uma aceleração rápida dos progressos, o continente não conseguirá alcançar os principais compromissos em matéria de educação até 2030. As taxas de abandono escolar e de fora da escola são mais elevadas em África do que noutras regiões do mundo. E, se as tendências atuais se mantiverem, África não conseguirá trazer todas as crianças para a escola até 2030. Entre as crianças africanas em idade de frequentar o ensino primário (normalmente entre os 6 e os 11 anos), em média 14,7 % estavam fora da escola durante o período de 2015-18, assim como 31,9 % dos adolescentes em idade de frequentar o segundo ciclo do ensino básico (12-14 anos) e 50,2 % dos jovens em idade de frequentar o ensino secundário (15-17 anos).

O contributo da educação para o aumento da produtividade do trabalho é limitado devido à fraca complementaridade entre o capital humano e o capital físico. As competências e qualificações existentes não são adequadamente utilizadas no mercado de trabalho. Uma grande percentagem de jovens empregados considera que as suas competências não correspondem aos seus empregos e que a sua educação é inadequada para a preparação para o trabalho. Os empregadores identificam a mão de obra insuficientemente qualificada como um dos principais constrangimentos para as suas empresas e para o recrutamento dos perfis adequados.

### **Quadros de qualificações e qualificações em África**

Os NQFs em África encontram-se em diferentes fases de desenvolvimento e execução. Considerando um total de 41 países incluídos nos dados recolhidos pelo estudo de mapeamento do ACQF (ACQF, 2021b), o continente dispõe de um número mais elevado de quadros de qualificações (aprovados, de execução iniciados ou de execução avançada) do que outras regiões maiores quando adotaram os seus RQFs globais. Embora treze anos separassem o advento do Quadro Europeu de Qualificações (EQF) e o desenvolvimento

do ACQF, é muito útil notar que, quando a base jurídica do QEQ foi aprovada (2008), apenas três países dispunham de NQF e estavam operacionais (França, Irlanda e Reino Unido).

Até ao final de 2020, o continente africano tinha:

- três NQFs na fase de execução avançada (e já revistos);
- dezanove quadros de qualificações na fase em que a base jurídica pertinente tinha sido aprovada e a sua aplicação tinha começado. Alguns destes quadros de qualificações possuem uma experiência substancial e podem ser considerados parte do grupo avançado de execução. Em sete destes dezanove países, os quadros de qualificações existentes são setoriais, não integrados e inclusivos. A maioria destes casos são quadros de qualificações de TVET (países assinalados no quadro 1);
- oito países que desenvolvem os seus NQFs, dos quais uma parte tinha entrado no processo de aprovação/adoção;
- oito países que estão a tomar medidas precoces para o desenvolvimento de um NQF;
- foi adotado um quadro regional de qualificações, o Quadro de Qualificações da SADC (SADCQF), e teve início a sua aplicação; E
- foi adotado um quadro regional de qualificações, o Quadro de Qualificações para o Ensino Superior da África Oriental (EAQFHE), embora a sua aplicação se tenha limitado às qualificações do ensino superior.

A interação entre os RQFs emergentes, os vários NQFs em África e o AVCQF propostos constituirá um fator crítico para os futuros trabalhos neste domínio. Embora os NQFs sejam bastante distintos quanto à sua orientação e finalidade, a potencial cooperação e complementaridade entre os RQFs e o ACQF necessita de uma base baseada numa visão partilhada, no reconhecimento de interesses e objetivos regionais fundamentais específicos e na consideração das economias de escala. O diálogo, a consulta e a criação de confiança serão essenciais para definir as funções prioritárias e os modos operacionais do ACQF para os NQFs e os RQFs em África.

### **Cenários e viabilidade do ACQF**

Os objetivos do ACQF previsto são apoiar a comparabilidade, a qualidade e a transparência das qualificações e da aprendizagem ao longo da vida; Facilitar o reconhecimento de diplomas e certificados e apoiar a mobilidade (de aprendentes, trabalhadores, serviços); Trabalhar em cooperação e complementaridade com os NQFs e os QRQ e apoiar a criação de um espaço africano de educação e qualificação; E promover a cooperação, o alinhamento/referenciação entre os quadros de qualificações em África e em todo o mundo.

O ACQF irá emergir, desenvolver-se e evoluir num ambiente marcado pelos esforços de recuperação pós-COVID-19, interligados com as múltiplas transições do nosso tempo. O ACQF emergente enfrentará os desafios do abrandamento económico e da recessão desencadeada pela pandemia de COVID-19, bem como as importantes perdas de aprendizagem resultantes do encerramento generalizado das escolas.

O futuro dos trabalhos chegou antes do calendário. Pelo menos quatro Mega fatores de mudança estão a impulsionar a dinâmica desta transformação e adaptação: Digitalização, automatização e inteligência artificial; COVID-19; Tornar a economia e a sociedade mais ecológicas; E movimentos sociais. Neste contexto de transformação do trabalho, a requalificação e a melhoria de competências tornam-se urgentes, à medida que mais trabalhadores transferem para empregos baseados numa combinação de tarefas e competências em mudança. Surgem novos tipos de qualificações e de modalidades de reconhecimento da aprendizagem e os conceitos de microcredenciais, certificados digitais estão a tornar-se parte integrante das políticas e práticas dos sistemas de qualificações.

O papel dos quadros de qualificações no contexto da transformação acelerada pela COVID-19 poderia ser utilmente desagregado nestas três rubricas:

- reconhecimento (aprendizagens individuais e novas formas de certificação);
- acessibilidade (os QNQs poderiam fazer mais para insistir no acesso como princípio para a inclusão das qualificações);
- garantia da qualidade dos QNQs e das qualificações constituintes, de modo que a COVID-19 não constitua uma ameaça para a qualidade, reputação ou estatuto de reconhecimento.

Os princípios subjacentes aos QNQs podem ser tão importantes como as características técnicas — equidade, transparência, qualidade, igualdade e pertinência. O mais importante é que os QNQs, ou antes a sua conceção, aplicação e utilização pelas partes interessadas, não agravam as coisas para os cidadãos. Os QNQs, uma vez que os instrumentos políticos são apenas um dos muitos que os decisores políticos terão de empregar para dar uma resposta coerente a estas vastas questões.

O ACQF, enquanto elemento de conexão dos QNQs e promotor da confiança e de novos horizontes para a integração africana e a transparência internacional das competências e qualificações, beneficia de uma conjugação de oportunidades em que se podem desenvolver. As expectativas dos países e dos cidadãos africanos são elevadas. O ACQF deve responder através da sua capacidade de abraçar a dupla transição (verde e digital), promover a inclusão valorizando todas as formas de aprendizagem, catalisar melhores sistemas e quadros de qualificações em todo o continente e contribuir para a transparência e a credibilidade da educação e das qualificações africanas no mundo.

Os títulos propostos para cada cenário sublinham o seu valor acrescentado distintivo:

1. **Cenário 1: «ACQF interliga»** — destaque o apoio ao trabalho em rede eficaz, experiência e partilha de conhecimentos, desenvolvimento de capacidades e comunicação. O website do ACQF é fundamental, e o ACQF é uma plataforma para todos os países e comunidades económicas regionais do continente.
2. **Cenário 2: «ACQF cria confiança mútua»** — para além da partilha de experiências e da comunicação, este cenário centra-se na referenciação dos QNQs/QRQs ao ACQF e, eventualmente, na utilização dos níveis e label do ACQF sobre as qualificações dos QNQs/ QRQs referenciados/ alinhados..
3. **Cenário 3: «ACQF abre novos horizontes»** — além de ser um meta-quadro de referência, o ACQF promove novas qualificações (referenciais, perfis) de natureza continental, apoia o reconhecimento automático mútuo de qualificações (com base na garantia da qualidade e outras considerações) e apoia os certificados digitais.

A construção e a implementação do ACQF ocorrem num contexto marcado por oportunidades e desafios. A conceção do ACQF e o respetivo plano de ação de apoio devem ponderar cuidadosamente e permitir a interação virtuosa dos pontos fortes e fracos para potenciar oportunidades e, ao mesmo tempo, atenuar os desafios.

Tendo em conta os planos e as necessidades do período 2022-25, em que pode ser iniciada a implementação do ACQF, a definição da governação do ACQF (cenário 2) pode ser considerada através de uma combinação de funções:

- orientação política: AUC e o conselho de administração do organismo de execução da ACQF;
- gestão da implementação: Estrutura profissionalmente competente e credível. Duas (2) opções: A) Associação de agências do QNQ (a criar); B) Agência Pan-Africana de Garantia da Qualidade e Acreditação (PAQAA), se abranger todos os níveis e subsectores da educação e da formação;

- participação das partes interessadas: Grupo Consultivo ACQF (renovado); Redes, associações: Estudantes, organizações setoriais, parceiros sociais, organizações de educação e formação — através de eventos ACQF, sítio Web, partilha de pares, atividades conjuntas.

O vasto plano proposto de dez realizações (2022-25) abrange os aspetos e componentes críticos do ACQF, desde a governação às fundações técnicas, ao desenvolvimento de capacidades e à cooperação e parcerias com outros quadros a nível mundial. Este plano de realizações é mais vasto do que o desenvolvimento, a comparação e a referenciação dos quadros de qualificações, uma vez que está orientado para uma perspetiva de impacto na transparência, validação e reconhecimento da aprendizagem, e o seu contributo para a mobilidade — a essência dos quadros de qualificações que funcionam no seu ecossistema.

O plano de realizações inclui:

1. Estabelecimento e operacionalização do quadro de governação ACQF
2. Documento político e técnico do ACQF e plano de ação implementado e acompanhado
3. Base de dados ACQF de qualificações concebida/lançadas e as operações iniciadas com os países-piloto
4. Competências e qualificações: Análise, informação, desenvolvimento
5. QNQ referenciados ao ACQF, em conformidade com as diretrizes ACQF
6. Aumento do número de QNQs na fase 4-5 (aprovados, execução iniciada e avançada) nos países africanos
7. Melhoria das práticas de validação de qualificações através da aplicação de sistemas de reconhecimento de aprendizagens anteriores (RPL) e de sistemas de acumulação e transferência de créditos, bem como da cooperação com agências / organismos de reconhecimento.
8. O ACQF contribui para uma melhor mobilidade e qualidade das qualificações no contexto da AfCFTA
9. Atividades de desenvolvimento de capacidades e de sensibilização do ACQF alargadas a todos os países
10. Diálogo, comparação e cooperação com outros quadros de qualificações regionais e nacionais no mundo

## 2 Introdução: Preparar o caminho para o ACQF

O presente capítulo contextualiza o processo de desenvolvimento do Quadro Africano de Qualificações Continental (ACQF) e descreve os objetivos e as principais orientações estratégicas do presente relatório.

### 2.1 As bases

O apelo à criação de um quadro continental de qualificações para África foi formulado em documentos políticos cruciais e em iniciativas estratégicas orientadas para a integração e a prosperidade no continente. O primeiro plano decenal de execução da Agenda 2063 (2014-2023) da União Africana (AU), o Protocolo sobre Livre Circulação da AU e a Estratégia de Educação Continental para África (2016-2025) incluem explicitamente o quadro continental de qualificações entre os seus objetivos. Além disso, o Acordo que cria a Zona de Comércio Livre Continental Africana, no seu Protocolo sobre o Comércio de Serviços, estabelece o quadro para o reconhecimento mútuo da educação.

O desenvolvimento do ACQF foi lançado num evento oficial realizado em setembro de 2019 na sede da AU em Adis Abeba, Etiópia. Este processo é conduzido pela Direção de Educação, Ciência e Tecnologia da Comissão da União Africana (AUC ESTI), divisão de educação, e é tecnicamente apoiado pelo «Programa de Competências para a Empregabilidade dos Jovens» da União Europeia (UE), um contributo para a Iniciativa de Competências para África (SIFA) da UA.<sup>1</sup> As atividades da componente ACQF decorrem de 2019 a 2022 e visam desenvolver o documento estratégico ACQF, acompanhado de um plano de ação e de diretrizes técnicas; e apoiar a ligação em rede das instituições e partes interessadas dos quadros de qualificações, bem como o desenvolvimento de competências e capacidades a nível nacional e regional.

O presente relatório identifica e analisa as principais dimensões da viabilidade e sustentabilidade do futuro ACQF. O estudo é elaborado num momento crucial do processo de desenvolvimento ACQF, uma vez que estabelece a ligação e a transição entre a fase de elaboração da base de dados continental (estudo de mapeamento ACQF, 2020) com a fase de conceção efetiva dos resultados globais do projeto: o documento político e técnico do ACQF com o seu plano de ação.

A questão que se coloca neste estudo não é a de saber se deve ser desenvolvido e operacionalizado o ACQF, mas como o fazer de forma a garantir as condições da sua pertinência e sustentabilidade. A análise centra-se dos desafios, objetivos, características, governação e instrumentos que sustentam a eficácia do ACQF para os países, regiões e continente africanos. Tal como acima salientado, o ACQF está firmemente ancorado em várias políticas da AU, desde a educação até ao comércio livre e à livre circulação de pessoas. As partes interessadas, os sistemas nacionais de qualificações (NQF) e a AUC têm grandes expectativas quanto à contribuição prevista do ACQF para a transparência, a confiança e a portabilidade das competências e qualificações. À medida que a Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA) se tornar operacional, as partes interessadas concordam que o comércio livre e a livre circulação serão prejudicados se o continente não adotar um quadro comum para a comparabilidade das qualificações, facilitando o reconhecimento e a validação da aprendizagem.

O presente relatório visa:

- identificar e avaliar os principais cenários futuros para o ACQF enquanto política e instrumento sustentável;
- desenvolver as características essenciais da futura política e do documento técnico do ACQF com plano de ação; E

---

<sup>1</sup> SIFA é uma iniciativa da UA e é executado através de uma parceria que inclui a UE e a Alemanha (BMZ, Ministério Federal da Cooperação Económica e do Desenvolvimento), enquanto parceiros de cofinanciamento. Na componente do programa responsável pelo desenvolvimento do ACQF, a GIZ trabalha em parceria com a Fundação Europeia para a Formação (ETF) - uma Agência da UE. A ETF assegura a orientação e coordenação temáticas e técnicas da componente ACQF.

- propor o enquadramento das orientações técnicas e dos instrumentos de apoio ACQF.

O relatório está dividido em cinco capítulos principais:

1. Sumário Executivo
2. Introdução: Preparar o caminho para o ACQF
3. Contexto do ACQF
4. Quadros de qualificações e qualificações em África
5. Cenários e estratégia para o ACQF.

Os três cenários propostos para a ACQF foram apresentados e discutidos com o departamento ESTI da AUC (Divisão de Educação) e o Grupo Consultivo ACQF (reunião de 8 de abril de 2021), num processo de consulta que visa a o desenvolvimento conjunto de um quadro continental acordado em comum. Este processo de consulta visa também promover a participação e a adesão.

## 2.2 ACQF num contexto de crise e de transformação

A importância da inovação, por um lado, e da abertura às boas práticas e à aprendizagem mútua, por outro, não pode ser sobrestimada no contexto em que o ACQF está a ser moldado, marcado pela pandemia de COVID-19 sem precedentes e por múltiplas transformações da sociedade, da economia, da tecnologia, do trabalho e do clima.

A visão do ACQF está alinhada com a *inovação*, que constitui uma base fundamental para construir um ACQF preparado para o futuro, capaz de promover a adaptação das qualificações em África às múltiplas transições (ecológicas, digitais, tecnológicas, sociais). A atual pandemia agravou e revelou as distorções e desigualdades existentes em todas as dimensões do desenvolvimento humano e económico. À medida que os países e as regiões estão a tomar medidas para lidar com a recuperação pós-pandemia, será indispensável um acesso mais amplo à reconversão profissional e à requalificação para apoiar as transições das pessoas para diferentes empregos e a adaptação às novas necessidades em matéria de competências. A recuperação pós-pandemia — *restabelecer melhor* — deve colocar o mundo (e África) num lugar melhor, em termos de sociedades justas, seguras e democráticas, em que a participação nos benefícios da tecnologia, das novas aprendizagens e do trabalho é um compromisso dos líderes e dos cidadãos em todo o continente e em todo o mundo. Trata-se de um quadro de trabalho para o qual o futuro ACQF deverá contribuir.

O projeto de desenvolvimento do ACQF esteve nas suas primeiras fases quando a pandemia de COVID-19 atingiu o mundo. A recolha do estudo de levantamento estava em curso e, apesar do súbito cancelamento do segundo seminário de consulta ACQF, depois de a Organização Mundial da Saúde (WHO) ter anunciado o estado da pandemia, as primeiras conclusões do estudo de levantamento foram debatidas em maio de 2020, através de 3 seminários em linha, com representantes de mais de 35 países da AU e numerosas organizações regionais. As atividades de aprendizagem entre pares através de seminários em linha contribuíram para enriquecer o âmbito da informação recolhida através de diferentes métodos de investigação, alargar o número de países envolvidos no processo (até 41) e criar um fluxo regular de partilha de experiências e de criação de redes.

Este relatório de viabilidade foi elaborado entre fevereiro e julho de 2021. Ao longo das perturbações e dos anéis de prata desta crise pandémica sem precedentes, o projeto de desenvolvimento do ACQF manteve-se incessantemente centrado no seu objetivo e nos seus resultados, mas alterou substancialmente os seus modos de trabalho, comunicação e investigação. Todas as atividades foram transferidas para o modo digital e remoto, o que resultou numa expansão da ligação em rede e de ações de sensibilização com os países da AU e as partes interessadas. Estas interações e a partilha de experiências contribuíram significativamente para a reflexão refletida no presente relatório.

O início da operacionalização da AfCFTA em 2021 é considerado uma alavanca para moldar o ACQForientado para a maior iniciativa emblemática africana em matéria de integração. Em complemento desta análise de viabilidade, um estudo específico identificará os domínios e as modalidades de interação entre a AfCFTA e o ACQF

## 2.3 Processo de desenvolvimento ACQF: Principais temas e fontes

O processo ACQF é holístico e integrado. A investigação, a análise e o desenvolvimento dos principais resultados baseiam-se em políticas comuns e dimensões temáticas, compostas por um conjunto de onze domínios temáticos, elaborados no documento inicial de planeamento do projeto ACQF (ACQF 2019) e no caderno de encargos do estudo de cartografia. Estas áreas temáticas orientam a análise e a reflexão através do projeto de desenvolvimento do ACQF, desde o estudo de cartografia até à política e ao documento técnico ACQF, estabelecendo uma base coerente para a conceção da política ACQF, garantindo que todas as dimensões essenciais são tidas em conta.

Um conjunto comum de dimensões políticas e temáticas para o projeto inclui:

1. contexto político e jurídico: Base conceptual, política e jurídica dos quadros nacionais de qualificações (NQFs) e dos quadros regionais de qualificações (QRQ) — atos jurídicos e políticas subjacentes aos quadros de qualificações;
2. governação: Instituições de liderança e agências fundamentais, o papel dos parceiros sociais e de outras partes interessadas, parcerias, conselhos setoriais, recursos, indicadores e mecanismos de apoio à execução e ao acompanhamento;
3. visão, âmbito e estrutura dos quadros de qualificações: Objetivos e valor acrescentado para os sistemas de educação e formação, políticas de empregabilidade, níveis e descritores, âmbito (cobertura parcial e abrangente dos níveis/subsetores da educação e da formação); Local da aprendizagem não formal/informal e validação/reconhecimento da aprendizagem anterior — práticas e políticas;
4. garantia de qualidade (QA): Princípios, política, instituições, práticas, registos, mecanismos de verificação;
5. resultados de aprendizagem: Conceitos, utilização em diferentes contextos (normas de qualificações, currículo, avaliação) e subsectores, tais como ensino e formação técnica e profissional (TVET), ensino superior, ligações com a QA;
6. sistemas de créditos: Conceitos, especificações, transferibilidade/percursos entre TVET, ensino secundário e qualificações do ensino superior, estado de desenvolvimento/implementação;
7. alinhamento, referenciando NQF-RQF: Objetivos, abordagens, critérios e estado de execução;
8. bases de dados/registos de qualificações pesquisáveis, inclusão de qualificações, utilizadores visados, governação, agências envolvidas;
9. custos: Financiamento de NQF/RQF;
10. divulgação, comunicação aos utilizadores finais (aprendentes, empregadores, prestadores de educação e formação, conselheiros de orientação profissional, agências de emprego/recrutamento): Mecanismos, práticas, plataformas públicas/em linha, utilização de ferramentas digitais na gestão de qualificações; E
11. papel e lugar dos RQFs no apoio ao desenvolvimento a nível nacional: Por exemplo, clareza dos percursos de aprendizagem e permeabilidade, promoção da confiança mútua, utilização de princípios e mecanismos comuns de avaliação da qualidade, utilização dos resultados da aprendizagem, renovação e reforma das qualificações, novas tecnologias, melhores abordagens para melhores qualificações, empregabilidade e outros aspetos do ecossistema de educação e formação.

Os temas acima referidos abrangem as principais dimensões políticas e técnicas, que constituem a base dos quadros de qualificações e das suas componentes de execução. Nenhum quadro de qualificações pode crescer desde a infância até à plena capacidade operacional e impacto se for privado da dinâmica de um *ecossistema* que se reforce mutuamente, com facilitadores, tais como raízes e objetivos sociopolíticos e económicos, governação, instrumentos viáveis, recursos e capacidade de evolução e adaptação à transformação e à mudança.

A abordagem de desenvolvimento de cenários adotada para o presente relatório é descrita no capítulo 5. A metodologia centra-se nos aspetos qualitativos dos cenários e baseia-se nas conclusões e na análise do estudo de cartografia dos ACQF.

A lista de referências consultadas para esta análise — documentos de investigação e de política — é atualizada regularmente de modo a incluir uma vasta gama de publicações mais recentes que abordam questões e aspetos da transformação em África. O capítulo 6 do presente relatório apresenta uma panorâmica completa das fontes utilizadas. As perspetivas e tendências elaboradas nas seguintes publicações foram significativas para o presente relatório:

- Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, «African Economic Outlook 2020» (2020);
- Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, «African Economic Outlook 2021» (2021a);
- Brookings Africa Growth Initiative, «Foresight Africa 2021» (2021);
- Centro de Desenvolvimento da AUC/OCDE, «Africa's Development Dynamics» (2021); E
- Fórum Económico Mundial, «O futuro do emprego e das competências em África» (2017).

## 2.4 Conceitos

Neste relatório, estabelecemos uma distinção entre um sistema nacional de qualificações (NQS) e um NQF. Esta diferenciação é essencial quando defendemos que os países sem quadros de qualificações estabelecidos dispõem de sistemas de qualificações com tipos e níveis (ciclos) de qualificações definidos, incluindo uma avaliação da qualidade mais ou menos desenvolvida dos ciclos, programas e conceção e atribuição de qualificações. É igualmente importante salientar que os NQFs não funcionam eficazmente e isolados de outras componentes do sistema de qualificações; Por si só, os NQFs não podem ser a solução para todas as questões, problemas e estrangulamentos no sistema de qualificações.

### *Sistema de qualificação*

Tal inclui todos os aspetos da atividade de um país que resultam no reconhecimento da aprendizagem. Estes sistemas incluem os meios para desenvolver e tornar operacional a política nacional ou regional em matéria de qualificações, disposições institucionais, processos de QA, processos de avaliação e atribuição, reconhecimento de competências e outros mecanismos que associem a educação e a formação ao mercado de trabalho e à sociedade civil. Os sistemas de qualificações podem ser mais ou menos coerentes e integrados. Uma característica de um sistema de qualificações pode ser um quadro de qualificações explícito (OCDE 2007).

### *Quadro de qualificações*

Um quadro de qualificações é um instrumento para o desenvolvimento e a classificação das qualificações de acordo com um conjunto de critérios para os níveis de aprendizagem alcançados. Este conjunto de critérios pode estar implícito nos próprios descritores de qualificações ou ser explicitado sob a forma de um conjunto de descritores de nível. A [Recomendação do Quadro Europeu de Qualificações de 2017](#) define um quadro de qualificações como «uma política e um instrumento para o desenvolvimento e a classificação das qualificações de acordo com um conjunto de critérios para níveis específicos de aprendizagem alcançados, que visa integrar e coordenar os subsistemas nacionais de qualificações e melhorar a

transparência, o acesso, a progressão e a qualidade das qualificações em relação ao mercado de trabalho e à sociedade civil».

O âmbito dos quadros pode ser abrangente de todos os resultados e percursos de aprendizagem ou pode limitar-se a um setor específico — por exemplo, a educação inicial, a educação e formação de adultos ou uma área profissional. Alguns quadros podem ter mais elementos de conceção e uma estrutura mais apertada do que outros; Alguns podem ter uma base jurídica, enquanto outros representam um consenso de pontos de vista dos parceiros sociais. No entanto, todos os quadros de qualificações visam estabelecer uma base para melhorar a transparência, a qualidade, a acessibilidade, as ligações e o reconhecimento público ou do mercado de trabalho das qualificações num país e a nível internacional ([Tuck 2007](#)).

#### *Quadro regional de qualificações*

Uma ampla estrutura de níveis de resultados de aprendizagem acordados pelos países de uma região geográfica. Uma forma de permitir que um QNQ se relacione com outro e, posteriormente, que uma qualificação num país seja comparada a uma qualificação de outro país. Por exemplo, o [Quadro de Referência de Qualificação da Associação das Nações do Sudeste Asiático \(ASEAN\)](#).

## 2.5 Panorama dos quadros de qualificações no continente

O estudo de cartografia ACQF (2019-2020) foi desenvolvido com base numa combinação de fontes: Inquérito continental, visitas aos países, investigação documental e informação recolhida através de seminários em linha sobre a partilha de experiências. Estabeleceu um conjunto de dados atualizado e exaustivo com informações de 41 países africanos, incluindo os treze países com um estudo de cartografia específico dos QACQ a nível nacional.

O estudo de cartografia é um conjunto de relatórios nacionais e regionais que analisam as principais questões e características dos quadros e sistemas de qualificações em treze países (Angola, Camarões, Cabo Verde, Egito, Etiópia, Quênia, Costa do Marfim, Marrocos, Moçambique, Nigéria, Senegal, África do Sul e Togo) e em três RECs — a Comunidade da África Oriental (EAC), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CAMES) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Culminou num relatório exaustivo descrevendo as conclusões dos relatórios por país e REC, no contexto i) das políticas da AU e ii) da história internacional de várias gerações de quadros de qualificações (1980-2020). O elemento central do relatório de levantamento exaustivo é o capítulo de 75 páginas que sintetiza as características e tendências mais salientes dos quadros de qualificações (nacionais e regionais) no continente africano, com base no inquérito continental ACQF, nos relatórios por país e no REC e nos intercâmbios e atualizações partilhados através de atividades de aprendizagem entre pares em 2020.

O estudo de mapeamento do ACQF identificou um maior número e diversidade de quadros de qualificações do que anteriormente conhecido por análises regulares como o [Inventário Global dos Quadros Nacionais e Regionais de Qualificações](#), que é uma iniciativa conjunta do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop), da Fundação Europeia para a Formação (ETF) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e que é atualizado de dois em dois anos (Cedefop, ETF, UNESCO, 2019).

Considerando um total de 41 países incluídos nos dados recolhidos pelo estudo de mapeamento do ACQF, o continente dispõe de um maior número de quadros de qualificações (aprovados, iniciados ou em execução avançada) do que outras regiões maiores quando adotaram os seus quadros de qualificações globais. Embora treze anos separassem o advento do Quadro Europeu de Qualificações (EQF) e o desenvolvimento do ACQF, é muito útil notar que, quando a base jurídica do EQF foi aprovada (2008), apenas três países dispunham de NQF e estavam operacionais (França, Irlanda e Reino Unido).

Até ao final de 2020, o continente africano tinha:

- três NQFs na fase de execução avançada (e já revistos);
- dezanove quadros de qualificações na fase em que a base jurídica pertinente tinha sido aprovada e a sua aplicação tinha começado. Alguns destes quadros de qualificações possuem uma experiência substancial e podem ser considerados parte do grupo avançado de execução. Em sete destes dezanove países, os quadros de qualificações existentes são setoriais, não integrados e inclusivos. A maioria destes casos são quadros de qualificações de TVET (países assinalados no quadro 1);
- oito países que desenvolvem os seus NQFs, dos quais uma parte tinha entrado no processo de aprovação/adoção;
- oito países que estão a tomar medidas precoces para o desenvolvimento de um NQF;
- foi adotado um quadro regional de qualificações, o Quadro de Qualificações da SADC (SADCQF), e teve início a sua aplicação; E
- foi adotado um quadro regional de qualificações, o Quadro de Qualificações para o Ensino Superior da África Oriental (EAQFHE), embora a sua aplicação se tenha limitado às qualificações do ensino superior.

**Quadro 1:** Quadros de qualificações em África por fase de desenvolvimento e execução — panorâmica (final de 2020). Destacaram: Países com um quadro de qualificações de âmbito setorial (principalmente centrado nas qualificações dos sistemas TVET)

Fase de desenvolvimento e implementação do QNQ	Países
Sem NQF	Chade, República do Congo, São Tomé e Príncipe
NQF na reflexão precoce	Burquina Faso, Camarões, União das Comores, República Democrática do Congo, Guiné, Guiné-Bissau, Mali, Togo
NQF em desenvolvimento e consulta	Angola, Burundi, Costa do Marfim, Egito, Madagáscar, Marrocos, Serra Leoa, Somália
Ato jurídico do NQF aprovado, início da execução	Botsuana, Essuatíni, Etiópia, Gâmbia, Gana, Quênia, Lesoto, Maláui, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Ruanda, Senegal, Seicheles, Tanzânia, Tunísia, Uganda, Zimbabué, Zâmbia
NQF em execução avançada e já revisto	Cabo Verde, Maurícia, África do Sul

Fonte: Conjunto de dados do estudo de mapeamento do ACQF

Do ponto de vista do ACQF, enquanto quadro global de referência de qualificações para todo o continente, este panorama é propício a atividades orientadas para a cooperação, a comparação e, eventualmente, a referência/alinhamento entre os quadros de qualificações dos países e o ACQF.

No momento da redação do presente relatório (Março-Junho de 2021), podem ser considerados mais de vinte países para ações preparatórias que conduzam a futuras referências com o ACQF, e um outro grupo de menos de dez países pode ser candidato, assim que os respetivos QNQ atinjam o ponto de partida da execução.

Para além da transparência, comparabilidade e referência, os objetivos do ACQF incluem trabalhar em cooperação e complementaridade com os países e regiões, apoiando o desenvolvimento dos seus quadros de qualificações. Esta vertente de trabalho tem um vasto âmbito e escala, tendo em conta a ambição da AU de não deixar nenhum país para trás, de acordo com a visão para 2063, «África que queremos». As ações de apoio ao desenvolvimento, à consolidação e à execução ativa dos NQFs no continente devem ter em conta todos os países:

- aqueles que ainda não deram início aos primeiros passos para começar a desenvolver um NQF;
- aqueles com processos lentos ou descontinuados de desenvolvimento de NQF;
- os que dispõem de um ato jurídico adotado no âmbito do NQF, mas com poucas ou nenhuma decisões operacionais e capacidade de execução;

- aqueles com NQF que iniciam a fase de implementação, mas que exigem acompanhamento, formação, boas práticas, diálogo e outro tipo de apoio;
- aqueles que possuem uma vasta experiência de aplicação e que necessitam de renovar o seu diálogo nacional sobre novas questões e desafios a abordar pelo NQF, bem como de rever a sua legislação do NQF e as políticas e instrumentos de aplicação prática conexos.

## 2.6 Contexto político da União Africana

As competências e qualificações da população africana são cruciais para a transformação do continente. As competências e qualificações são estratégicas no contexto da bolha demográfica do continente, que alguns veem como o «repositório de jovens do mundo». Por conseguinte, o ACQF é uma iniciativa política vital da AU.

O ACQF está a ser desenvolvido num período de grandes transformações, o que representa um novo horizonte e perspetiva para o ACQF e o seu ecossistema. Está firmemente ancorado nas políticas e estratégias da UA, em especial:

- A [Agenda 2063: A África que queremos](#)
- Zona de [Comércio Livre Continental Africana](#) (AfCFTA)
- [Protocolo ao Tratado que institui a Comunidade Económica Africana relativo à livre circulação de pessoas, direito de residência e direito de estabelecimento](#) (Protocolo sobre a Livre Circulação da UA);
- [Estratégia continental de educação para África 2016-2025](#) (CESA 16-25).

As referências mais explícitas a um quadro continental de qualificações encontram-se em:

- CESA 16 — -25: Objetivos estratégicos 4, alíneas c) e d); E
- artigo 18.º do Protocolo sobre a Livre Circulação da UA.

O objetivo estratégico 4 CESA 16-25 visa «assegurar a aquisição dos conhecimentos e competências necessários, bem como melhorar as taxas de conclusão a todos os níveis e grupos através de processos de harmonização a todos os níveis para a integração nacional e regional». Em particular, os objetivos c) e d) do objetivo estratégico n.º 4 referem-se explicitamente à criação de quadros de qualificações, nomeadamente um quadro continental de qualificações ligado aos NQFs e aos RQFs:

- c) Criar quadros nacionais de qualificações (NQFs) e quadros regionais de qualificações (RQFs) para facilitar a criação de múltiplas vias de aquisição de aptidões e competências, bem como a mobilidade em todo o subsetor.
- d) Desenvolver um quadro continental de qualificações ligado às qualificações regionais e aos quadros nacionais de qualificações (NQFs), a fim de facilitar a integração regional e a mobilidade dos diplomados.

A África integrada é um importante resultado transformador da Agenda 2063. O primeiro plano decenal de execução 2014-2023 da Agenda 2063 estabelece objetivos diretamente relacionados com o ACQF, nomeadamente na Aspiração 1: Uma África próspera baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável.

- Objetivo 2: Cidadãos bem instruídos e revolução das competências assente na ciência, tecnologia e inovação (CTI)
- Domínios prioritários: A educação e a revolução orientada para as competências em matéria de CTI.

Os objetivos relevantes para 2023 a nível continental estão estruturados do seguinte modo:

1. A Agência Continental Africana de Acreditação da Educação está plenamente operacional

2. Está em vigor um sistema continental comum de qualificações no domínio da educação
3. Criação da e-University africana
4. A Universidade Pan-Africana está consolidada com, pelo menos, 25 centros de satélite
5. Observatório Africano da Educação está plenamente operacional
6. Pelo menos 50 % dos Estados-Membros dispõem de sistemas nacionais de acreditação em vigor até 2023
7. O quadro para a harmonização da formação de professores está concluído em 2018.

Mais importante ainda, para efeitos do projeto ACQF, o Protocolo sobre Livre Circulação da UA, adotado pela 30.ª Sessão Ordinária da Assembleia da AU (20 de janeiro de 2018), no seu artigo 18.º («Reconhecimento Mútuo de Qualificações»), especifica que «Os Estados Partes estabelecem um quadro continental de qualificações para incentivar e promover a livre circulação de pessoas, o direito de residência e o direito de estabelecimento.»

O ACQF está ligado ao Quadro Pan-Africano de Garantia da Qualidade e Acreditação (PAQAF) e trabalhará em sinergia com a [Convenção Revista sobre o Reconhecimento de Estudos, Certificados, Diplomas, Diplomas, Degrees e Outras Qualificações Académicas em matéria de Ensino Superior em Estados africanos](#) (Convenção de Adis Abeba).

Outras políticas e quadros da UA em matéria de educação a considerar como pontos de orientação para o desenvolvimento do ACQF são abordados no processo dos Clusters da Estratégia de Educação Continental para África (CESA). Entre estes domínios políticos, vale a pena salientar a importância do «Quadro Africano de Qualificação de Professores» e o trabalho de desenvolvimento relacionado com a educação e desenvolvimento da primeira infância, sobretudo as qualificações dos recursos humanos deste setor.

À medida que o continente adotar novas iniciativas estratégicas *para recuperar melhor* além da COVID-19, o ACQF continuará a estabelecer ligações e complementaridades que abordem as dimensões das competências e qualificações das políticas continentais de apoio à dupla adaptação ecológica e digital.

O ACQF, enquanto quadro de meta-qualificações, tem potencial para cooperar com outros quadros de qualificações regionais e nacionais para além de África, contribuindo para a referenciação e para melhorar a transparência e a mobilidade na aceitação internacional das qualificações africanas. Esta cooperação entre continentes pode ser encarada com a Europa, o vizinho mais próximo de África e outras regiões.

A UE comprometeu-se a apoiar o desenvolvimento do ACQF, tal como definido na Ação 4 da Comunicação intitulada «[Aliança África-Europa para Investimentos e Empregos Sustentáveis](#)», adotada em 12 de setembro de 2018 pela Comissão Europeia. Esta comunicação foi aprovada por todos os Chefes de Estado e de Governo da UE na [reunião do Conselho Europeu](#) de 18 de outubro de 2018.

## 3 Contexto do ACQF

Esta panorâmica das principais tendências, perspectivas e desafios que caracterizam as perspectivas económicas africanas, a utilização do capital humano, os indicadores educativos, a governação em matéria de competências e as características de cinco das CER contribui para colocar o ACQF no contexto continental, identificando os principais desafios que a sua estratégia deve visar.

### 3.1 Perspetivas africanas no período anterior e durante a COVID-19

#### 3.1.1 Crescimento económico

Antes da pandemia de COVID-19, apesar dos desafios persistentes e múltiplos, o crescimento económico em África tinha sido elevado há mais de uma década, embora a um ritmo mais lento nos últimos quatro anos. Em 2019, o crescimento económico foi de 3,4 %. Esta taxa de crescimento foi 0,6 pontos percentuais inferior à taxa projetada nas Perspetivas Económicas Africanas de 2019 (AFDB 2020). Foi também inferior ao crescimento médio da 5% na década para o conjunto do continente. Em comparação com o resto do mundo, o crescimento do PIB africano situou-se acima da média mundial de 3 % em 2019 e muito acima da média das economias avançadas (1,7 %). Havia seis países africanos entre as dez economias de crescimento mais rápido do mundo: Ruanda (taxa de crescimento de 7,4 %), Costa do Marfim (7,4 %), Gana (7,1 %), Tanzânia (6,8 %) e Benim (6,7 %).

Registam-se variações substanciais a nível regional e nacional no crescimento económico em África (AFDB 2020). Por exemplo:

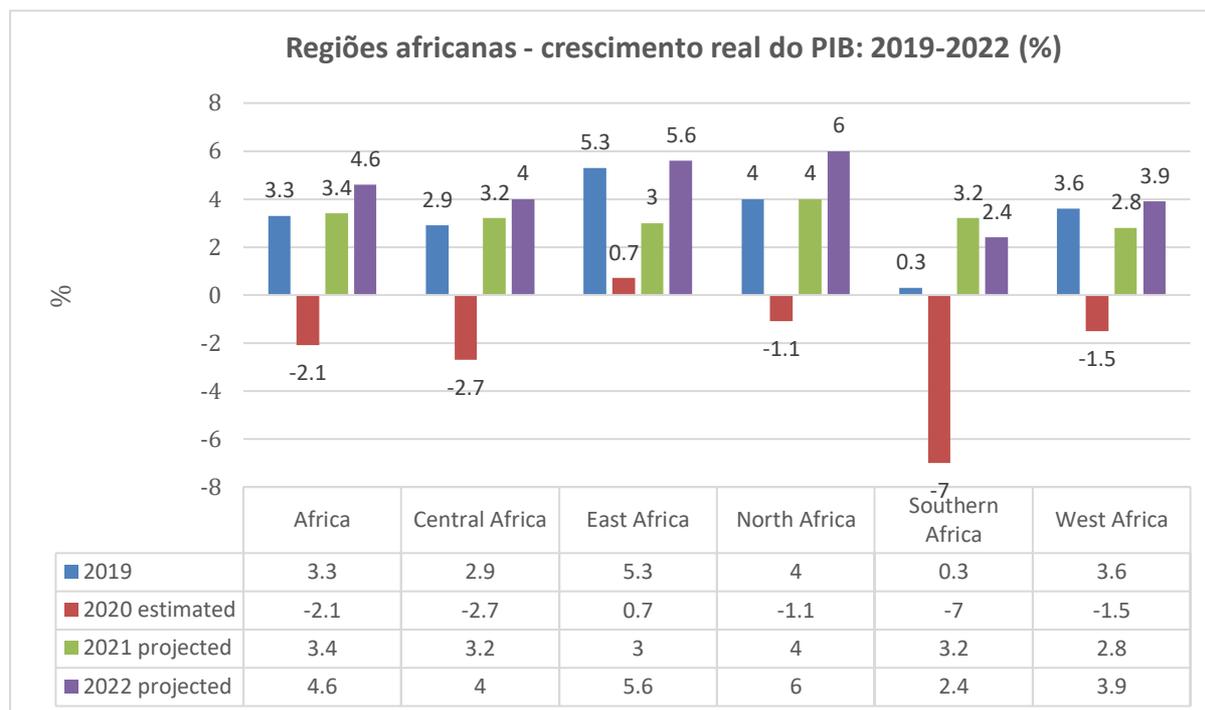
- Em 2019, a África Oriental foi a região de crescimento mais rápido, com uma taxa de crescimento estimada em 5 %, com o Ruanda, a Etiópia e a Tanzânia a liderar. O crescimento do Quênia diminuiu de 6,5 % em 2018 para 5,9 % em 2019.
- O Norte de África foi a segunda região com um crescimento mais rápido, com uma taxa de crescimento estimada em 4,1 % em 2019. Este desempenho foi explicado pelo dinamismo do crescimento no Egito, que aumentou de 5,3 % em 2018 para 5,6 % em 2019, impulsionado pelas reformas económicas e pelo início da produção de gás. Outros países em crescimento no Norte de África foram a Argélia e a Mauritânia, ao contrário da Líbia, que abrandou.
- Na África Ocidental, o crescimento aumentou de 3,4 % em 2018 para 3,7 % em 2019. Os principais contributos para este desempenho foram o Gana e a Costa do Marfim. A Nigéria registou uma recuperação gradual — de 1,9 % de crescimento em 2018 para 2,3 % em 2019.
- A África Central registou um crescimento económico mais elevado, de 2,7 % (2018) para 3,2 % (2019), graças a aumentos na maioria dos países da região.
- A África Austral registou uma taxa de crescimento em declínio, passando de 1,2 % em 2018 para 0,7 % em 2019. A região foi afetada por condições meteorológicas extremas, nomeadamente os ciclones Idai e Kenneth, que devastaram as infraestruturas urbanas e rurais e a produção agrícola, bem como as populações deslocadas. Outros fatores estruturais contribuíram para a diminuição do crescimento, nomeadamente no Zimbabué, que registou uma contração notável de 12,8 % em 2019, devido a questões monetárias relacionadas com a convertibilidade das moedas que distorceram o funcionamento eficiente dos mercados. O crescimento da África do Sul abrandou para 0,7 % em 2019 e a Namíbia registou um crescimento fraco.

As cinco grandes economias de África — Argélia, Egito, Marrocos, Nigéria e África do Sul — contribuíram conjuntamente com 55 % do crescimento do continente em 2019.

### 3.1.2 Crescimento e pandemia de COVID-19

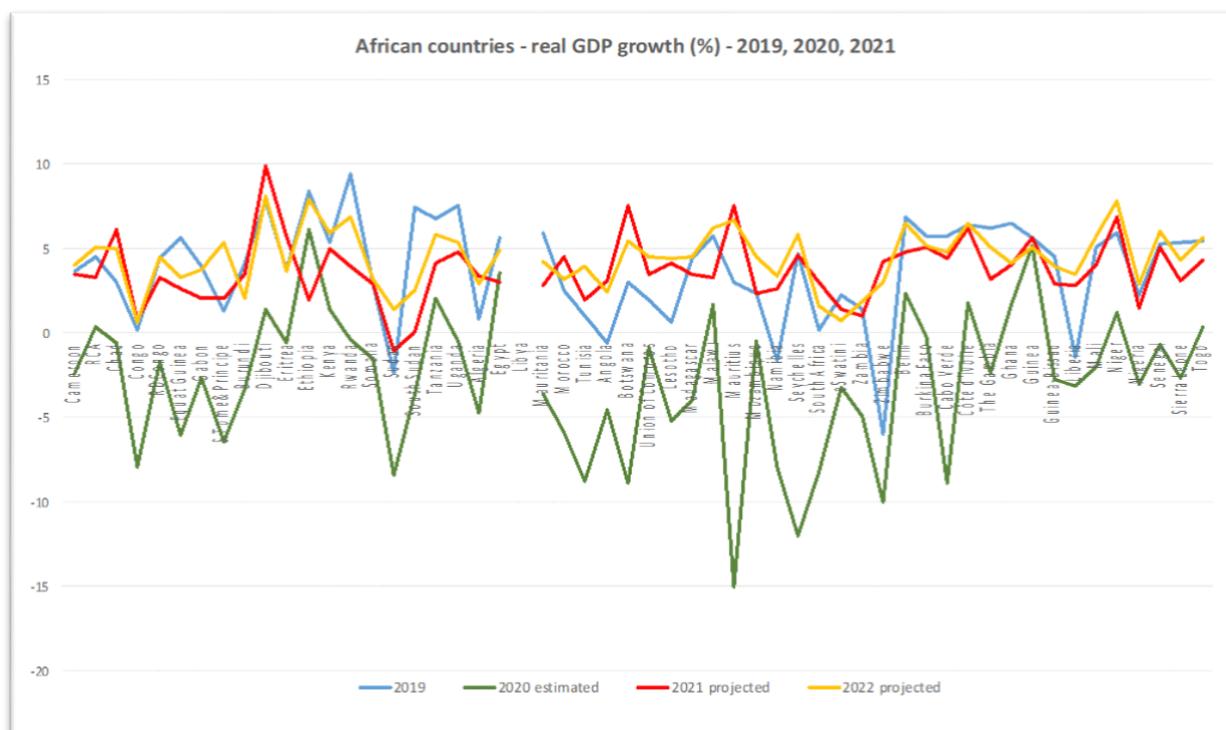
A pandemia de COVID-19 atingiu duramente todos os países africanos, embora a diferentes escalas nos vários países e regiões (figuras 1 e 2). (AFDB 2021a).

**Figura 1:** Crescimento real do PIB (%), por região



Fonte: AFDB (2021a). Anexo estatístico, p. 38. Gráfico do autor baseado na fonte.

**Figura 2:** Crescimento real do PIB (%), países



Fonte: AFDB (2021a). Anexo estatístico, p. 38. Gráfico do autor baseado na fonte.

A «African Economic Outlook 2021» (AFDB 2021a) indica que a África deverá recuperar em 2021 da sua pior recessão económica em meio século. Projeta-se que o PIB real em África cresça 3,4 % em 2021, após uma contração de 2,1 % em 2020. Esta recuperação projetada será sustentada por uma retoma do turismo, uma recuperação dos preços das matérias-primas e o retrocesso das restrições induzidas pela pandemia. No entanto, as perspetivas estão sujeitas a uma grande incerteza decorrente dos riscos externos e internos.

O impacto económico da pandemia varia consoante as características económicas e as regiões, mas a recuperação projetada é generalizada (AFDB 2021a). Embora todas as economias africanas tenham sido afetadas pela pandemia, as economias dependentes do turismo, as economias exportadoras de petróleo e outras economias com utilização intensiva de recursos foram as mais afetadas pela pandemia. As economias dependentes do turismo deverão recuperar de uma redução de 11,5 % do PIB em 2020 para crescer 6,2 % em 2021; Países exportadores de petróleo, de um declínio de 1,5 % para um crescimento de 3,1 %; E outras economias com utilização intensiva de recursos, de um declínio de 4,7 % para um crescimento de 3,1 %. Prevê-se que os países sem utilização intensiva de recursos, cuja produção tenha diminuído 0,9 % em 2020, registem um crescimento de 4,1 % em 2021.

Do ponto de vista económico, as empresas e o emprego foram grandemente afetados pela pandemia. Apesar de África ter gerado grande parte do seu emprego no setor informal, o encerramento da maioria das empresas e organizações do setor formal teve um efeito negativo no setor informal. Isto deve-se, em grande medida, ao facto de o setor informal ter tido uma grande parte dos seus recursos provenientes do setor formal, que teve encerramentos, e de o setor informal ter sido afetado por ter tido restrições quanto à forma de fazer negócios. O pessoal despedido no setor formal também teve dificuldades de sobrevivência, uma vez que até o setor informal, para o qual foram empurrados, foi afetado.

A mobilidade das pessoas e da mão de obra entre países também foi afetada. Isto significa uma escassez de mão de obra onde é necessária, afetando a produção e o fornecimento de bens e serviços. Tal afetará a aplicação da AfCFTA. O principal objetivo da AfCFTA é criar um mercado liberalizado para o comércio de mercadorias. Neste contexto, defende as aspirações da Agenda 2063 a um mercado continental com a livre circulação de pessoas, capitais, bens e serviços, que são cruciais para aprofundar a integração económica e promover o desenvolvimento agrícola, a segurança alimentar, a industrialização e a transformação estrutural da economia.

A implementação da AfCFTA foi seriamente comprometida nos últimos dois anos pela pandemia de COVID-19. Tal como acima salientado, a livre circulação de pessoal, bens e serviços abrandou, a liberalização do mercado entrouvrou e a produção de bens e serviços abrandou. O início do comércio de mercadorias foi adiado e teve início afetivamente em janeiro de 2021.

### 3.1.3 Remessas de emigrantes e migração de mão de obra

As remessas enviadas por migrantes para famílias nos seus países de origem proporcionaram uma continuidade financeira a milhões de agregados familiares. Em certos países africanos, as remessas representam uma grande parte do PIB, variando entre 34,4 % no Sudão do Sul e 20,1 % no Lesoto, 11,9 % em Cabo Verde e 10,7 % no Senegal. Em 2019, o montante total das remessas na África Subsariana atingiu 48 mil milhões de dólares. Prevê-se que este montante diminua 8,8 % em 2020, seguido de uma nova diminuição de 5,8 % em 2021. (Brookings Africa Growth Initiative, 2021)

A pandemia atingiu a estabilidade das remessas de várias formas. Muitos migrantes em países de elevado rendimento perderam os seus empregos e assistiram a uma queda dos seus rendimentos. Os baixos preços do petróleo também afetaram as remessas dos países do Conselho de Cooperação do Golfo para o exterior.

O declínio das remessas é particularmente problemático, dadas as graves condições de pobreza de milhões de pessoas e famílias no continente, que dependiam desta fonte de rendimento para se alimentarem e, em especial, para educarem os seus filho(a)s.

As restrições às viagens e os perigos da pandemia de COVID-19 travaram novos fluxos migratórios e forçaram muitos trabalhadores migrantes desempregados a regressar a casa. A médio prazo, as grandes disparidades de rendimento (em comparação com os países de rendimento elevado) deverão fazer subir a migração para o exterior. O rápido crescimento da população em idade ativa e os efeitos das alterações climáticas nos meios de subsistência irão também exacerbar as causas profundas da migração.

O reconhecimento efetivo das qualificações e, em especial, a validação e certificação dos conhecimentos e competências dos indivíduos adquiridos em experiências de migração são instrumentos políticos essenciais ainda por construir e aplicar em muitos dos países e regiões do continente. Uma agenda/campanha mais ampla para um reconhecimento justo e de confiança da aprendizagem anterior (RPL) deve fazer parte da estratégia ACQF, a fim de facilitar o acesso dos potenciais beneficiários e candidatos e a divulgação de boas práticas e, eventualmente, a adoção de comum acordo de orientações técnicas e metodológicas e de instrumentos de garantia da qualidade para a RPL para o continente.

### 3.1.4 Crescimento, inclusão e redução da pobreza

A trajetória de crescimento de África no período 2000-15 foi sustentada e suscitou a esperança de que as suas economias se juntariam aos níveis de países de rendimento médio e elevado e retirariam a sua população da pobreza. Mas o crescimento não tem sido inclusivo e a criação de emprego nos setores de elevada produtividade ficou aquém do crescimento demográfico. Grandes setores da população continuam em empregos pouco produtivos e pouco remunerados na agricultura tradicional e no setor informal.

Para as populações, a qualidade do crescimento é o mais importante, especialmente em que medida o crescimento é equitativo e inclusivo. O crescimento é geralmente considerado inclusivo quando os seus benefícios são amplamente partilhados por todos os segmentos da população e quando contribuem para reduzir a pobreza extrema e as desigualdades.

Em média, o consumo dos pobres africanos tem vindo a crescer mais lentamente do que o consumo da população média (subperíodos 2000-05, 2005-10 e 2010-17). O crescimento económico de África não tem sido suficientemente inclusivo, como se verifica pela persistência de elevadas desigualdades e pobreza (AFDB 2020). Apenas um terço dos países africanos alcançou um crescimento inclusivo: 18 dos 48 países com dados tinham padrões de crescimento conducentes a um crescimento do consumo mais rápido do que a média para os pobres e a uma menor desigualdade entre os diferentes segmentos da população. De acordo com as estimativas do Banco Africano de Desenvolvimento (AFDB 2020), apenas sete países alcançaram um crescimento favorável aos mais pobres e inclusivo em cada um dos subperíodos indicados. Alguns países melhoraram a inclusividade do seu crescimento no último subperíodo, enquanto outros realizaram políticas de crescimento favoráveis aos pobres e inclusivas no primeiro subperíodo, mas não no mais recente.

Subsistem muitas questões por resolver sobre a sustentabilidade do crescimento económico e da transformação em África. Levantou-se a questão de saber se esta narrativa sobre o crescimento será sustentada a longo prazo, uma vez que tem sido sustentada por aumentos primários dos preços dos produtos de base e que esta transformação ocorre sem industrialização ou redução significativa da pobreza.

Vários fatores essenciais contribuíram para o rápido crescimento económico recente de África e a sua importância relativa varia de país para país. Os economistas atribuíram este rápido crescimento ao

crescimento endógeno da economia informal e aos fluxos financeiros estrangeiros. Assistiu-se igualmente a uma urbanização rápida, ao aumento dos rendimentos e a transformações alimentares significativas. O continente também registou um forte aumento do número de empresas comerciais de pequena e média dimensão que desempenharam um papel crucial no crescimento do emprego e no desenvolvimento de cadeias de valor agrícolas valiosas. O rápido crescimento demográfico, especialmente nas zonas urbanas, proporcionou um mercado em rápido crescimento para a produção alimentar local. Por conseguinte, a produção alimentar local e as pequenas indústrias beneficiaram, especialmente quando os preços mundiais das matérias-primas aumentaram durante um período prolongado, a partir de meados da década de 2000. Um fator frequentemente subvalorizado que contribuiu para o crescimento económico tem sido a evolução dos mercados agrícolas e as reformas políticas empreendidas durante a década de 1990. Estas reformas políticas eliminaram os principais obstáculos ao comércio privado. Os efeitos das reformas foram sobretudo atenuados até meados da década de 2000, altura em que os preços mundiais dos produtos alimentares dispararam subitamente, permitindo que milhares de empresas privadas de pequena, média e grande dimensão respondessem rapidamente a incentivos rentáveis, criando assim rapidamente os sistemas agroalimentares africanos durante este período.

As políticas de base para promover o crescimento inclusivo são debatidas, mas duas políticas importantes desempenham sistematicamente um papel fundamental: o capital humano (especialmente a educação) e a criação de emprego em setores de elevada produtividade.

Existe uma associação negativa entre a pobreza e os anos de escolaridade (AFDB 2020):

- Os países africanos com uma média de anos de escolaridade mais elevada caracterizam-se por níveis mais baixos de pobreza depois de controlo do PIB inicial;
- além disso, outros indicadores, como a despesa pública com a educação e as taxas de inscrição no ensino primário, secundário e superior, estão negativamente associados à pobreza.

A educação contribui para reduzir a pobreza e as desigualdades:

«De um ponto de vista teórico, a educação pode reduzir a pobreza aumentando o capital humano da população, induzindo uma maior produtividade do trabalho e, subseqüentemente, um crescimento mais rápido e uma menor pobreza» (AFDB 2020: 34).

«Para além do seu efeito de redução da pobreza, a criação de capital humano pode também reduzir as desigualdades. Os níveis de escolaridade mais elevados e a redução das desigualdades no ensino podem reduzir a desigualdade de rendimentos. Ao promover a mobilidade social, a educação oferece mais oportunidades às pessoas para mudarem de estatuto social com melhores oportunidades de rendimento do que os pais. Os países africanos com uma maior percentagem de população do ensino secundário ou superior têm menores desigualdades na repartição da riqueza.» (AFDB 2020: 34).

## 3.2 Crise e oportunidades de educação e competências

Os países africanos têm muito a ganhar com a melhoria da educação para alcançar um crescimento inclusivo. O ritmo lento da transformação estrutural resulta de deficiências no capital humano, que refletem as baixas qualificações e os baixos níveis de educação.

Apesar dos progressos realizados nas últimas décadas, a África continua atrasada em relação a outras regiões em desenvolvimento no domínio da educação e do desenvolvimento de competências (AFDB 2020). Muitos indicadores de educação estagnaram e até se deterioraram e, sem uma aceleração rápida dos progressos, o continente não conseguirá alcançar os principais compromissos em matéria de educação até 2030. Uma seleção de indicadores sobre a quantidade e a qualidade do ensino proporciona uma

panorâmica dos desafios e oportunidades consideráveis para que os dirigentes e os Povos de África tomem medidas.

**Taxas de inscrição nas escolas:** Os progressos foram tangíveis no período 2000-16, mas com grandes variações entre ciclos de ensino (quadro 2). Embora as taxas de inscrição no ensino primário tenham melhorado significativamente e atingido um intervalo próximo de outras regiões do mundo, será necessário um esforço coerente para diminuir a distância entre África e outras regiões em matéria de inscrição no ensino secundário e superior.

**Quadro 2:** Tendências das taxas de inscrição nas regiões de África (2000-2016) —%

Região	Ensino primário		Ensino secundário		Ensino superior	
	2000	2016	2000	2016	2000	2016
<b>África</b>	66	82	32	44	6	16
- África central	58	84	7	32	3	10
- África Oriental	54	79	35	41	2	9
- Norte de África	82	91		54	26	29
- África do Sul	78	90	39	47	4	18
- África Ocidental	59	77	20	44	6	12
<b>Ásia</b>	88	93	61	77	23	43
<b>América Latina e Caraíbas</b>	92	92	63	78	28	53
<b>Europa</b>	95	95	86	92	45	68

Fonte: AFDB (2020: 58). Com base em dados da base de dados dos indicadores de desenvolvimento do Banco Mundial.

As **taxas de abandono escolar e extraescolar** são mais elevadas em África do que noutras regiões do mundo.

- Mais de metade das crianças não escolarizadas do mundo vive na África Subsariana (33 milhões). Mais de 33% dos estudantes africanos abandonaram o percurso educativo entre 2010 e 2017, em comparação com 11 % na América Latina e 8 % na Ásia.
- Entre as crianças africanas em idade de frequentar o ensino primário (normalmente entre os 6 e os 11 anos), em média 14,7 % estavam fora da escola durante o período de 2015-18, assim como 31,9 % dos adolescentes em idade de frequentar o segundo ciclo do ensino básico (12-14 anos) e 50,2 % dos jovens em idade de frequentar o ensino secundário (15-17 anos).
- Embora a taxa média de abandono escolar seja de 35 % para os rapazes e de 33 % para as raparigas, existe uma variação considerável entre países: nos países com melhores resultados, o abandono escolar é inferior a 6 % (Argélia, Botsuana, Egito, Maurícia e Seicheles); outros países registam taxas de abandono superiores a 60 %.
- Esta situação cria um sinal de alerta, uma vez que as crianças que abandonam o ensino antes de terminarem o seu ensino primário enfrentam maiores dificuldades em adquirir mais formação formal e obter uma qualificação. Continuando as tendências atuais, África não conseguirá trazer todas as crianças para a escola até 2030.

**Anos médios de escolaridade:** Em 2018, os africanos concluíram, em média, mais de cinco anos de escolaridade — cinco para as mulheres e seis para os homens. Este indicador oculta uma elevada diferenciação por país: Os países com melhores resultados situaram-se, em média, entre os dez e os oito anos de escolaridade, ao passo que os países em circunstâncias mais vulneráveis não atingiram quatro anos de escolaridade (e a população feminina estava ainda mais afastada).

**Educação e competências ao longo das gerações:** De um modo geral, as gerações mais jovens da África Subariana são consideravelmente mais instruídas do que os seus predecessores. Em países como o Botsuana, o Benim, o Lesoto, o Maláui, Moçambique, a Nigéria e o Uganda, o contraste entre os níveis de educação das gerações mais velhas e mais jovens é notável. Este contraste é elevado no que respeita ao nível de habilitações do ensino primário e secundário.

**Projeção da população em idade ativa de África por nível de qualificações, 2010-30:** A percentagem desta população com, pelo menos, o ensino secundário (ensino secundário e superior) deverá aumentar de 36 % (2016) para 52 % em 2030. Este progresso é promissor, mas os desafios não devem ser subestimados. O crescimento previsto do nível de habilitações revela que uma parte muito significativa da população ficará para trás na educação, com consequências inter-geracionais. Existe uma grande disparidade de género na educação dos rapazes e das raparigas, o que aumenta as disparidades sociais e económicas.

Mais importante ainda, os subsectores e percursos de educação e formação são muitas vezes mal interligados e articulados, o que dificulta a progressão e a mobilidade dos aprendentes. Tal deve-se a uma coordenação limitada entre a oferta de ensino primário, secundário e superior e ao desenvolvimento desigual de ensino pré-escolar, EFTP e formação de adultos (modalidades formais e não formais).

### Ações políticas

A melhoria da literacia básica, o alargamento do ensino superior e a renovação da formação inicial e contínua (requalificação, melhoria de competências) formam, em conjunto, o pacote indispensável para concretizar a «revolução das competências» da Agenda 2063. A expansão e diversificação da capacidade produtiva do continente exige melhorias das competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida, em especial a literacia, a numeracia, o empreendedorismo, as ciências e matemáticas, as competências digitais e ecológicas e os gestores altamente qualificados para aceder a novos mercados.

As ações políticas no vasto domínio da educação e do desenvolvimento de competências devem incluir medidas destinadas a melhorar a qualidade e a quantidade da educação e da formação, tendo em conta as necessidades de competências atuais e futuras no mercado de trabalho e na sociedade. A inovação na aprendizagem, as novas tecnologias e a aprendizagem digital e à distância oferecem oportunidades para ajudar os países africanos a dominar a educação e a formação.

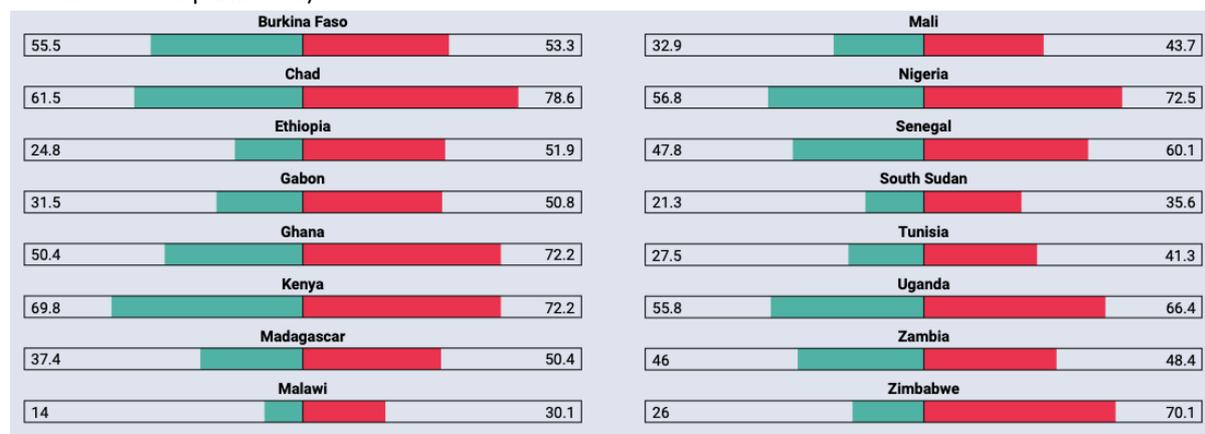
Os quadros de qualificações — nacionais, regionais e continentais — são um dos instrumentos políticos essenciais para abordar a inadequação entre os percursos de aprendizagem e os subsectores e as vias de progressão inflexíveis, que privam as pessoas dos benefícios de uma aprendizagem e qualificações acessíveis ao longo da vida.

### 3.2.1 Educação e pandemia de COVID-19

A pandemia não afetou apenas a educação e a formação; África tem sido socialmente afetada — a sua cultura foi alterada, o calor dos laços familiares e sociais foi abalado, as sociedades biológicas evoluíram mais para sociedades mecânicas e a filosofia ubuntu comum a tantas culturas africanas tem sido posto em causa.

As perdas de educação para as crianças nos países da África Subariana causadas pelo encerramento de escolas e por outros impactos relacionados com a pandemia foram enormes (Brookings Africa Growth Initiative 2021). Nos países inquiridos, menos de metade dos agregados familiares com crianças que frequentavam a escola antes da pandemia participaram em atividades de aprendizagem nos meses que se seguiram ao encerramento das escolas. Nas zonas rurais, a situação era ainda mais difícil: apenas quatro em cada dez agregados familiares declararam ter participado em atividades educativas, após o encerramento das escolas na sua área.

**Figura 3:** Crianças envolvidas em qualquer iniciativa de aprendizagem/educação desde o encerramento das escolas (percentagem de agregados familiares com crianças em idade escolar que frequentaram a escola antes da pandemia)



Chave: ■ Zona Rural ■ Zona Urbana

**Fonte:** Brookings Africa Growth Initiative, 2021. Conjunto de dados: Banco Mundial, «Covid-19 High Frequency Monitoring Dashboard».

### 3.3 Qualificações, competências e emprego

A educação, as competências e o trabalho determinarão a melhoria dos meios de subsistência dos mais de 1,3 mil milhões de pessoas do continente africano e impulsionarão o crescimento e o desenvolvimento para as gerações vindouras.

As grandes transformações da nossa era permitem e convidam um retrato de pontos de vista sobre a interação entre a aprendizagem e o emprego. Em vez de subsistemas separados com fronteiras, trabalhemos para *ecossistemas de competências*, em que as qualificações e o trabalho, a oferta e a procura se articulam de forma mais fluida, utilizando ciclos de retorno de informação e pontos de referência para orientar a tensão entre estabilidade e transformação. A aprendizagem tem lugar a qualquer momento, em qualquer lugar.

#### 3.3.1 Continente com a população mais jovem

A África tem a população mais jovem do mundo: Mais de 60 % da sua população tem menos de 25 anos e, até 2030, abrigará mais de um quarto da população mundial com menos de 25 anos. Em comparação, a percentagem da população mundial com menos de 25 anos é ligeiramente superior a 40%. Durante este período, espera-se que o continente expanda a sua mão de obra por mais do que o resto do mundo combinado, uma vez que a sua população jovem, a mais instruída e conectada alguma vez no continente, entra no mundo do trabalho (2017 WEF). A população em idade ativa prevista para África até 2030 é superior a 600 milhões de pessoas.

É fundamental que políticas e investimentos adequados apoiem a educação e a formação, o desenvolvimento de competências e o reconhecimento de competências, qualificações flexíveis adaptáveis à aprendizagem ao longo da vida, informações sobre o mercado de trabalho em tempo real ligadas a sistemas credíveis de informação e orientação profissional que apoiem as transições entre o trabalho e a aprendizagem.

### 3.3.2 Panorâmica do mercado de trabalho

A participação no emprego em África é elevada, o que é muito promissor. Há uma forte participação das mulheres, embora continuem a ser acentuadas as disparidades entre homens e mulheres em países como a Costa do Marfim, o Mali, a Maurícia, a Nigéria e o Senegal.

A taxa de emprego — em percentagem da população com mais de quinze anos — é superior à média mundial. Existem ligeiras variações deste indicador entre as regiões africanas, com exceção do Norte de África, que apresenta uma taxa 20 pontos percentuais inferior à média africana (Quadro 3).

**Quadro 3:** Emprego em percentagem da população com idade igual ou superior a 15 anos, 2019 (%)

África	África do Sul	África central	África Oriental	Norte de África	África Ocidental	Mundo
64.7	69.7	67.0	68.2	45.8	64.6	61.8

Fonte: AUC/OCDE (2021). <https://www.oecd.org/development/africa-s-development-dynamics-2021-0a5c9314-en.htm>

Subsistem desafios no que diz respeito à criação de empregos de qualidade no setor formal. O crescimento do emprego formal nas duas últimas décadas não acompanhou o crescimento demográfico, resultando em menos oportunidades no mercado de trabalho formal para o número crescente de jovens diplomados de escolas e universidades. O emprego no setor formal é muitas vezes em pequenas empresas, com recursos limitados para investir na melhoria de competências e na requalificação. Mais importante ainda, uma grande parte da população africana continua a trabalhar na economia informal, nas explorações agrícolas familiares e no trabalho por conta própria urbano, em que as competências dos jovens qualificados não trazem valor acrescentado. Tal contribui para a baixa utilização do capital humano descrita na secção seguinte.

Em média, a África Subsariana apresentou uma percentagem de emprego altamente qualificado de apenas 6%, o que contrasta com a média mundial de 24%. Alguns países têm grandes proporções (20 a mais de 30%) de trabalhadores em empregos pouco qualificados (WEF 2017).

As mulheres tornaram-se consideravelmente mais ativas nos mercados de trabalho e muitas delas estão a ganhar maior influência sobre os recursos domésticos em muitas áreas. As taxas de pobreza diminuíram significativamente na região desde 1990 (de 56 % em 1990 para 40 % em 2018), enquanto os indicadores nutricionais também revelam uma melhoria gradual mas clara.

### 3.3.3 A questão da mobilidade laboral

Entre as suas recomendações políticas, as «Perspetivas Económicas Africanas 2020» (AFDB 2020) salientam a necessidade de eliminar os obstáculos à mobilidade laboral, a fim de aumentar a inclusividade do crescimento no crescimento da produtividade setorial e a reafetação transetorial da mão de obra para reduzir a pobreza em África.

Apenas ao permitir que o trabalho circule livremente entre setores, os países africanos poderiam aumentar os rendimentos e reduzir a pobreza e as desigualdades. Para o efeito, as políticas devem reformar a regulamentação laboral e as políticas de emprego, a fim de garantir a livre circulação dos trabalhadores. Além disso, embora a circulação de mão de obra nos países seja menos propícia a restrições, a mobilidade laboral transfronteiriça é frequentemente desencorajada por motivos de proteção dos mercados de trabalho locais.

A aplicação de acordos internacionais, como a AfCFTA, ajudaria a eliminar a maior parte dos obstáculos à livre circulação de trabalhadores entre países (AFDB 2020). Além disso, as políticas devem contribuir para

umentar a transferibilidade de competências e qualificações entre setores ou para a aquisição de conjuntos de novas competências e qualificações para satisfazer os requisitos dos setores de acolhimento.

### 3.3.4 Utilização do capital humano

O contributo da educação para o aumento da produtividade do trabalho é limitado devido à fraca complementaridade entre o capital humano e o capital físico. As competências e qualificações existentes não são adequadamente utilizadas no mercado de trabalho. Uma grande percentagem de jovens empregados considera que as suas competências não correspondem aos seus empregos e que a sua educação é inadequada para a preparação para o trabalho. Em muitos países, os empregadores identificam a mão de obra pouco qualificada como um dos principais constrangimentos às suas empresas e ao recrutamento dos perfis adequados.

A investigação do Fórum Económico Mundial (WEF 2017) concluiu que a África Subsariana capta atualmente apenas 55 % do seu potencial de capital humano, em comparação com uma média mundial de 65 %. O Índice de Capital Humano do WEF avalia em que medida os países e as economias otimizam o seu capital humano através da educação e do desenvolvimento de competências e da sua implantação. O Índice de Capital Humano para 2016 revela uma grande diferenciação por país em África, que se varia entre 67 e 61 % (Maurícia, Gana, África do Sul, Zâmbia, Camarões, Botsuana) e 44 — 49 % (Mali, Nigéria e Chade) (2017 WEF).

### 3.3.5 Disponibilidade para se adaptar à transformação de empregos e tecnologias

Um dos principais desafios com que se deparam os países, as regiões, os decisores políticos e os empregadores é a adaptação à transformação e às perturbações desencadeadas pela Quarta Revolução Industrial e, em termos mais gerais, pela pandemia de COVID-19 e pela dupla transição ecológica e digital.

A investigação sobre a incidência e o impacto da automatização nas tarefas, empregos e competências prevê que aproximadamente 40 % de todas as atividades de trabalho na África do Sul são suscetíveis de automatização, tal como 44 % na Etiópia, 46 % na Nigéria e 52 % no Quênia. Na África do Sul, cerca de 40 % das competências essenciais exigidas nas profissões serão diferentes na década de 2020. A intensidade média de emprego nas tecnologias da informação e comunicação (TIC) na África do Sul aumentou 26 % ao longo da última década e a percentagem de emprego formal no setor em vários países está a aumentar em profissões com elevada intensidade de competências digitais. Esta rápida transformação de competências está relacionada com novas tarefas em profissões existentes, profissões novas/emergentes e o súbito crescimento elevado do trabalho e da aprendizagem à distância e digital, que marcou as respostas da maioria dos países à pandemia de COVID-19.

De acordo com os dados do LinkedIn utilizados pelo WEF (2017), alguns dos tipos mais comuns de emprego altamente qualificado no continente incluem análises empresariais, professores e académicos escolares, banqueiros comerciais, contabilistas, gestores de recursos humanos, especialistas em marketing e operações, especialistas em serviços ao cliente, profissionais da publicidade, profissionais da saúde, indústrias criativas, trabalhadores das tecnologias da informação, criadores de 3D e criadores de software e aplicações.

Existe um forte potencial de crescimento do emprego nas infraestruturas físicas e soft (arquitetura, construção, engenharia), na ecologização e nos empregos verdes, no setor das TIC e através de novas formas de trabalho.

Os benefícios esperados a longo prazo dos empregos com utilização intensiva de TIC em África estarão relacionados com a conceção, a criação e a engenharia digitais. Para que tal aconteça, os dirigentes e educadores têm de construir reservas de competências futuras, renovar e inovar conteúdos educativos, incentivando o pensamento crítico, a criatividade, a autogestão e a inteligência emocional e impulsionar as competências nos domínios da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) e das competências digitais.

### 3.4 Digitalização

O continente africano também registou transformações e movimentos maciços nas TIC e no mundo digital. Até à data, poucos setores económicos não foram afetados pela influência das plataformas digitais. Um dos muitos estudos (Oladipo e Gobler 2020) que se focaram nas tendências de penetração, crescimento e TIC, com base em indicadores de TIC (subscrições de telemóveis, telefone fixo e acesso à Internet) reduzidos a um único índice através da análise principal de componentes, mostra que as telecomunicações móveis estão a crescer mais rapidamente do que outros indicadores de telecomunicações. A investigação mostra que se registou um aumento de 37 % na utilização das redes móveis, o que faz com que 63 % da população em África tenha acesso. Os estudos indicam ainda que esta situação teve um impacto positivo no crescimento económico e no desenvolvimento em África. Ao investigar a forma como as TIC contribuíram para esta tendência, Ngozi e Chiamaka (2019) reconhecem o *leapfrogging* (salto em frente como um aspeto fundamental). Estipulam que as TIC permitiram que os países saltassem as fases ou processos tradicionais necessários para o desenvolvimento e o desenvolvimento de capacidades, uma situação designada por «alavanca tecnológica». Por outras palavras, permitiu que os países abandonassem os caminhos tradicionais, contornando alguns dos processos de acumulação de capacidades humanas e de investimento fixo, a fim de reduzir as disparidades em termos de produtividade e produção.

As infraestruturas TIC permitiram um crescimento mais rápido das plataformas digitais, sendo a África do Sul a maior parte das plataformas, embora o Quênia esteja a registar o crescimento mais rápido. As indicações mostram que as plataformas nacionais em África representam 80 % das plataformas digitais disponíveis, com uma taxa de crescimento anual de 18 % nos utilizadores mensais em todos os países.

Para além da utilização pelas empresas e dos escritórios, as plataformas digitais alteraram consideravelmente o espaço educativo. A proliferação da educação baseada nas TIC criou um estilo educativo em que as instituições declararam dispor de uma biblioteca baseada nas TIC, incluindo a sua gestão, como plataformas de acesso público em linha (OPAC), aprendizagem em linha e avaliações baseadas em linha. O desenvolvimento mais recente tem sido o desenvolvimento de competências, em que a RPL e a educação baseada nas competências também passaram a ser digitais.

A digitalização da educação ajudou durante a pandemia de COVID-19, uma vez que a oferta de educação e formação presencial foi interrompida e não era habitual. Por conseguinte, a pandemia trouxe uma era em que a digitalização dos processos e sistemas de ensino em todos os domínios já não será um luxo, mas sim um recurso básico e uma provisão a integrar na educação e na formação.

### 3.5 Governação das competências em África

A governação das competências é vista como um sistema destinado a equilibrar a oferta e a procura de competências, tanto no presente como no futuro, e a proporcionar uma boa base de competências para um maior desenvolvimento económico. As partes interessadas dos setores público, privado e não governamental devem ser envolvidas na implementação e utilização do sistema de governação de competências. Quando bem concebido, o sistema deve incluir o planeamento e o controlo — em diferentes

graus — do ensino e da formação nacionais, regionais e continentais, a fim de garantir que produz competências em procuradas e capazes de contribuir à aceleração do desenvolvimento económico. Para o efeito, é necessário harmonizar e alinhar a acreditação, a acumulação e a transferência de créditos, bem como a garantia de qualidade, a fim de garantir que as normas educativas sejam semelhantes em todos os Estados-Membros. A boa governação do setor das competências procura desenvolver e otimizar as competências individuais da (futura) força de trabalho. O sistema deve ser amplamente negociado, ser representativo das necessidades dos empregadores e dos trabalhadores (futuros) e cumprir os objetivos do sistema educativo (para cada país, região e continente). O sistema deve ter objetivos a curto, médio e longo prazo que, idealmente, cubram as necessidades de competências no ponto de entrada no mercado de trabalho. As competências futuras têm de apoiar a transformação do mercado de trabalho. O sistema deve ser concebido para abordar as questões da empregabilidade da mão de obra numa perspetiva de ciclo ao longo da vida.

Para que África cresça e promova a AfCFTA, é necessário criar um sistema que responda às necessidades dos diplomados e dos migrantes no mercado de trabalho. Tal exigirá que os países, as regiões e o continente africano no seu conjunto desenvolvam e melhorem a governação em matéria de competências e criem um sistema transparente e sustentável para governar o mesmo. Tal contribuirá para a pertinência da formação e para a redução das etapas no setor da formação. O continente necessita urgentemente deste sistema devido aos atuais elevados índices de escassez de competências, inadequação das competências, desemprego, sobrequalificação e subqualificação e migração. O desempenho do mercado de trabalho e a adequação das competências estão a emergir como principais motores do desenvolvimento e da transformação económica. Cada vez mais, os empregadores exigem competências determinadas pelo desenvolvimento do mercado de produtos e pelo desenvolvimento tecnológico, enquanto os trabalhadores fornecem competências, utilizando as suas próprias competências e preferências e a procura prevista de competências, bem como o rendimento esperado.

### 3.5.1 Coordenação da educação e da formação em África

Ao orientar a oferta de educação e formação, os países, as regiões e mesmo os continentes devem prosseguir várias políticas e estratégias para adaptar a oferta de resultados educativos à procura de competências no mercado de trabalho. A maior parte destas medidas centram-se, de uma forma ou de outra, no conteúdo do ensino e da formação oferecidos (adaptação do currículo, promoção de cursos específicos, garantia de coerência e qualidade) ou no seu formato (avançar para a oferta de aprendizagem e aprendizagem em contexto laboral ou aumentar a oferta existente).

Em África, os esforços anteriores para criar melhores ligações entre os empregadores e os estabelecimentos de ensino não produziram frutos. Atualmente, o continente criou um quadro pan-africano de garantia e acreditação da qualidade para o ensino superior (PAQAF). No entanto, continuam a existir grandes lacunas no desenvolvimento de um sistema harmonizado de acreditação do reconhecimento de qualificações ou mesmo na existência de bases de dados comuns sobre quem recebeu as qualificações em cada país. Torna difícil planear competências futuras se o continente não souber quais as competências disponíveis; que competências estão escassas; que instituições oferecem formação numa determinada disciplina ou atividade comercial? Além disso, que aptidões e competências são necessárias e onde são necessárias? Há que reconhecer que os países puseram em prática diferentes modalidades de gestão de dados no domínio da educação e do emprego, mas, até à data, nenhum país dispõe de uma base de dados abrangente para planear a coordenação da educação e da formação e do mundo do trabalho.

Os diferentes subsistemas de educação e formação em cada país têm políticas e estratégias diferentes. Alguns governos introduziram medidas financeiras, não financeiras e outras medidas de incentivo para

orientar a oferta de educação e formação nos seus países. Estes incentivos podem ser dirigidos aos empregadores, aos prestadores de educação e formação ou aos próprios aprendentes. O seu objetivo é aumentar a formação oferecida (em determinadas disciplinas), incentivar os aprendentes a frequentarem a formação (em disciplinas específicas) e incentivar a flexibilidade/mobilidade. Os governos africanos estão a envolver cada vez mais as principais partes interessadas nos mecanismos destinados a conceber e orientar o ensino a oferecer. O leque de partes interessadas envolvidas varia de país para país, consoante o setor da educação e da formação em causa, bem como a forma como o país atribui a responsabilidade pela orientação da educação e da formação (centralizada ou descentralizada). Por exemplo, o ensino superior tende a conferir maior autonomia às instituições individuais, ao passo que a oferta de formação profissional pode ser mais colaborativa. As partes interessadas podem ser envolvidas através de plataformas e comités nacionais ou regionais/locais, através de consultas ou da participação na governação de cada instituição de ensino superior. O que é importante é garantir que a sua participação melhore o alinhamento entre a oferta e a procura de competências, em vez de impor restrições adicionais. É necessária uma melhor coordenação da educação e da formação no continente, a fim de garantir a qualidade e também de dar confiança aos empregadores de que os resultados da aprendizagem são comparáveis em todos os Estados-Membros.

### 3.6 Comunidades económicas regionais em África

O ACQF interagirá com os RQFs do continente. Neste momento, apenas um RQF (o SADCQF) é viável e operacional e, apesar das difíceis condições e assimetrias, tem sido capaz de mostrar gradualmente progressos na maior parte dos seus programas de execução.

As soluções para uma cooperação mutuamente vantajosa entre o ACQF e os RQFs devem basear-se no interesse comum e no reconhecimento dos benefícios das complementaridades e sinergias entre as RECs e o ACQF. O presente capítulo apresenta uma panorâmica de cinco das RECs africanas — a EAC, a ECCAS (Comunidade Económica dos Estados da África Central), a ECOWAS, a SADC e a COMESA (Mercado Comum para a África Oriental e Austral), com destaque para as principais políticas de integração regional para o lugar do ensino e das qualificações. A secção 4.2.2 do presente relatório contém informações específicas sobre a situação dos três quadros regionais de qualificações (EAQFHE, SADCQF e ECOWAS).

#### 3.6.1 Comunidade da África Oriental (EAC)

O Tratado que instituiu a EAC foi assinado em 30 de novembro de 1999 e entrou em vigor em 7 de julho de 2000, na sequência da sua ratificação pelos três Estados parceiros iniciais — o Quênia, a República Unida da Tanzânia e o Uganda. O Ruanda e o Burundi aderiram ao Tratado da EAC em 18 de junho de 2007 e tornaram-se membros de pleno direito da comunidade em 1 de julho de 2007. O Sudão do Sul aderiu ao tratado em 15 de abril de 2016 e tornou-se membro de pleno direito em 15 de agosto de 2016.

O principal objetivo da EAC é introduzir políticas e programas para promover a cooperação entre os seus Estados-Membros em benefício mútuo num vasto leque de domínios, incluindo assuntos políticos, económicos, sociais e culturais, investigação e tecnologia, defesa, segurança e assuntos jurídicos e judiciais.

Através dos vários ministérios da educação, a EAC criou igualmente a região como um espaço comum do ensino superior, facilitando assim a circulação de estudantes e professores em toda a região. Através do Conselho Interuniversitário da África Oriental, a região desenvolveu igualmente a EAQFHE, cuja aplicação ainda não se concretizou. Infelizmente, no âmbito da EAC, diferentes partes dos sistemas de educação e formação estão administrativamente localizadas em diferentes instituições, o que torna a aplicação de um RQF (QRQ) abrangente bastante difícil. Por exemplo, enquanto o ensino universitário é gerido pelo Conselho Interuniversitário da África Oriental, o ensino EFTP é gerido pelo departamento educativo da

EAC, sediado em Arusha, e o ensino básico não parece ter uma residência permanente. Além disso, alguns países membros da EAC são também membros da SADC (por exemplo, Tanzânia), enquanto outros são membros da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (como o Quênia). Isto significa que, potencialmente, alguns países podem pertencer a dois ou três QRQ, o que pode dar origem a confusão. Espera-se que o ACQF seja desenvolvido e implementado de forma a resolver algumas destas sobreposições.

O mercado comum da EAC, que está em vigor desde 2010, está em conformidade com as disposições do Tratado da EAC. Constitui a segunda etapa da integração regional após a União Aduaneira, que se tornou de pleno direito em janeiro de 2010. O mercado comum implica que os Estados parceiros da EAC mantenham entre si uma posição liberal em relação às liberdades de circulação de todos os fatores de produção e produtos a seguir mencionados, bem como aos direitos:

- livre circulação de mercadorias;
- livre circulação de pessoas;
- livre circulação de trabalhadores;
- livre circulação dos serviços;
- livre circulação de capitais;
- direito de estabelecimento; E
- direito de residência.

Os princípios operacionais da Comunidade que estão na base do mercado comum da EAC são os seguintes:

- não discriminação de nacionais de outros Estados parceiros em razão da nacionalidade;
- igualdade de tratamento em relação aos nacionais de outros Estados parceiros;
- garantia de transparência em questões relativas aos outros Estados parceiros; E
- partilha de informações para uma aplicação harmoniosa do protocolo.

### 3.6.2 Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS, CEEAC)

A ECCAS, criada em [18 de outubro de 1983](#), é constituída pelos antigos membros da União Douanière et Économique de l'Afrique Centrale (UDEAC) e membros da comunidade económica dos Estados dos Grandes Lagos. A ECCAS conta com onze Estados-Membros, com uma população média de 187 milhões de habitantes em 2017 e um território com uma superfície de 6 667 047 km<sup>2</sup>.

A ECCAS está vinculada a uma visão de garantir a paz, a prosperidade e a solidariedade dos seus membros, com base num espaço económico unificado, com livre circulação entre os Estados. Os Estados asseguram igualmente a integração regional com base em cinco pilares: paz e segurança; um mercado comum; ambiente e recursos naturais; ordenamento do território e infraestruturas; género e desenvolvimento humano. A fim de assegurar as suas múltiplas missões, a Comissão ECCAS é financiada pelos seus países membros e realiza em paralelo vários programas em colaboração com parceiros internacionais. O quadro das atividades da ECCAS é definido pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos países membros, enquanto os programas são estabelecidos pelo Conselho de Ministros de acordo com cada setor específico. Como tal, a ECCAS é reconhecida pelos órgãos deliberativos da UA como o quadro de referência para a realização das missões e objetivos do Tratado de Abuja e da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) na região da África Central.

Os Estados-Membros da ECCA têm trabalhado arduamente para melhorar a literacia dos jovens, em especial das mulheres jovens; foi posta em prática uma estratégia sub-regional baseada no desenvolvimento das indústrias culturais. No entanto, a maioria dos países membros da ECCA enfrenta

desafios institucionais — organizativos, humanos, materiais e técnicos — a diferentes níveis e fases do processo de produção de estatísticas sobre educação. A harmonização das estatísticas a nível regional continua a ser uma grande preocupação, uma vez que os países se encontram ainda em fases diferentes em termos da sua cobertura global do sistema educativo. Quase todos os países da região produzem indicadores para o acompanhamento e a avaliação do Plano de Ação para a Segunda Década da Educação em África (ADEA, 2014a).

Os Estados-Membros da ECCA estão a trabalhar no sentido de revitalizar o ensino superior. Foram tomadas várias medidas, nomeadamente:

- a criação de Polos Tecnológicos de Excelência;
- a criação do Centro de Educação em Matemática, Ciência e Tecnologia em África (CEMASTE) pela NEPAD;
- a criação do quadro da Universidade Pan-Africana no âmbito de laundé II desde 2010; E
- a introdução de centros de excelência como estratégia de execução recomendada pela UA.

A ECCAS tem um acordo de parceria que estabelece o Consórcio para a Investigação, a Inovação e a Formação na África Central com o estabelecimento de uma agência de investigação interna para o desenvolvimento. Estudos (ADEA 2014) revelam que, entre 2006 e 2012, se registou um aumento maciço das matrículas no ensino superior, de 180,6 % na República Centro-Africana (RCA) e de 122,8 % na República Democrática do Congo (RDC). Apesar desta melhoria, o acesso ao ensino superior continua a ser baixo na RCA, com apenas 287 estudantes por cada 100 000 habitantes.

No setor do ensino superior, os países membros da Comunidade Económica e Monetária dos Estados da África Central (CEMAC) aprovaram a introdução do modelo de Bolonha nas suas universidades, através da Declaração de Libreville, em fevereiro de 2005, que criou o espaço de ensino superior e universitário da CEMAC. Desde então, os diferentes países da CEMAC começaram a refletir sobre a introdução do sistema de Licenciatura, Mestrado e Doctorate (LMD) nas suas universidades. Atualmente, esta reforma da LMD foi introduzida em quase todos os países da região (ADEA, 2014c).

No que diz respeito ao TVET (EFTP), o sistema baseia-se na abordagem baseada nas competências como metodologia para desenvolver o conteúdo da formação, com vista a promover uma melhor correspondência com o mundo do trabalho e uma melhor profissionalização do ensino. Muito poucos países da região dispõem de um observatório ou de um Sistema de Informação do Mercado de Trabalho eficiente para identificar e antecipar as necessidades do mercado de trabalho.

Os Estados da ECCAS adotaram a reforma curricular como um dos eixos do seu plano de ação. Os vários processos de reforma nos países da região depararam-se com certas dificuldades, principalmente relacionadas com as modalidades da sua execução, coordenação e orientação, bem como com a escassez de professores e supervisores qualificados e com a insuficiência de recursos materiais, educativos e financeiros.

Para dar seguimento à garantia da qualidade dos conteúdos, devem ser criados organismos por diferentes governos, mas apenas os Camarões têm um organismo de garantia da qualidade formalmente criado, o Conselho para o Ensino Superior e a Investigação, criado em 1991. Nos outros países da região, são os vários ministérios da educação que são responsáveis pela garantia da qualidade, através dos seus diferentes serviços.

Em 25 de maio de 2015, a Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da ECCA ordenou uma reforma profunda da ECCAS:

Visava melhorar a eficácia e a eficiência da ECCA com o objetivo de alcançar um grande salto qualitativo na governação da Organização, a fim de a tornar uma comunidade económica regional viável e forte, dotada de uma arquitetura executiva renovada e adaptada aos desafios do dia. Este objetivo inscreve-se no âmbito do eixo estratégico n.º 9 da Visão 2025 da ECCA, que recomendou até 2015 a transformação do Secretariado-Geral numa Comissão que lhe permita responder aos novos desafios estratégicos e à integração operacional (ADEA, 2014b).

### 3.6.3 Comunidade Económica da África Ocidental (ECOWAS / CEDEAO)

[ECOWAS](#) (CEDEAO) foi criada em 1975. É composta por dezasseis países: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Serra Leoa, Senegal e Togo. A região abrange uma área de 5 112 903 km<sup>2</sup>. No entanto, a principal organização regional, a ECOWAS, não inclui a Mauritânia. De acordo com os indicadores de desenvolvimento mundial (World Development Indicators — WDI) ao longo das últimas três décadas, a população da África Ocidental mais do que duplicou, passando de 165 milhões em 1987 para 368 milhões em 2017. Estima-se que seja de 387 milhões em 2019 (AUC/OCDE, 2021, ver anexo estatístico: <https://oe.cd/AFDD-2021>)

#### Visão da ECOWAS 2050

O desenvolvimento da [Visão 2050](#) da ECOWAS e do seu quadro de aplicação teve início em junho de 2020. A Visão 2050 visa criar uma região sem fronteiras, pacífica, próspera e coesa, assente na boa governação e na qual as pessoas têm capacidade para aceder e explorar os seus enormes recursos através da criação de oportunidades de desenvolvimento sustentável e de preservação do ambiente. Como se pode observar claramente, as expectativas de integração económica foram sempre elevadas e muito tem sido alcançado pelo grupo regional desde a aprovação do Tratado, que lhe conferiu a necessária base jurídica. Com base nas atuais avaliações, o organismo regional ultrapassou as expectativas dos seus fundadores. Hoje em dia, a organização é reconhecida a nível mundial como um organismo regional bem sucedido, um avanço para uma integração viável e uma coexistência regional.

#### Contexto educativo

A ECOWAS, enquanto REC, integra as suas ações educativas nas principais políticas da UA em matéria de educação, como o atual CESA 2016-2025 e a [Estratégia Continental para o Ensino e a Formação Técnicos Profissionais \(TVET\) para promover o emprego dos jovens](#).

Os desafios em matéria de educação na região da ECOWAS persistem nos domínios da igualdade de género, da oferta de professores qualificados, da disponibilidade de estatísticas de educação de qualidade e da gestão da qualidade, da redução da população fora da escolaridade, da eliminação do abandono escolar e da melhoria do acesso aos níveis de ensino superior. Confrontadas com políticas e práticas de educação país por país, as empresas regionais estão a concentrar-se na sua harmonização.

Relatório anual de 2016 da ECOWAS (ECOWAS, 2016: 97-98), no domínio da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, destaca a resposta aos desafios do ensino básico:

Foi desenvolvido um quadro para a harmonização do ensino básico com o objetivo último de garantir uma educação e aprendizagem inclusivas, equitativas e de qualidade na região da ECOWAS. O quadro centrou-se nos seguintes aspetos: Políticas, estratégias e planeamento; Enriquecimento curricular; Promoção vigorosa de línguas transfronteiriças; Promoção vigorosa das segundas línguas internacionais (inglês, francês e português) e reforço das capacidades para melhorar a qualidade na educação. O quadro abrange igualmente a capacitação das populações extraescolares, a resolução da crise de aprendizagem através do acompanhamento periódico dos

resultados da aprendizagem (MLA), a mobilização de recursos internos e externos e a aplicação da Convenção da CEDEAO sobre reconhecimento mútuo de certificados.

Quanto ao TVET, o Fórum Regional UNESCO-UNEVOC «Promover o TVET (EFTP) para a Empregabilidade dos Jovens e o Desenvolvimento Sustentável», realizado em 17 e 18 de setembro de 2013, em Abuja, Nigéria, constituiu uma oportunidade para debater duas abordagens que podem ser tidas em conta para alcançar um quadro regional: Uma é a harmonização regional dos atuais sistemas de qualificações, com base numa conceção comum dos programas curriculares conexos; A segunda prende-se com a descrição e classificação das competências profissionais, a fim de permitir a comparabilidade com as qualificações de outros países com vista à mobilidade das pessoas. O relatório acima referido indicava:

A Comissão da ECOWAS desenvolveu uma estratégia de revitalização para o TVET que se centra em questões estratégicas fundamentais. Estas incluem políticas e planos de ação, estrutura, legislação e quadros jurídicos existentes em matéria de EFTP, financiamento, recursos humanos, quadros de qualificações, orientação profissional e aconselhamento, empregabilidade, acesso e participação, ligações entre subsectores formais, não formais e informais, sistemas de informação de gestão, sistemas de informação de gestão, aprendizagem eletrónica aberta e à distância (ODEL), empreendedorismo; Avaliação, validação e certificação, participação do setor privado e de outros intervenientes não estatais, iniciativas de desenvolvimento de competências para jovens não escolarizados, pessoas com deficiência e outros grupos desfavorecidos, e integração da perspetiva de género. (ECOWAS 2016: 98)

Em conformidade com a política de harmonização da ECOWAS, os ministros do ensino superior dos Estados-Membros reuniram-se em dezembro de 2019 para validar o trabalho dos peritos sobre o Quadro para o Reconhecimento e a Equivalência de Certificados na Região da ECOWAS, com base na Convenção da ECOWAS para o Reconhecimento e a Equivalência de Certificados, adotada em 2003. Adotaram igualmente o projeto de critérios de referência da ECOWAS para a harmonização da educação universitária. Tanto os documentos como outros documentos comprovativos aguardam a aprovação do Parlamento da ECOWAS, do Conselho de Ministros e, por último, dos chefes de governo da região da ECOWAS.

Uma vez que as qualificações e as respetivas classificações estão relacionadas com valores sociais e papéis profissionais e dão resposta aos imperativos do mercado de trabalho, tanto a nível nacional como regional, prevê-se a ocorrência de muitas soluções de compromisso entre a ECOWAS e os Estados-Membros para chegar a entendimentos comuns com vista ao processo de harmonização. Embora seja difícil debater essa relação, parece muito provável que o futuro QRQ da ECOWAS se relacione com os atuais instrumentos sub-regionais e regionais, como o Conselho de Examinções da África Ocidental (WAEC), a União Económica e Monetária<sup>2</sup> da África Ocidental (WAEMU)<sup>3</sup> e o Conseil Africain et Malgache pour l'Enseignement Supérieur/African and Malgasy Council for Higher Education (CAMES) para os seus instrumentos regulamentares em matéria de qualificações e iniciativas de garantia da qualidade.

### 3.6.4 Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)

[SADC](#) é um importante REC e é composta por dezasseis Estados-Membros: Angola, Botsuana, República Unida das Comores, República Democrática do Congo (DRC), Lesoto, Madagáscar, Maláui, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Reino da eSwatini, República da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué. Guia-se por uma visão de um futuro comum, a alcançar através da cooperação regional e da integração nos domínios sociocultural, económico e político.

---

<sup>2</sup>O principal organismo africano de análise, que fornece uma avaliação educativa qualitativa e fiável, incentiva a excelência académica e moral e promove o desenvolvimento sustentável dos recursos humanos e a cooperação internacional.

<sup>3</sup>UEMOA em francês.

Os principais objetivos da SADC são alcançar o desenvolvimento, a paz e a segurança, bem como o crescimento económico; Reduzir a pobreza, melhorar o nível e a qualidade de vida dos povos da África Austral e apoiar as pessoas socialmente desfavorecidas através da integração regional, com base em princípios democráticos e num desenvolvimento equitativo e sustentável. A SADC procura aprofundar a cooperação e a integração para que a região se torne um interveniente competitivo e eficaz no comércio internacional e na economia mundial (Secretariado da SADC, 2017). Desde a sua criação, a SADC adotou princípios como o acordo concertado e a evolução variável para a cooperação e integração com os seus Estados-Membros na execução dos seus programas. Os programas da SADC são orientados pela Visão 2050 da SADC e pelo Plano Indicativo de Desenvolvimento Estratégico Regional (RISDP) 2020-30.

De acordo com o [Índice Africano de Integração Regional de 2019](#), a SADC tem uma pontuação baixa na integração regional das suas economias e da sua base de infraestruturas. A livre circulação de pessoas é a dimensão com melhor desempenho do índice de integração da SADC.

A economia da região é diversificada, abrangendo uma série de setores, desde a agricultura até à indústria transformadora, sendo a maioria da população dependente da agricultura para a sua subsistência. No entanto, o setor da indústria transformadora foi considerado o principal motor do crescimento para impulsionar o processo de industrialização na região.

A região dispõe de recursos naturais e humanos, sendo o seu mais valioso capital humano, com uma população estimada em 353,9 milhões de habitantes em 2019 (AUC/OCDE, 2021), com uma taxa média estimada de 1,8 % em 2018. A esperança média de vida na região foi estimada em 61 anos em 2018. A estrutura da população é jovem, estimando-se que 76,4 % tenham menos de 35 anos, 35 % dos quais jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 34 anos. Cerca de 51 % da população é feminina. A mão de obra total é de cerca de 140 milhões de pessoas, com taxas de participação entre 44,8 e 87,6 %. A taxa de desemprego entre os 15 e os 24 anos variou entre 3 e 57,4 % nos Estados-Membros da SADC em 2017. O desemprego dos diplomados / licenciados é um fenómeno crescente na região, com alguns Estados membros da SADC a registar cerca de 12 % de desemprego dos diplomados / licenciados (ACQF Mapping Study: SADC. 2020).

Como mostram as estimativas da UA para 2017, a SADC acolhe 37,5 % dos 14,2 milhões de trabalhadores migrantes internacionais em África, num total estimado em 5,4 milhões. Ao mesmo tempo, a região da África Austral tem o maior stock de trabalhadores migrantes internacionais — até 4,2 milhões — à frente tanto da África Oriental como da África Ocidental, representando a migração intra-SADC cerca de 45 %.

A mobilidade dos recursos humanos e dos serviços é uma questão central da agenda de integração da SADC. A região da SADC está a implementar ou iniciou uma série de iniciativas, tanto a nível nacional como regional, para apoiar a mobilidade dos recursos humanos e dos serviços. Tal inclui o estabelecimento, a melhoria e a aplicação de um quadro de qualificações, sistemas de garantia da qualidade e de acreditação; A introdução de um visto regional para estudantes, académicos e investigadores; Isenções aduaneiras; E o desenvolvimento do reconhecimento mútuo das qualificações profissionais.

O desenvolvimento e o reforço do capital humano qualificado pertinente são um dos grandes objetivos estratégicos da SADC para a integração regional, a fim de promover o desenvolvimento sustentável da região. Este objetivo é apoiado por instrumentos jurídicos e políticos e quadros estratégicos da SADC, nomeadamente: Tratado SADC 1992; O Protocolo relativo à Educação e Formação 1997-2020; O Protocolo relativo à Ciência, Tecnologia e Inovação (2009); O Protocolo sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas (2005); O Protocolo sobre o Comércio de Serviços (artigo 7.º) 2012, atualizado em março de 2017; Estratégia de Industrialização e Roteiro da SADC para 2015-63; O PDR (2020-30); E o Plano de Ação sobre a Migração Laboral (2020-25).

A SADCQF adquiriu uma maior importância nos planos de desenvolvimento da região para a década (2020-30). Este novo ímpeto para reforçar a aplicação do SADCQF tira partido dos resultados da primeira fase de execução (2017-20) e visa incentivar o desenvolvimento de QNQ alinhados com o quadro e trabalhar em complementaridade com outros instrumentos de apoio ao reconhecimento das qualificações em toda a região. Este apoio renovado ao SADCQF é coerente com o lugar da educação nas estratégias da SADC, acima enumeradas. Em 2020, a SADC reafirmou a sua intenção de dar um novo impulso à promoção e aplicação do quadro SADCQF, através da inclusão de medidas pertinentes em dois planos estratégicos fundamentais para a década: O Plano Indicativo de Desenvolvimento Regional 2020-30 e o Plano de Ação da SADC sobre a migração laboral (2020-25). O capítulo 4.4 do presente relatório contém informações mais completas sobre o SADCQF.

### 3.6.5 Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA)

O [COMESA](#) foi criado em 8 de dezembro de 1994 como sucessor da Área de Comércio Preferencial (PTA). A atual estratégia do COMESA pode ser resumida na expressão «prosperidade económica através da integração regional». Com os seus 21 Estados-Membros, uma população superior a 583 milhões de habitantes e um PIB de 805 mil milhões de dólares, um comércio mundial de exportação/importação de mercadorias no valor de 324 mil milhões de dólares, o COMESA constitui um importante mercado para o comércio interno e externo. Geograficamente, o COMESA abrange quase dois terços do continente africano, com uma área de 12 milhões de km<sup>2</sup>.

Os Estados-Membros reuniram-se com o objetivo de promover a integração regional através do comércio e do desenvolvimento dos recursos naturais e humanos para benefício mútuo de todas as pessoas da região. Os seus programas abrangem, por conseguinte, quatro domínios: O desenvolvimento de infraestruturas; Agricultura, indústria e desenvolvimento do setor privado; Serviços comerciais e aduaneiros; E o género e os assuntos sociais.

O COMESA dedicou instituições para facilitar o seu trabalho, que se tornaram parte integrante das suas operações. As instituições baseiam-se nas necessidades e respondem a nichos muito específicos da região. Para além de fornecerem conhecimentos especializados em domínios específicos, as instituições estão envolvidas no desenvolvimento de competências e em estudos de mercado aprofundados que lhes permitem relacionar os dados com os seus processos de tomada de decisão. O COMESA, enquanto organização, está empenhado em desenvolver os seus recursos humanos em todos os domínios. Em 2021, o COMESA tomou medidas muito positivas em relação às mulheres, com o lançamento de 50 milhões de milhões de African Women Speak Platform no Maláui, em 18 de fevereiro, e na Maurícia, em 11 de fevereiro. A plataforma visa facilitar um intercâmbio dinâmico e participativo de ideias entre as mulheres empresárias, utilizando a funcionalidade integrada das redes sociais para as ligar entre si de forma a promover a aprendizagem entre pares, a tutoria e a partilha de informações e conhecimentos no seio das comunidades, bem como o acesso a serviços financeiros e oportunidades de mercado entre zonas urbanas e rurais, e além-fronteiras. Mais de metade dos seus membros está ligada à plataforma. O COMESA tem várias outras iniciativas e plataformas destinadas a desenvolver a capacidade dos cidadãos dos membros, de modo que possam beneficiar e contribuir para o crescimento da região.

O relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (MDG) (Nações Unidas, 2015) e o relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDG) (Nações Unidas, 2018) indicam que o desemprego dos jovens continua a ser um desafio e que a África foi muito afetada neste domínio. Os jovens têm três vezes mais probabilidades de ficarem desempregados do que os adultos. Para dar resposta ao desafio do emprego dos jovens e à lenta criação de emprego, o COMESA adotou, em 2015, o Programa para a Juventude do COMESA, destinado a capacitar os jovens na região do COMESA, promovendo a criação de oportunidades de trabalho digno e produtivo para os jovens no setor privado e reforçando a

participação política, a participação cívica e a participação ativa dos jovens no processo de integração regional. Como catalisador desta iniciativa, a COMESA acolhe campos de jovens para aumentar a participação significativa dos jovens na formulação de políticas e na governação.

A fim de facilitar a criação de redes comerciais e os transportes, o COMESA lançou, em 2021, a iniciativa harmonizada de concessão de cartas de condução, conhecida como normas do Programa Tripartido de Trânsito e Facilitação do Transporte (TTTFP). A partir de 1 de março de 2021, o Uganda passará a ser o primeiro país a adotar a iniciativa. Tal alarga as outras iniciativas de bloco regionais, como as da SADC, para assegurar a integração regional e a livre circulação de mercadorias e pessoas.

No entanto, para apoiar este TTTFP, o COMESA reconhece que os Estados parceiros devem acelerar as negociações para o reconhecimento mútuo dos certificados de qualificação académica e profissional, a fim de incentivar a livre circulação de prestadores de serviços em toda a região. A harmonização das qualificações profissionais e académicas, dos currículos e da formação permitirá desbloquear os atuais obstáculos à circulação de prestadores de serviços profissionais na região (COMESA, 2017). A nível tripartido, o COMESA, a EAC e a SADC reconhecem o seu papel fundamental e têm vindo a debater o quadro para a circulação de empresários ao abrigo do Acordo TTTFP, lançado em junho de 2015.

É igualmente de salientar que, para além de África, o COMESA alarga o seu alcance a outras partes do mundo através da acreditação de diplomatas. A acreditação de diplomatas de alto nível está prevista como uma forma de alargar laços económicos mais estreitos e fortes a outras regiões do mundo. Em fevereiro de 2021, três novos chefes de missões diplomáticas do Canadá, Alemanha e França foram acreditados como representantes especiais do COMESA.

### 3.7 Quadros de qualificações e ACQF: Contribuições para a integração africana?

Tal como referido no presente relatório, verificou-se uma tendência crescente para a criação de quadros nacionais e regionais de qualificações em África. Estes foram, na sua maioria, apresentados como instrumentos que podem ser utilizados para desenvolver, classificar e reconhecer a aprendizagem formal e para promover a comparabilidade e a mobilidade das qualificações entre as regiões e o continente. Ao fazê-lo, a África tem vindo a acompanhar os passos da Europa, da Australásia e da região Ásia-Pacífico. Os quadros de qualificações contribuem para melhorar aspetos de entendimento comum e de confiança entre os sistemas de educação e formação, bem como a comparabilidade das qualificações. À medida que mais países e regiões de todo o mundo desenvolveram quadros de qualificações durante a década de 1990, considerou-se que a África estava atrasada.

Embora a UA (e o seu precursor, a Organização para a Unidade Africana) tenha sido criada há mais de 60 anos, África continua a estar largamente fragmentada e tem os níveis mais baixos de mobilidade dos seus cidadãos, estabelecendo relações comerciais entre si e até mesmo a integração e a comparabilidade dos seus setores da formação e da educação. Embora tal possa ser explicado pelas diferentes histórias coloniais dos países do continente, a educação e a formação formais são um fenómeno novo nesta parte do mundo. Mas a situação está a mudar — no passado recente houve um novo despertar. A África procura criar uma maior mobilidade dos seus cidadãos e promover o comércio através da criação de uma AfCFTA. O comércio entre países exige e beneficia da mobilidade das pessoas, do aumento do reconhecimento das qualificações em todos os países, bem como de uma maior harmonização e comparabilidade das qualificações. Por conseguinte, o ACQF pode ser um facilitador do comércio e da integração em África.

No entanto, o ACQF está a desenvolver-se numa altura em que muitos países (e mesmo regiões do continente) já estabeleceram os seus quadros de qualificações. Atualmente, dezanove países africanos

dispõem de quadros de qualificações ativos aprovados (com diferentes níveis de sucesso na execução) e oito países dispõem de QNQ em desenvolvimento e consulta. A nível regional, o SADCQF e a evolução estão a surgir noutras regiões, nomeadamente na África Oriental (EAQFHE) e na Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). Os países com quadros de qualificações são mais numerosos na África Austral, mas alguns estão a consolidar-se na África Oriental (Quênia, Ruanda). No Norte (Tunísia, Marrocos e Egito), os QNQ têm vindo a ser desenvolvidos e consultados há vários anos e, recentemente, os governos tomaram medidas para avançar no sentido de uma aplicação eficaz. No oeste do continente, alguns países estabeleceram quadros de qualificações de TVET (Gana, Gâmbia e Nigéria) e um tem um QNQ integrado com mais de uma década de experiência (Cabo Verde). O desafio — e a oportunidade — para o continente é a forma de criar um ACQF que funcione para todos, apoie a evolução a nível nacional e regional e não perturbe os quadros de qualificações já estabelecidos e operacionais.

O continente espera desenvolver e implementar um ACQF que funcione como um dispositivo de tradução para tornar as qualificações nacionais mais legíveis em todo o continente, promovendo a mobilidade de trabalhadores e aprendentes entre países e facilitando a sua aprendizagem ao longo da vida. O ACQF pretende associar os sistemas nacionais de qualificações dos diferentes países a um quadro de referência africano comum. Os indivíduos e os empregadores poderão utilizar o ACQF para compreender e comparar melhor os níveis de qualificações dos diferentes países e regiões, bem como os diferentes sistemas de educação e formação.

## 4 Qualificações e Quadros de qualificações em África

O presente capítulo explora dados e perspetivas sobre a situação e a dinâmica dos quadros de qualificações (NQFs e RQFs) em África. Uma panorâmica das qualificações incluídas nos registos dos NQF de cinco países permite uma comparação do panorama de qualificações, distribuído por níveis do NQF e por setores. Os países foram selecionados com base na disponibilidade imediata de registos em linha do NQF (Cabo Verde, Quênia, Marrocos, Moçambique, África do Sul).

### 4.1 Levantamento das principais características dos quadros de qualificações

O estudo de cartografia ACQF integra os conhecimentos e os dados recolhidos através de uma combinação de fontes de informação:

- a) O inquérito em linha, que recebeu respostas de 33 países;
- b) Análises mais aprofundadas a nível nacional e regional; E
- c) Investigação documental
- d) Partilha de experiências em linha com os países e as CER

Os webinars de aprendizagem entre pares ACQF, realizados a partir de julho de 2020, revelaram-se importantes fontes de informação atualizada sobre a dinâmica e as iniciativas em curso relacionadas com os NQFs e os RQFs em África. No contexto da pandemia de COVID-19, estes sete webinários de aprendizagem entre pares substituíram, em grande medida, os seminários convencionais ACQF, inicialmente planeados, em 2020, e permitiram que as partes interessadas do ACQF se mantivessem ligadas, e informadas.

No total, em outubro de 2020, o estudo de levantamento tinha recolhido informações relevantes de 41 países. O âmbito, a exaustividade e a documentação recolhida de diferentes países e REC variam. Durante o período de vigência do atual projeto ACQF, a base de informação estabelecida por este estudo de mapeamento deve ser atualizada e integrada no sítio Web ACQF previsto. O [inventário ACQF](#) e outros instrumentos de referência elaborados em conjunto com o estudo de cartografia serão desenvolvidos e apoiados pelo sítio Web ACQF e publicitados na comunidade de instituições e organismos que coordenam e gerem os NQFs e as qualificações no continente.

O estudo de mapeamento inclui vários tipos de análise: Relatório do inquérito em linha; [Treze relatórios por países e três relatórios REC](#), incluindo Angola, Camarões, Cabo Verde, Egito, Etiópia, Costa do Marfim, Quênia, Marrocos, Moçambique, Nigéria, Senegal, África do Sul, Togo, EAC, ECOWAS e SADC; Relatórios finais, que incluem uma análise exaustiva e uma síntese com infografias. Estão previstos relatórios adicionais para incluir países e regiões com uma cobertura limitada na investigação publicada.

Os países e as RECs foram selecionados para as visitas técnicas com base em quatro critérios: 1) cobertura das quatro línguas da UA; 2) cobertura das diferentes fases de desenvolvimento/execução dos NQF; 3) cobertura de diferentes regiões geográficas africanas; 4) RECs com um desenvolvimento mais tangível dos seus RQFs.

O estudo de mapeamento ACQF foi pioneiro na publicação da análise dos quadros/sistemas de qualificações de vários países e RCE africanos, não incluídos nas recentes edições dos Inventários de Quadros de Qualificações<sup>4</sup>. Trata-se de países cujas dinâmicas relacionadas com quadros de qualificações raramente são conhecidos: Angola, Camarões, Cabo Verde, Moçambique, Senegal, Togo e EAC. Estes casos enriqueceram o nosso conhecimento da diversidade de abordagens pertinentes nos diferentes contextos

---

<sup>4</sup>Cedefop, ETF, UNESCO e Instituto de Aprendizagem ao Longo da Vida da UNESCO, Inventário Global dos Quadros de Qualificações Regionais e Nacionais (edição de 2019). <https://www.cedefop.europa.eu/en/news-and-press/news/2019-global-inventory-qualifications-frameworks-out>. Estão disponíveis em linha três edições anteriores.

culturais e regionais do continente. Trata-se de uma questão fundamental para o processo de desenvolvimento do ACQF.

Como previsto, os quadros de qualificações encontram-se em **diferentes fases de desenvolvimento e aplicação** em todo o continente. Discussão e troca de informações permitiram identificar informação sobre a dinâmica dos QNQ de diferentes tipos e perspectivas. Para a análise dinâmica, o estudo de mapeamento utiliza cinco fases para classificar as diferentes situações de desenvolvimento e consolidação dos quadros de qualificações:

1. O quadro de qualificações não está em vigor, o processo de desenvolvimento não começou;
2. Quadro de qualificações na fase inicial de reflexão;
3. Quadro de qualificações em desenvolvimento e consulta das partes interessadas e dos peritos;
4. Quadro de qualificações em vigor, aprovado como ato jurídico, começou a ser aplicado;
5. Quadro de qualificações em aplicação há algum tempo, revisto e com adoção de melhorias.

Alguns países passaram da fase inicial de reflexão para passos tangíveis de análise e consulta para um NQF (por exemplo, Angola e Camarões). Outros países estão agora a passar de quadros setoriais paralelos (TVET/EFTP, ensino superior) para a criação de NQF integrados e abrangentes (por exemplo, Maláui, Moçambique e Ruanda). Outros países passaram para a fase 4, na sequência da aprovação oficial do seu NQF (por exemplo, Ewatiní, em agosto de 2020). Outra evolução recente diz respeito ao Lesoto: O país aprovou o seu NQF revisto em junho de 2019 e publicou o [Manual de Procedimentos do QNQ](#), que pode ser consultado por qualquer país interessado em experiências do NQF de origem.

Podem encontrar-se as seguintes situações nas diferentes regiões geográficas africanas:

- a. A maioria dos quadros de qualificações em África está operacional em países da região da África Austral, onde o Quadro de Qualificações da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADCQF) está bem estabelecido. Estes QNQ foram implementados por um período mais longo e, conseqüentemente, têm bases jurídicas mais maduras, instrumentos operacionais e estruturas de governação que mantêm e asseguram a integridade dos QNQ. Tal como acima referido, dois dos novos QNQ estão situados na SADC: eSwatíni (aprovado em agosto de 2020) e Lesoto (aprovado em junho de 2019).
- b. Os recentes desenvolvimentos na África Oriental, nomeadamente no Quênia (desde 2014, KNQA), são dignos de nota, com a criação da base jurídica, da estrutura de governação, novo sistema de informação e registo de qualificações, e progresso no reconhecimento da aprendizagem prévia.
- c. No norte, no Egito, em Marrocos e na Tunísia, há já algum tempo que os QNQ foram desenhados ou aprovados e continuam a trabalhar para criar estruturas de execução e registos de qualificações.
- d. Na região da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), a Etiópia concebeu as bases técnico-conceituais do seu QNQ, mas o início da execução continua a exigir maior impulso.
- e. Na África Ocidental, este estudo encontrou um panorama mais diversificado de quadros de qualificações: Alguns países, nomeadamente o Senegal e o Togo, estabeleceram sistemas de qualificação, como o sistema de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento (LMD) no ensino superior, mas ainda não existe um NQF abrangente e integrado. O Gana implementa um quadro TVET / EFTP de oito níveis e está a desenvolver um NQF abrangente que abranja o ensino superior. Cabo Verde é um exemplo raro na região de um NQF abrangente, com uma década de experiência operacional gerida por uma entidade especializada, que não era bem conhecida antes do processo de mapeamento do ACQF. Outros países da África Ocidental, como a Serra Leoa e a Guiné-Bissau, iniciaram as fases iniciais dos seus processos de desenvolvimento do NQF em 2020.

- f. Na África Central, os Camarões têm vindo a aplicar o quadro de LMD no ensino superior desde 2007, bem como um sistema de níveis e tipos de qualificações para o TVET. Uma vez que a Estratégia de Educação do país para 2020 dá prioridade à criação de um NQF, um grupo de partes interessadas iniciou a reflexão em 2017, tendo sido aprovado um projeto específico com recursos consideráveis para ter início em 2020.

Angola vale a pena assinalar, uma vez que a unidade de coordenação do NQF responsável pela orientação do processo de desenvolvimento registou progressos substanciais em 2020, finalizando a conceção técnico-conceptual do NQF e a proposta relativa à estrutura de governação e ao registo de qualificações. O processo baseia-se numa forte apropriação nacional e na participação das partes interessadas, apoiada pela cooperação da UE.

Em vários casos analisados, o QNQ é visto e concebido como um dos pilares/componentes do sistema **nacional de qualificações ou do sistema** de ensino mais vasto. É o caso de Cabo Verde, Moçambique e, mais recentemente, Angola. Este último constitui um exemplo útil de um país em que o QNQ se encontra firmemente enraizado em documentos estratégicos nacionais fundamentais, nomeadamente no [Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022 de Angola](#). Em agosto de 2020, a nova lei 32/20 introduziu alterações à [Lei de Bases da Educação \(17/16\), que](#), pela primeira vez, menciona o sistema nacional de qualificações (secção 19), definindo-o como o garante da articulação entre os níveis e domínios dos resultados da aprendizagem dos diferentes subsistemas de educação e do sistema nacional de educação profissional.

A questão do âmbito do NQF diz respeito aos níveis, mas também aos tipos de qualificações, e à medida em que os quadros integram percursos de aprendizagem não formal e informal para as qualificações. Em termos de âmbito, os quadros africanos de qualificações analisados podem ser agrupados em várias situações, todas consideradas neste estudo de viabilidade:

- a. Quadros setoriais específicos que funcionem de forma independente, ou seja, no TVET e no ensino superior, sem um quadro unificador integrado;
- b. Quadros de qualificações setoriais operacionais, mas que estão interligados e trabalham em conjunto com o NQF integrado mais vasto;
- c. Um tipo de quadro de qualificações: Nacional, abrangente e inclusivo.

A **estrutura de nível** dos NQF analisados é diversificada. A integração regional desempenha um papel importante na definição da estrutura do QNQ em determinadas partes do continente. Na África Austral, predomina a estrutura de dez níveis. A norte, dois dos QNQ têm oito níveis, um tem sete. Na África Ocidental, é estabelecida uma estrutura de oito níveis em alguns dos QNQ. A Etiópia passou de um conceito inicial de dez níveis para um quadro abrangente de oito níveis. Embora o âmbito setorial do enquadramento condicione a estrutura de nível, existem vários casos de quadros setoriais que abrangem uma grande parte ou todo o conjunto de níveis: É o caso do quadro de TVET no Gana (oito níveis), do Subquadro das Qualificações Profissionais na África do Sul (oito níveis) e da arquitetura proposta para o subquadro das qualificações profissionais revisto em Moçambique (nove níveis). O QNQ do Quénia e o QNQ do Lesoto têm ambos pilares de qualificação de EFTP que se estendem a níveis mais elevados.

O leque de **descritores de nível** captados pelo inquérito mostra alguma diversidade, mas nos QNQ abrangentes e em alguns quadros de TVET e ensino superior setoriais existe uma clara predominância nos domínios: Conhecimentos, aptidões, competência, autonomia e responsabilidade. O mais recente dos NQF aprovados (eSwatini) combina o domínio dos «atributos pessoais» aos dois domínios habituais «conhecimento» e «competências». O Lesoto optou por uma combinação de «domínios do conhecimento (profundidade, amplitude e complexidade)», «natureza das competências» e como terceiro domínio

«agência e contexto». Dois países (Marrocos e Tunísia) optaram por uma combinação de mais de três domínios de aprendizagem, acrescentando «complexidade», «adaptabilidade» e «comunicação».

Os NQF estão associados a uma série de objetivos estratégicos e políticos, que podem ser agrupados como:

- a. Integração, coerência e permeabilidade entre os resultados de aprendizagem e as qualificações dos subsistemas;
- b. Qualidade, transparência, maior visibilidade e confiança dos utilizadores finais: Através da introdução de abordagens baseadas nos resultados da aprendizagem, da participação das partes interessadas no desenvolvimento e aprovação de qualificações e da acessibilidade da informação dos utilizadores através de instrumentos digitais e em linha;
- c. Paridade de estima e valor da aprendizagem em diferentes contextos e subsistemas: Académica, profissional, formal e não formal;
- d. Inclusão: As qualificações podem ser obtidas através da validação da aprendizagem não formal, do reconhecimento da experiência profissional e da vida, acessíveis a pessoas pouco escolarizadas;
- e. Comparabilidade regional e mundial e reconhecimento de diplomas e certificados; E
- f. Objetivos sociais e económicos mais vastos, em especial: Aumentar o número de trabalhadores qualificados, melhorar a empregabilidade dos detentores de qualificações, reforçar a competitividade e a produtividade dos setores económicos, alinhar o sistema de qualificações com a procura e a evolução das necessidades de competências.

Em termos de **governança** dos NQF, verificou-se que os QNQ mais avançados em África tendem a ser supervisionados por agências de qualificações (autoridades, unidades de coordenação), mas também, em grande medida, por agências de garantia de qualidade e comissões especializadas. De um modo geral, verifica-se uma tendência para os contextos nacionais, por oposição às agências setoriais. Nos casos em que as agências setoriais, no domínio do TVET, do ensino superior e do ensino geral, estão bem estabelecidas, os ministérios nacionais prestam mais uma função de coordenação e supervisão. Os ministérios desempenham sempre um papel fundamental na governança do NQF e atuam frequentemente como incubadoras para as agências nacionais e/ou setoriais que se seguem mais tarde. O risco de uma diversidade de serviços e agências com sobreposição de mandatos é real, sobretudo nos países com recursos escassos. Alguns países estão a reduzir a sua estrutura institucional de educação e formação, procurando otimizar os recursos, as funções e os resultados.

Verificou-se **que os sistemas de garantia da qualidade (QA)** estavam fortemente associados aos subsistemas de educação-formação associados aos NQF analisados. Na maioria dos casos, o setor do ensino superior tende a dispor de mecanismos de QA mais bem estruturados do que o TVET e o ensino geral, tendo seguido políticas e práticas de avaliação e acreditação internas e externas, lideradas por agências (e departamentos) de GQ com diferentes graus de autonomia e capacidade. Os níveis nacional e regional interagem através das atividades dos conselhos regionais, que desempenham um papel importante na divulgação de boas práticas e orientações em matéria de GQ e na prestação de apoio metodológico aos Estados-Membros. Os exemplos incluem o Conselho Africano e Malgaxe do Ensino Superior (CAMES) e, a um nível diferente, o Quadro Pan-Africano de Garantia da Qualidade e Acreditação (PAQAF). As Normas e Diretrizes Africanas para a Garantia da Qualidade (ASG-QA), desenvolvidas pela iniciativa de Harmonização da Qualidade e da Acreditação do Ensino Superior Africano (HAQAA), foram aprovadas em 2019. A ASG-QA inclui orientações que recomendam que os resultados da aprendizagem sejam definidos e documentados para todos os programas e comparados com os descritores de nível dos NQF ou dos QRQ. Em 2019, oito agências nacionais africanas de qualidade participaram em avaliações-piloto externas que testam a ASG-QA.

Em vários países (Cabo Verde, Camarões, Marrocos, Tunísia), o quadro de QA em matéria de TVET está estreitamente associado aos princípios e métodos da **abordagem baseada nas competências** (“approche par compétences” - APC). O ciclo da APC envolve uma análise prospetiva de competências a montante, principalmente com uma delimitação setorial, conduzindo à conceção de normas de competência e de avaliação. Sabe-se que os estudos de marcadores de licenciados contribuem de forma útil para o acompanhamento, com base em dados concretos, da qualidade e pertinência da aprendizagem e das qualificações. No entanto, o estudo de levantamento detetou apenas casos raros de tais estudos serem regularmente realizados e os resultados utilizados para melhorar a qualidade (Marrocos é um desses casos).

A adoção dos resultados da aprendizagem como conceito fundamental e instrumento de conceção e organização das qualificações e da aprendizagem ganhou terreno em muitos países. Com esta afirmação das abordagens baseadas nos resultados da aprendizagem, em primeiro lugar nas qualificações de EFTP, mas também gradualmente no ensino superior, os sistemas e quadros abertos ao reconhecimento da aprendizagem prévia (RPL)/validação do acervo da experiência (VAE)/reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC).

Muitos NQF reconhecem o lugar dos resultados da **aprendizagem não formal e informal**. A terminologia e os conceitos são importantes no contexto diversificado do continente africano. Entre os países francófonos, o termo validação do acervo da experiência (VAE) é amplamente utilizado e diz respeito à documentação e avaliação dos conhecimentos, aptidões e competências adquiridos através da experiência profissional e da experiência de vida com base em normas de qualificação válidas para outras formas de aprendizagem (formal). O VAE pode assumir várias formas e inclui uma sequência de etapas centradas no(a) candidato(a). Entre os países de língua portuguesa, especialmente Angola e Cabo Verde, o termo mais utilizado é Reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC). Ao mesmo tempo, em Moçambique, existe uma preferência pela expressão «reconhecimento de competências adquiridas». Em termos gerais, o significado dos acórdãos RVCC e VAE é bastante semelhante. No contexto dos países anglófonos, o termo RPL tem uma moeda geral. Ainda assim, o seu significado pode ter uma interpretação diferente que englobe o reconhecimento de qualquer forma de aprendizagem (não apenas não formal e informal, da vida e da experiência profissional).

Os relatórios por país da ACQF constataram que a VAE, a RVCC e a RPL atingiram um grau diferenciado de integração e visibilidade nas políticas de educação e formação e nos sistemas de qualificações. Em alguns países, o quadro de qualificações está a acolher favoravelmente a aprendizagem não formal e informal e estão a ser criados ou desenvolvidos mecanismos e capacidades de aplicação da regulamentação e técnicas. Alguns exemplos selecionados ilustram a gama de situações em relação à RPL/RVCC/VAE:

- Em **Angola**, a criação do sistema de RVCC é definida no [Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022 de Angola](#) como um dos principais objetivos do sistema nacional de qualificações. Dois objetivos do programa dizem respeito à operacionalização do RVCC: A aprovação da base jurídica do RVCC e a conclusão de 80 experiências neste domínio.
- A Lei sobre o Reconhecimento, a Validação e a Certificação de Competências ([Decreto-Lei n.º 54/2014, de 22 de setembro](#)) de **Cabo Verde** estabelece o seguinte: «As pessoas adquirem, com a sua experiência de vida, nomeadamente nas atividades profissionais, saberes e competências relevantes para o exercício de determinadas atividades. Essas competências podem e devem ser formalmente certificadas e, se necessário, complementadas com formação ajustada às necessidades individuais, promovendo-se desta forma, o acesso a níveis de qualificação mais elevados.» O sistema RVCC é flexível e ligado ao QNQ. A lei define igualmente os processos RVCC ao longo de três fases, começando por informações e orientações, seguidas do reconhecimento e validação de competências e, posteriormente, da certificação de competências. Para apoiar os

profissionais e as agências de execução, a Unidade de Coordenação do Sistema Nacional de Qualificações (UC-SNQ) publicou documentos de orientação, nomeadamente: [Guia de apoio à operacionalização dos processos de RVCC profissional](#), março de 2016, e b) [Processo de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais](#), março de 2013.

- Em Marrocos, a [Visão Estratégica 2030 para uma Escola da Equidade Qualidade e Promoção](#) prevê o desenvolvimento de um sistema global de VAE, observando: «Adotar um sistema unificado de validação das realizações cognitivas e profissionais das pessoas, supervisionado por um organismo nacional independente, no qual estarão representados os diferentes departamentos de educação e formação e setores profissionais» (Lever 19, p. 70). Nos últimos dez anos, o VAE adquiriu alguma experiência, com base em parcerias do Departamento de Formação Profissional com federações setoriais e ministérios setoriais, que levou a cabo vários [projetos VAE](#) em setores com elevada procura de mão de obra com qualificações. O processo VAE está estruturado em quatro fases: A) Informação e aconselhamento dos candidatos; B) Quanto à admissibilidade: instruir o processo de candidatura e decidir sobre a elegibilidade; C) Seguimento com o candidato; e d) Certificação: O júri decide sobre a validação das competências baseadas na experiência profissional — com referência à norma de certificação.
- Desde a sua criação, o QNQ da África do Sul prevê a obtenção de qualificações inteiras e parciais através da RPL. Desde 2014, quando a apresentação dos dados de processos RPL se tornou obrigatória, a Autoridade de Qualificações da África do Sul (SAQA) tem envidado esforços sistemáticos para sensibilizar as partes interessadas do QNQ para este aspeto e para permitir o carregamento de dados RPL na base de dados dos titulares de créditos nacionais (National Learners Records Database — NLRD). A RPL na África do Sul é empreendida e atribuída de forma holística, que inclui os princípios e processos através dos quais os conhecimentos e competências prévios de uma pessoa são visíveis, mediados e avaliados, e exige a participação de todas as partes interessadas do QNQ. Distinguem-se duas formas primárias de RPL, uma para proporcionar vias de acesso alternativas aos programas de aprendizagem, designações profissionais, emprego e progressão na carreira e outra para prever a atribuição de créditos para uma qualificação ou qualificação parcial registada no QNQ. A política [ministerial de coordenação da RPL](#) prevê a coordenação e o financiamento da RPL e elabora e responsabiliza a SAQA e os conselhos de qualidade para desempenharem as suas funções em relação à RPL, tal como estabelecido na Lei NQF. O [estudo da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos sobre RPL](#), que envolve mais de 20 países, posicionou a África do Sul num grupo de apenas 5 países na «Fase 5 de 7», o que significa um país com «ilhas de boas práticas de RPL».

Os **sistemas de acumulação e transferência** de créditos são amplamente utilizados, embora existam algumas diferenças entre países e setores. O sistema LMD no ensino superior, adotado por um grande número de países da África Ocidental e Central, está associado a um modelo normalizado de 30 créditos (volume de trabalho dos estudantes) por semestre. Num dos países analisados, o sistema de ensino superior segue o modelo de 1 crédito = 25 — 30 horas de trabalho (aprendizagem) do estudante, enquanto o sistema de TVET utiliza o modelo de 1 créditos = 10 horas de trabalho (aprendizagem). Em vários países, é estabelecido o modelo de 1 crédito = 10 horas nocionais. A utilização de horas nocionais é amplamente utilizada, embora possam ser encontradas diferentes interpretações do conceito em diferentes setores.

A prática internacional mostra que a criação de **bases de dados/registos de qualificações** contribui para tornar os NQF operacionais, melhorando a transparência, a divulgação e a utilização pública. Os repertórios e registos de qualificações não podem ser dissociados das taxonomias e classificações. Nem todos os países associam as qualificações aos [domínios da Classificação Internacional Tipo da Educação \(ISCED\)](#), mas muitos estão ligados às classificações profissionais nacionais. Esta questão pode ser abordada de forma harmonizada a nível regional e continental, podendo a ACQF desempenhar um papel importante. O estudo

de cartografia ACQF detetou diferentes situações e dinâmicas no que diz respeito às bases de dados e registos de qualificações, que podem ser agrupados da seguinte forma:

- a. Bases de dados de qualificações de qualidade (QA) ligadas ao NQF, acessíveis e pesquisáveis em linha, nomeadamente através do sítio Web da instituição NQF. Exemplos desta situação incluem a bem desenvolvida [SAQA NLRD](#) que inclui todas as qualificações de todos os sub-quadros, níveis e qualificações parciais. A Autoridade Nacional de Qualificações do Quênia ([KNQA](#)) está a finalizar o desenvolvimento do Sistema Nacional de Gestão da Informação sobre Qualificações (NAQMIS), que reunirá as instituições que atribuem as qualificações, as qualificações que atribuem e os aprendentes (lançamento previsto para 2021). Os catálogos nacionais em linha de qualificações da [ANEP](#) (Moçambique) e da [UC-SNQ](#) Cabo Verde podem ser incluídos neste grupo, embora incluam apenas qualificações profissionais e técnicas pré-universitárias ligadas ao NQF.
- b. Listas e repertórios de cursos e qualificações sob a supervisão dos diferentes subsistemas (tais como agências de QA) e instituições (prestadores, organizações setoriais), acessíveis em linha em anuários, tabelas e atos jurídicos de autorização. O estudo de levantamento detetou uma série de diferentes exemplos com estas características, como Angola, Marrocos e Senegal.
- c. Informações sobre cursos e qualificações autorizados e acreditados disponíveis mediante pedido ou sem apoio na Internet (em publicações impressas), como no caso dos Camarões. Alguns tipos de bases de dados de qualificações fornecem informações estruturadas e pormenorizadas sobre o perfil de qualificação e os resultados da saída, unidades de competência associadas, critérios de avaliação e créditos. Outros são listas muito mais rigorosas de títulos de qualificações por setor.

As limitações em termos de recursos e de capacidade determinam a qualidade e a exaustividade destes instrumentos, nomeadamente a frequência das suas atualizações. Para garantir a transparência e a integridade das bases de dados de qualificações, alguns países emitem legislação específica e orientações metodológicas (por exemplo, Cabo Verde).

Num dos países do estudo (Angola), o Tribunal identificou um exemplo interessante de uma aplicação móvel ([Qualificar](#)), apoiada pelo programa nacional de formação em recursos humanos do grande governo, que inclui informações sobre todos os cursos de todo o sistema de ensino e formação, pesquisáveis por diferentes variáveis (setor, nível de qualificação, localização geográfica, instituição). Esta aplicação visa apoiar as escolhas de carreira e de estudo dos jovens e reforçar a transparência no sistema de qualificações.

**O acompanhamento e a avaliação** dos QNQ e a medição da sua contribuição para objetivos mais vastos não são muitas vezes considerados e organizados numa fase inicial do QNQ. Um número crescente de países na Europa e noutros continentes está a realizar análises e avaliações dos respetivos QNQ. O QNQ sul-africano foi objeto de várias avaliações subjacentes às transformações estruturais e à nova base jurídica. Os debates realizados durante o estudo de levantamento com as instâncias do NQF mostraram que o problema do acompanhamento e da avaliação dos NQF não está subestimado e muitos países desejam beneficiar de apoio ao desenvolvimento de ferramentas e sistemas adequados. Em alguns países, a legislação do QNQ estabelece a obrigação de acompanhar os progressos e medir o impacto (Cabo Verde). Noutros países, a lei da educação obriga o Estado a assegurar uma avaliação regular do sistema de educação e formação por órgãos especializados (Camarões). O Conselho Nacional de Educação, Formação e Investigação Científica de Marrocos está incumbido e dotado dos recursos necessários para realizar uma avaliação regular de todos os subsistemas de educação e formação e outras análises temáticas específicas.

Os governos e os parceiros socioeconómicos concordam com a necessidade de melhorar e utilizar melhor as informações sobre o mercado de trabalho para acompanhar e antecipar a dinâmica da oferta e da procura, a empregabilidade, o impacto das megatendências (digitalização, transformação ecológica e eventos como a pandemia de COVID-19) nas competências e qualificações — consideradas indispensáveis

para melhorar a correspondência e ajustar/reorientar os sistemas de qualificações. Atualmente, tal implica a inovação para melhorar a informação sobre o mercado de trabalho: Reforçar os observatórios do mercado de trabalho, explorar o potencial das fontes de dados existentes e novas (Internet e administração, no respeito de regras rigorosas em matéria de proteção de dados), interligar bases de dados e sistemas de informação, utilizar novas ferramentas de visualização e análises de dados inovadoras. Este estudo de cartografia identificou vários observatórios do mercado de trabalho que trabalham com diferentes capacidades técnicas e analíticas em países como Angola, Marrocos, Moçambique e Tunísia.

## 4.2 Qualificações nos registos dos quadros de qualificações: Um panorama de uma amostra de casos

Os registos dos NQF são instrumentos importantes para a transparência em todo o leque de qualificações dos diferentes países. A qualidade, a exaustividade e a acessibilidade a esta informação são fundamentais para os utilizadores finais (estudantes, empregadores e trabalhadores). Os registos de qualificações oferecem igualmente uma perspetiva sobre o estado efetivo da execução dos NQF. Tal como mencionado no presente capítulo, a transição dos conceitos para os textos jurídicos e diretrizes técnicas aprovadas dos NQF pode ser longa e imprevisível. Mas o caminho desde a aprovação da legislação até à sua tradução em ações é outra fase do ciclo político, centrada na obtenção dos resultados fundamentais, tais como as qualificações incluídas no NQF e os instrumentos destinados a fornecer esses bens sociais à população.

Esta breve secção analisa duas questões principais:

- O que podemos aprender com os registos e bases de dados do NQF?
- Quais as qualificações incluídas nos registos e bases de dados dos NQF — por níveis e por setores?

Para efeitos desta breve análise, explorámos os registos de qualificações existentes e acessíveis em cinco países: Cabo Verde, Quênia, Marrocos, Moçambique e África do Sul. O estudo de mapeamento do ACQF inclui relatórios por país sobre estes cinco NQF, mas esta secção vai além do estudo de mapeamento, uma vez que analisa os dados extraídos dos registos dos NQF. Agradecemos aos peritos nacionais que nos ajudaram a aceder aos dados.

Os registos de qualificações do NQF e as bases de dados dos cinco casos estão estruturados de forma diferente.

- Com exceção de Marrocos, os registos de qualificações do NQF estão disponíveis em linha e são mantidos no sítio Web da instituição encarregada da coordenação e execução do NQF. Marrocos publica informações sobre as suas qualificações existentes e está atualmente a desenvolver um vasto sistema de informação pesquisável contendo os referenciais, programas e qualificações TVET, bem como planos para a criação de um registo exaustivo do QNQ numa fase posterior. Análise: figuras 8 e 9.
- No caso do Quênia e da [África do Sul](#), os registos do NQF são exaustivos e inclusivos, pois consistem em todas as qualificações em todos os subsectores e níveis. Os respetivos registos podem ser pesquisáveis e estão disponíveis em linha para os utilizadores. Em ambos os casos, o registo inclui as descrições pormenorizadas das qualificações, apresentadas de acordo com os requisitos normalizados/campos de dados. Análise: figuras 6, 7, 13, e 14.
- Cabo Verde está a implementar um NQF a oito níveis inclusivo e já revisto. O registo do NQF (Catálogo Nacional de Qualificações) está disponível [em linha](#) e é gerido pela instituição principal do NQF — a Unidade de Coordenação do Sistema Nacional de Qualificações (UC-SNQ). No entanto, inclui apenas as qualificações TVET (níveis 2 a 5). Todas as qualificações constantes do registo dos NQF são integralmente apresentadas de acordo com um modelo normalizado, que inclui o perfil

de qualificações, o referencial de formação e de avaliação, descritos em resultados de aprendizagem de diferentes granularidade. As qualificações do sistema de ensino superior são registadas pela autoridade reguladora do ensino superior, a Agência Reguladora do Ensino Superior (ARES). Análise: Figuras 4 e 5.

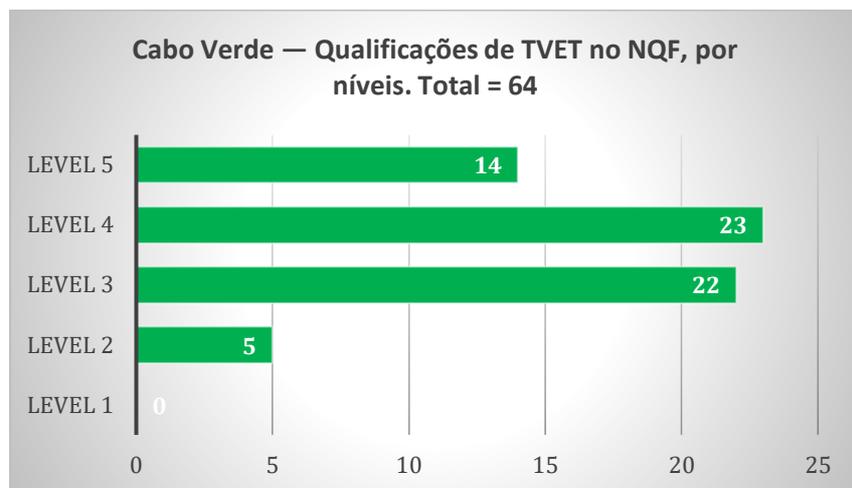
- Em Moçambique, dois QF setoriais trabalham em paralelo (TVET e ensino superior), cada um com base numa base jurídica diferente, definindo os descritores de nível, os tipos de qualificações e os requisitos de garantia de qualidade. O QNQ do TVET é implementado pela Autoridade Nacional de TVET (ANEP), enquanto o QNQ para o ensino superior é coordenado pelo Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade (CNAQ). Os dados sobre as qualificações do ensino superior não estão disponíveis num registo em linha, mas foram obtidos através de um pedido à CNAQ. Todas as qualificações do [registo](#) de QNQ TVET (Catálogo Nacional de Qualificações) são integralmente apresentadas de acordo com um modelo normalizado, que inclui o perfil de qualificações, o referencial de formação e de avaliação, descritos em resultados de aprendizagem de diferente granularidade. Análise: Fig. 10, 11, 12

A distribuição do número de qualificações nos registos QNQ indicados, por níveis e por setores, é visualizada em baixo por dois gráficos por país. Um gráfico mostra a distribuição das qualificações por níveis; O outro mostra a distribuição por setores.

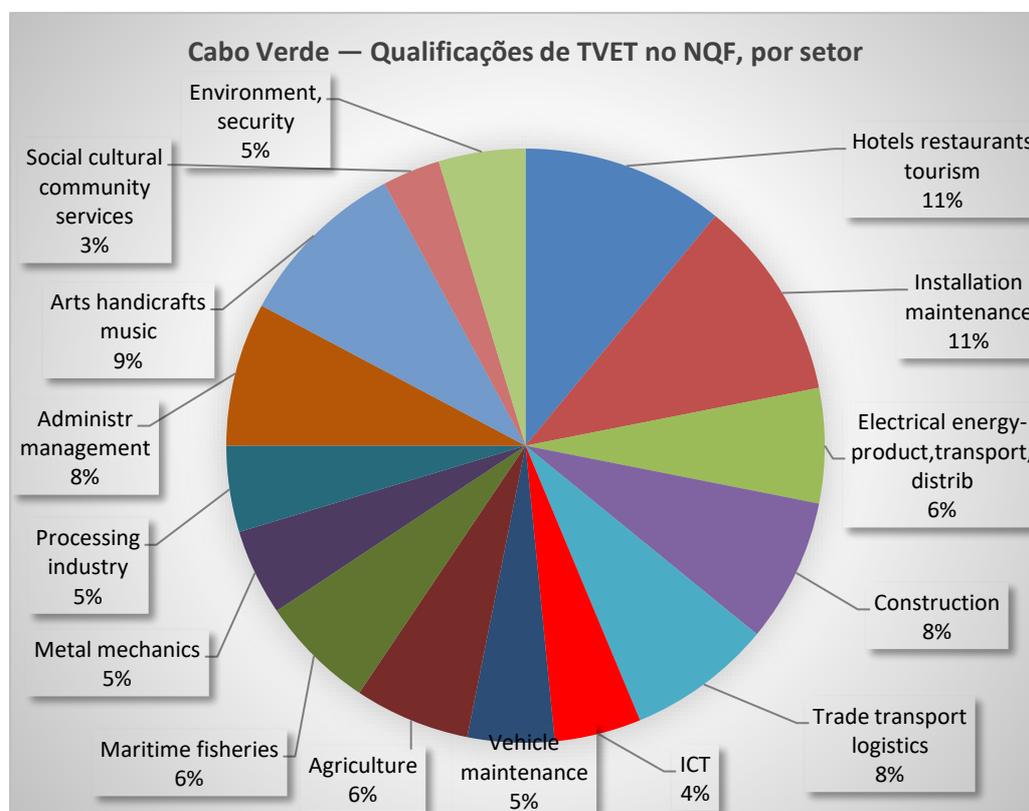
- Uma constatação importante diz respeito à grande diferença no número total de qualificações incluídas nos registos do NQF. Comparando os dois casos que dispõem de registos de qualificações exaustivos que abrangem todos os níveis: O Quênia tem 1 262 qualificações, enquanto a África do Sul tem 22 026 qualificações. A distribuição por níveis nestes dois casos mostra um padrão diferente de concentração de qualificações em níveis mais elevados, médios e inferiores. O registo de qualificações da SAQA (África do Sul) apresenta uma clara concentração de qualificações nos níveis mais elevados (especialmente os níveis 8 e 9), enquanto o registo QNQ do Quênia mostra uma distribuição equilibrada de qualificações entre os níveis 3 a 7.
- Não é necessária uma análise fina e contextualizada da distribuição de qualificações por setores neste capítulo, que será efetuada com uma amostra mais vasta de países numa fase posterior do projeto ACQF. Para o presente relatório, é importante ter em conta as seguintes conclusões:
  - o Diferentes nomenclaturas setoriais utilizadas: Diferentes conceitos subjacentes, diferentes gama e número de setores. Alguns países utilizam uma classificação baseada nos setores da educação (registo do ensino superior de Moçambique), outros utilizam uma combinação de setores educativos e económicos, enquanto outros aplicam uma estrutura ocupacional na sua classificação das qualificações.
  - o Uma análise mais aprofundada da concentração da distribuição por setores mostra que, atualmente, a maioria destes NQF tem um número bastante limitado de qualificações em TIC, o que levanta questões sobre a capacidade do sistema de qualificações para alavancar a transição digital e a adaptação da mão de obra às exigências da automatização e da Quarta Revolução Industrial.
  - o Os ficheiros dos NQF analisados possuem qualificações em todos os setores da classificação utilizada, em geral em diferentes setores dos serviços, da indústria e da agricultura. Há assimetrias a assinalar, tal como a elevada concentração (mais de 40 %) de qualificações num setor (por exemplo, ciências sociais, empresas e direito) num dos casos analisados.

**Cabo Verde**

**Figura 4:** Qualificações de TVET /EFTP) no Catálogo de Qualificações do NQF, por níveis



**Figura 5:** Qualificações de TVET no NQF — Catálogo Nacional de Qualificações, por setor



## Quénia

Figura 6: Qualificações no registo NQF, por níveis

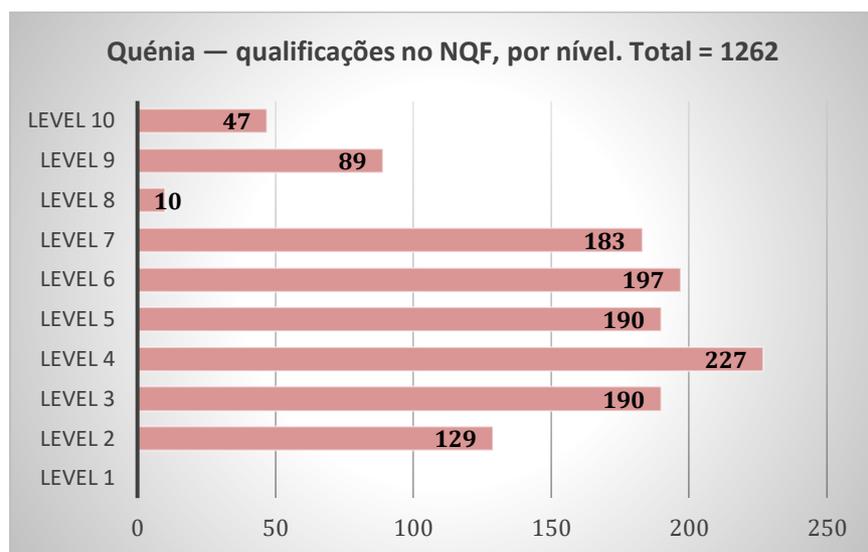
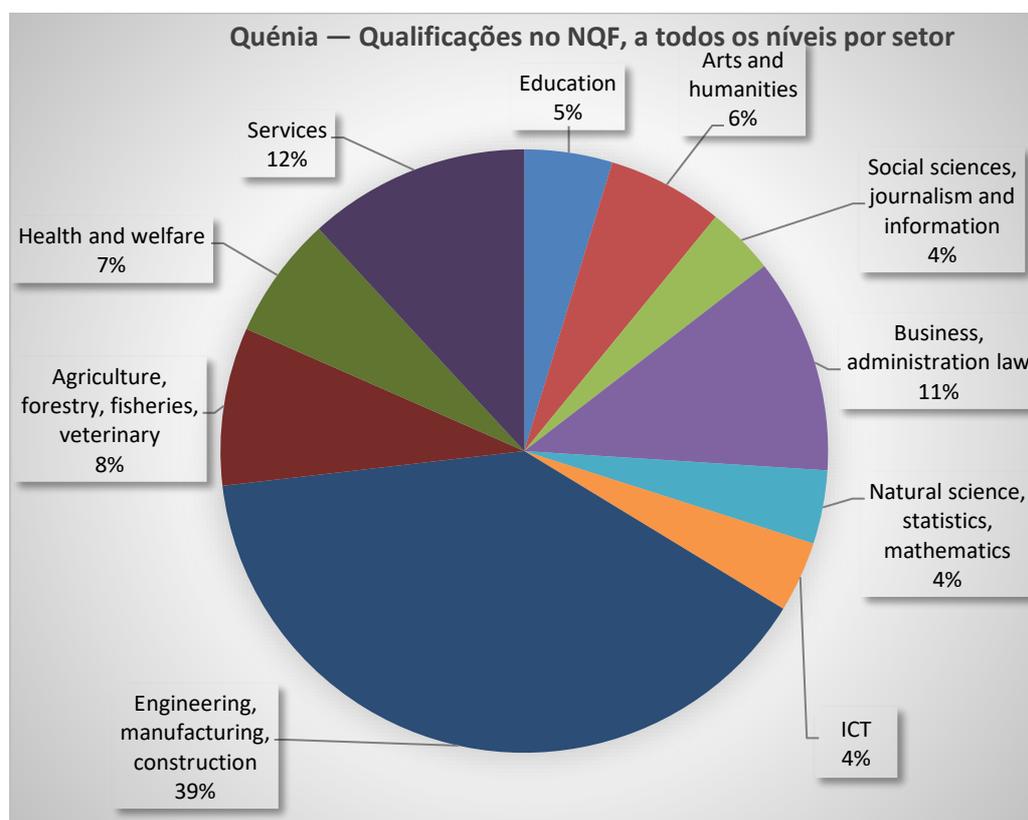


Figura 7: Qualificações no registo NQF, por setor



## Marrocos

Figura 8: Qualificações no registo TVET, por níveis

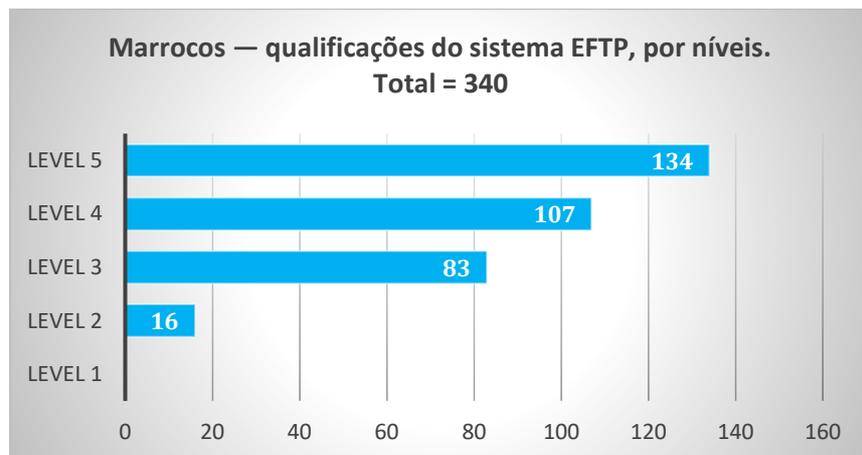
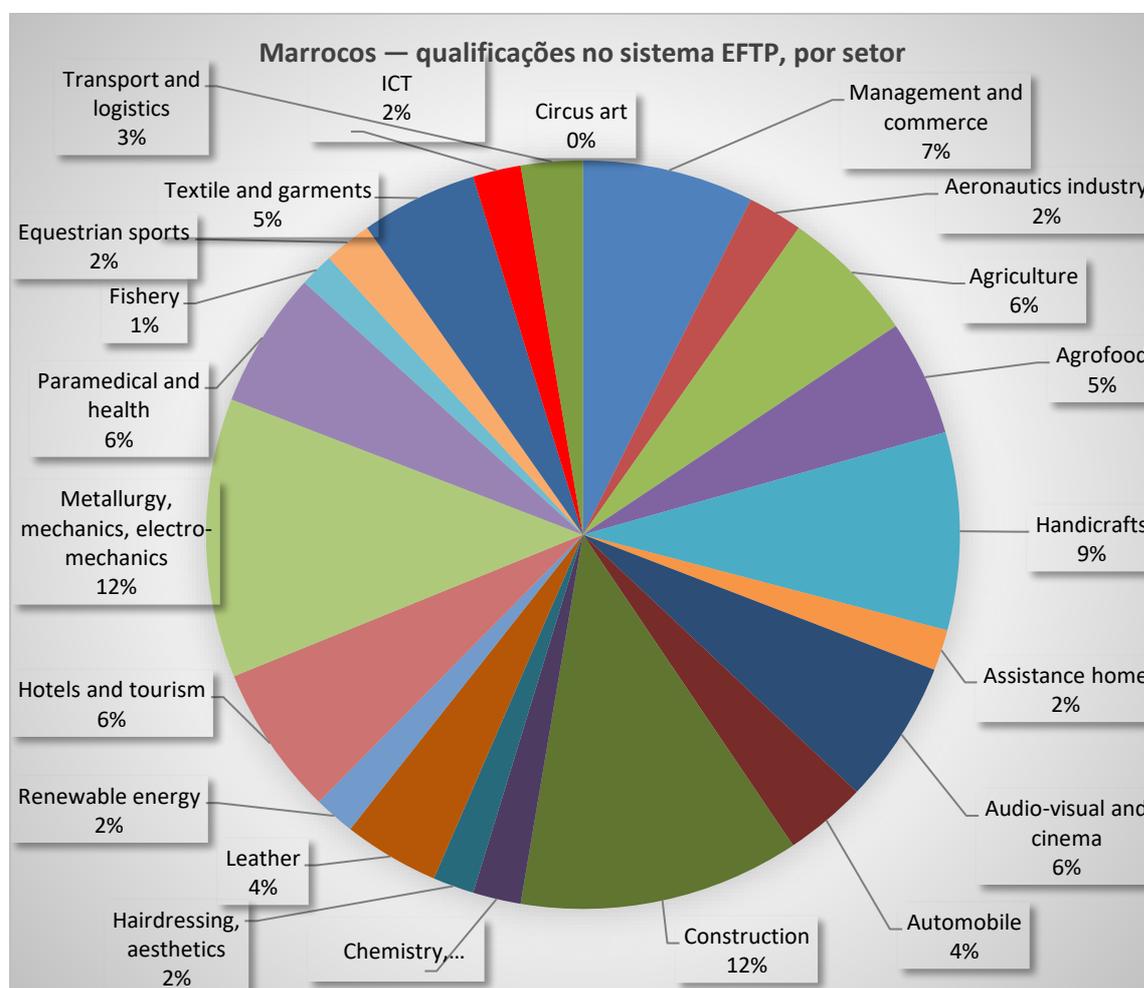


Figura 9: Qualificações no registo TVET, por setor



## Moçambique

Figura 10: Qualificações (TVET e ensino superior), por níveis

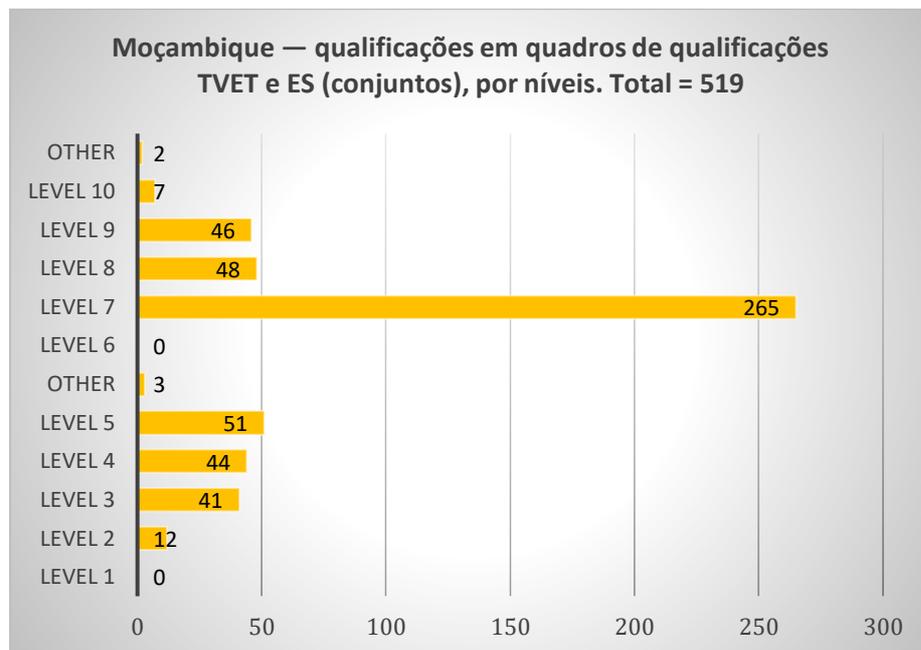
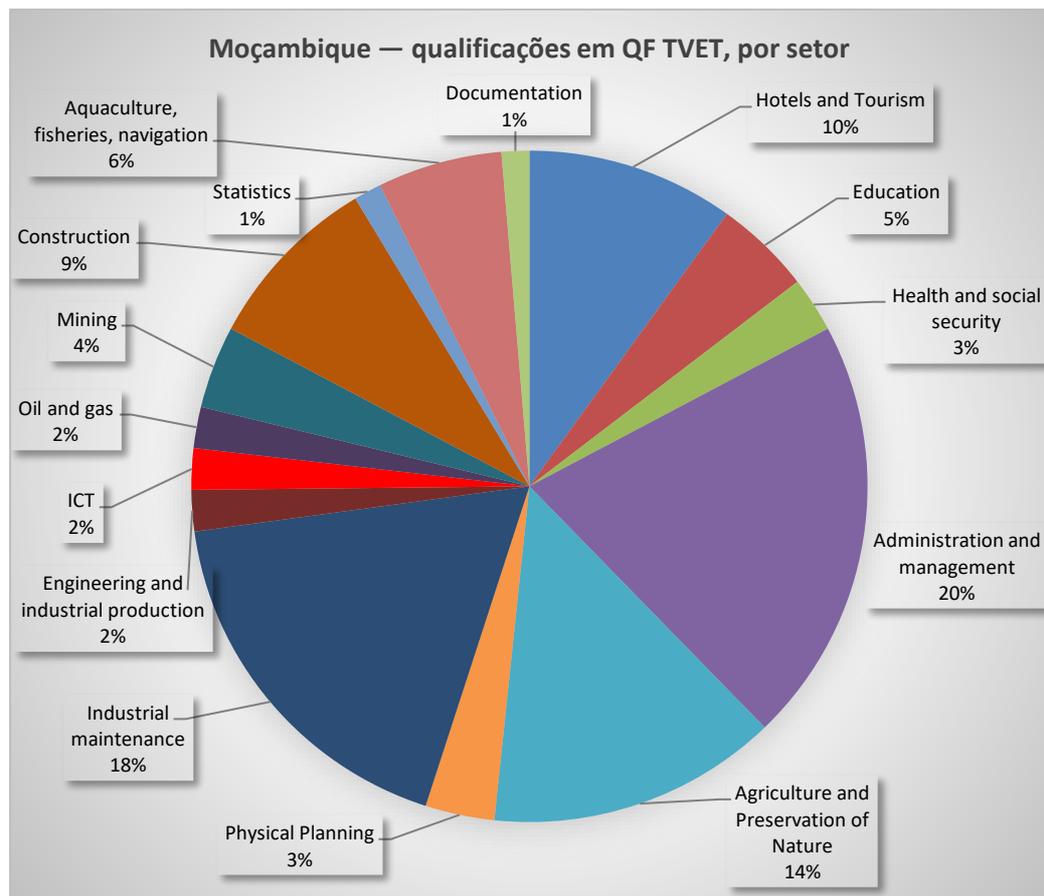
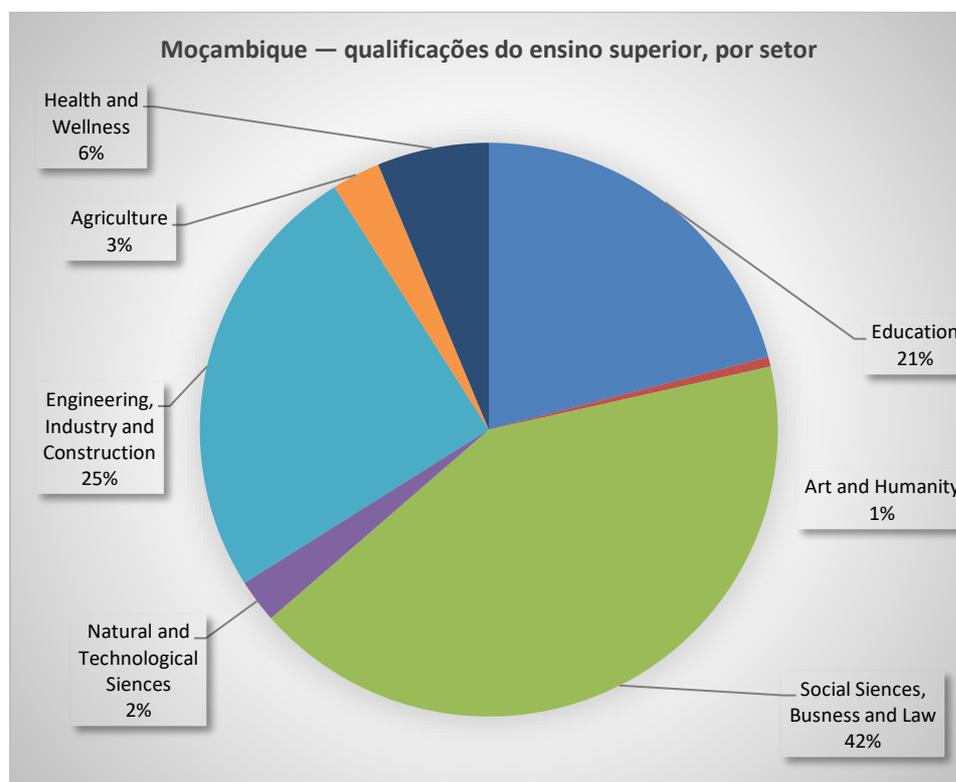


Figura 11: Qualificações no Catálogo Nacional de QF TVET (registo), por setor

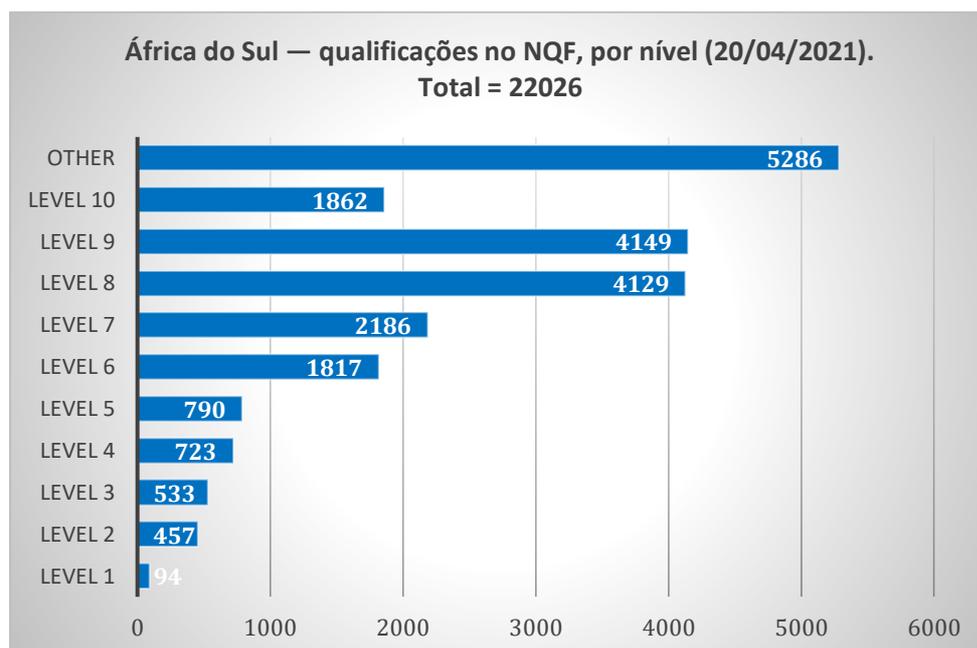


**Figura 12:** Qualificações no registo do ensino superior, por setor

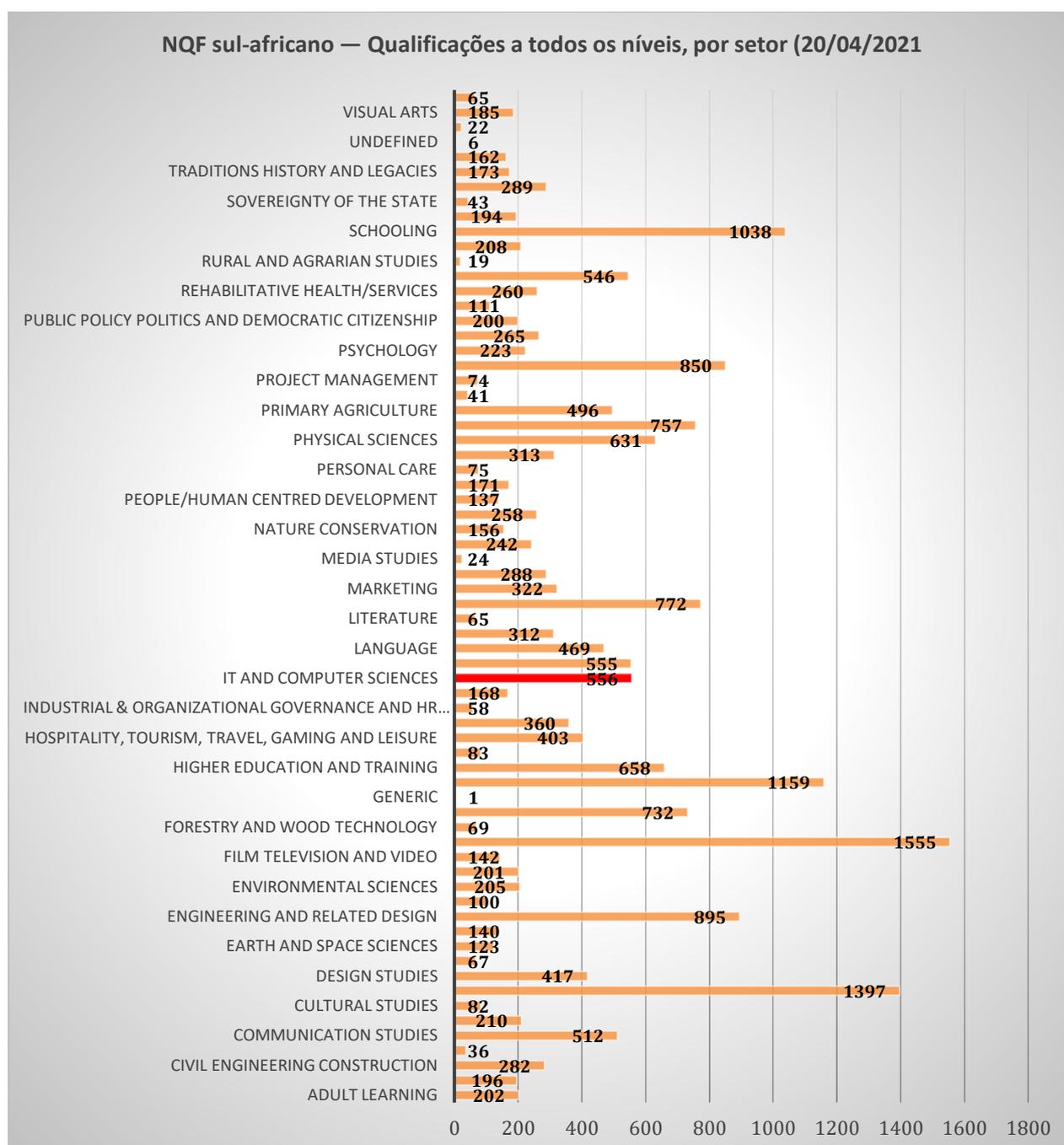


## África do Sul

**Figura 13:** Qualificações no registo do QNQ (SAQA, NLRD), por níveis



**Figura 14:** Qualificações no registo QNQ (SAQA, NLRD), por setor



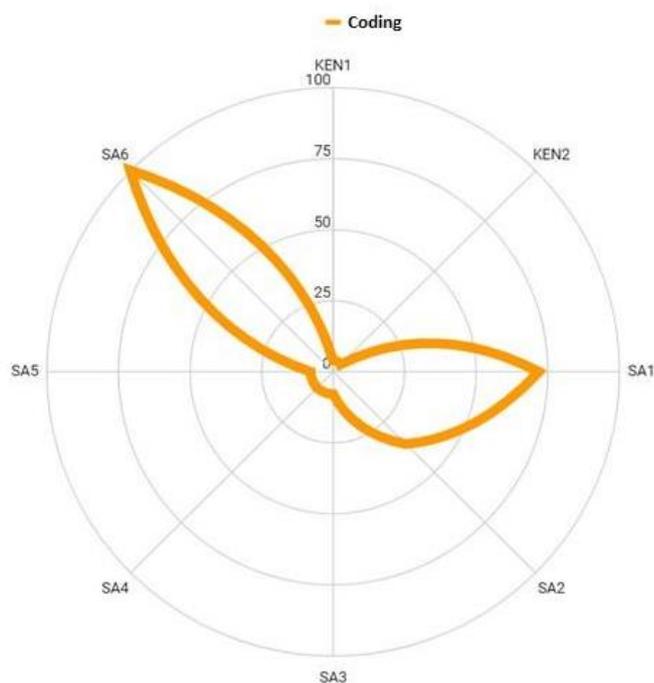
### 4.3 Análise das qualificações

Foi igualmente realizada uma análise de uma seleção de qualificações do Quênia, da África do Sul, do Botsuana e da Namíbia. A abordagem baseou-se num conjunto de critérios acordados para selecionar uma amostra de qualificações de países africanos que poderiam ser correspondidas com as Qualificações, Competências, Qualificações e Profissões europeias (ESCO) e apresentadas como perfis de qualificações.

No contexto deste estudo de levantamento, não foram encontrados exemplos comparáveis de qualificações em assistentes hoteleiros, que foram substituídos por qualificações comuns no setor da formação em hotelaria e que refletem uma ampla formação em serviços de hotelaria a nível de certificados. No caso das qualificações de um contabilista, verificou-se que os cursos de primeiro grau em contabilidade não eram comuns. Os cursos de codificação (coding) foram igualmente incluídos na análise. Verificou-se

que as qualificações em matéria de hospitalidade não tinham necessariamente o mesmo enfoque que as da ESCO, ao passo que a amplitude e a profundidade das qualificações contabilísticas também diferiam das da ESCO aos mesmos níveis. A análise do perfil do curso de codificação para a ESCO é apresentada na Figura 4 infra.5

**Figura 4:** Resultados de aprendizagem dos cursos de codificação — perfil de comparação com as competências ESCO



<a href="#">Coding, Digikids and @iLabAfrica, Strathmore University</a>	<a href="#">Coding workshops, Pwani Teknogalz</a>	<a href="#">WeThinkCo de</a>	<a href="#">Umuzi</a>	<a href="#">Project CodeX</a>	<a href="#">CodeSpace</a>	<a href="#">Quirky30</a>	<a href="#">CapaCITI</a>
KEN1	KEN2	SA1	SA2	SA3	SA4	SA5	SA6

#### 4.4 Quadros regionais de qualificações

Entre os RQFs, a SADC foi considerada a mais avançada em termos da sua base jurídica, técnica e institucional, tendo SADCQF sido aprovado desde 2011 e reativado em 2017. Na ECOWAS, os ministros da Educação aprovaram, em outubro de 2013, as orientações e o roteiro para a implementação dos QNQs e dos QRQ na região. Na EAC, o EAQFHE foi adotado pelos ministros em abril de 2015, trabalhando em complementaridade com os sistemas regionais de garantia de qualidade. O EAQFHE tem oito níveis, desde o ensino básico até ao doutoramento. O Comité Técnico de Certificação e Acreditação da SADC (TCCA) destacou-se como um organismo de supervisão de longa data que promoveu a SADCQF. Na EAC, a coordenação global da secção de ensino superior do QRQ cabe ao Conselho Inter-Universitário para a África Oriental (IUCEA), que é o órgão de custódia e de direção delegado pela EAC. Os QNQ de dois países

<sup>5</sup>A análise dos perfis de qualificações de contabilidade e de hospitalidade da ESCO é apresentada de forma semelhante no relatório de cartografia..

membros da SADC foram alinhados ao SADCQF (África do Sul e Seicheles) e o alinhamento está em curso na Maurícia.

## **ECOWAS**

O QRQ da ECOWAS não foi aprovado, apesar dos trabalhos preparatórios realizados em 2012 e da aprovação pelos ministros da Educação (2012) das orientações e do roteiro anexados ao [relatório UNESCO-ECOWAS-PNUD \(2013\)](#).

O QRQ da ECOWAS poderá tirar partido dos trabalhos em curso nos Estados-Membros, nomeadamente na Nigéria, na Gâmbia, no Gana, em Cabo Verde e no Senegal. Atualmente, na região da ECOWAS, a Nigéria, a Gâmbia, o Gana, Cabo Verde e o Senegal têm níveis de NQF descritos: A Nigéria tem seis níveis (até às qualificações de pós-graduação), a Gâmbia tem cinco (incluindo um nível fundamental), o Senegal tem cinco níveis (até ao nível da engenharia), Cabo Verde tem oito níveis (desde o diploma do ensino básico até ao doutoramento) e o Gana tem oito níveis (quadro nacional de qualificações de TVET). Além disso, nos últimos anos, muitos países da sub-região da ECOWAS desenvolveram políticas e estratégias destinadas a reforçar as suas instituições de TVET e os programas de desenvolvimento de competências.

Da mesma forma que será necessária uma abordagem comum para harmonizar as descrições dos resultados da aprendizagem, o desenvolvimento das qualificações em geral e dos QNQ e dos QRQ em particular exige uma abordagem comum. O «Inventário Global dos Quadros de Qualificações Regionais e Nacionais» (Cedefop, ETF, UNESCO e Instituto de Aprendizagem ao Longo da Vida da UNESCO, 2017, 2019) indica que muitos países estão atualmente envolvidos, de alguma forma, na conceção ou aplicação de quadros de qualificações. Quer a tónica seja colocada no aumento da pertinência e flexibilidade dos programas de educação e formação, na flexibilização da RPL, no reforço da aprendizagem ao longo da vida, na melhoria da transparência dos sistemas de qualificações, na criação de possibilidades de acumulação e transferência de créditos, ou no desenvolvimento de sistemas de garantia da qualidade, os governos estão a recorrer cada vez mais a quadros de qualificações como instrumento político de reforma (UNESCO, CEDEAO e PNUD 2013).

## **SADCQF**

### Um contexto político sólido para SADCQF

A SADCQF adquiriu uma maior importância nos planos de desenvolvimento da região para a década (2020-30). Este novo ímpeto para reforçar a aplicação do SADCQF capitaliza os resultados da primeira fase de execução (2017-20) e visa incentivar o desenvolvimento de QNQs alinhados com o SADCQF, e trabalhar em complementaridade com outros instrumentos de apoio ao reconhecimento de qualificações em toda a região. Este apoio renovado ao SADCQF é coerente com o lugar da educação nas estratégias da SADC, acima enumeradas.

Em 2020, a SADC reafirmou a sua intenção de dar um novo impulso à promoção e aplicação do SADCQF, através da inclusão de medidas pertinentes em dois planos estratégicos fundamentais para a década: O RISDP 2020-30 e o Plano de Ação da SADC sobre a migração laboral (2020-25). O RISDP 2020-30 tem um vasto conjunto de medidas concebidas para o desenvolvimento do capital social e humano (pilar 3). O reforço da aplicação da SADCQF e o desenvolvimento de competências para a industrialização regional fazem parte destas prioridades, sob a égide do «acesso dos cidadãos da SADC a uma educação de qualidade e ao desenvolvimento de competências pertinentes, incluindo no domínio da ciência e da tecnologia» (objetivo estratégico 2).

No seu terceiro resultado («Reforçar a participação dos trabalhadores migrantes nos processos de desenvolvimento socioeconómico nos países de origem e de destino»), o Plano de Ação para a Migração Laboral 2020-25 especifica ações para promover e implementar o SADCQF:

- apoiar os Estados-Membros no desenvolvimento de QNQ alinhados com o quadro SADCQF;
- apoiar o desenvolvimento de acordos regionais de reconhecimento mútuo setoriais, em conformidade com o SADCQF;
- realizar seminários de sensibilização e de reforço de capacidades, se for caso disso, dirigidos aos representantes dos trabalhadores e dos empregadores na região, a fim de promover a SADCQF; E
- realizar auditorias de competências para caracterizar a oferta e a procura em setores selecionados.

#### SADCQF: Características, governação e execução

O QRQ da SADC foi formalmente designado como *SADCQF* numa reunião do TCCA SADC de setembro de 2016. O principal documento político e técnico do [SADCQF](#), revisto em 2017, define o objetivo, o âmbito de aplicação, as características de conceção e os princípios subjacentes ao mesmo, bem como a sua estrutura de governação. O anexo 1 do documento SADCQF especifica os [descritores de nível da SADCQF](#) e o anexo 2, as [diretrizes para a garantia da qualidade da SADCQF](#).

O SADCQF é um mecanismo regional para a comparabilidade e o reconhecimento de qualificações completas, a transferência de créditos, a criação de normas regionais e a facilitação da garantia da qualidade. Consiste num conjunto de princípios, práticas, procedimentos e terminologia normalizados acordados, destinados a cumprir os objetivos da SADCQF:

- proporcionar um mecanismo para a comparabilidade e o reconhecimento de qualificações na SADC;
- facilitar o reconhecimento mútuo das qualificações em todos os Estados-Membros;
- harmonizar, sempre que possível, as qualificações;
- promover a transferência de créditos dentro e entre os Estados-Membros e mesmo para além dela; E
- criação de normas regionais da SADC, se for caso disso.

A SADCQF foi estabelecida como um quadro de referência de dez níveis, com descritores de nível baseados em resultados de aprendizagem, com três domínios de aprendizagem: Conhecimento, competências, autonomia e responsabilidade. O seu âmbito de aplicação baseia-se no princípio da inclusão, abrangendo todas as formas, tipos, níveis e categorias de educação e formação. Tal inclui a aprendizagem fora da escola, formal, não formal e informal; Ensino geral, TVET, ensino superior e vários modos de aprendizagem, incluindo à distância e em linha. Especifica [dezasseis princípios de garantia da qualidade](#) para o governo e as instituições relevantes de cada Estado-Membro. A garantia e a verificação da qualidade são objetivos importantes da SADCQF, trabalhando em complementaridade com a Rede de [Verificação de Qualificações da SADC e a Rede](#) de Garantia da Qualidade da África Austral.

O Conselho de Ministros da SADC, os ministros responsáveis pela Educação e Formação, o TCCA, o Comité de Gestão do TCCA e uma Unidade de Execução são as principais estruturas de governação para a implementação do SADCQF. No entanto, a Unidade de Execução ainda não foi criada, pelo que o seu papel é assegurado por um acordo de responsabilidade partilhada entre os Estados membros da SADC e o Secretariado da SADC pelos seis programas de execução da SADC. Os Estados-Membros ofereceram-se para aumentar a capacidade do Secretariado da SADC, prestando apoio administrativo numa base rotativa, utilizando as suas capacidades (competências humanas, técnicas e financiamento) na ausência da Unidade de Execução para impulsionar a execução dos seis programas SADCQF:

- Programa 1: Alinhamento dos NQFs com o SADCQF — África do Sul;
- Programa 2: Garantia de qualidade — Botsuana;
- Programa 3: Verificação — Reino de eSwatini;
- Programa 4: Articulação, RPL e acumulação e transferência de créditos — Namíbia;
- Programa 5: Defesa de causas e comunicação — Zâmbia;
- Programa 6: Governação — Secretariado do TCCA e da SADC.

#### Implementação do SADCQF

Foi elaborada uma diretriz para o alinhamento com os critérios e as etapas do processo de alinhamento (exercício de autoavaliação) e do processo de adjudicação para o SADCQF. Os Estados-Membros começaram a alinhar os seus NQFs com o SADCQF utilizando as orientações. Até à data, dois países concluíram o processo de alinhamento — África do Sul (SAQA 2019)<sup>6</sup>, Seicheles (SQA 2018)<sup>7</sup> — e a Maurícia (MQA 2019)<sup>8</sup> apresentou o seu relatório de alinhamento ao Secretariado da SADC para validação.

<b>Critérios de alinhamento da SADCQF</b>	
1.	As responsabilidades dos organismos nacionais envolvidos no processo de alinhamento são determinadas e publicadas pelas autoridades competentes relevantes.
2.	Existe uma ligação clara e demonstrável entre os níveis de qualificação no NQFs/NQS e os descritores de nível do SADCQF
3.	O NQF/NQS baseia-se nos resultados da aprendizagem e nas ligações a sistemas de aprendizagem e de crédito não formais e informais (caso existam)
4.	Os procedimentos para incluir as qualificações no NQF ou para descrever o lugar das qualificações na NQS são transparentes
5.	O sistema nacional de garantia da qualidade para o ensino e a formação refere-se ao NQF/NQS e é coerente com as orientações de garantia da qualidade do SADCQF.
6.	Há uma indicação clara das autoridades nacionais competentes responsáveis pela verificação das qualificações obtidas no sistema nacional.
7.	O processo de alinhamento deve incluir um acordo expresso dos organismos competentes em matéria de garantia da qualidade.
8.	Os organismos nacionais competentes devem certificar o alinhamento do NQF/NQS com o SADCQF. Os organismos nacionais competentes devem publicar um relatório exaustivo sobre o alinhamento e as respetivas provas.
9.	A plataforma oficial do país deve prever um processo de comentários públicos para o relatório de alinhamento.
10.	Foram elaborados planos claros para alterar a legislação e as políticas de apoio ao alinhamento dos níveis do SADCQF com os novos certificados de qualificação, diplomas e outros documentos emitidos pelas autoridades competentes.

Para apoiar a aplicação, a SADCQF desenvolveu um conjunto de brochuras informativas e infografias e orientações para uma divulgação acessível. O «Manual de reconhecimento de qualificações» da SADC (12/2020) foi compilado por uma equipa de trabalho de representantes dos países (Botsuana, eSwatini, Namíbia, África do Sul e Zâmbia). As «Diretrizes para a Acumulação e Transferência de Créditos da SADC» foram apresentadas ao TCCA em outubro de 2020 e revistas para validação em abril de 2021.

#### Ponto da situação do desenvolvimento dos QNQS na SADC (ACQF, 2021)

Mais de 50 % dos países membros da SADC dispõem de NQFs abrangentes, que incluem todos os níveis e subsectores da educação e da formação: I) três países dispõem de quadros nacionais de qualificações (aprovação do ato jurídico, início da execução): eSwatíni, Lesoto e Zimbabué; (II) seis países dispõem de quadros nacionais de qualificações operacionais há algum tempo e mesmo revistos: Botsuana, Maurícia, Namíbia, Seicheles, África do Sul e Zâmbia. Quatro outros países encontram-se em fase de desenvolvimento e consulta para os seus NQFs, alguns com bons progressos em 2020: Angola, Maláui,

<sup>6</sup> Final report: SAQA (2019), Report on the alignment of the South Africa National Qualifications Framework (SANQF) to the Southern African Development Community Qualifications Framework (SADCQF). <https://www.saqa.org.za/sites/default/files/2020-02/SADCQF%20alignment%20report%20%28is%2907012020.pdf>

<sup>7</sup> SQF (2018). Draft report: SQF (2018), Draft Report on the Alignment of the Seychelles National Qualifications Framework (SNQF) to the Southern African Development Community Qualifications Framework (SADCQF). <http://www.sqa.sc/Resources/DocsForComment/DraftReportAlignmentSeychellesNQFSADCQF.pdf>

<sup>8</sup> MQA (2019), Report on alignment of the National Qualifications Framework of the Republic of Mauritius to the SADC Qualifications Framework. <http://www.mqa.mu/English/Documents/FS/Report15042019.pdf>

Moçambique e Tanzânia. Dois países estão numa fase muito precoce do desenvolvimento do NQF: Comores e RDC. Madagáscar progrediu no desenvolvimento e consulta do conceito de NQF. Alguns países dispõem de quadros de qualificações setoriais operacionais (TVET e ensino superior) e, ao mesmo tempo, começaram a desenvolver QNQ integrados/abrangentes — por exemplo, Moçambique.

Países como o [Botsuana](#), a [Maurícia](#), a [Namíbia](#), as [Seicheles](#), a [África do Sul](#) e a [Zâmbia](#) dispõem de autoridades nacionais de qualificações bem estabelecidas, responsáveis pela integridade do NQF, pelas bases de dados nacionais de qualificações, pelo registo das qualificações, pela verificação das qualificações, pelo estabelecimento de normas e pela divulgação de informações aos utilizadores finais através de sítios Web e serviços digitais. O Lesoto e o eSwatini têm os NQFs mais recentes (aprovados em 2019 e 2020, respetivamente, com orientações e ferramentas). Angola, Maláui e Moçambique estão em vias de adotar quadros nacionais de qualificações abrangentes. Angola desenvolveu um NQF a dez níveis, no contexto da construção de uma NQS reformada, que integra uma proposta técnica e política abrangente para o registo de qualificações, o quadro de governação e o sistema de validação da aprendizagem não formal e informal — este pacote encontra-se no processo de consulta legislativa no momento da redação do presente relatório. Quatro países estão a testar uma iniciativa de certificação eletrónica regional (Botsuana, Namíbia, África do Sul e Zâmbia).

A estrutura de dez níveis é utilizada por todos os NQFs abrangentes da SADC, independentemente da fase de desenvolvimento. Exemplos de domínios de descritores de nível aplicados nos NQFs da SADC:

1. conhecimentos, aptidões e competências (Botsuana);
2. conhecimentos, competências, autonomia e responsabilidade (Moçambique, Angola) — NQFs abrangentes em fase avançada de desenvolvimento;
3. domínios do conhecimento; Natureza das competências; Agência e contexto (Lesoto)
4. grau de complexidade; Raciocínio e resolução de problemas; Conhecimentos; Autonomia e responsabilidade (Zâmbia);
5. competências aplicadas: Âmbito dos conhecimentos; Literacia em conhecimento; Método e procedimento; Resolução de problemas; Ética e prática profissional; Acesso, tratamento e gestão da informação; Produção e comunicação de informações; Contexto e sistemas; Gestão da aprendizagem; Responsabilização (África do Sul).

#### Dimensões internacionais da SADCQF

A SADC tem o quadro regional de qualificações mais avançado em África e é provável que beneficie do facto de a estratégia de desenvolvimento da SADC conter medidas destinadas a reforçar e consolidar a aplicação da SADCQF. Prevê-se que o número de países referenciados / alinhados ao SADCQF aumente nos próximos anos, em resultado das novas medidas de apoio e da disponibilidade de recursos.

Desde o lançamento da aplicação em 2017, o SADCQF procurou a cooperação e a aprendizagem entre pares com outros quadros regionais. O SADCQF não é atualmente referenciado a quaisquer quadros de qualificações continentais ou regionais, mas comparou com o Quadro de Referência de Qualificações da ASEAN (AQRF) e o Quadro Europeu de Qualificações (EQF – QEQ) em termos de descritores de nível, de mecanismos de coordenação e de aplicação destes QR. A avaliação comparativa foi facilitada por um estudo que comparou, entre outros, o SADCQF com três NQFs e com o QRF e o EQF da ASEAN (SADC2017). Os critérios de alinhamento/referenciação do Quadro SADCQF, do QEQ e do QRF ASEAN são muito semelhantes

Em 2017, o Comité Executivo do TCCA efetuou uma visita de aprendizagem entre pares à UE para estudar as disposições institucionais do QEQ e a sua aplicabilidade ao SADCQF.

A sensibilidade cultural e política integrada nos princípios da SADCQF deve ser tida em conta na gestão dos exercícios de comparação com outros QCR: «O SADCQF facilitará a interação com desenvolvimentos

internacionais pertinentes de uma forma que reforce a posição e o respeito da região a nível mundial e, ao mesmo tempo, afirme efetivamente as culturas, os valores e as boas práticas locais.» (SADCQF, 2017).

## **EAC**

O primeiro QRQ desenvolvido pela EAC foi o EAQFHE. Este quadro foi desenvolvido em 2015 pela IUCEA, com financiamento da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da Suécia. A EAQFHE é um quadro de qualificações de oito níveis, com descritores de nível para todos os níveis. O quadro baseia-se num sistema de créditos baseado em horas nocionais em que um crédito é de dez horas nocionais.

O EAQFHE relaciona os sistemas de qualificações nacionais dos Estados parceiros da EAC com um quadro de referência comum da EAC. Afirma também ser um «ponto de referência independente» destinado a desenvolver a confiança entre as diferentes partes interessadas na região. O objetivo declarado é que o EAQFHE forneça o conjunto de políticas, objetivos e informações centrais para a organização, gestão, execução e acompanhamento do quadro de qualificações. O EAQFHE:

- fornece pontos de referência importantes para a definição e avaliação das normas académicas para os prestadores de ensino superior;
- apoia a identificação de potenciais vias de progressão, nomeadamente no contexto da aprendizagem ao longo da vida; E
- promove um entendimento comum e partilhado das expectativas associadas às qualificações típicas, facilitando uma utilização coerente dos títulos de qualificação em todo o setor do ensino superior na região (EAQFHE 2015: 11).

O EAQFHE visa:

- assegurar a descrição das qualificações do ensino superior com base nos resultados de aprendizagem que podem ser obtidos através da conclusão com êxito de um regime de ensino e formação e certificados por um prémio emitido por uma instituição de ensino superior/profissional;
- permitir que os indivíduos e os empregadores compreendam e comparem melhor os níveis de qualificação dos sistemas de educação e formação entre os Estados parceiros da EAC e noutros países;
- reforçar o reconhecimento internacional das qualificações obtidas nos Estados parceiros, tanto para efeitos de estudos como para a empregabilidade;
- permitir que os empregadores compreendam melhor o processo educativo e as aptidões e competências esperadas dos candidatos a emprego;
- permitir que os alunos escolham os programas de ensino de acordo com os seus interesses e necessidades e compreendam as necessidades em cada área de estudo e, por conseguinte, possam planear melhor a sua aprendizagem; E
- proporcionar maiores possibilidades de aprendizagem ao longo da vida e de RPL.

Para além do EAQFHE, verificou-se que, a partir de 2020, a EAC iniciou um processo de desenvolvimento de um quadro de qualificações de TVET, com a assistência da Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação e do Banco Mundial. Estão também em curso planos para o desenvolvimento de um quadro de qualificações de professores para a região.

A avaliação do contributo da EAQFHE para os sistemas de educação, formação e qualificação na região exigirá dados e análises específicos, e a EAC está ciente da pertinência do acompanhamento e da avaliação deste instrumento político. A análise do impacto ou da contribuição da EAQFHE na região e nos seus países membros em termos de referência, reconhecimento mútuo e qualidade das qualificações de educação e formação pode também contribuir para reforçar a cooperação e a integração regionais.

No que diz respeito ao seu âmbito de aplicação,

O EAQFHE aplica-se a todos os tipos de ensino, modalidades de prestação, formação e qualificações, desde o ensino básico até ao ensino superior, às instituições profissionais e profissionais, obtidas através da aprendizagem formal e/ou não formal e/ou informal. O EAQFHE é fundamental para as reformas educativas atualmente em curso na Comunidade. O quadro não estabelece qualquer distinção entre quaisquer perfis ou orientações de qualificações, uma vez que tais distinções devem ser feitas nos quadros nacionais de qualificações. Dado que os Estados parceiros têm títulos diferentes para as qualificações obtidas em programas de ensino superior de orientação profissional ou académica, esta distinção é ilustrada no EAQFHE. Isto significa que, para além de distinguir os níveis dos programas, o EAQFHE também especifica a sua orientação. (EAQFHE 2015).

Os seguintes instrumentos jurídicos constituem o quadro jurídico da EAQFHE:

- o Tratado que institui a EAC;
- o Protocolo relativo ao Mercado Comum da Comunidade da África Oriental (PEACCM);
- lei IUCEA;
- política e legislação nacionais em matéria de ensino superior de cada Estado parceiro; E
- Legislação da EAC para o EAQF.

Os Chefes de Estado assinaram a Declaração para a EAC enquanto Espaço Comum do Ensino Superior. [A IUCEA](#) prossegue a visão de ser a «instituição da EAC líder para uma Área de Ensino Superior Comum (CHEA) exemplar para uma EAC próspera e sustentável». No seu sítio Web, a IUCEA publica uma série de [ferramentas](#) (manuais e parâmetros de referência) que apoiam abordagens harmonizadas, nomeadamente em matéria de garantia da qualidade.

A EAQFHE remete para o artigo 102.º do Tratado da EAC, que tem quatro pilares de integração, um dos quais é o Protocolo do Mercado Comum. O artigo 102.º do Tratado prende-se essencialmente com o compromisso de cooperar no domínio da educação e da formação, o que constitui a base para a harmonização e o desenvolvimento destes quadros regionais. Aborda o Protocolo relativo ao Mercado Comum, mas não todos os outros pilares da integração.

O artigo 11.º do Tratado estabelece que é necessário facilitar a mobilidade dos profissionais da comunidade da África Oriental (EAC, 1999). Para o efeito, os Estados da EAC comprometeram-se a assinar um acordo de reconhecimento mútuo entre as autoridades competentes que regulamentam as diferentes profissões. Em 2019, tinham sido assinados acordos de reconhecimento mútuo para contabilistas, arquitetos, engenheiros e veterinários. As negociações relativas a acordos de reconhecimento mútuo para os inspetores e os advogados da África Oriental foram concluídas e aguardam a sua assinatura. Desde então, foi realizado um estudo sobre a eficácia dos acordos de reconhecimento mútuo. As reuniões de sensibilização para o acordo de reconhecimento mútuo de farmacêuticos tiveram início em 2017 e estão em curso.

#### 4.4.1 Abordagens diferenciadas para apoiar o desenvolvimento dos QNQs

O ACQF tem por objetivo contribuir e permitir o desenvolvimento de quadros de qualificações no continente. O apoio ao desenvolvimento de QNQ deve ser contextualizado, sem deixar de aprender com outras experiências, e ser adequado à sua finalidade. Este estudo de mapeamento revelou vários níveis de diferenciação dos quadros de qualificações. A fase de desenvolvimento e implementação do QNQ é uma linha fundamental de diferenciação.

Tal como acima salientado, os países africanos encontram-se claramente em diferentes níveis de desenvolvimento do QNQ. Mais importante ainda, a afetação de países às fases de desenvolvimento pode ser bastante fluida, dada a dinâmica atual, pelo que deve ser revista e atualizada, à medida que mais países se deslocam entre fases.

O presente estudo de mapeamento capta vestígios destes movimentos. Outras características específicas não podem ser ignoradas, por exemplo, as relacionadas com determinadas semelhanças regionais. Uma sobreposição crítica entre os grupos são as diferenças entre os países anglófonos, lusófonos, francófonos e de língua árabe. Estas diferenças não devem ser ignoradas e os compromissos específicos com os países em cada uma destas categorias linguísticas têm lugar entre os grupos resumidos no quadro infra. O projeto ACQF continua a dialogar com os países, a recolher informações atualizadas sobre as suas iniciativas do NQF em curso e previstas e a colmatar as lacunas de informação em vários países.

**Quadro 4:** Apoio diferenciado aos NQF — tendo em conta as diferentes fases de desenvolvimento

Fase de desenvolvimento do QNQ	Tipo de apoio que pode ser o mais valioso
O QNQ foi criado e aplicado há algum tempo e revisto	Ligação em rede, colaboração, análise pelos pares, referênciação, exploração de novas metodologias. Racionalização do acompanhamento e da avaliação. Alinhamento com outras políticas, como o mercado de trabalho. Estes NQF devem partilhar as suas experiências, desafios e perspetivas com todas as outras iniciativas do NQF em África.
QNQ em vigor, base jurídica aprovada, aplicação iniciada.	Apoio técnico, aprendizagem interpares relacionada com os principais fatores de execução (dimensões), tais como: Conceção organizacional e planeamento, instrumentos operacionais, registo de qualificações, pacote metodológico; Governança e gestão do NQF para a sustentabilidade e o impacto; Inventário das qualificações existentes. Participação em redes regionais, continentais e internacionais.
QNQ em desenvolvimento e consulta	Apoio técnico, aprendizagem interpares relacionada com questões e temas políticos e técnicos importantes, desbloqueamento dos principais obstáculos, orientação sobre aspetos regulador-jurídico.
QNQ na fase inicial de reflexão	Assistência técnica, aprendizagem entre pares, partilha de experiências de apoio à construção de visão e à participação. Análise das opções, análise SWOT, planeamento estratégico, desenvolvimento de capacidades e adesão das partes interessadas.
QNQ não existente, desenvolvimento não iniciado	Apoio técnico de alto nível, partilha de experiências entre pares — reforço das capacidades locais, autoavaliação e análise de referência.

#### 4.4.2 Interação entre os QNQ, os QRQs e o ACQF

O estudo de levantamento salientou o facto de a interação entre os QRQs emergentes, os vários QNQs em África e o ACQF proposto ser um fator crítico para os futuros trabalhos neste domínio. Embora os QNQs sejam bastante distintos quanto à sua orientação e finalidade, a potencial cooperação e complementaridade entre os QRQs e o ACQF necessita de uma base baseada numa visão partilhada, no reconhecimento de interesses e objetivos regionais fundamentais específicos e na consideração das economias de escala. O diálogo, a consulta e a criação de confiança serão essenciais para definir as funções prioritárias e os modos operacionais do ACQF para os QNQs e os QRQs em África. É importante uma visão

orientada para o futuro, na qual as novas aprendizagens, os novos tipos de certificados e os instrumentos de certificação fazem parte do menu para cada reforma e quadro de qualificações.

O objetivo prioritário 4 (c e d) do CESA 16-25 proporciona a visão política e a base para o vasto âmbito do ACQF nas suas inter-relações com os quadros regionais e nacionais de qualificações no continente. As conclusões deste estudo de levantamento e os intercâmbios entre pares em curso com as autoridades das RECs e das autoridades nacionais (QNQ) fornecem elementos comprovativos das opções de desenvolvimento do ACQF para uma cooperação eficaz, sustentável e pertinente com os QRQ existentes no continente (tais como o SADCQF, o QRQ EAC e outros em desenvolvimento), bem como com os QRQs que envolvem QNQs africanos (como o Quadro Árabe de Qualificações). Os objetivos, modalidades e formato jurídico concretos das inter-relações entre os níveis continental, regional e nacional serão objeto de deliberações políticas e de análises técnicas e organizativas. As vantagens e desvantagens de cada cenário devem ser cuidadosamente desagregadas e, de forma crítica, o processo e a obtenção de alguma forma de consenso devem ser realizados através do diálogo social. O reforço da confiança durante este processo será essencial para garantir que a aplicação do modelo possa ser feita de forma sustentável, construtiva e coordenada.

#### 4.4.3 O ACQF: Um facilitador?

Entre os países africanos, o interesse pela partilha de experiências e pela aprendizagem entre pares no que diz respeito a questões relacionadas com os quadros e sistemas de qualificações é elevado. O ACQF é visto como um catalisador da aprendizagem política, da convergência de práticas e instrumentos que permitem qualificações comparáveis e transparentes e, em última análise, da mobilidade equitativa. A maioria dos países espera que o ACQF apoie o desenvolvimento de quadros de qualificações e de mecanismos operacionais a nível regional e nacional.

O presente estudo de viabilidade o processo e os resultados previstos no contexto do projeto de desenvolvimento do ACQF contribuem para uma primeira fase (ou cenário) para o futuro ACQF: Uma plataforma e uma rede para uma maior harmonização, transparência e informações facilmente acessíveis sobre os quadros e sistemas de qualificações em todo o continente. Entre os quais se salienta: Um quadro continental de qualificações para as pessoas.

## 5 Cenários e estratégia do ACQF

O presente capítulo descreve o ACQF, desde a sua visão e princípios até um vasto plano de realizações e indicadores de apoio à sua futura criação e execução. Os três cenários para o ACQF foram concebidos com base em características comuns e apresentados ao grupo consultivo da ACQF na sua segunda reunião, em 8 de abril de 2021. Apresenta-se aqui a abordagem de elaboração de cenários utilizada. A secção sobre os fatores de mudança do trabalho e de competências salienta o papel essencial da aprendizagem, requalificação e melhoria dos ecossistemas de competências no período de recuperação pós-COVID-19. As informações e considerações de base para a construção do ACQF apresentadas no presente capítulo dizem respeito à conceção técnico-conceptual, aos descritores de nível, à governação e ao acompanhamento e avaliação. Um plano 10 resultados resume a estratégia proposta para a implementação do ACQF.

### 5.1 Visão para o ACQF

O desenvolvimento do ACQF foi oficialmente lançado no seminário inaugural realizado na sede da Comissão da União Africana (AUC), de 2 a 3 de setembro de 2019. Este processo é liderado pela AUC, que trabalha em parceria com a União Europeia, a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) e a Fundação Europeia para a Formação (ETF). O processo é participativo, baseado em análise e dados concretos, e baseia-se na experiência africana e mundial. Até ao terceiro trimestre de 2022, o documento político e técnico ACQF, apoiado por um plano de ação, será apresentado para tomada de decisão pela AU. Um conjunto de diretrizes técnicas, uma plataforma Web com ferramentas, acompanhará o documento ACQF e uma rede de peritos formados oferecerá capacidade para operações sustentáveis do ACQF.

#### Visão e aspirações ACQF

De acordo com a visão inicial para o ACQF apresentada no seminário inaugural de setembro de 2019, o ACQF é concebido como um quadro global de qualificações para o continente, com base nos seguintes princípios:

- a) Inclusão de todos os tipos de aprendizagem e níveis de qualificações (todos os subsistemas de educação e formação);
- b) Abertura às necessidades dos aprendentes e das partes interessadas, à aprendizagem de políticas e aos ensinamentos retirados de outros quadros de qualificações;
- c) Prontidão para a inovação: Nomeadamente a transformação das competências e da aprendizagem no contexto da digitalização, da ecologização e para além da reconstrução da COVID-19.

Os objetivos do ACQF previsto são os seguintes:

- a) Comparabilidade, qualidade e transparência das qualificações e apoio à aprendizagem ao longo da vida;
- b) Facilitar o reconhecimento de diplomas e certificados e apoiar a mobilidade (aprendentes, trabalhadores, serviços);
- c) Trabalhar em cooperação e complementaridade com os QNQs e os QRQs e apoiar a criação de um espaço africano de educação e qualificação; E
- d) Promover a cooperação, o alinhamento/referenciação entre os quadros de qualificações (nacionais e regionais) em África e em todo o mundo.

Como instrumento político, prevê-se que o ACQF desempenhe um conjunto de funções, tais como:

- a) Uma plataforma que proporcione benefícios aos países e às RECs, como informações facilmente acessíveis e atualizadas sobre os QNQs no continente; Bases de dados e inventários; O desenvolvimento de várias capacidades, a aprendizagem entre pares e a criação de redes e recursos eletrónicos; Atividades de sensibilização do público (utilizadores);

- b) Uma plataforma e um catalisador para o desenvolvimento e o apoio à operacionalização dos quadros de qualificações a nível nacional; E
- c) Uma referência para a cooperação com os quadros africanos e outros quadros internacionais.

O ACQF cooperará e interagirá com os QNQs, com as Comunidades Económicas Regionais (RECs) e respetivos QRQs.

## 5.2 Desenvolvimento do ACQF

O processo de desenvolvimento do ACQF já está em curso (2019-2022) e baseia-se em dados e análises, na participação das partes interessadas, na liderança política da AUC, na sensibilização, na ligação em rede e no desenvolvimento de capacidades. Este processo está organizado em duas fases:

### Fase 1 (setembro de 2019 a setembro de 2020) (concluída)

- Base de referência e análise: Levantamento e mapeamento da situação, das dinâmicas, das principais características e perspetivas dos quadros de qualificações no continente;
- Colaboração com as partes interessadas, início do desenvolvimento de capacidades e aprendizagem interpares sobre temas fundamentais relacionados com os quadros e sistemas de qualificações.

### Fase 2 (2020-2022): Desenvolvimento da política e do documento técnico e da ação ACQF (em curso)

- O processo passa da criação de dados para a reflexão sobre as opções e cenários para o ACQF enquanto instrumento político sustentável;
- O documento político e técnico ACQF refletirá as orientações do debate com a AUC e o grupo consultivo ACQF sobre os cenários e as opções para o ACQF.
- A política e o documento técnico do ACQF serão acompanhados de orientações. As orientações ACQF apoiarão a continuação da aplicação do ACQF e assistirão os países e as partes interessadas (instituições e profissionais do setor) que interagem com o ACQF.
- O programa de desenvolvimento de capacidades do ACQF assentará numa combinação de modalidades de execução e de ligação em rede para divulgar informações, treinar equipas nacionais/regionais, apoiar uma rede de peritos formados e realizar algumas atividades de investigação.

Com base na competência conjunta de uma equipa de peritos selecionados de diferentes países africanos, a reflexão sobre possíveis cenários para o ACQF tem em conta os objetivos mais vastos da integração continental (aspiração), as conclusões do estudo de levantamento (situação atual e dinâmica previsível a nível nacional e regional) e o contexto global da transformação de competências e aprendizagem acelerada pela resposta à COVID-19.

### 5.2.1 Áreas temáticas subjacentes às análises do ACQF

O estudo de levantamento foi concebido de acordo com onze domínios temáticos, destacados no capítulo 2 do presente relatório de viabilidade. Estes onze temas constituíram o quadro conceptual em que se realizou a análise, elaborado no principal documento de planeamento do projeto ACQF e nos termos de referência do estudo.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup>Desenvolvimento do QACQ: Âmbito do trabalho e Roteiro 2019-2022 (2019), documento de trabalho técnico, Programa UA-UE para as Competências para a Empregabilidade dos Jovens: Cooperação técnica SIFA.

Estas áreas temáticas orientarão as próximas fases do projeto de desenvolvimento do ACQF, estabelecendo uma base coerente para a conceção da política e do documento técnico ACQF, assegurando que todas as dimensões essenciais são tidas em conta. Estes temas incluem: Objetivos e base jurídica dos quadros de qualificações; Governança e acompanhamento; Conceção conceptual-técnica, âmbito, níveis e descritores, validação da aprendizagem não formal e informal; A garantia de qualidade; Papel e estatuto da abordagem baseada nos resultados da aprendizagem; Sistemas de crédito; Registos e bases de dados de qualificações; Referenciação/alinhamento NQF-RQF; Custos/financiamento; Comunicação e divulgação aos utilizadores finais; Contribuição para as políticas nacionais pertinentes.

### 5.3 Considerações de base

A transformação do trabalho e da aprendizagem tem estado no centro de muitos trabalhos de investigação e debate na última década em organizações e redes internacionais, nacionais e setoriais. Um instrumento político como o ACQF é particularmente sensível à incidência e à dinâmica da mudança relacionada com o trabalho, a tecnologia, os requisitos sociais, o emprego e a evolução do genoma das suas competências.

Os motores desta mudança são múltiplos e a sua influência está interligada. Esta panorâmica conclui que a transição está estreitamente à aprendizagem e educação.

#### 5.3.1 Motores de mudança

O ACQF irá emergir, desenvolver-se e evoluir num ambiente marcado pelos esforços de recuperação pós-COVID-19, interligados com as múltiplas transições do nosso tempo (social, ecológico, digital e tecnológico); O ACQF emergente enfrentará os desafios do abrandamento económico e da recessão desencadeada pela pandemia, bem como as significativas perdas de aprendizagem resultantes do encerramento generalizado das escolas em 2020.

Por outro lado, África já adotou uma série de políticas que respondem às necessidades da adaptação ecológica e digital e começou em janeiro de 2021 com a operacionalização do comércio ao abrigo da AfCFTA. Em maio de 2019, os dirigentes africanos lançaram a AfCFTA. O acordo correspondente estabelece um quadro para a liberalização do comércio de bens e serviços e, uma vez plenamente aplicado, deverá abranger todos os 55 países africanos, com um PIB combinado estimado de 2,5 biliões de dólares americanos e uma população superior a 1,3 mil milhões de habitantes. Em termos de população, a AfCFTA é a maior zona de comércio livre do mundo.

Há muito que os decisores políticos africanos encaram a integração comercial em África como um mecanismo de promoção da prosperidade. Ao longo dos anos, foram constituídos vários grupos de integração económica e comercial. A AfCFTA é a iniciativa mais ambiciosa neste sentido. Apoiará a concretização da promessa económica do continente, ajudando a aumentar a produtividade e o investimento, aumentando assim os níveis de rendimento e reduzindo a pobreza. Mais importante ainda, a aplicação da AfCFTA exigirá reformas políticas para maximizar os seus benefícios, nomeadamente reformas no domínio da transparência e do reconhecimento de competências e qualificações em todos os países, consideradas condições essenciais para a mobilidade e o comércio livre.

#### **Transformação do trabalho, das competências e da aprendizagem**

O futuro dos trabalhos chegou antes do calendário. Pelo menos quatro megafatores de mudança que estão a impulsionar a dinâmica desta transformação e adaptação:

1. digitalização, automatização e inteligência artificial;
2. Pandemia de COVID-19;

3. tornar a economia e a sociedade mais ecológicas;
4. movimentos sociais: Direitos, democracia, informação, inovação.

O impacto combinado destas forças está a redefinir a forma como as pessoas trabalham, comunicam, aprendem e desenvolvem as suas qualificações. Os modelos empresariais devem adaptar-se à nova normalidade. Esta crise multidimensional criou igualmente um cenário de dupla perturbação para os trabalhadores — o paralelismo da recessão da COVID-19 exacerbado pelas perturbações causadas pela automatização e digitalização. As perturbações a curto e a longo prazo estão interligadas.

A investigação do Fórum Económico Mundial (WEF 2020a) sobre o futuro do emprego e do McKinsey Global Institute (2021) sobre o futuro do trabalho após a COVID-19 salienta os efeitos, os desafios e as oportunidades para a recuperação e para a reconstrução de melhores economias, emprego e sistemas de desenvolvimento de competências dos países.

Esta aceleração da transformação tem sido tangível em muitas partes do mundo, incluindo em África. Dois anos de inovação digital ocorreram em dois meses. O trabalho à distância e as formas híbridas de trabalho tornaram-se habituais em muitas profissões e setores, embora nem todas as profissões pudessem adaptar-se e reorganizar-se. Está a surgir uma vaga de inovação e uma nova geração de empresários, aproveitando a oportunidade proporcionada pela necessidade de adaptação. Os ganhos de produtividade com base digital aceleram a quarta revolução industrial.

Neste contexto de transformação do trabalho, a requalificação e a melhoria de competências tornam-se urgentes, à medida que mais trabalhadores se transferem para empregos baseados numa combinação de tarefas e competências em mudança. A aprendizagem — em qualquer momento, em qualquer lugar — tem de se adaptar para dar resposta a uma necessidade tão enorme de requalificação de grande parte da população em idade ativa. Estão a surgir novos tipos de qualificações e de modalidades de reconhecimento da aprendizagem e os conceitos de micro-credenciais e de certificados digitais estão a tornar-se parte integrante das políticas e práticas dos sistemas de qualificações.

### **Transição ecológica, adaptação ecológica**

O *verde* é visto como uma importante alavanca e componente indispensável para os planos de recuperação e investimento pós-Covid, como se vê nos pacotes de incentivo em grande escala em todo o mundo.

Para fazer face à crise financeira de 2008-09, os governos dispunham de importantes programas de estímulo, mas poucos incluíram ações climáticas ou ambientais. Desta vez, é diferente. Não se trata apenas da grande escala de recursos dos planos de recuperação, mas também da filosofia da recuperação. Não se trata de replicar o mesmo modelo, mas de recuperar através da ecologia.

Muitos países e regiões estão a utilizar os seus planos de recuperação para promover as prioridades da política ambiental. Por exemplo:

- O Banco Africano de Desenvolvimento anunciou, em janeiro de 2021, o lançamento do Programa de Aceleração para a Adaptação em África (AAP) para mobilizar 25 mil milhões de dólares para intensificar e acelerar as ações de adaptação às alterações climáticas em todo o continente africano. O anúncio foi feito durante a Cimeira sobre a Adaptação Climática, em 2021. A iniciativa emblemática «Adaptação à Juventude» da AAP desbloqueará 3 mil milhões de dólares para os jovens, apoiará 10 000 pequenas e médias empresas lideradas pelos jovens na resiliência às alterações climáticas e criará capacidades para um milhão de jovens em matéria de adaptação às alterações climáticas.
- Na União Europeia, a estratégia de crescimento é o Pacto Ecológico Europeu. A UE adotou a *NextGenerationEU*, um instrumento temporário de recuperação de 750 mil milhões de EUR para

ajudar a reparar os danos económicos e sociais imediatos causados pela pandemia de COVID-19. Após a COVID-19, a Europa será mais ecológica, digital, mais resiliente e mais adequada aos desafios atuais e futuros. O [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#), adotado em fevereiro de 2021, é o elemento central da *NextGenerationEU* e oferece uma oportunidade sem precedentes para acelerar a recuperação sustentável na Europa e reforçar o empenhamento na dupla transição: Verde e digital. O mecanismo disponibilizará de 672,5 mil milhões de EUR sob a forma de empréstimos e subvenções para apoiar as reformas e os investimentos empreendidos pelos Estados-Membros. O mecanismo apoia investimentos e reformas em sete áreas emblemáticas: Desenvolvimento da energia (tecnologias limpas e energias renováveis); Renovar (eficiência energética dos edifícios); Recarga e reabastecimento (transportes sustentáveis e estações de carregamento); Ligação (implantação de serviços de banda larga rápida); Modernizar (digitalização da administração pública); Expansão (capacidades em Cloud de dados e processadores sustentáveis); E requalificar e melhorar as competências (educação e formação para apoiar as competências digitais). Cada plano de recuperação e resiliência dos Estados-Membros da UE deve incluir um mínimo de 37 % de despesas para investimentos e reformas no domínio do clima e um mínimo de 20 % para promover a transição digital.

- [France Relance](#), o novo plano de recuperação e crescimento de 100 mil milhões de euros para 2030 assenta em três pilares: Ecologia, competitividade e coesão social. A componente ecológica beneficia de uma carteira de 30 mil milhões de euros e visa transformar a França na primeira grande economia sem carbono na Europa. Esta componente dedica um grande investimento ao desenvolvimento das competências necessárias para tornar o emprego e o trabalho mais ecológicos.
- O New Deal da Coreia do Sul prevê investir cerca de 144 mil milhões de dólares na criação de 1 900 000 postos de trabalho até 2025. O plano centra-se num Novo Pacto Digital e num Novo Pacto Ecológico e inclui um apoio político global para reforçar as redes de emprego e de segurança social. O New Deal Verde centra-se nas energias renováveis, nas infraestruturas verdes e no setor industrial. O seu programa de subvenção para automóveis ecológicos oferece subvenções até 17 milhões de dólares para as pessoas que comprem automóveis elétricos em 2021 e até 33,5 milhões de dólares para os veículos elétricos a pilhas de hidrogénio.
- O Canadá está a reforçar o âmbito de aplicação e as medidas do seu quadro pan-canadiano para o crescimento limpo e as alterações climáticas, de 2016.
- A Nigéria planeia eliminar progressivamente os subsídios aos combustíveis fósseis e instalar sistemas de energia solar para cerca de 25 milhões de pessoas.

Tal como as empresas da economia digital impulsionaram os retornos dos mercados bolsistas nas últimas décadas, as tecnologias verdes poderão desempenhar esse papel nas próximas décadas. As oportunidades de crescimento verde abundam em vastos setores como a energia, a mobilidade, a construção e a agricultura. A banca e o investimento estão também a entrar no espaço verde para apoiar a recuperação e a adaptação ecológicas — o que também exige novas competências.

A ecologização das tarefas, dos postos de trabalho e das competências já estava a acontecer — mas a ecologização tem agora uma nova oportunidade de passar da margem para assumir um papel central e tornar-se um motor dominante. As principais implicações da ecologização para o emprego, a educação, a formação e as competências incluem:

- a necessidade de desenvolver tecnologias, processos de produção, produtos, serviços e modelos empresariais respeitadores do ambiente em todos os setores da economia;

- alterar a forma como as profissões tradicionais são exercidas (e ensinadas) e criar novas tarefas, processos e mesmo novas profissões;
- criar uma procura de novas competências e conhecimentos e a necessidade de melhorar as competências e de requalificar um grande número de pessoas;
- necessidade de aumentar a sensibilização ambiental nos programas de ensino e formação; E
- exige uma estreita interação entre os sistemas de educação e formação e os seus ambientes, a fim de criar ecossistemas de competências em que o desenvolvimento de competências seja acompanhado de mudanças económicas, tecnológicas e sociais.

### **Digitalização, automatização e inteligência artificial: Poderoso motor de mudança do trabalho, emprego e competências**

O relatório do Fórum Económico Mundial sobre o futuro do emprego (2WEF 020a) estima que as profissões emergentes registarão um crescimento mais acentuado do que antes da pandemia, acompanhado da procura de novas competências (transversais, híbridas e técnicas). Os défices de competências continuam a ser elevados, uma vez que as competências em procura em todos os postos de trabalho irão mudar nos próximos cinco anos. Em média, as empresas estimam que 40 a 50 % dos trabalhadores necessitarão de requalificação (igual ou inferior a seis meses) e 94 % dos líderes empresariais afirmam esperar que os trabalhadores adquiram novas competências no emprego, uma utilização acentuada de 65 % em 2018.

A dinâmica dos empregos deslocados e emergentes está a afetar a combinação de profissões nas economias e a combinação de competências dentro das profissões. Embora o número de postos de trabalho destruídos seja ultrapassado pelo número de «empregos de amanhã» criados, ao contrário dos anos anteriores, a criação de emprego está a abrandar e a destruição de postos de trabalho acelera-se. No entanto, os empregadores esperam que, até 2025, as profissões emergentes venham a crescer. O Fórum Económico Mundial estima que, até 2025, 85 milhões de postos de trabalho poderão ser deslocados devido a uma mudança na divisão do trabalho entre humanos e máquinas, ao passo que poderão surgir 97 milhões de novos perfis / empregos mais adaptados à nova divisão do trabalho entre humanos, máquinas e algoritmos.

A COVID-19 acelerou o futuro do trabalho na transição para formas de trabalho à distância e híbridas. Em reação ao risco para a vida decorrente da propagação do vírus da COVID-19, os governos legislaram o encerramento total ou parcial das operações comerciais, causando um forte choque nas economias, nas sociedades e no emprego. A transição para o trabalho à distância foi maciça. A pandemia demonstrou que é possível uma nova forma híbrida de trabalhar em maior escala do que se imaginava em anos anteriores. O Fórum Económico Mundial (WEF 2020a) estima que 84 % dos empregadores deverão digitalizar rapidamente os processos de trabalho, incluindo uma expansão significativa do trabalho à distância com potencial para deslocar 44 % da sua mão de obra para operar à distância no futuro. É provável que, na sequência da pandemia, persistam modelos híbridos de trabalho à distância, sobretudo para uma minoria altamente qualificada e bem remunerada. A pandemia acelerou as tendências existentes no domínio do trabalho à distância, do comércio eletrónico e da automatização, com cerca de 25 % de trabalhadores a necessitar potencialmente de mudar de profissão. A COVID-19 pode promover uma adoção mais rápida da automatização e da inteligência artificial, especialmente em ambientes de trabalho com elevada proximidade física. Além disso, há uma procura crescente de postos de trabalho no setor da saúde e da prestação de cuidados, a emergência da telemedicina e a revolução bio farmacêutica em curso.

Além disso, existe um mercado emergente para o trabalho à distância (crescimento da procura e da oferta). Os dados do Gráfico Económico LinkedIn mostram que o número de trabalhadores à procura de oportunidades de emprego à distância quase duplicou, enquanto o número de postos de trabalho aumentou gradualmente — com picos de um duplo aumento em meados de abril e um triplo aumento em

meados de junho de 2020. As tendências aceleradas pela COVID-19 podem induzir maiores mudanças na combinação de postos de trabalho nas economias do que as estimadas antes da pandemia. A investigação do McKinsey Global Institute (2021) mostra que, após a pandemia, pode surgir uma combinação de profissões significativamente diferente nas oito grandes economias dos Estados Unidos, Espanha, Reino Unido, França, Alemanha, Japão, China e Índia.

Em comparação com as estimativas anteriores à COVID-19, o maior impacto negativo da pandemia diminuiu nos trabalhadores dos serviços alimentares e nas vendas e serviços aos clientes, bem como nas funções de apoio administrativo menos qualificado. Os postos de trabalho na armazenagem e nos transportes podem aumentar em resultado do crescimento do comércio eletrónico e da economia de entregas, mas é pouco provável que esses aumentos compensem a perturbação de muitos postos de trabalho com salários baixos. Nos Estados Unidos, por exemplo, os serviços ao cliente e os serviços de restauração poderão diminuir em 4,3 milhões, enquanto os postos de trabalho no setor dos transportes poderão aumentar em quase 800 000. A procura de trabalhadores nos setores da saúde e das profissões STEM (Ciência Tecnologia Engenharia e Matemática) pode crescer mais do que antes da pandemia.

Dada a concentração esperada do crescimento do emprego em profissões com salários elevados e a diminuição das profissões com salários baixos, a escala e a natureza das transições de mão de obra necessárias nos próximos anos serão desafiantes.

No cenário pós-COVID-19, uma maior percentagem de trabalhadores poderá ter de mudar para novas profissões que exijam uma combinação diferente de competências. O tempo despendido na utilização de competências sociais e emocionais e de competências tecnológicas aumentará face a uma diminuição da utilização de competências cognitivas básicas e de competências físicas/manuais.

### **Adoção tecnológica**

Nos últimos dois anos, registou-se uma clara aceleração na adoção de novas tecnologias entre todas as empresas e instituições. A computação em Cloud, Big Data e o comércio eletrónico continuam a ser prioridades elevadas, seguindo uma tendência estabelecida em anos anteriores. No entanto, registou-se também um aumento significativo do interesse pela encriptação, refletindo as novas vulnerabilidades da nossa era digital, e um aumento significativo do número de empresas que esperam adotar robôs não humanoides e inteligência artificial, com ambas as tecnologias a transformarem-se lentamente num pilar do trabalho em todas as indústrias.

### **As alterações do mercado de trabalho afetam o conteúdo das qualificações**

A lista «Top 10 kills of 2025» do relatório do Fórum Económico Mundial (WEF 2020a) está a mudar. A lista mostra que o pensamento crítico e a resolução de problemas estão no topo da lista de competências que os empregadores consideram mais proeminentes nos próximos cinco anos, o que tem sido consistente desde 2016. Mas surgem recentemente em 2020 competências de autogestão, como a aprendizagem ativa, a resiliência, a tolerância ao stress e a flexibilidade:

1. Pensamento analítico
2. Aprendizagem ativa e estratégia de aprendizagem
3. Resolução de problemas complexos
4. Pensamento crítico e análise
5. Criatividade, originalidade e iniciativa
6. Liderança e influência social
7. Utilização, monitorização e controlo tecnológico
8. Conceção e programação tecnológica

9. Resiliência, tolerância ao stress e flexibilidade
10. Raciocínio, resolução de problemas e ideação

A análise também estima a dinâmica das competências especializadas transversais — as competências aplicáveis e facilmente transferíveis entre profissões. Esta consideração é importante num contexto de crescente transição dos trabalhadores para diferentes profissões (WEF 2020a: 37).

### **Qualificações em tempo de crise**

As qualificações em tempo de crise podem ser consideradas a partir de, pelo menos, três ângulos:

- a aquisição de novas competências para as numerosas transições utilizando uma combinação de instrumentos baseados na inovação: Aprendizagem digital, micro-credenciais, credenciais baseadas nas competências e aprendizagem prática;
- o conhecimento não é menos importante nas qualificações, mas deve ser enriquecido com valores, atitudes e disposições comportamentais;
- A mensagem inabalável de Nelson Mandela continua a inspirar o mundo neste período de transformações: «O poder da educação vai além do desenvolvimento de competências de que necessitamos para o sucesso económico. Pode contribuir para a construção nacional e a reconciliação. É o instrumento mais poderoso para mudar o mundo.»<sup>10</sup>

### **Renovação das qualificações em tempos de crise: Os dados ajudam!**

A era dos dados digitais e da análise baseada em inteligência artificial oferece novas abordagens de análise e informação sobre mercado de trabalho e competências quase em tempo real.

- Uma análise de dados inovadora pode proporcionar fluxos contínuos de conhecimentos sobre a evolução das exigências e das taxas de competências, por profissões e setores, com grande granularidade e georreferenciação — o que pode constituir uma vantagem importante e invisível para a renovação das qualificações, a reformulação dos cursos e a aprendizagem.
- Novos tipos de competências: Surgiram observatórios, analisando terabytes de dados e capazes de contribuir para muitas questões — o princípio é «deixar que os dados falem».
- As fontes de dados devem ser mais bem combinadas — para oferecer perspetivas holísticas, profundas e orientadas para o futuro, úteis para a conceção de normas e currículos de qualificações. Esta complementaridade implica a triangulação dos dados do acompanhamento dos percursos dos licenciados, dos estudos de procura dos empregadores, das previsões e de outras fontes.
- As universidades e as instituições de formação profissional podem utilizar as imensas possibilidades de novas análises de dados e quadros de bordo para captar e analisar o desfasamento entre as competências exigidas/por profissão, por um lado, e o conteúdo e os resultados de aprendizagem dos seus cursos e qualificações oferecidos, por outro.

Os dados sobre a procura dos empregadores em tempo real ajudam a descobrir o ADN de empregos como pacotes de competências, fornecem informações sobre a diversidade sub-ocupacional (competências essenciais, competências de base e competências distintivas) e identificam o aparecimento de um genoma híbrido de competências de emprego num crescimento da procura elevada. O genoma híbrido combina

---

<sup>10</sup> <https://www.washingtonpost.com/news/answer-sheet/wp/2013/12/05/nelson-mandelas-famous-quote-on-education/>

competências de diferentes domínios, tais como tecnologia e comercialização, gestão de produtos e análise de dados.

### **2021 ano de transição: A transição e a recuperação estão estreitamente ligadas à aprendizagem**

A transição e a adaptação são imensos estaleiros de construção suave. Metade de nós terá de voltar a requalificar-se e formar-se nos próximos cinco anos, de forma a dar resposta às exigências colocadas pela dupla perturbação do impacto económico da pandemia e o aumento da automatização que transformam postos de trabalho. A escassez de competências é mais acentuada nas profissões emergentes. Uma maior percentagem de trabalhadores terá de fazer mais transições para profissões que exigem competências diferentes e mais elevadas. For exemplo, no âmbito do Pacto para as Competências estabelecido na União Europeia durante a pandemia, as empresas e as autoridades públicas dedicaram 7 mil milhões de euros ao reforço das competências de cerca de 700 000 trabalhadores do setor automóvel.

A transição e a recuperação dizem respeito à aprendizagem:

1. Aprendizagem, requalificação e melhoria das competências — uma prioridade importante e premente para o *período de reconstrução*;
2. Os sistemas também têm de aprender — a educação, o desenvolvimento de competências e as qualificações devem captar as oportunidades e a procura premente de muitos milhões de pessoas. É este o momento porque não há tempo;
3. Empenho das empresas e do setor público em incutirem uma cultura de aprendizagem ao longo da vida. O apoio a uma cultura e a uma prática de aprendizagem ao longo da vida exige as condições, os recursos e os incentivos adequados, tais como a validação da aprendizagem em diferentes contextos, o apoio à autogestão da aprendizagem e a introdução de instrumentos como contas individuais de formação;
4. Tanto as empresas como os decisores políticos devem colaborar para apoiar os trabalhadores que migram entre profissões. É necessário um maior apoio do setor público para a formação, requalificação de trabalhadores em risco ou deslocados, jovens e mulheres, cujo emprego foi mais gravemente afetado pela crise da COVID-19. Os governos poderiam igualmente considerar a possibilidade de alargar os benefícios e as proteções aos trabalhadores independentes e aos trabalhadores que trabalham para desenvolver as suas competências e conhecimentos a meio da carreira;
5. Os decisores políticos poderiam apoiar as empresas através da expansão e do reforço da infraestrutura digital. Mesmo nas economias avançadas, quase 20 % dos trabalhadores domésticos rurais não têm acesso à Internet.

### **5.3.2 Considerações relativas à convergência/harmonização das qualificações em África**

O estudo do mapeamento do ACQF propõe um conjunto de considerações fundamentais para a convergência das qualificações em África, que são tidas em conta no debate sobre os cenários para o ACQF enquanto instrumento político para a transparência das qualificações e um meta-quadro para o alinhamento/referenciação com os QNQs.

1. Sistemas de qualificações adequados à sua finalidade em África
2. Bases jurídicas e políticas para os QNQs: Reflexão e análise documentadas desde a fase de consulta
3. Governação dos NQF: Forma e função

4. Arquitetura do NQF: Forte convergência com os resultados da aprendizagem, paridade de estima e articulação
5. Dados e avaliação dos QNQs: Um risco e uma oportunidade
6. O ACQF pode funcionar como catalisador da CESA e da AfCFTA, bem como de outras iniciativas políticas para melhorar o período pós-COVID-19.
7. Financiamento dos QNQs: Menos mas melhor
8. Divulgação e comunicação sobre os QNQs: Começamos com o utilizador final
9. Alinhamento e referenciação: Perspetivas do NQF
10. Tirar partido das iniciativas continentais e regionais existentes
11. Relações entre os QNQs, os QRQs e o ACQF
12. Bases jurídicas e políticas para os QRQ: Encontrar o equilíbrio certo
13. Governação dos QRQs: Ligação para as RECs e a AUC
14. Apoio diferenciado aos QNQs/países
15. Sustentabilidade e harmonização das qualificações em África

## 5.4 Abordagens de construção de cenários

### 5.4.1 Em Educação

A construção de cenários é utilizada no pensamento estratégico em vários domínios políticos e empresariais, nomeadamente para identificar futuras opções e direções de mudança na educação. Um pressuposto básico da construção de cenários é que diferentes futuros, e não apenas um futuro, são possíveis e devem, por conseguinte, ser considerados.

Os cenários são cuidadosamente construídos para o futuro e as possíveis formas de desenvolvimento de um setor. Os cenários ajudam a centrar a reflexão nos fatores mais importantes que determinam a mudança num domínio específico. Ao considerar as complexas interações entre estes fatores, podemos melhorar a nossa compreensão do funcionamento da mudança e do que podemos fazer para a orientar.<sup>11</sup>

#### **Cenários e educação**

Os cenários não preveem o futuro; São instrumentos para nos ajudar a explorar diferentes formas de o futuro se poder desenvolver, de modo a podermos formar uma visão partilhada, desenvolver estratégias e criar políticas de elevado impacto a aplicar agora. Um cenário para um determinado domínio, como a educação ou a escolaridade, deveria dizer-nos o que cada uma das principais partes interessadas poderia esperar num determinado conjunto de circunstâncias, pelo que os decisores a todos os níveis devem encontrar cenários úteis. No caso da escolaridade, um cenário deverá dar conta da estrutura básica das escolas do futuro, bem como das atitudes dos setores público e privado, dos professores, dos alunos e dos pais em relação à escolaridade. Além disso, deve dar-nos informações sobre cada um destes grupos: Os professores do futuro são profissionais a tempo inteiro ou são peritos com contratos de curta duração? Os alunos esperam ser ensinados informações e factos ou antes competências que os ajudarão mais tarde na vida? E as escolas do futuro estão centradas na aprendizagem ou na atuação como centros sociais mais

---

<sup>11</sup> Principal fonte de construção de cenários considerada no presente capítulo:

<https://www.oecd.org/site/schoolingfortomorrowknowledgebase/futuresthinking/scenarios/whatarescenarios.htm>

vastos, ou talvez numa combinação de ambos? Considerar cada cenário isoladamente pode ajudar a destacar diferentes formas de alcançar o mesmo resultado.

### **O que contêm?**

Um cenário bem construído deve ser suficientemente pormenorizado para ser útil para o planeamento estratégico, mas não tanto para se tornar demasiado específico e irrelevante para as questões de interesse. Temos de ser inventivos e imaginativos, sem deixar que as nossas imagens se tornem demasiado obscuras ou fantasistas. Em breves cenários:

- Imagens instantâneas de possíveis futuros;
- São instrumentos de reflexão, de desenvolvimento de visões comuns e de definição de políticas; E
- Não preveem o futuro, mas ajudam-nos a decidir o que fazer agora para o moldar.

## **5.4.2 Outras abordagens de planeamento de cenários**

O planeamento de cenários tornou-se um instrumento de gestão estratégica amplamente utilizado para compreender a incerteza ambiental futura (Bowman et al. 2013). Hakyoon Lee e Youngjung Geum (2017) descrevem a utilização de cenários como uma das questões mais importantes na atividade atual, uma vez que o ambiente dinâmico torna as organizações mais competitivas. Por conseguinte, as empresas têm de responder a ambientes dinâmicos através da criação de uma estratégia sustentável em vários futuros.

Na literatura, existem múltiplas definições de planeamento de cenários. Peter Bishop, Andy Hines e Terry Collins (2007) propõem que um cenário seja «um produto que descreve um possível estado futuro e/ou que relata a história sobre a forma como esse estado poderá vir a surgir». Nesta definição, encontramos uma distinção em que um cenário se refere a um estado final e/ou a uma cadeia de acontecimentos. Além disso, Paul Schoemaker (1993) defende que o planeamento de cenários é um instrumento importante para avaliar incertezas fundamentais e alargar o pensamento das pessoas. Define os cenários em termos gerais como «descrições focalizadas de futuros fundamentalmente diferentes, apresentados de forma coerente sob a forma de argumentos ou narrativos». Esta descrição esclarece que os cenários consistem em histórias coerentes. Dentro destas histórias, cada cenário revela a interação de vários elementos em determinadas condições, em que a coerência entre as histórias é importante.

Os cenários contêm histórias de múltiplos futuros, variando dos futuros esperados a futuros extremos (Bishop, Hines e Collins, 2007). Bishop, Hines e Collins comentaram: «Um bom cenário agarra-nos pelo colarinho e diz: «Olhe bem para este futuro. Este poderá ser o seu futuro. Vai estar pronto?»

Joseph Coates (2000) afirma que o planeamento de cenários utilizados nas empresas pode ser dividido em duas categorias. Por um lado, os cenários podem ser utilizados para indicar um estado ou condição futura em que a situação se encontra integrada. Estes cenários são referidos como cenários descritivos e são utilizados para motivar os utilizadores a desenvolverem escolhas práticas, políticas e ações alternativas que possam lidar com as consequências do cenário. A segunda categoria de cenários parte do pressuposto de que a política foi estabelecida e será integrada, com as suas consequências, numa história sobre um estado futuro. Esta categoria é designada por cenários normativos e, em vez de estimular a escolha de políticas, tem consequências de um conjunto de escolhas. Assim, a primeira categoria visa estimular a reflexão sobre as políticas e a segunda visa explorar as consequências das decisões políticas.

### **Abordagens**

Bishop, Hines e Collins (2007) identificam oito categorias gerais de técnicas de cenários. As oito categorias de elaboração de cenários consistem em juízos subjetivos, cenário de base/esperado, elaboração de cenários fixos, sequências de eventos, retrodifusão, dimensões da incerteza, análise de impactos cruzados e modelização. Estas oito categorias são descritas resumidamente a seguir.

As técnicas subjetivas são mais fáceis de descrever e são consideradas a prática mais comum de planeamento de cenários. As técnicas subjetivas baseiam-se na apreciação de um indivíduo ou grupo que descreve o futuro. Estas técnicas poderiam utilizar informação, analogia e raciocínio para apoiar afirmações.

Os métodos de referência/esperados produzem apenas um cenário, que é considerado esperado ou futuro de base. Esta abordagem é considerada a base de todos os cenários alternativos. Afirma-se que o futuro previsto é um estado futuro plausível. Embora os acontecimentos imprevistos mudem o futuro, não alteram o futuro de todas as formas, de acordo com os métodos de referência/esperados. A técnica subjacente a esta abordagem é a medição das tendências existentes e a extrapolação de efeitos para o futuro, o que pode ser feito através do julgamento ou de técnicas matemáticas. Para além do julgamento, esta abordagem é considerada a abordagem mais comum do planeamento de cenários.

A elaboração de cenários fixos começa com a consideração de vários cenários. Em geral, os cenários são desenvolvidos a partir do zero e começam por cenários predefinidos. Posteriormente, discutem-se a lógica dos cenários e as implicações dos futuros alternativos.

As sequências de eventos pressupõem que as séries futuras de eventos podem ser vistas como sequências passadas de eventos, exceto a ocorrência de eventos desconhecidos. Por conseguinte, serão atribuídas probabilidades a eventos. Se ocorrer um evento, o futuro será orientado nesse sentido.

A quinta recolha de abordagens, retrospectiva, consiste na metodologia das missões prospetivas, no impacto das tecnologias futuras e no mapeamento futuro. Estas abordagens pressupõem que a maioria das pessoas veem o futuro como uma extensão do presente, o que constitui uma desvantagem, uma vez que a «bagagem» do passado e do presente é transportada para o futuro. Isto limita a criatividade e pressupõe um futuro seguro. Por conseguinte, o primeiro passo nesta abordagem consiste em explorar um estado futuro num determinado momento, o que pode ser plausível ou imaginável. Posteriormente, trata-se de uma ligação entre os pontos do presente e o futuro. Por conseguinte, em vez de prever, esta abordagem recorre à retrodifusão.

As dimensões da incerteza pressupõem que a razão para utilizar os cenários é a incerteza na previsão. A informação está incompleta, as teorias do comportamento humano não são tão boas como as teorias dos fenómenos físicos e existe um estado imprevisível do caos e dos estados emergentes. O desenvolvimento de cenários na dimensão da incerteza é criado através da identificação de estados imprevisíveis e da sua utilização como base para futuros alternativos.

O objetivo do sétimo fluxo, a análise de impactos cruzados, é não só identificar as características das condições, acontecimentos e cenários, mas também calcular as probabilidades relativas de ocorrência. Nesta abordagem, considera-se igualmente que a probabilidade de um evento se baseia também na ocorrência de outros acontecimentos. Estas condições/incidentes são inseridos nas linhas e colunas da matriz e a probabilidade condicional é fornecida dada a ocorrência de outras condições/eventos. Esta matriz poderia ser utilizada para criar uma distribuição de probabilidades.

A última abordagem, a modelização, utiliza equações que relacionam os efeitos de variáveis com outros para modelizar os valores esperados das variáveis-alvo. Afirma-se que este método pode também produzir cenários, alterando os fatores de produção ou a estrutura dos modelos.

## 5.5 Imaginando os cenários para o ACQF

Esta proposta reflete a análise e discussão da equipa de peritos ACQF e tem em conta os conhecimentos adquiridos através dos relatórios e análises do estudo de cartografia ACQF e de literatura internacional selecionada (ver «Fontes»). As primeiras ideias para a construção de cenários foram debatidas na reunião

da equipa de 25 de novembro de 2020. Nas reuniões semanais de acompanhamento da equipa realizadas em dezembro de 2020 (em 2, 9, 16 e 21), as ideias iniciais ganharam substância e foi elaborada uma breve nota de trabalho técnico como base comum para os debates seguintes e ajustamentos. A presente proposta representa o quinto projeto desta componente essencial do Resultado 1 da fase 2 do plano de projeto ACQF.

### 5.5.1 Cenários interligados

Os três cenários propostos estão estruturados com base num conjunto cumulativo de características: O cenário 2 capitaliza as características do cenário 1; O cenário 3 baseia-se no cenário 2. Isto implica a existência de um fio condutor comum nos 3 «futuros».

Os títulos propostos para cada cenário sublinham o seu valor acrescentado específico:

- **Cenário 1: «ACQF interliga»** — sublinha o apoio à criação de redes eficazes, à partilha de experiências e conhecimentos, ao desenvolvimento de capacidades e à comunicação. O sítio Web ACQF é fundamental e o ACQF é uma plataforma para todos os países e CER do continente.
- **Cenário 2: «ACQF cria confiança mútua»** — para além da partilha de experiências e da comunicação, este cenário centra-se na referenciação dos NQFs/RQFs com o ACQF e, eventualmente, na utilização dos níveis ACQF nas qualificações dos NQFs/RQFs associados
- **Cenário 3: «ACQF abre novos horizontes»** — além de ser um meta-quadro para a referenciação, promove novas qualificações (referenciais, perfis) de natureza continental, apoia o reconhecimento automático mútuo das qualificações (com base na garantia da qualidade e noutras considerações) e apoia os certificados digitais.

Os três cenários são conceptualizados com base num conjunto de «características» essenciais, que funcionam como referências comuns para comparar os cenários. As principais características consideradas nesta fase são as seguintes:

- Principais objetivos e funções;
- Instrumentos: Sítio Web, inventário do NQF, orientações, métodos, bases de dados, plataforma de aprendizagem eletrónica;
- Arquitetura: Âmbito, níveis, descritores;
- Governação;
- Recursos;
- Defesa de causas, apoio político;
- Elementos facilitadores existentes: Políticas, convenções, instrumentos, redes;
- Interagir com outros quadros e convenções;
- Benefícios, contribuição, aceitabilidade.

A matriz conceptual dos cenários permite uma visão horizontal (em todos os cenários) de cada uma das características comuns e também uma visão vertical — cenário a cenário. Na próxima fase da reflexão, os peritos e as partes interessadas do QCIA podem prever ajustamentos na combinação de determinadas características essenciais dos cenários e a inclusão de elementos inovadores coerentes com as tendências de transformação de natureza social, económica, tecnológica e ecológica.

Todos os cenários visam:

- Ter devidamente em conta os objetivos esperados do ACQF, o seu âmbito inclusivo (todos os níveis e tipos de qualificações), os seus princípios e funções principais. Todos os cenários devem incluir as funções e ferramentas que permitam ao ACQF cumprir (gradualmente) a sua promessa. O ACQF é um «facilitador», que apoia o desenvolvimento de sistemas/quadros de qualificações

nacionais/regionais e a referência, tendo simultaneamente em conta a diversidade e heterogeneidade dos sistemas, conceitos e níveis de qualificações entre países e regiões;

- Ser orientadas para a inovação (competências, aprendizagem, qualificações, tecnologias) e contribuir para a recuperação/transformação para além da COVID-10, para sociedades verdes e inclusivas. Deve igualmente ter em conta as perspetivas pertinentes relacionadas com as clivagens entre homens e mulheres, zonas rurais e zonas urbanas e fratura digital;
- Ser contextualizados e adequados à sua finalidade nos sistemas e sociedades africanos;
- Estar aberto à cooperação com todos os tipos de quadros de qualificações do continente, com base nos critérios de transparência e comparabilidade. Se os países não tiverem quadros nacionais de qualificações integrados, o ACQF relaciona-se e trabalha com o respetivo «sistema» de qualificações (níveis de qualificações, tipos de qualificações, filiais). Muitos países francófonos não têm quadros nacionais de qualificações integrados, mas têm níveis de qualificações e sistemas de qualificações definidos que estruturam os diferentes subsistemas, como o sistema de qualificações TVET (EFTP) no Senegal e o sistema de LMD em todos os sistemas de ensino superior dos países francófonos;
- Conhecer as semelhanças e as diferenças de conceitos e estruturas dos sistemas de educação e formação nos países francófonos, inglês, português e árabe. Analisar a questão: Quais são os interlocutores privilegiados do ACQF (a nível nacional): QNQs, níveis nacionais de qualificações, sistemas nacionais de qualificações (SNQ); Ou todos eles?

Questões e questões a considerar:

- Harmonização: Significado, âmbito e implicações neste contexto; Compromissos e equilíbrio (harmonização forte ou ligeira).
- Subsidiariedade: entre as prerrogativas nacionais dos quadros e sistemas de ensino e qualificações e a cooperação/alinhamento continental em matéria de quadros/sistemas de qualificações.
- Interação e apoio mútuo entre os três pilares da portabilidade das qualificações numa perspetiva continental: ACQF — Garantia da qualidade — reconhecimento (regras, práticas e organismos). Para alcançar o reconhecimento equitativo e facilitado dos períodos de aprendizagem e das qualificações, bem como a mobilidade dos aprendentes, dos trabalhadores e dos cidadãos em todo o continente, é essencial criar um círculo virtuoso e apoiar mutuamente a interação dos três pilares. O ACQF deve basear a sua força através de ligações e redes com as políticas, convenções e componentes pertinentes da área africana da educação e das qualificações, facilitando um ecossistema continental que funcione para a aprendizagem ao longo da vida, a empregabilidade e a mobilidade justa das pessoas. Nesta fase da reflexão, foram consideradas duas vias principais para futuras ligações sistemáticas entre os três pilares: Partilha sistemática de informações entre o ACQF e os organismos de garantia da qualidade e organismos de reconhecimento; Por exemplo: Partilha entre pares, eventos e atividades comuns, espaço comum de informação no sítio Web da ACQF; E ii) Memorando de cooperação entre o ACQF e os órgãos nacionais e regionais de garantia da qualidade e órgãos de reconhecimento — para apoiar a compreensão mútua, a confiança mútua e a inclusão de informações relacionadas com os NQF/ACQF nas práticas de garantia da qualidade e de reconhecimento.
- Impactos e respostas relacionados com a COVID-19, recuperação pós-COVID-19: No contexto da UA, as regiões e os países, relacionados com a educação e a formação, o desenvolvimento de competências para o emprego, a governação e a gestão dos quadros de qualificações e qualificações. Igualdade de género, agenda digital da UA, inclusão social, crescimento verde.
- Futuro do trabalho e competências previstas para África: No contexto da Agenda 2063 e das suas iniciativas e políticas emblemáticas, o documento político e técnico ACQF deve considerar

informações prospetivas sobre as competências suplementares exigidas num horizonte de cinco a dez anos. Esta informação orientada para o futuro é altamente relevante para uma série de componentes essenciais do futuro ACQF, em especial a conceção de descritores de nível, o (s) modelo (s) de governação, as ligações do ACQF com o mercado de trabalho e o plano de ação ACQF. Como referência inicial e indicativa, sugere-se que se utilizem também análises prospetivas, prospeções e relatórios sobre o tema «O futuro do trabalho e das competências» elaborados por diferentes organizações internacionais, nomeadamente o Fórum Económico Mundial e a OECD (ver «Fontes»), bem como as publicações mais recentes sobre futuros e perspetivas de desenvolvimento em África (AFDB, 2021, Secretariado AfCFTA, 2020; AUC-OECD Development 2021; Brookings Africa Growth Initiative 2021)

## 5.6 Três cenários do ACQF: Síntese

Os três principais cenários do ACQF estão estruturados de acordo com as nove características comuns descritas no subcapítulo 5.5.

### Características comuns dos três cenários

1. Principais objetivos e funções;
2. Instrumentos: Sítio Web, inventário do NQFs, orientações, métodos, bases de dados, plataforma de aprendizagem eletrónica;
3. Arquitetura: Âmbito, níveis, descritores;
4. Governação;
5. Recursos;
6. Defesa de causas, apoio político;
7. Elementos facilitadores existentes: Políticas, convenções, instrumentos, redes;
8. Interagir com outros quadros e convenções;
9. Benefícios, contribuição, aceitabilidade.

Os três principais cenários do ACQF estão estruturados de acordo com as nove características comuns descritas no subcapítulo 5.5.

### Cenário 1: «ACQF interliga»

#### Horizonte: 2023

O atual projeto ACQF financia e apoia o estabelecimento de elementos deste cenário no horizonte 2022.

**Quadro 5:** Cenário 1 para o ACQF — descrição sintética das principais características

Características	Descrição do cenário
1.Principais objetivos e funções do ACQF	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transparência dos QNQs/QRQs: Informações acessíveis em linha</li> <li>• Plataforma de diálogo, aprendizagem entre pares, desenvolvimento de capacidades, avaliação comparativa, boas práticas</li> <li>• Acompanhamento dos QNQa/QRQs em África</li> <li>• Contribui para a realização dos objetivos estratégicos do CESA 16-25 (especialmente os pontos 4c e 4d), apoiando as capacidades e a circulação de conhecimentos e experiências sobre os QNQs.</li> </ul>
2.Instrumentos, orientações, políticas e redes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Documento técnico e político ACQF</li> <li>• 10 Diretrizes do ACQF: Resultados de aprendizagem, descritores de nível, critérios e procedimentos de referência/alinhamento, validação da aprendizagem (sistemas de crédito, RPL, reconhecimento), garantia de qualidade, registos de QNQ/qualificações,</li> </ul>

	<p>acompanhamento e revisão dos QNQ, inovação e tecnologia nos QNQ, comunicação, NQF/NQS — visão sistêmica.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sítio Web — com base de dados, inventário dos QNQs e atualizações regulares</li> <li>• Reconhecimento de modelos de aprendizagem anterior (RPL): Partilha de conhecimentos, desenvolvimento de capacidades.</li> <li>• Plataforma de aprendizagem eletrónica</li> <li>• Atividades de desenvolvimento de capacidades</li> <li>• Rede de instituições NQF/RQF (autoridades, agências, comissões)</li> <li>• Rede de pontos focais ACQF — nacional, regional</li> <li>• Rede de treinadores/peritos ACQF</li> <li>• Rede com os organismos nacionais de reconhecimento</li> </ul>
3. Arquitetura do ACQF: Níveis e descritores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Arquitetura ACQF: Níveis (10, 8... níveis...) e descritores</li> <li>• Descritores: Como referência para as reformas — tendo em conta as novas competências — por exemplo, competências verdes, digitais e sociais e orientações relacionadas com a recuperação da COVID-19</li> <li>• Como orientação para os QNQ em desenvolvimento/revisão</li> </ul>
4. Governação do ACQF	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rede de órgãos do NQF (agências, comissões, unidades de coordenação) — principais interlocutores do ACQF. Rede apoia a implementação — Memorando de cooperação com a AUC.</li> <li>• ACQF AG: Orientação e supervisão estratégicas. Apoiar a participação dos parceiros sociais, estudantes e jovens.</li> <li>• AUC: Liderança política; Apoia a coordenação.</li> <li>• As comunidades económicas regionais são: Pontos focais; Ligações com as comissões/diretores de educação</li> <li>• Rede com instituições/organismos de reconhecimento</li> <li>• Intervenientes no mercado de trabalho: Implicados no ACQF AG</li> <li>• Nota: Criação da Agência Pan-Africana de Garantia e Acreditação da Qualidade (PAQAA) pouco provável até 2023</li> </ul>
5. Recursos do ACQF: Finanças, recursos humanos, capacidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Financiamento da AUC</li> <li>• Até ao final de 2022, o atual projeto ACQF financia e apoia várias atividades relacionadas com as características do cenário 1</li> <li>• Após 2022: Website ACQF financiado pela AUC — hosting, manutenção, atualizações</li> <li>• Parceiros (organizações africanas e internacionais): Assistência técnica para apoiar atividades de desenvolvimento de capacidades, análise e acompanhamento dos QNQs</li> </ul>
6. Promoção, apoio político	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Campeões: A nível nacional e regional, agrupamentos CESA, associações e sindicatos continentais</li> <li>• Comité Técnico Especializado para a Educação, Ciência e Tecnologia (STC-EST)</li> </ul>
7. Fatores facilitadores existentes: Políticas, ferramentas, redes, dados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os QNQs e os QRQs existentes em África estão prontos a partilhar experiências com outros países/QNQs</li> <li>• 2020: Identificados 22 casos de Quadros de Qualificações (nacionais e setoriais) com base jurídica aprovada e em execução, e alguns já revistos</li> <li>• 2020: Identificou 8 casos de NQFs em processo avançado de desenvolvimento e consulta e alguns com a base jurídica no processo de aprovação oficial</li> <li>• 2020: Identificou 8 casos de NQFs na fase inicial de desenvolvimento. Podem ser apoiados pelo processo ACQF</li> <li>• Dados e análise: Recolha do estudo de mapeamento do ACQF (13 relatórios por país, 3 RECs, relatório exaustivo, NQFs de inventário)</li> <li>• Análise dos descritores de nível</li> <li>• Análise das qualificações (manual e baseada na IA)</li> <li>• Página Web de aprendizagem interpares ACQF</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quadro continental de garantia da qualidade — PAQAF (ASG-QA, AQRM, African Credit System); Tuning Africa</li> <li>• Convenção de Adis sobre o Reconhecimento de qualificações</li> <li>• A AfCFTA iniciou as operações de comércio livre</li> </ul>
8. Intercâmbio com outros quadros, projetos e convenções de qualificações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Convenção de Adis — colaboração sistemática, pilotagem de atividades conjuntas relacionadas com o reconhecimento, a garantia da qualidade e os QNQs</li> <li>• Harmonização da Garantia da Qualidade e da Acreditação do Ensino Superior Africano (HAQAA)</li> </ul>
9. Benefícios, contribuição, aceitabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• «Objetivo relativamente fácil de alcançar»: Acessível, viável</li> <li>• Baseia-se nos resultados do projeto ACQF</li> <li>• Não «invasivo», mas centrado na sinergia e na aprendizagem mútua. Por conseguinte: Visibilidade, aceitação pelos países e pelas RECs</li> <li>• Prepara um maior desenvolvimento dos QNQs em todo o continente</li> </ul>

## **Cenário 2: «ACQF cria confiança mútua»**

**Calendário: 2025**

**Quadro 6:** Cenário 2 para o ACQF — descrição sintética das principais características

<b>Características</b>	<b>Descrição do cenário</b>
1. Principais objetivos e funções do ACQF	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Meta-quadro de qualificações para referência — trabalhar com os QNQs e os QRQs</li> <li>• Dispositivo de tradução para comparação/referência</li> <li>• Qualidade e comparabilidade das qualificações dos QNQs/SNQ referenciados ao ACQF</li> <li>• Níveis ACQF aplicados às qualificações dos QNQs/SNQ referenciados a ACQF</li> <li>• Orientações comuns ACQF divulgadas e domesticadas</li> <li>• Os níveis ACQF, os descritores podem ser utilizados como referência ou exemplo por quadros de qualificação a nível nacional e regional</li> <li>• Espaço comum africano de educação e qualificações</li> </ul> <p>Análise: Tendências em matéria de competências e qualificações</p>
2. Instrumentos, orientações, políticas e redes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Documento técnico e político ACQF (atualizado)</li> <li>• Manual ACQF: Incluindo critérios e procedimentos de referência, diretrizes ACQF, ferramentas, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Referência digital ACQF — para facilitar a referência dos QNQs/QRQs com o ACQF, com dados e etapas</li> <li>• Base de dados de todos os processos e relatórios de referência — atualização</li> <li>• Base de dados de qualificações dos QNQs referenciados ao ACQF</li> <li>• Ferramenta de comparação dos QNQs referenciados</li> <li>• Reconhecimento de aprendizagens anteriores: Política comum, instrumentos</li> </ul> </li> </ul>
3. Arquitetura do ACQF: Níveis e descritores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pedra angular da referência ACQF, NQF/RQF</li> <li>• Descritores: Ter em conta o panorama dos quadros de qualificações em África;</li> <li>• Orientação relativa aos descritores de nível: Promover objetivos comuns relacionados com a Agenda 2063; Inclusão das competências em matéria de conhecimentos e competências relacionadas com as transições social, digital e ecológica.</li> </ul>
4. Governança do ACQF	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organismo de execução — opções: A) Rede de agências do QNQs; B) PAQAA — se incluir todos os níveis e tipos de aprendizagem<sup>12</sup></li> <li>• ACQF AG</li> <li>• AUC</li> </ul>

<sup>12</sup> Está em curso uma análise de viabilidade que apoia o desenvolvimento da Agência Africana de Acreditação (AAA). A explorar: Opções para a inclusão de uma componente de qualificações (ACQF) no seu mandato e funções.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As comunidades económicas regionais são: Pontos focais; Ligações com as comissões/diretores de educação</li> <li>• Rede de organismos dos QNQs (autoridades, agências, comissões)</li> <li>• Rede com instituições/organismos de reconhecimento</li> <li>• Intervenientes no mercado de trabalho</li> <li>• AfCFTA</li> </ul>
5. Recursos do ACQF: Finanças, recursos humanos, capacidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Financiamento AUC — para as principais operações ACQF, em especial: Pessoal, sítio Web, comunicações, principais reuniões com o ACQF AG</li> <li>• Recursos da AAA</li> <li>• Parceiros, doadores (africanos)</li> <li>• Cooperação internacional (UE, outros)</li> <li>• Contribuição da AfCFTA<sup>13</sup></li> </ul>
6. Promoção, apoio político	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Campeões: A nível nacional, regional e outros (intervenientes no mercado de trabalho, estudantes, professores e setores da juventude)</li> <li>• STC-EST</li> </ul>
7. Fatores facilitadores existentes: Políticas, ferramentas, redes, dados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novos QNQs aprovados e entrados em vigor — com base nos dados do estudo de mapeamento</li> <li>• PAQAF (ASG-QA, AQRM, Sistema Africano de Crédito);</li> <li>• Cooperação com a African Qualifications Verification Network (AQVN)</li> <li>• Tuning Africa</li> <li>• Convenção de Reconhecimento de Adis</li> </ul> <p><u>Previsto para um horizonte a médio prazo:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• AAA</li> <li>• CESA e clusters de nova geração</li> <li>• CUA reformada — recursos</li> <li>• AfCFTA em funcionamento num grande número de países</li> </ul>
8. Intercâmbio com outros quadros, projetos e convenções de qualificações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperação/referenciação com outros quadros intermédios: Quadro Europeu de Qualificações (EQF), Quadro de Referência de Qualificações da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), Quadro de Qualificações Transnacional (TQF), entre outros</li> <li>• Participação regular em redes e plataformas internacionais</li> </ul>
9. Benefícios, contribuição, aceitabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribuição: Desenvolvimento e estabelecimento de mais QNQs em todo o continente</li> <li>• A referenciação ao ACQF é viável — tendo em conta a situação atual dos QNQs. Em 2020: Cerca de 22 QNQs aprovados, iniciados ou avançados</li> <li>• Cooperação estruturada e aprofundada e convergência dos QNQ/QRQ com o ACQF</li> <li>• Espaço africano de educação e qualificações para o povo africano</li> <li>• Benefícios para os aprendentes: Um reconhecimento mais fácil das qualificações, uma mobilidade justa, melhores perspetivas de empregabilidade em todo o continente</li> <li>• Visibilidade internacional e reconhecimento do ACQF</li> </ul>

### **Cenário 3: «ACQF abre novos horizontes»**

**Prazo de início: Aprox. 2027**

**Quadro 7:** Cenário 3 para o ACQF — descrição sintética das principais características

<b>Características</b>	<b>Descrição do cenário</b>
1. Principais objetivos e funções do ACQF	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quadro de qualificações com qualificações continentais (referenciais, perfis, unidades) com níveis ACQF</li> </ul>

<sup>13</sup>Formato e fontes a explorar — por exemplo, pequenas taxas para apoiar a formação e o desenvolvimento de competências relacionadas com a AfCFTA, incluindo as atividades ACQF.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O ACQF contribui para a AfCFTA</li> <li>• Apoia o reconhecimento mútuo automático das qualificações</li> <li>• Emissão de certificados digitais</li> <li>• Espaço comum africano de educação e qualificações</li> <li>• Análise: Tendências em matéria de competências e qualificações</li> </ul>
2. Instrumentos, orientações, políticas e redes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Documento técnico e político ACQF (atualizado)</li> <li>• Qualificações continentais (normas mínimas comuns, perfis, unidades, avaliação de confiança), especialmente para novos domínios, novas tarefas/empregos e novas competências<sup>14</sup></li> <li>• Acordo continental sobre reconhecimento mútuo automático (associado a fatores de transparência como: Existência de QNQs operacionais, garantia da qualidade, referência ao ACQF)</li> <li>• Infraestrutura de certificados digitais: Para emitentes e utilizadores</li> <li>• Análise de dados</li> </ul>
3. Arquitetura do ACQF: Níveis e descritores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como referência para o desenvolvimento de qualificações continentais (normas, perfis)</li> </ul>
4. Governança do ACQF	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ACQF AG</li> <li>• Organismo de execução: Rede de agências do QNQ, PAQAA ou similar com funções e capacidades alargadas</li> <li>• As comunidades económicas regionais são: Pontos focais; Ligações com as comissões/diretores de educação</li> <li>• Rede com instituições/organismos de reconhecimento</li> <li>• Intervenientes no mercado de trabalho</li> <li>• AfCFTA</li> </ul>
5. Recursos do QACQ: Finanças, recursos humanos, capacidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Financiamento misto: AUC, nacional, africano, internacional</li> <li>• Setor privado</li> <li>• Contribuição da AfCFTA</li> </ul>
6. Promoção, apoio político	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Campeões: A nível nacional, regional e a outros níveis (intervenientes no mercado de trabalho, estudantes, professores e setores da juventude)</li> <li>• STC-EST</li> <li>• Apoio da AfCFTA e parceria em matéria de competências e qualificações</li> </ul>
7. Fornecedores existentes: Políticas, ferramentas, redes, dados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PAQAF, AAA</li> <li>• Convenção de Reconhecimento de Adis</li> </ul> <p><u>Prevista</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• AAA</li> <li>• Nova geração CESA e clusters?</li> <li>• Comissão AUC reformada — recursos?</li> <li>• AfCFTA em pleno funcionamento</li> </ul>
8. Intercâmbio com outros quadros, projetos e convenções de qualificações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribuidor/membro regular e influente de iniciativas e redes globais relacionadas com qualificações/aprendizagem</li> <li>• Qualificações ACQF reconhecidas por outros quadros (EQF, Quadro de Referência de Qualificações da ASEAN e outros)</li> </ul>

<sup>14</sup>Qualificações continentais — a ACQF desenvolve-as e regista-as, mas a atribuição (certificação) é efetuada pelas entidades e instituições competentes a nível nacional, de acordo com a regulamentação aplicável.

9. Benefícios, contribuição, aceitabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com base nas características do cenário 3, a ACQF chega a um novo horizonte: Uma série de qualificações/perfis comuns a nível continental e o reconhecimento mútuo automático</li> <li>• Benefícios da AfCFTA de qualificações comparáveis e facilmente reconhecidas para os setores prioritários do comércio de serviços</li> <li>• Visibilidade internacional e reconhecimento do ACQF</li> </ul>
---	--

## 5.7 Análise SWOT dos cenários

Esta análise SWOT (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças/desafios) posiciona-se numa encruzilhada crítica da avaliação dos cenários identificados.

A identificação e avaliação dos pontos fortes e fracos e a sua interação com as oportunidades e os desafios de cada um dos cenários baseiam-se no conhecimento atual dos fatores internos e externos suscetíveis de influenciar o roteiro de desenvolvimento e execução do ACQF no contexto em causa.

A análise SWOT é um instrumento de apoio à tomada de decisões e, no contexto do presente relatório, contribui para a definição do plano de ação para o desenvolvimento e a implementação do ACQF. As indicações desta análise SWOT sobre ameaças e desafios são consideradas em conjugação com fatores e medidas atenuantes propostos no plano de ação.

O presente relatório destaca os antigos e os novos desafios enfrentados pelo continente africano no seu conjunto e pelos países na sua diversidade. O caminho a seguir para um futuro mais brilhante é influenciado pelo caminho, mas não depende inteiramente da preparação. A inovação, o novo pensamento e as lições moldadas por uma crise sem precedentes desencadeada pela pandemia de COVID-19 devem desempenhar um papel importante.

O continente africano está interessado em dispor do seu próprio quadro de qualificações, uma vez que o encara como um instrumento político para melhorar a transparência e a portabilidade das qualificações e facilitar a mobilidade dos aprendentes e dos trabalhadores. Estes objetivos são essenciais para a integração africana, o comércio livre e a livre circulação de pessoas. Espera-se que o ACQF contribua com o apoio à referenciação e comparação dos quadros/sistemas de qualificações e qualificações dos países membros da UA. Em última análise, o ACQF contribuirá para melhorar a aproximação e a interação entre os intervenientes no mercado de trabalho e as instituições de ensino e formação.

A realização destes objetivos será o resultado da interação de todas as políticas identificadas, da cooperação entre os diferentes níveis da governação continental (nacional, regional e continental), de uma execução técnica eficaz, da participação significativa das partes interessadas, da divulgação de resultados e de boas práticas para promover a adesão e, por último, a criação de redes e a difusão de capacidades.

Para uma visão dinâmica das possibilidades de gestão dos riscos e dos desafios, selecionámos quatro dos desafios identificados, e confrontamo-los com estratégias realistas de atenuação:

### 1. Os sistemas de educação e formação e as qualificações que atribuem são diversificados

As diferenças de natureza conceptual, estrutural e cultural são uma característica importante a ter em conta. Esta diversidade não é um elemento dissuasor da cooperação e da referenciação no contexto de um quadro de meta-qualificações como o ACQF. A diversidade dos sistemas de educação e formação pode transformar-se de desafio em oportunidade, na perspetiva da riqueza da fertilização cruzada entre países e experiências. O diálogo, a comparação e, eventualmente, a referenciação entre sistemas e quadros são formas eficazes de gerar transparência e confiança mútua — um dos principais resultados do ACQF.

- O plano de ação ACQF inclui medidas de apoio ao diálogo entre quadros de qualificações, tornando a partilha de informações facilmente acessível e, eventualmente, a comparação/referenciação entre os QNQs/SNQ e o ACQF.
  - A comparação e a referenciação entre quadros/sistemas de qualificações com estruturas diferentes (níveis e descritores) funcionam com base em métodos e processos testados, que visam clarificar as diferenças e realçar a compatibilidade. O resultado da referenciação é um quadro renovado das ligações entre os níveis de qualificações
- 2. Os países encontram-se em diferentes fases de desenvolvimento e aplicação dos seus quadros de qualificações e existe um grande número de países que não dispõem de um quadro de qualificações operacional**

O ACQF tem por objetivo ajudar os países e as regiões a desenvolver capacidades e a promover a dinâmica das políticas e das partes interessadas, permitindo a operacionalização dos quadros de qualificações e dos respetivos instrumentos de execução. O conjunto de instrumentos e modalidades de apoio é diversificado, desde programas de formação e partilha de experiências até ao acompanhamento e aconselhamento técnico às equipas nacionais que trabalham nos QNQs.

- O plano de ação ACQF consiste em atividades centradas no desenvolvimento de capacidades e no apoio aos países na conceção, consolidação e implementação dos respetivos QNQs e sistemas.
- O sítio Web ACQF será uma fonte de informação, experiências e ferramentas relevantes para qualquer país interessado no desenvolvimento de um QNQ.

**3. As capacidades de execução do ACQF em muitos países são escassas/limitadas**

A capacidade do país para contribuir de forma deliberada e eficaz e beneficiar do processo de execução do ACQF depende de uma combinação de fatores, incluindo o apoio governamental, a adesão das partes interessadas e os recursos mobilizados pelos parceiros/instituições nacionais relevantes.

O plano de ação ACQF inclui uma combinação de medidas que abordam diferentes ângulos e será dada prioridade a:

- apoio a uma rede de agências africanas do QNQ (autoridades, comissões e unidades) para fazer avançar e reforçar a agenda comum em matéria de transparência, comparabilidade, confiança mútua e portabilidade das qualificações;
- apoio aos pontos focais nacionais e regionais do ACQF;
- divulgação das orientações do ACQF e formação dos pontos focais do ACQF sobre a sua utilização;
- implementação de ferramentas digitais para facilitar os processos de comparação e referenciação;
- atividades de desenvolvimento de capacidades: Partilhar experiências e soluções concretas com os pares; Orientação personalizada.

**4. Não existem organismos que possam servir de campeões para a implementação do ACQF em todos os países**

O papel dos campeões em prol de uma agenda comum é relevante se for informado e sensível às especificidades e interesses regionais e nacionais, e representado por organizações e personalidades reconhecidas.

Entre as possíveis plataformas capazes de atuar como campeões da ACQF:

- A ACQF trabalha com o seu Grupo Consultivo, que representa 39 instituições e organizações de relevância nacional e regional. Os membros do Grupo Consultivo podem ser convidados a intervir em nome do ACQF, a divulgar informações e a gerar interesse e confiança entre os respetivos grupos de interesse e instituições.

- A rede de agências africanas do QNQ (autoridades, comissões) proposta no plano de trabalho do NQF pode desempenhar um papel complementar ao Grupo Consultivo, nomeadamente utilizando a competência técnica específica e a experiência das organizações que o compõem.

**Quadro 8:** Análise SWOT dos três cenários para o QAC

	<b>Cenário 1: «ACQF connects» Calendário: 2023</b>	<b>Cenário 2: «ACQF cria confiança mútua» Calendário: 2025</b>	<b>Cenário 3: «ACQF abre novos horizontes» Calendário: 2027</b>
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Políticas e estratégias da AU de apoio ao ACQF: CESA 16-25, TVET, AfCFTA, Protocolo sobre Livre Circulação da AU</li> <li>• Elementos e ferramentas chave ACQF disponíveis até ao final de 2022: Documento político e técnico ACQF, diretrizes ACQF, sítio Web da ACQF com plataforma de aprendizagem eletrónica e inventário dos NQFs/RQFs; Rede de peritos nacionais formados</li> <li>• Âmbito inclusivo do ACQF: Todos os subsetores e níveis de qualificações</li> <li>• Existência do grupo consultivo ACQF</li> <li>• Divisão de Educação da AUC ESTI — com pessoal dedicado</li> <li>• Convenção de Reconhecimento de Adis</li> <li>• Operacionalização da AfCFTA</li> <li>• Equipa de peritos que trabalha no ACQF</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ligação ACQF com a CESA (sucessora — nova fase)</li> <li>• Aprovação da política e do documento técnico ACQF</li> <li>• Divulgação das diretrizes ACQF</li> <li>• Sítio Web do ACQF atualizado/ e utilizado</li> <li>• ACQF abordagem e instrumentos de referenciação digital</li> <li>• Inventário atualizado acessível dos QNQs e dos QRQs</li> <li>• Indicadores de nível do ACQF divulgados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vários QNQs/QRQs referenciados ao ACQF</li> <li>• Referenciais de qualificações continentais usados e facilitando o reconhecimento</li> <li>• Reconhecimento mais eficaz (competências e qualificações)</li> <li>• Ligação ACQF com a CESA e a estratégia de TVET (revista)</li> <li>• Processo político da CUA: Planeamento, avaliação, consulta, Comité Técnico Especializado e Tecnologias Científicas para a Educação (STC-EST)</li> </ul>
Limitações ou Fraquezas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impacto direto e imediato relativamente limitado no reconhecimento e na mobilidade</li> <li>• Capacidade limitada da AUC para apoiar/financiar plenamente as operações ACQF</li> <li>• As iniciativas dos quadro de qualificações em África são geralmente apoiadas por parceiros de cooperação externa e a sua sustentabilidade não é assegurada</li> <li>• Sensibilização insuficiente — adesão limitada (países, RECs)</li> <li>• Desafios relativos à disponibilidade de capacidades (técnicas, humanas,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• África tem diferentes sistemas de ensino, sistemas de garantia da qualidade e antecedentes educativos — esta diversidade é um facto e o ACQF e outras iniciativas da AU contribuem para a compreensão mútua e para uma certa convergência/harmonização</li> <li>• Desenvolvimento e compreensão insuficientes do quadro para a RPL e a aprendizagem ao longo da vida</li> <li>• A política/quadro continental para a garantia da qualidade de todos os tipos/níveis de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foi identificada uma fonte de financiamento clara e sustentável</li> <li>• Baixo financiamento dos QNQs nos países</li> <li>• Baixo financiamento e funcionalidade dos QRQs</li> <li>• Desafios relativos à disponibilidade de capacidades (técnicas, humanas, institucionais) relevantes para os domínios do ACQF/quadros de qualificações</li> </ul>

	institucionais) relevantes para os domínios do ACQF/quadros de qualificações	aprendizagem continua a ser incerta <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desafios relativos à disponibilidade de capacidades (técnicas, humanas, institucionais) relevantes para os domínios do ACQF/quadros de qualificações</li> </ul>	
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diversidade de sistemas — riqueza, aprendizagem mútua, troca de experiências</li> <li>• Adesão através da comunicação, dos campeões, advocacia e diálogo político da AUC</li> <li>• Comunidades regionais — massa crítica</li> <li>• QNQs e QRQs em África</li> <li>• PAQAF</li> <li>• Emergência de conhecimentos especializados nacionais e regionais — para a sustentabilidade e a elaboração e execução de políticas de boa qualidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ACQF com base nas boas práticas e experiências dos RQF existentes</li> <li>• Vários QNQs com os quais os países podem aprender</li> <li>• Existência de QNQs com órgãos de governação capazes como interlocutores importantes do ACQF</li> <li>• Campeões: Reuniões dos Chefes de Estado e de Governo</li> <li>• RECs com participação ativa no processo ACQF</li> <li>• Envolver todos os países no desenvolvimento e implementação do QNQ (parceria continental alargada)</li> <li>• Opção de estreitar relações com a AfCFTA para explorar as lacunas e a procura de competências e qualificações, contribuindo para perfis comuns</li> <li>• Programas de recuperação e investimento pós-COVID-19, incluindo em (novas) competências e aprendizagem ao longo da vida.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ligação ACQF à AfCFTA</li> <li>• Políticas da AU para a integração continental</li> </ul>
Ameaças/de safios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de liderança eficaz — pode afetar o avanço da implementação para a fase seguinte</li> <li>• A participação efetiva dos intervenientes no mercado de trabalho exigirá uma abordagem específica</li> <li>• Vagas de COVID-19 — afeta negativamente a escolarização, os resultados da aprendizagem, a socialização e a equidade</li> <li>• Instabilidade e insegurança em partes do continente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Futuro trabalho/competências em África: Sabemos o suficiente?</li> <li>• Aplicação do Protocolo sobre a Livre Circulação da AU continua a ser incerta</li> <li>• Restrições à livre circulação dos cidadãos da AU</li> <li>• A operacionalização da AfCFTA num maior número de países exigirá a adesão e liderança a nível nacional e continental</li> <li>• Falta de contextualização e integração da aplicação do ACQF nas políticas dos próprios países membros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicação do Protocolo sobre a Livre Circulação da AU continua a ser incerta</li> <li>• Plena operacionalização da AfCFTA com uma dimensão tangível de competências/qualificações</li> <li>• Não antecipação/previsão das tendências e do futuro do trabalho e das competências</li> <li>• Baixo apoio político e adesão (nacional, regional, continental)</li> <li>• Falta de consistência e continuidade relativamente</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Língua — África tem inúmeras línguas, o que faz da ligação e da comunicação um desafio</li> <li>• Protecionismo e restrições à livre circulação de pessoas</li> </ul> <p><i>Nota:</i> Em consequência direta da crise da COVID-19, no final de 2020, as economias africanas enfrentam uma recessão económica, uma maior pobreza, e perda de resultados escolares</p>	<p><i>Nota:</i> A recuperação após a COVID-19 pode demorar algum tempo. Os recursos dos países e da AU serão canalizados para fazer face a grandes prioridades concorrentes.</p>	<p>às prioridades políticas relacionadas com os quadros de qualificações/ACQF— a nível nacional e continental</p>
--	---	--	---

Dado que o ACQF é um novo instrumento político, o seu desenvolvimento e a sua aplicação futura devem ter em conta estes desafios. Os principais domínios, como o apoio político coerente, as capacidades humanas e técnicas para apoiar o ACQF e os NQFs, o financiamento adequado, a comunicação e a sensibilização para o ACQF e as suas modalidades operacionais e potenciais benefícios devem ser integrados no desenvolvimento e no planeamento da execução.

#### Competências necessárias para apoiar o ACQF

Como novo conceito para todos os países do continente africano, o ACQF exigirá um programa rigoroso de formação e desenvolvimento de capacidades, a fim de dotar as várias partes interessadas das competências necessárias para compreender e implementar o ACQF — a nível nacional, regional e continental. A equipa de peritos que desenvolve o ACQF apresentará um plano abrangente de formação e de reforço das capacidades, contribuindo para a futura sustentabilidade do ACQF.

## 5.8 Algumas conclusões iniciais sobre a viabilidade e a eficácia dos três cenários

**Quadro 9:** Síntese sobre a viabilidade e a eficácia dos três cenários

	<b>Cenário 1: «ACQF connects»</b> <b>Calendário: 2023</b>	<b>Cenário 2: «ACQF cria confiança mútua»</b> <b>Calendário: 2025</b>	<b>Cenário 3: «ACQF abre novos horizontes»</b> <b>Calendário: 2027</b>
Panorâmica da viabilidade	Exequível, com apoio adicional pós-2022 para apoiar a divulgação, a adesão, a implementação, a manutenção e o desenvolvimento de instrumentos, redes e ações de desenvolvimento de capacidades	Viável, mas exige mais apoio para um apoio substancial, coerente e dotado de recursos adequados ao desenvolvimento dos QNQs  AUC: Assume o papel de liderança na orientação das relações com os países e as RECs Governação a nível continental do ACQF: Fator essencial de sucesso	ACQF orientados para o futuro: Novas competências e novos tipos de qualificações para novos setores. Exige ferramentas e capacidades mais avançadas para identificar e analisar novas necessidades em matéria de competências e novos empregos, bem como competências e qualificações essenciais para o crescimento e a integração africanos

<p>Panorâmica da eficácia:</p> <p>Contribuição relativa para a realização dos objetivos do ACQF</p>	<p>Este cenário contribui principalmente para a realização dos seguintes objetivos do ACQF:</p> <p><u>Objetivo 1:</u> Transparência e comparabilidade dos quadros de qualificações/qualificações, mas o contributo para a comparabilidade é relativamente limitado</p> <p><u>Objetivo 3:</u> Trabalhar em complementaridade com os países</p> <p><u>Objetivo 4:</u> ACQF — para a cooperação entre os NQFs/RQFs em África</p>	<p>Este cenário contribui substancialmente para:</p> <p><u>Objetivo 1:</u> Transparência e, em especial, comparabilidade dos quadros de qualificações e qualificações e aprendizagem ao longo da vida</p> <p><u>Objetivo 2:</u> Reconhecimento e mobilidade — com o apoio da referência ACQF</p> <p><u>Objetivo 3:</u> Trabalhar em complementaridade com os países, promover o desenvolvimento dos QNQs— com o apoio do processo e ferramentas de referência ACQF</p> <p><u>Objetivo 4:</u> Contribuição visível para o ACQF que funciona como quadro de referência e para o Espaço Africano da Educação e das Qualificações</p>	<p>Este cenário contribui para a realização de toda a gama de objetivos numa abordagem abrangente e inovadora:</p> <p><u>Objetivo 1:</u> Maior contribuição para a transparência e a comparabilidade</p> <p><u>Objetivo 2:</u> Contributo muito significativo para formas de reconhecimento avançadas, sem descontinuidades e de confiança</p> <p><u>Objetivo 3:</u> As qualificações (normas) ACQF (continental) complementam os nacionais; Espaço Africano da Educação e das Qualificações</p> <p><u>Objetivo 4:</u> ACQF como quadro de referência para a transparência global — para as regiões africanas e outras regiões e continentes</p>
---	---	---	--

## 5.9 ACQF: Desenho conceptual e técnico

A conceção do ACQF tomará em conta e será inspirada pelos objetivos e princípios definidos na visão do ACQF.

### 5.9.1 Uma combinação de fatores de sucesso

A eficácia, a pertinência e a sustentabilidade do ACQF serão determinadas por uma combinação de fatores, incluindo:

- arquitetura adequada à finalidade dos principais componentes, desde a fundamentação das políticas até à conceção estrutural e conceptual, ferramentas técnicas, recursos e governação;
- a adesão dos utilizadores e das partes interessadas;
- acompanhamento e aperfeiçoamento;
- complementaridade com as políticas e instituições de garantia da qualidade e de reconhecimento a nível nacional, regional e continental.

A conceção conceptual e técnica do ACQF incluirá e considerará uma série de dimensões fundamentais:

- **Objetivo** — um meta-quadro continental, que funcione em sinergia com as políticas pertinentes e vise aumentar a transparência, a qualidade e a comparabilidade dos quadros de qualificações e qualificações; Contribuir para facilitar o reconhecimento das qualificações e, eventualmente, a mobilidade dos aprendentes e dos trabalhadores; Trabalhar em cooperação e complementaridade com os quadros nacionais e regionais de qualificações; E promover a confiança e a referência com os quadros de qualificações em África e noutras regiões do mundo.
- **Âmbito de aplicação** — abrangente e inclusivo; qualificações de todos os setores e níveis
- **Princípios** - baseado em princípios de inovação, abertura às boas práticas e necessidades das partes interessadas

- **Níveis e descritores de nível** — estrutura do ACQF como quadro meta-quadro para comparação/referenciação com os NQFs e os RQFs.
- **Apoio e cooperação com os países** adequada às diferentes fases de desenvolvimento dos QNQs e dos QRQs no continente.

### 5.9.2 Objetivo do ACQF como meta-quadro

Enquanto quadro meta-quadro, o ACQF visa contribuir para uma «meta-transparência» das qualificações no continente e, conseqüentemente, para o objetivo desejado de uma mobilidade equitativa e do reconhecimento das qualificações e competências das pessoas numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida. As principais modalidades de trabalho do ACQF são a aproximação, o trabalho conjunto, a confiança mútua, os conceitos comuns, a referenciação/alinhamento e a articulação sistemática com as políticas e instituições de reconhecimento e de garantia da qualidade.

O ACQF tem por objetivo apoiar a aproximação e o entendimento comum entre os quadros de qualificações dos países. Enquanto meta-quadro para o continente africano, o ACQF trabalhará no sentido da comparação, alinhamento/referenciação e etapas de referência comuns entre os QNQs (e os QRQs) no continente. O ACQF ajudará os países e as RECs a cumprirem os principais critérios e requisitos para trabalharem em conjunto no contexto do ACQF. Como meta-quadro, o ACQF funcionará também como uma plataforma de aprendizagem mútua entre países africanos e apoiará a evolução a nível nacional (e REC), permitindo a criação e implementação de quadros de qualificações adequados aos objetivos nacionais e abertos à cooperação com outros QNQs.

Como meta-quadro, o ACQF apoiará os QNQs dos países, mas não os substituirá, nem trabalhará no sentido de normalizar os QNQs e as qualificações no continente. Enquanto meta-quadro, o ACQF contribuirá para a mudança, mas a mudança ocorre de forma eficaz a nível nacional, através da ação orientada para as reformas dos QNQs (operacionais). Noutras partes do mundo, a referenciação aos QRQs tem sido associada a processos de mudança (revisão ou desenvolvimento) ao nível dos QNQs, o que pode ser explicado por uma combinação mutuamente vantajosa de processos de mudança descendente (QRQ-QNQ) e ascendentes (QNQ-QRQ). A interação dos dois quadros (QRQ e QNQ) gera processos autogeridos de diálogo nacional, uma reflexão renovada, uma análise do panorama nacional das qualificações, a identificação de lacunas e incoerências e a determinação de medidas adequadas (a curto e médio prazo).

Esta definição do objetivo do ACQF enquanto meta-quadro influencia a orientação e o âmbito dos seus descritores de nível.

Uma questão para posterior debate e decisão: Como estruturar o ACQF — oito níveis, dez níveis, outras opções? Devem ambos os tipos de estruturas de nível ser tidos em conta e comparados aquando do desenvolvimento de descritores de nível ACQF?

### 5.9.3 A caminho dos descritores de nível ACQF

#### Descritores de nível do ACQF: Um ato de equilíbrio?

Os descritores de nível ACQF desempenharão um papel fundamental no alinhamento/referenciação entre os QNQs e os QRQs, num processo que inclui outras componentes complementares e fundamentais da transparência, nomeadamente: Abordagem baseada nos resultados da aprendizagem, reconhecimento da aprendizagem em contextos não formais e informais, colocação de qualificações nos níveis e registos dos QNQs, garantia da qualidade das qualificações e dos QNQs e participação e aprovação das partes interessadas.

A fim de promover a participação e a inclusão de todos os QNQs no diálogo ACQF e na referência/alinhamento, as formulações dos descritores de nível ACQF devem ser de âmbito geral, mas explícitas na definição de domínios de aprendizagem. Os descritores de nível devem ser genéricos e igualmente aplicáveis às qualificações académicas, profissionais e em contexto laboral.

À medida que ocorre a transformação da aprendizagem e das competências a pedido, o ACQF deve ser capaz de apoiar a adaptação em conformidade com o seu princípio de apoio à inovação. Em certa medida, o ACQF deve ser preparado para o futuro. Podem os descritores de nível ACQF incluir domínios ou subdomínios que apoiam a adaptação, a inovação e a transformação em termos de conhecimentos, competências, valores e atitudes? Algumas dimensões da transformação global da aprendizagem e da sociedade podem ser traduzidas em descritores de nível ACQF, como a digitalização, a ecologização, a inclusão, bem como os aspetos culturais e de cidadania?

Formulações demasiado pormenorizadas e específicas podem impedir muitos QNQs de encontrarem compatibilidade dos seus descritores de nível com o ACQF, o que poderia conduzir à exclusão e não à inclusão de todos os países no processo ACQF. O ACQF diz respeito à inclusão dos quadros de qualificações de todos os países.

#### 5.9.4 Compreender os descritores de nível

##### Descritores de nível: A «cola» nos quadros de qualificações?

Nos QNQs e QRQs, cada um dos níveis é descrito por um conjunto de *descritores*, que indicam as aquisições dos aprendentes (e não os anos de estudo). Os *descritores* de nível são formulados com base numa lógica horizontal (através dos domínios da aprendizagem) e na lógica vertical (progressão de níveis inferiores para níveis mais elevados). Os descritores de nível dos QNQs e dos QRQs traduzem a natureza e o âmbito do quadro de qualificações.

No documento «Indicadores de nível para o Quadro Nacional de Qualificações da África do Sul» (SAQA 2012), a Autoridade de Qualificações da África do Sul (SAQA) afirma que o objetivo dos descritores de nível (níveis um a dez) é assegurar a coerência dos resultados da aprendizagem na atribuição de qualificações e de partes de qualificações a níveis específicos, bem como facilitar a avaliação da comparabilidade nacional e internacional das qualificações e das qualificações parciais.

O SAQA (2012) define os *descritores de nível* do seguinte modo:

«Descritor de nível», a declaração que descreve os resultados de aprendizagem alcançados a um nível específico do NQF, que fornece uma indicação geral dos tipos de resultados de aprendizagem e dos critérios de avaliação adequados a uma qualificação a esse nível» (SAQA 2012: 4)

Além disso, SAQA (2012) refere:

- Existe um conjunto comum de descritores de nível para o QNQ a utilizar em diferentes contextos.
- Os descritores de nível QNQ destinam-se a satisfazer as necessidades das qualificações académicas e profissionais
- Os descritores de nível são descritivos e não prescritivos
- Os descritores de nível não descrevem anos de estudo.

O QRQ da ASEAN observa que os resultados da aprendizagem são:

Uma declaração geral que sintetize os resultados de aprendizagem adequados a um nível específico num quadro de qualificações. São geralmente agrupados em domínios de aprendizagem (2018: 31)

Os descritores de nível são formulados como resultados de aprendizagem, que são declarações do que o aprendente deverá conhecer, compreender e/ou ser capaz de fazer no final de um processo e de um período de aprendizagem.

### 5.9.5 Utilizações e formulação de descritores de nível

Os descritores de nível são elementos fundamentais da conceção técnico-conceitual dos quadros de qualificações.

Os descritores de nível destinam-se a servir de guia e de ponto de partida para, nomeadamente:

- Posicionar uma qualificação num nível adequado no NQF, utilizada juntamente com declarações de objetivos, resultados e critérios de avaliação;
- redação dos resultados da aprendizagem e dos critérios de avaliação associados para as qualificações e as qualificações parciais;
- validação das aptidões, conhecimentos e competências adquiridos em relação a um determinado nível para atribuição de um prémio; E
- ajudar os formandos a obter a admissão através da RPL a um nível adequado no NQF (SAQA 2012: 4 – 5).

O Bahrain publicou uma nota de orientação intitulada «[Usar os descritores de nível NQF](#)», que clarifica a forma como o papel dos descritores de nível pode ser otimizado no trabalho real dos criadores e avaliadores de qualificações, salientando as suas possibilidades e limitações. Algumas sugestões da nota de orientação do Bahrain:

Os descritores de nível NQF são utilizados juntamente com outras fontes de informação para colocar as qualificações no QNQ. Outras fontes, que se tornarão mais amplamente disponíveis à medida que as qualificações forem colocadas no NQF, incluem benchmarks por disciplina, qualificações ao mesmo nível e qualificações comparáveis noutros quadros.

Os descritores do nível NQF não são especificações de qualificação. Pelo contrário, embora os descritores de nível confirmem os resultados de aprendizagem para uma série de características predefinidas, as especificações de qualificação (descritores) estabelecem:

- O que o aprendente deverá fazer após a conclusão com êxito da qualificação relativa à estrutura de qualificação, ou seja, o nível e o número de unidades
- O número mínimo e o nível de créditos exigidos em cada nível.

Os descritores de nível NQF são genéricos e igualmente aplicáveis às qualificações académicas, profissionais e em contexto laboral. Haverá qualificações com unidades que incluem resultados de aprendizagem a diferentes níveis, podendo também acontecer que um ou mais subdomínios não apareçam em determinadas unidades. É utilizada uma abordagem mais adequada para determinar o nível das unidades de uma qualificação no NQF.

A apreciação profissional pode ser apoiada pela leitura e familiarização com os descritores de nível, a fim de determinar com conhecimento de causa o nível onde uma qualificação se insere e proporcionar razões de apoio que possam ser entendidas por outras pessoas que possam não ser especializadas na área de disciplina/disciplina.

Embora os descritores de nível possam funcionar como um guia útil na conceção das qualificações, não se recomenda que a conceção de uma qualificação se baseie exclusivamente nesses descritores. É importante que as qualificações sejam concebidas de modo a satisfazer as

necessidades dos aprendentes e de outras partes interessadas, como empregadores, universidades e instituições de formação.

Para ajudar a interpretar os descritores de nível, a Autoridade de Qualificações do Barém elaborou um glossário de palavras e termos em que o significado é fornecido especificamente em relação ao QNQ. Para se familiarizar com a natureza progressiva da língua utilizada, pode ser útil considerar e comparar palavras-chave utilizadas nos descritores de nível.

A Autoridade para as Qualificações do Bahrain fornece orientações sobre a formulação da progressão entre níveis. Exemplo:

Ao nível 4, os aprendentes não cobririam todas as teorias do tema/disciplina, apenas alguns deles, deixando uma decisão sobre o número a abranger a quem concebe a qualificação. Ao nível 5, os aprendentes abrangerão mais das teorias principais. As teorias não são diretamente referenciadas no nível 6, estando já abrangidas pelos níveis 4 e 5, mas tal não impede a continuação da atividade relacionada com teorias nucleares de nível 6. Ao nível 7, os aprendentes estudariam teorias mais aprofundadas que são fundamentais para o tema/disciplina.

### 5.9.6 Descritores de nível: Panorâmica dos quadros africanos de qualificações

A presente secção apresenta um mapeamento sintético dos descritores de nível de 22 QNQs e de dois QRQs em África, com base nos dados do estudo de mapeamento ACQF (ACQF 2021b) e em fontes nacionais e regionais originais (ver capítulo 6: Fontes).

#### Domínios dos descritores de nível

Muitos quadros de qualificações especificam o significado dos seus domínios de aprendizagem:

- Quadro Nacional de Qualificações da África do Sul (SANQF)
- QNQ da França
- QNQ do Lesoto
- EQF
- Quadro de Referência de Qualificações da ASEAN (AQRF).

#### **Quadro 10: Definições dos domínios dos descritores de nível — exemplos**

##### **QNQs**

	Domínio
SANQF	<p>A filosofia subjacente ao NQF e aos descritores de nível é a «competência aplicada», que está em consonância com o quadro teórico baseado nos resultados. São utilizadas dez categorias nos descritores de nível para definir «competências aplicadas» nos dez níveis do QNQ:</p> <p>1) Âmbito dos conhecimentos; 2) literacia em conhecimento; 3) método e procedimento; 4) resolução de problemas; 5) ética e prática profissional; 6) acesso, tratamento e gestão da informação; 7) produção e comunicação de informações; 8) contexto e sistemas; 9) gestão da aprendizagem; 10) responsabilização.</p> <p>A «competência aplicada» tem três elementos constitutivos: Competência fundamental (competências intelectuais/académicas dos conhecimentos, juntamente com análise, síntese e avaliação; Competência prática (contexto operacional); Competência reflexiva (autonomia do aluno).</p>

França QNQ	<p align="center"><u>Conhecimentos</u></p> <p>O descritor refere-se à progressão do conhecimento para a realização das atividades profissionais do nível (processos, materiais, terminologia relativa a um ou mais domínios, bem como conhecimentos teóricos)</p>	<p align="center"><u>Conhecimentos especializados</u></p> <p>O descritor diz respeito à progressão em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Complexidade e tecnicidade de uma tarefa, uma atividade num processo</li> <li>- O nível de domínio da atividade profissional</li> <li>- Mobilizar um leque de competências cognitivas e práticas</li> <li>- Conhecimentos especializados no domínio da comunicação e das relações interpessoais, no contexto profissional</li> <li>- Capacidade de transmissão de conhecimentos</li> </ul>	<p align="center"><u>Responsabilidade e autonomia</u></p> <p>O descritor refere-se aos progressos realizados nos seguintes domínios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização do trabalho</li> <li>- Reação a contingências</li> <li>- Compreender a complexidade do ambiente</li> <li>- Compreender as interações nas atividades noutros domínios profissionais, permitindo-lhe organizar o seu próprio trabalho, corrigi-lo ou dar instruções ao pessoal supervisionado</li> <li>- Participação em trabalhos coletivos</li> <li>- Nível de supervisão</li> </ul>
Lesoto NQF	<p align="center"><u>Conhecimentos</u></p> <p>Áreas: Profundidade, amplitude e complexidade</p> <p>A LQF aplicou noções de profundidade que funcionam num contínuo, de geral a especializado; Amplitude (tema único para áreas multidisciplinares do conhecimento); Tipos de conhecimentos (betão — abstrato e segmentado a acumulável); e por último, a complexidade (combinações de tipos de profundidade e de amplitude dos conhecimentos), enquanto critérios e lentes de inquérito</p>	<p align="center"><u>Competências</u></p> <p>Natureza: Cobertura das competências dos diplomado(a)s</p>	<p align="center"><u>Agência e contexto</u></p> <p>Atributos pessoais e profissionais que se espera sejam apresentados pelos licenciados / diplomado(a)s</p>

### QRQs

EQF	<p align="center"><u>Conhecimentos</u></p> <p>Os conhecimentos são descritos como teóricos e/ou factuais.</p>	<p align="center"><u>Aptidões</u></p> <p>As aptidões são descritas como cognitivas (envolvendo a utilização de pensamento lógico, intuitivo e criativo) e práticas (envolvendo destreza manual e utilização de métodos, materiais, ferramentas e instrumentos).</p>	<p align="center"><u>Responsabilidade e autonomia</u></p> <p>A responsabilidade e a autonomia são descritas como a capacidade do aprendente para aplicar os conhecimentos e competências de forma autónoma e responsável.</p>
-----	---	---	---

AQRf	Conhecimentos e competências	Aplicação e responsabilidade
------	------------------------------	------------------------------

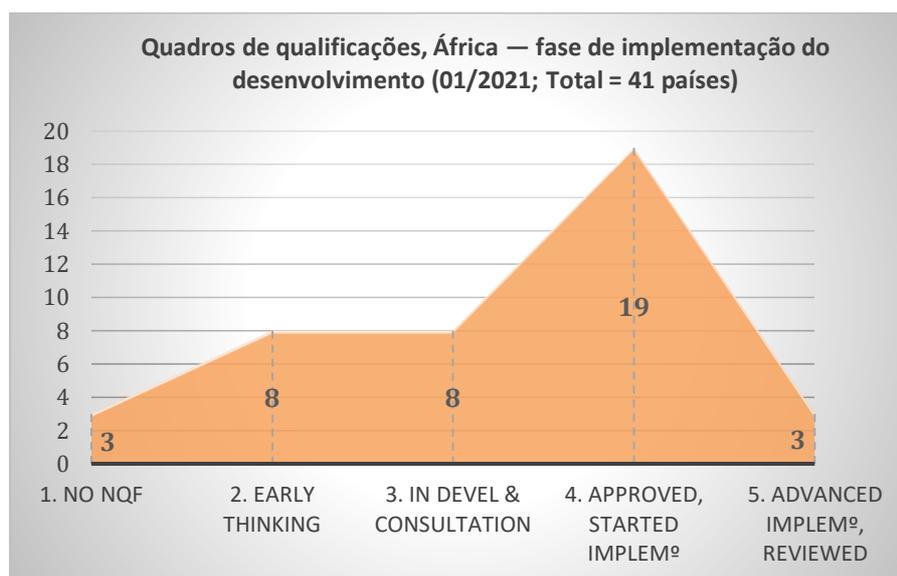
No AQRf, os descritores de nível incluem a noção de competência como a capacidade de se estender para além da posse de conhecimentos e aptidões. Inclui:

- competência cognitiva: a utilização de teoria e conceitos, bem como de conhecimentos tácitos informais adquiridos experimentalmente;
- competência funcional (aptidões ou saber-fazer); O que uma pessoa deve poder fazer quando trabalha numa determinada área;
- competência pessoal: Envolve o conhecimento de como se comportar numa situação específica;
- competência ética: A posse de determinados valores pessoais e profissionais.

## Panorâmica dos níveis e dos descritores de nível numa seleção de NQF africanos

As raízes do ACQF são os QNQs africanos — nacionais e regionais, com a sua diversidade e múltiplos pontos de intersecção. Os QNQs em África encontram-se em diferentes fases de desenvolvimento e execução. O quadro 1 (no capítulo 2) resume a situação dos QNQs por fases, tal como identificado pelo estudo de mapeamento do ACQF e por fontes complementares (até ao final de 2020).

**Figura 4: Síntese: Distribuição dos quadros de qualificações por fases de desenvolvimento e execução**



Fonte: dados do estudo de mapeamento ACQF (ACQF 2021b)

Uma comparação sucinta dos níveis e dos descritores de nível nos QNQs e QRQs africanos (Quadro 11) proporciona um panorama geral sobre aspetos comuns importantes, bem como diferenças, que são importantes para o desenvolvimento dos níveis e descritores do ACQF.

Vale a pena salientar a predominância dos QNQs de dez níveis e os dos domínios «Conhecimento-aptidões-competências Conhecimento» e «Conhecimento-aptidões e autonomia e responsabilidade».

### **Quadro 11: Panorâmica dos níveis e domínios dos descritores de nível numa seleção de 24 quadros de qualificações africanos (abrangente a nível nacional; Setorial — TVET e ensino superior; Regional)**

**Chave:** K (Conhecimentos); S (Competências); AR ou RA (Autonomia, responsabilidade); C (Competência); A (Atitude)

País Organismo responsável pelo Quadro de Qualificações	Tipo de quadro de qualificações	Número de níveis do quadro de qualificação	Domínios dos descritores de nível
Angola <a href="#">UTG-PNFQ</a>	Nacional, abrangente. Em processo de aprovação	10	K-S-AR
Botsuana <a href="#">Autoridade de Qualificações do Botsuana</a>	Quadro Nacional de Créditos e Qualificações do Botsuana. Inclusivo (abrangente).	10	K-S-C
Cabo Verde <a href="#">Unidade de Coordenação do</a>	Nacional, abrangente. Em 2018, foi revista a legislação relativa à NQS e, em 2020, ao QNQ e ao	8	K-S-Atitudes (Responsabilidade e Autonomia)

<a href="#">Sistema Nacional de Qualificações (UC-SNQ)</a>	Catálogo Nacional de Qualificações.		
Egito <a href="#">Autoridade Nacional para a Garantia da Qualidade e a Acreditação (NAQAAE)</a>	Nacional, abrangente. Em processo de aprovação	8	K e compreensão e S-C
eSwatini <a href="#">Conselho do Ensino Superior</a>	Nacional, abrangente	10	K-S-attitudes pessoais
Etiópia	a) TVET QF b) NQF nacional e abrangente	5 8	a) Capacidade de resolução de problemas/tratamento de informações; Nível de responsabilização, responsabilidade e autonomia; Nível de conhecimentos e competências; Nível de tarefas/ambiente operacional b) K-S-A
Gana <a href="#">COTVET-Council for TVET</a>	Quadro nacional de qualificações de TVET	8	Conhecimentos; Requisitos (aptidões e atitudes)
Quênia <a href="#">Autoridade Nacional de Qualificações do Quênia (KNQA)</a>	Nacional, abrangente	10	K-S-C
Lesoto <a href="#">Conselho de Qualificações e Qualidade do Lesoto</a>	Nacional, abrangente	10	Domínios de conhecimento (profundidade, amplitude, complexidade); Natureza das aptidões (abrangendo as competências dos diplomados); Agência e contexto
Maláui	a) TVET QF — TQF (desde 2004) b) QF do ensino superior (projeto) c) NQF global (em desenvolvimento)	8 5 10	Descritores de nível HE QF e NQF abrangentes — em desenvolvimento
Maurícia <a href="#">Maurítius Qualifications Authority (MQA)</a>	Nacional, abrangente	10	Procura de aprendizagem — processos
Marrocos NQF Instance — <a href="#">Ministério da Educação Nacional Formação Profissional Ensino Superior e Investigação Científica</a>	Nacional, abrangente. No processo de desenvolvimento	8	Conhecimentos, aptidões, complexidade, responsabilidade-autonomia, adaptabilidade, comunicação
Moçambique <a href="#">Conselho Nacional da Avaliação de Qualidade do Ensino Superior (CNAQ) — (Ensino Superior)</a>	a) QNQ abrangente (em consulta) b) QUANQES (ensino superior) c) TVET: QNQP	10 3 5	a) NQF integrado: K-S-AR; b) QF: K-S-C; c) TVET QF: K-S-AR

<a href="#">Autoridade Nacional da Educação Profissional (ANEP) — TVET</a>			
<a href="#">Nigéria Conselho Nacional de Educação Técnica (NBTE)</a>	TVET: Quadro Nacional de Aptidões	6	Competência, aptidões, autonomia
<a href="#">Ruanda</a>	a) NQF do Ruanda — abrangente  b) Quadro de Qualificações da Educação Ruanda (REQF) — em análise, desenvolvimento	8  10	Conhecimento e compreensão; Prática; Conhecimentos e compreensões aplicados; Aptidões cognitivas genéricas; Competências em matéria de comunicação, TIC e numeracia; Autonomia, responsabilidade e colaboração com os outros.
<a href="#">Seicheles Autoridade de Qualificações das Seicheles (SQA)</a>	Nacional, abrangente	10	Grau de complexidade; Raciocínio & resolução de problemas; Conhecimentos; AR
<a href="#">África do Sul SAQA</a>	Nacional, abrangente	10	Competências aplicadas: Âmbito dos conhecimentos; Literacia em conhecimento; Método e procedimento; Resolução de problemas; Ética e prática profissional; Acesso, tratamento e gestão da informação; Produção e comunicação de informações; Contexto e sistemas; Gestão da aprendizagem; Responsabilização.
<a href="#">Tanzânia Comissão das Universidades da Tanzânia</a>	Ensino superior	5 (6 a 10)	Complexidade, autonomia, responsabilidade, adaptabilidade, conhecimento e comportamento.
<a href="#">Tunísia Ministério da Formação Profissional e do Trabalho</a>	Nacional, abrangente	7	Complexidade, autonomia, responsabilidade, adaptabilidade, conhecimento e comportamento.
<a href="#">Uganda BTVET</a>	Quadro de Qualificações Profissionais do Uganda (UVQF) - EFTP	5 +1 nível de entrada	Os domínios não segregados incluem: Conhecimentos, competências, autonomia, controlo
<a href="#">Zâmbia Autoridade de Qualificações da Zâmbia (ZQA)</a>	Nacional, abrangente	10	Competência fundamental; Competência prática; Competência reflexiva
<a href="#">Zimbabué Comité Nacional de Alinhamento</a>	Nacional, abrangente	10	Os domínios não segregados incluem: Conhecimentos, competências, autonomia, controlo
<a href="#">SADCQF Secretariado da SADC, TCCA</a>	Regional, abrangente	10	K-S-AR

Comunidade da África Oriental <a href="#">EAQFHE</a>	Vertente regional, abrangente — do ensino superior na execução.	8	Desenvolvimento do conhecimento e da compreensão; aptidões cognitivas e intelectuais; competências essenciais transferíveis; competências práticas
---	---	---	--

A consulta dos textos jurídicos e políticos originais que definem os quadros de qualificações dos países africanos indicados é útil para estimular a reflexão sobre as diferenças e semelhanças na abordagem do papel e do local dos descritores de nível, bem como a sua articulação com os objetivos e componentes dos quadros de qualificações (ver capítulos 4 e 6 - Fontes, Parte I).

É necessário ter em conta uma série de questões no desenvolvimento e na conceção dos descritores de nível ACQF. Em primeiro lugar, as teorias subjacentes à escrita dos resultados de aprendizagem devem ser claramente identificadas, nomeadamente a abordagem comportamental orientada para os resultados e a construtivista orientada para os processos, bem como os seus pressupostos relativos às aquisições dos aprendentes. A sua interação na descrição dos níveis de resultados de aprendizagem é fundamental à medida que as aquisições de aprendizagem aumentam e se acumulam. A alegada tensão entre as duas teorias ocorre no caso de se privilegiar uma metodologia que opõe as duas abordagens, em vez de procurar a sua complementaridade na engenharia da hierarquia da progressão dos níveis.

### 5.9.7 Comparação dos descritores de níveis

A secção baseia-se inteiramente no estudo de mapeamento do ACQF (ACQF 2021b) - capítulos 2 e 3. Esta análise dos descritores de nível é aplicada a uma seleção de QNQs, bem como aos QRQ SADCQF e EAQFFHE. A metodologia baseia-se na aplicação de três taxonomias (Bloom revisto, Estrutura dos Resultados de Aprendizagem Observada [SOLO] e Modelo Dreyfus de Aquisição de Competências) a três domínios de utilização comum (conhecimento, incluindo uma dimensão cognitiva, aptidões e competências). Na primeira utilização feita em 2017, no âmbito do estudo RQF da SADC (Keevy et al., 2017), foi desenvolvida uma grelha para cada domínio e foi instalada uma linha suave em cada uma das grelhas. Desta forma, os descritores do nível da SADC foram comparados com outros descritores regionais (EQF e AQR) e com uma seleção de descritores nacionais (da África do Sul, do Botsuana e do Lesoto).

Nas páginas seguintes apresentamos uma primeira análise de uma seleção de descritores nacionais e regionais que utilizam a mesma metodologia, mas ligeiramente adaptados para permitir uma maior coerência e uma melhor comparação entre os estudos de casos. A dimensão cognitiva da Taxonomia de Bloom Revista foi igualmente excluída, uma vez que a sua aplicação se revelou mais difícil e incoerente. Um maior desenvolvimento da metodologia deve considerar uma maior automatização dos dados recolhidos e talvez também a inclusão de métodos estatísticos para verificar a sua validade e fiabilidade.

A figura 4, que apresenta uma análise dos descritores de nível de uma seleção de QNQ m África (Cabo Verde, Egito, Botsuana, Moçambique, Senegal e Quénia), aponta para algumas observações interessantes.

#### **Domínio do conhecimento (gráficos azuis)**

- A maioria dos QNQ concentra-se fortemente nos conhecimentos factuais nos seus primeiros níveis, mas alguns introduzem conhecimentos conceptuais mais cedo, como no Senegal.
- No outro extremo, a introdução de descritores ao nível metacognitivo nos níveis mais elevados do QNQ não é coerente — por exemplo, o Quénia centra-se exclusivamente nesta área, enquanto Cabo Verde e Moçambique mantêm uma distribuição da dimensão do conhecimento nos seus níveis mais elevados do QNQ.
- Em todos os níveis, os gráficos mostram uma mudança gradual para níveis de conhecimento mais elevados.

#### **Domínio as aptidões (gráficos castanhos)**

- À semelhança do domínio do conhecimento, os descritores de nível mostram uma variância significativa entre os níveis de SOLO.
- O Senegal destaca-se, com muitos níveis de SOLO captados em cada nível de QNQ.

#### **Domínio de competência (gráficos verdes)**

- Mais uma vez, a análise permite uma visão side-by-side dos níveis de Dreyfus nos descritores de nível de cada NQF.
- A maioria dos QNQ revela um alinhamento muito forte entre o nível dos QNQ e a taxonomia Dreyfus e, mais uma vez, o Senegal destaca-se como uma exceção.

Este exercício aponta para uma potencial aplicação mais ampla da metodologia. Poderia ser explorada uma abordagem mais automatizada utilizando algoritmos, o que, uma vez aplicado, permitiria uma análise mais coerente dos descritores durante os processos de referência. No mínimo, o exercício deve ser feito de forma mais fiável, recorrendo a vários peritos.

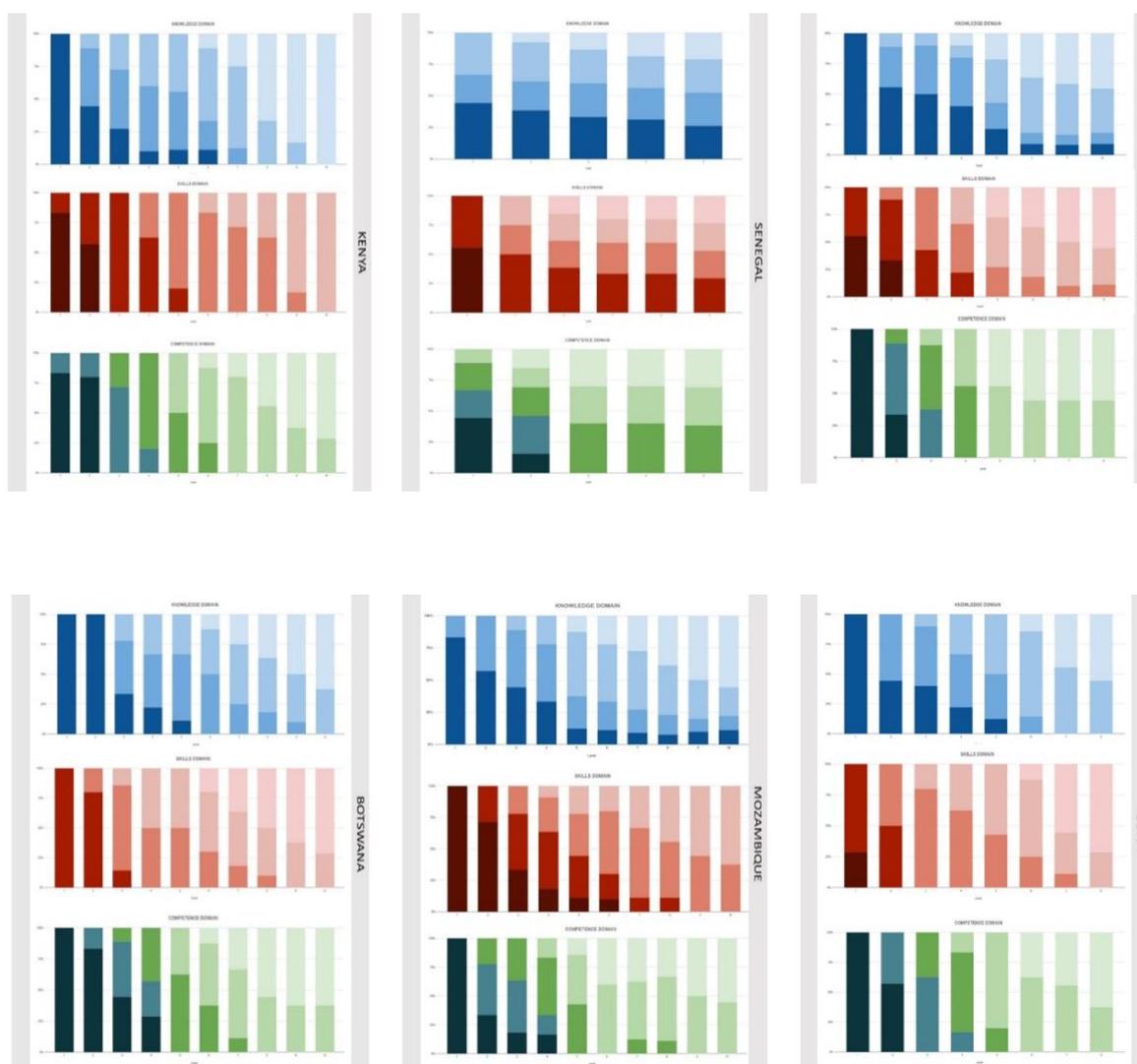
O conjunto de descritores de nível de Cabo Verde parece fácil de analisar, uma vez que a sua estrutura se coaduna com os dois domínios de aprendizagem geralmente aceites — conhecimentos e competências — enquanto o terceiro domínio — responsabilidade e autonomia — tem elementos de competência. A análise que se segue baseia-se na aplicação de diferentes modelos de taxonomia aos descritores de nível. Os resultados da aprendizagem no domínio do conhecimento, incluindo a sua dimensão cognitiva, através da lente da taxonomia de Bloom, abrangem toda a gama de componentes da taxonomia. A hierarquia da aquisição de conhecimentos é transparente, desde o conhecimento básico e factual até ao conhecimento metacognitivo em termos genéricos e alinha horizontalmente com os níveis de aprendizagem. A taxonomia SOLO, aplicada ao domínio das competências, destaca a demonstração de competências, mas, sobretudo, traça a camada cognitiva que está na base de todos os processos de aprendizagem. Ambos culminam na hierarquia das competências, à medida que aumenta a autonomia e a responsabilidade. Por último, o Modelo Dreyfus de Aquisição de Competências, aplicado aos descritores de nível de Cabo Verde, descreve mais claramente os seus níveis de competência e centra-se na demonstração de competências e nos graus de responsabilidade e autonomia esperados associados à progressão de competências em cada nível de aprendizagem.

O Gana apresenta um conjunto típico de descritores de nível NQF de referência do EFTP. Surpreendentemente o domínio do conhecimento não prevê disposições para o nível 1, enquanto se esperam resultados de aprendizagem acompanhando a aquisição de competências. Isto revela o pressuposto de que as competências básicas do comércio e do artesanato nos setores não formal e informal são privadas de conhecimentos, o que pode impedir os processos e as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Os domínios das aptidões e competências são combinados, destacando os resultados esperados da aprendizagem em cada um dos oito níveis, com graus de responsabilidade e autonomia associados à progressão das competências em cada nível de aprendizagem. Os modelos SOLO Dreyfus captam perfeitamente a progressão das competências em cada nível de aprendizagem, desde o noviço ao perito, e a forma como a estrutura de competências se desenvolve e desempenha. A nível de perito, parece existir um equilíbrio entre as quatro componentes do conhecimento — os elementos factuais, processuais, conceptuais e metacognitivos (cf. gráfico de conhecimentos do Gana), que ainda não foi explicado.

O QNQ (profissional) do Senegal apresenta descritores de cinco níveis. Os três domínios de aprendizagem geralmente aceites — conhecimentos, aptidões e competências — não foram tratados de forma distinta. Os resultados de aprendizagem a cada nível baseiam-se nas competências, remetendo mais para os níveis de qualificação em resultado da formação. Uma vez que a nomenclatura não define os domínios de aprendizagem, a análise comparativa insere-se nos pressupostos de que os domínios de aprendizagem estão incorporados em cada descritor de nível. No entanto, estes descritores de níveis múltiplos e condensados são fáceis de analisar através da taxonomia do SOLO e das lentes do modelo Dreyfus. Os

graus de responsabilidade e autonomia esperados associados à progressão das competências em cada nível de aprendizagem são suficientemente claros. No entanto, os descritores do nível do QNQ profissional do Senegal podem necessitar de aperfeiçoamento.

**Figura 4:** Análise dos descritores de nível de uma seleção de QNQ em África (Cabo Verde, Egito, Botsuana, Moçambique, Senegal e Quênia)



**Chave:**

Knowledge	Factual	Conceptual	Procedural	Metacognitive	
Skills	Prestructural	Unistructural	Multistructural	Relational	Extended abstract
Competence	Novice	Advanced beginner	Competent	Proficient	Expert

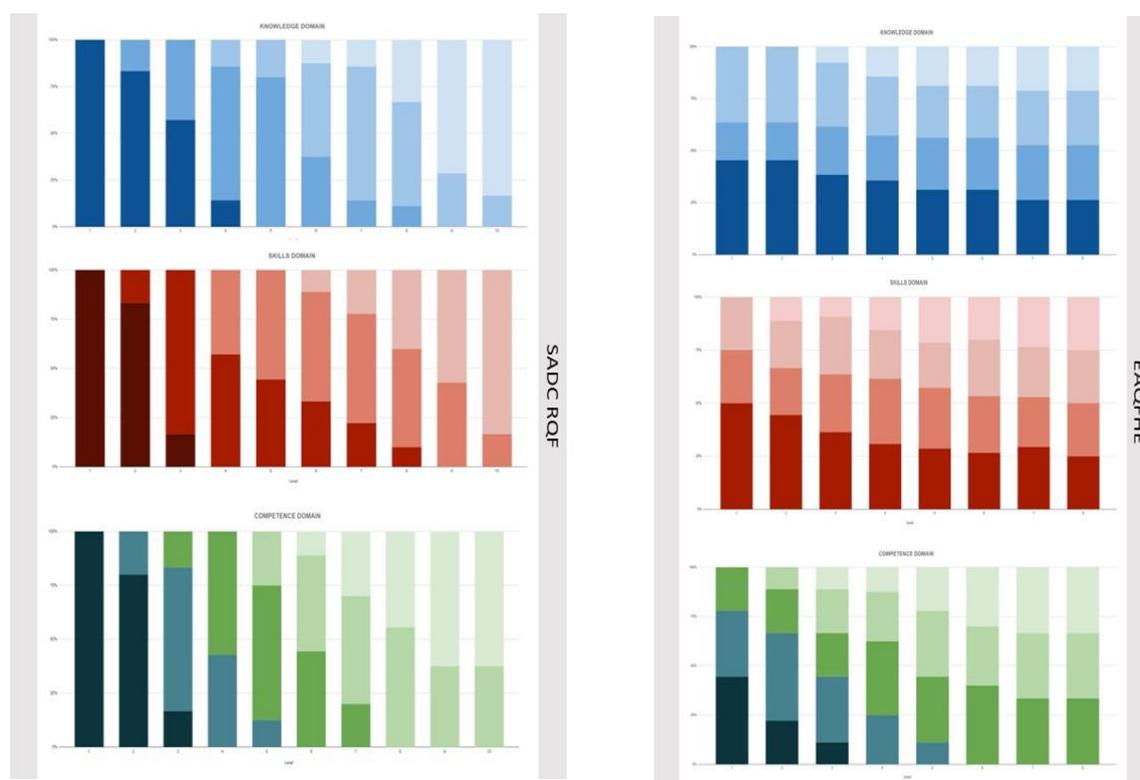
As dimensões dos conhecimentos, aptidões e competências no Botsuana e no Quênia foram mais bem analisadas através da taxonomia da Bloom, do SOLO e do Modelo Dreyfus, respetivamente. O nível pré-estrutural da taxonomia SOLO não pôde ser aplicado a nenhum dos descritores de nível, uma vez que não parecia adequado rever mesmo o nível mais baixo (nível 1) como incompetente/negativo.

Em Cabo Verde, Moçambique e SADC, as dimensões do conhecimento e das competências foram melhor analisadas utilizando a taxonomia de Bloom e o SOLO. O nível pré-estrutural da taxonomia SOLO não pôde

ser aplicado a nenhum dos descritores, uma vez que não parecia adequado rever mesmo o nível mais baixo (nível 1) como incompetente/negativo. O Modelo Dreyfus foi utilizado para analisar a dimensão da responsabilidade e da autonomia, uma vez que este era o modelo utilizado para analisar a dimensão da competência, a responsabilidade e a autonomia foram consideradas competências.

Os descritores de nível do Egito foram analisados utilizando a taxonomia da Bloom para a dimensão do conhecimento e o SOLO para a dimensão das competências cognitivas e profissionais. O nível pré-estrutural da taxonomia SOLO não pôde ser aplicado a nenhum dos descritores de nível, uma vez que não parecia adequado rever mesmo o nível mais baixo (nível 1) como incompetente/negativo. A melhor forma de analisar a autonomia, a responsabilidade e as competências de interação através da utilização do modelo Dreyfus.

**Figura 11:** Análise dos descritores de nível da SADCQF e da EAQFHE



**Chave:**

<b>Knowledge</b>	<b>Factual</b>	<b>Conceptual</b>	<b>Procedural</b>	<b>Metacognitive</b>	
<b>Skills</b>	<b>Prestructural</b>	<b>Unistructural</b>	<b>Multistructural</b>	Relational	Extended abstract
<b>Competence</b>	<b>Novice</b>	<b>Advanced beginner</b>	<b>Competent</b>	Proficient	Expert

A análise apresentada na Figura 12, que segue o exemplo anterior da análise dos descritores de nível dos QNQ, mostra variações semelhantes entre os descritores dos níveis SADCQF e EAQFHE nos domínios do conhecimento, das aptidões e das competências. Será igualmente possível comparar os descritores de nível de um QNQ com os de um QRQ, algo que poderia ser útil durante um processo de referência/alinhamento. Tal como referido anteriormente, a validade e a fiabilidade dessa análise poderiam ser melhoradas através de uma abordagem mais automatizada. Esta abordagem poderia ser desenvolvida no âmbito do processo ACQF. Embora o valor das ferramentas digitais para comparar os QNQ e os descritores de nível não seja contestado, é igualmente importante que os profissionais e as partes interessadas liderem os processos de análise e comparação; Sejam capazes de interpretar os resultados dos processos semiautomatizados de comparação para tomar decisões sobre a revisão e melhoria dos

quadros de qualificações, e possam influenciar as implicações dos descritores de nível para a concepção e as reformas das qualificações. O desenvolvimento de capacidades, a partilha de experiências e a capacidade analítica dos profissionais e das partes interessadas para utilização prática constituem um elemento central da evolução atual e futura dos quadros de qualificações no continente.

O conjunto de descritores de nível da EAQFHE caracteriza-se por uma procura premente de competências cognitivas/analíticas e práticas à medida que aumenta a aquisição de conhecimentos. A sua estrutura não corresponde completamente aos três domínios de aprendizagem geralmente aceites, ou seja, conhecimentos, aptidões e competências, embora sustentem a engenharia dos quatro domínios de resultados de aprendizagem que são desenvolvidos: Desenvolvimento do conhecimento e da compreensão; Competências cognitivas e intelectuais; Competências chave/transferíveis e competências práticas. A análise através da aplicação de diferentes modelos de taxonomia aos descritores de nível revela que os resultados de aprendizagem relativos ao domínio do conhecimento, incluindo a sua dimensão cognitiva, através da lente da taxonomia Bloom, abrangem toda a gama de componentes da taxonomia. Devido à nomenclatura do desenvolvimento do conhecimento e da compreensão e às competências cognitivas e intelectuais, a hierarquia da aquisição de conhecimentos não é clara. Além disso, continua por debater a novidade que consiste em ligar as questões éticas ao conhecimento. A taxonomia SOLO e os modelos Dreyfus de aquisição de competências aplicados, respetivamente, aos domínios das competências essenciais/transferíveis e das competências práticas revelam algumas limitações na engenharia dos descritores de nível. A fronteira entre «Competências intelectuais» e «Competências Transferíveis» é esbatida, tal como entre «Competências Transferíveis» e «Competências Práticas». Esta divisão do domínio das competências resulta em resultados esperados longos e repetitivos da aprendizagem e corrobora a hierarquia de competências, à medida que aumenta a autonomia e a responsabilidade em cada nível de aprendizagem seguinte. Os descritores do nível EAQFHE revelam um QRQ abrangente e de referência que poderá ter de ser revisto para uma maior concisão.

Embora nem todos os níveis dos descritores de nível do Botsuana, Cabo Verde, Egito, Quênia, Moçambique e SADC pudessem ser associados a um nível específico em diferentes taxonomias utilizadas para analisar os descritores de nível, foi feita uma tentativa de classificar cada descritor de nível utilizando uma escala de notação de 0 a 5, em que 0 não representava qualquer alinhamento e 5 bom alinhamento. Tal permitiu aos investigadores avaliar o grau de alinhamento de cada nível da taxonomia específica (Bloom, SOLO ou Dreyfus) para cada descritor de nível.

### **Observações**

Esta análise de uma amostra de descritores de nível dos QNQ e dos QRQ em África é importante para o futuro ACQF. Embora a metodologia não tenha sido amplamente aplicada a nível internacional, existe um interesse crescente por uma abordagem mais científica do desenvolvimento de descritores de nível e, conseqüentemente, também pela comparação dos descritores de níveis entre países e regiões. Tal como referido, esta abordagem mais aperfeiçoada poderia permitir uma melhor comparação entre os quadros de qualificações e, por conseguinte, ser também utilizada no processo de referência/alinhamento. Uma compreensão deste processo poderia também ajudar os países a desenvolver os seus QNQ mais em consonância com os meta-quadros com os quais pretendem referenciar-se.

As primeiras tentativas de análise dos descritores de nível revelam uma série de questões que devem ser tidas em conta no desenvolvimento da concepção dos descritores de nível do ACQF. Em primeiro lugar, as teorias subjacentes à escrita dos resultados de aprendizagem devem ser claramente identificadas, nomeadamente a abordagem comportamental orientada para os resultados e a abordagem construtivista orientada para os processos e os seus pressupostos relativos às aquisições dos aprendentes. A sua interação na descrição dos níveis de resultados de aprendizagem é fundamental à medida que as aquisições de aprendizagem aumentam e se acumulam. A alegada tensão entre as duas teorias ocorre no

caso de uma metodologia que opões, em vez de complementar as duas abordagens, na engenharia da hierarquia da progressão dos níveis.

Além disso, a utilização de taxonomias de ensino e aprendizagem e de taxonomias de avaliação, como a taxonomia do Bloom para a dimensão do conhecimento, a taxonomia SOLO para a análise de competências e o Modelo Dreyfus de Aquisição de Competências no que diz respeito à aquisição de competências, terão de ser afinadas na definição dos resultados de aprendizagem de LD, especialmente no que diz respeito aos descritores de nível inferior. Alguns objetivos/metapas de aprendizagem nos modelos destas taxonomias não se adequam aos níveis 1 e 2 na maioria dos países africanos, em que são concedidos certificados mais baixos pelas empresas de ofícios e artesãos de contextos não formais e informais.

## 5.10 ACQF: Governação e financiamento

Esta secção propõe princípios e componentes fundamentais para a estrutura de governação do ACQF. Esta proposta baseia-se i) na lógica dos três cenários ACQF e tem em conta (ii) as práticas de governação e execução de outros QCR com experiência reconhecida, nomeadamente o quadro SADCQF, o AQRF e o QEQ.

A proposta sobre a governação do ACQF implica:

- referência ao quadro institucional da UA;
- princípios de governação do ACQF;
- estrutura de execução: Governação, gestão, recursos;
- acompanhamento, avaliação e análise.

Em conformidade com o princípio ACQF de abertura ao conhecimento desenvolvido por outras experiências relevantes no vasto domínio dos quadros de qualificações, o presente capítulo começa com uma panorâmica dos modelos de governação desenvolvidos no contexto de outros QRQ.

Embora apenas alguns países africanos disponham de quadros nacionais de qualificações bem estabelecidos e operacionais, existe um interesse suficiente por este tema para apoiar o trabalho do ACQF. Espera-se que o ACQF motive para ação daqueles que têm sido lentos a abraçar a ideia dos QNQ para criar uma rede africana viável e operacional de QNQ para apoiar e implementar o ACQF.

### 5.10.1 Referência ao quadro institucional da União Africana

A CUA está a executar o vasto programa de reestruturação institucional adotado em 2020. O desenvolvimento do ACQF é colocado sob a coordenação e a liderança política do (rebatizado) Departamento da Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (ESTI), nomeadamente a Divisão da Educação.

Os fundamentos políticos da UA do ACQF proporcionam um terreno substancial para o desenvolvimento e a implantação do ACQF enquanto instrumento político: CESA 16-25, o AfCFTA e o Protocolo sobre Livre Circulação da UA são as principais justificações para a criação do ACQF.

O QACQ interage estreitamente com o PAQAF, mas vai além do setor do ensino superior, uma vez que abrange todos os tipos e níveis de qualificações de diferentes subsectores. O âmbito de aplicação do QACQ é abrangente, justificando a revisão das instituições que podem desempenhar um papel na sua execução, no seu mandato e na forma de o harmonizar com as expectativas do QCIA.

### 5.10.2 Panorâmica da governação dos quadros regionais de qualificações (QRQ)

**O que fazem os QRQ?**

Os QRQ são meta-quadros que apoiam a aproximação e o reforço da confiança entre os QNQ, contribuindo para os objetivos mais vastos e estratégicos da cooperação regional — nomeadamente, qualificações de boa qualidade, mobilidade de estudantes e trabalhadores e integração.

Os QRQ não substituem os QNQ/NQS. Em vez disso, os QCR trabalham com base em princípios comuns orientados para uma maior transparência e portabilidade das qualificações. Os QRQ baseiam-se em conceitos partilhados, colocam a tónica na garantia da qualidade, apoiam a partilha de informações e de dados entre países e a aplicação de instrumentos comuns (tais como bases de dados de qualificações e orientações comuns sobre os principais processos de reconhecimento e transparência). Os QRQ também funcionam como catalisadores para o desenvolvimento dos QNQ.

A referência/alinhamento dos QNQ/SNQ com um QRQ é um marco importante na implementação dos QRQ. A referência baseia-se em critérios e procedimentos acordados, que são essenciais para a transparência, credibilidade e qualidade do processo e dos resultados. A utilização dos níveis QRQ nos documentos de qualificação e nas bases de dados dos QNQ/QNQ referenciados constitui um passo importante para a portabilidade e a mobilidade dos aprendentes e dos trabalhadores.

A execução do QRQ exige uma governação baseada na participação das partes interessadas relevantes, conhecimentos técnicos especializados e capacidade analítica, um conjunto de instrumentos de apoio à transparência e à qualidade dos processos do QRQ, comunicação e um sistema de informação eficiente num ambiente político em rápida mutação. Para além do seu mandato e objetivos regionais essenciais, os QRQ desempenham também um papel fundamental de comunicação e cooperação com outros QRQ e com os QNQ/SNQ noutras regiões/continentes. A cooperação e a comparação entre os QRQ contribuem para abrir caminho à transparência global das qualificações e dos quadros de qualificações e, em última análise, para facilitar o reconhecimento das qualificações. Este processo, quando plenamente aplicado, desempenhará um papel crucial na harmonização das qualificações em África e na internacionalização das qualificações africanas.

#### Ponto da situação da execução dos QCR

A história dos QRQ foi feita nos últimos quinze a vinte anos, com as reflexões iniciais e as medidas tomadas em diferentes continentes: Em África (SADCQF) e na Europa (QEQ). O quadro 12 resume as principais características de três QRQ operacionais e influentes (meta-quadros).

**Quadro 12:** Resumo das principais características dos QRQ incluídos nesta comparação

Característica	SADCQF	<a href="#">ASEAN QRF (AQRF)</a>	<a href="#">QEQ</a>
Região/comunidade	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral 16 países	Associação das Nações do Sudeste Asiático 10 países	União Europeia e outros países com um estatuto específico de cooperação 38 países
Estabelecimento	Aprovado: 2011 Início de operações: A partir de 2017	Aprovado em 2014 pelos ministros da Economia, da Educação e do Trabalho	Comunicação do Conselho: 2008 Revisto em 2017
Critérios e procedimentos de referência	10 critérios	11 critérios	10 critérios
Países que referenciaram/alinharam os QNQ com o RQF	2 (África do Sul, Seicheles); 1 relatório apresentado para adjudicação (Maurícia)	Relatórios de Referência da AQRF dos Estados membros da ASEAN: <a href="#">Malásia</a> <a href="#">Filipinas</a>	36 países referenciados e estes relatórios estão <a href="#">publicados</a> .

		<a href="#">Tailândia</a> <a href="#">Indonésia</a>	
Âmbito e níveis da RQF	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Abrangente; Incluindo todos os subsectores</li> <li>● 10 níveis</li> <li>● Descritores: Conhecimentos, competências, autonomia e responsabilidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Abrangente; Incluindo todos os subsectores</li> <li>● 8 níveis</li> <li>● Descritores: Conhecimentos e competências; Aplicação e responsabilidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Abrangente; Incluindo todos os subsectores</li> <li>● 8 níveis</li> <li>● Descritores: Conhecimentos, competências, responsabilidade e autonomia</li> </ul>

Estes QRQ partilham uma série de características comuns e mantêm um certo grau de cooperação entre si. No entanto, atualmente, esta cooperação é ad hoc e não é sustentada por acordos formalizados.

A governação/execução destes QRQ baseia-se em responsabilidades partilhadas e numa abordagem participativa (quadro 13). Os organismos governamentais têm um papel e um lugar predominantes na estrutura de governação, o que é um corolário do facto de os QNQ fazerem parte das políticas públicas e maioria das qualificações nacionais serem atribuídas em nome do Estado/organismos públicos autorizados. Em alguns casos (por exemplo, o QEQ), a composição do Grupo Consultivo do QEQ inclui a representação sistemática de organizações regionais de estudantes, organizações da sociedade civil, associações empresariais, sindicatos e organizações dos setores do ensino superior e EFTP.

O papel da gestão da execução, da coordenação e do secretariado é fundamental, tendo em conta o número de países e instituições envolvidos, o leque de atividades essenciais e a abordagem de desenvolvimento gradual necessária para o progresso.

No caso da SADCQF, o TCCA reúne os Estados-Membros e, uma vez que a Unidade de Execução ainda não está estabelecida, o Secretariado da SADC apoia e organiza atividades, com o apoio de um grupo de Estados-Membros.

A execução do QEQ é coordenada e gerida pela Comissão Europeia, trabalhando em estreita cooperação com o Grupo Consultivo do QEQ. O financiamento destinado a apoiar as atividades do Grupo Consultivo do QEQ, a investigação, avaliações e a aprendizagem entre pares é assegurado pelo orçamento da União Europeia, no âmbito do programa pertinente.

**Quadro 13:** Panorâmica das configurações de governação dos QCR

	SADCQF	AQRF	QEQ
Governação	<ul style="list-style-type: none"> <li>● 16 países</li> <li>● Conselho de Ministros da SADC</li> <li>● Ministros da Educação da SADC</li> <li>● TCCA — Comité Executivo; <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Com grupos de trabalho temáticos</li> </ul> </li> <li>● Secretariado da SADC (apoiado pela Unidade de Execução)</li> <li>● Financiamento: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ SADC para a coordenação regional, algumas atividades de desenvolvimento de capacidades</li> <li>○ Países: Todos os custos de participação em reuniões da SADCQF; QNQ</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● 10 países</li> <li>● Reuniões ministeriais da ASEAN: Economia, educação e trabalho</li> <li>● Comité AQRF — apoiado pelo Secretariado da AQRF</li> <li>● Comités nacionais AQRF</li> <li>● Financiamento: Fontes externas na primeira fase; ASEAN para a coordenação regional e Comité AQRF; Países: Todos os custos de participação em reuniões da AQRF.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● 38 países</li> <li>● A nível da UE: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Grupo Consultivo do QEQ: Todos os países;</li> <li>○ Associações europeias: Empresas, jovens, estudantes, voluntariado</li> <li>○ Presidente: Diretor-Geral da Comissão Europeia</li> <li>○ Emprego; Prevê igualmente: Secretariado e função de coordenação</li> <li>○ Subgrupos temáticos (ad hoc, temporários)</li> </ul> </li> <li>● Nível nacional: Pontos de Coordenação Nacionais (PCN)</li> <li>● Apoio técnico/à investigação: Cedefop, ETF</li> </ul>

			<ul style="list-style-type: none"> <li>● Financiamento: Orçamento da UE</li> </ul>
Principais instrumentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Cooperation African Qualifications Verification Network (AQVN)</li> <li>● Orientações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <a href="#">Sítio Web da AQRF</a></li> <li>● Orientações e manuais</li> <li>● Cooperação com outras plataformas da ASEAN</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● <a href="#">Europass</a>: A plataforma à escala da UE que apoia as competências e qualificações, o <a href="#">QEQ</a>, a informação sobre competências, as credenciais digitais, as carreiras.</li> <li>● Notas técnicas do QEQ, anexos do QEQ, orientações, validação da aprendizagem não formal e informal</li> <li>● Atividades de aprendizagem entre pares</li> <li>● Cooperação<sup>15</sup> rede ENIC-NARIC (reconhecimento de qualificações)</li> </ul>
Acompanhamento e avaliação, revisão	<ul style="list-style-type: none"> <li>● No contexto das reuniões regulares do TCCA, os países que lideram os programas de execução do SADCQF apresentam relatórios sobre os progressos, os desafios e os planos.</li> <li>● Nas reuniões do TCCA, os países membros dão conta das suas iniciativas nacionais e dos progressos realizados.</li> <li>● A forma sistemática de avaliar os progressos ainda não evoluiu</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>● A obrigação de avaliar a aplicação e os resultados do QEQ é definida na Recomendação relativa ao QEQ.</li> <li>● Foram realizadas duas avaliações importantes da Recomendação 2008 do QEQ.</li> <li>● Está em preparação a avaliação da Recomendação 2017 relativa ao QEQ, que deverá ser iniciada em 2021.</li> </ul>

### 5.10.3 Princípios de governação do ACQF

Os objetivos e princípios do ACQF determinam os princípios da sua governação proposta, como seguidamente se propõe:

- **Participação: Envolve**
  - nível continental, REC e nacional;
  - representação adequada dos principais subsectores da educação e da formação, proporcionando qualificações de todos os níveis e tipos;
  - organizações temáticas ou setoriais especializadas (continentais, regionais), por exemplo, currículos, garantia de qualidade, professores, outros; E
  - partes interessadas: Estudantes, parceiros sociais, empresas, empregadores, trabalhadores, sociedade civil
- **Implementação conduzida por uma estrutura tecnicamente competente**, com experiência reconhecida no domínio das qualificações e quadros de qualificações, e representativa de uma vasta gama de países.
- **Solidez técnica**: Com base em dados concretos, instrumentos digitais
- **Responsabilidade**: Com base na investigação, na monitorização e na avaliação

<sup>15</sup> ENIC: Rede Europeia de Centros de Informação na Região Europeia; NARIC: Centros Nacionais de Informação sobre o Reconhecimento Académico da União Europeia

- **Comunicação e difusão:** Transparência, partilha, redes — utilizando uma combinação de modos de comunicação: Sítio Web, seminários por via digital / online, modalidades convencionais
- **Disponibilidade e empenho em apoiar e cooperar com os países membros da UA, as CER e as instituições pertinentes:** Crescer e cultivar os QNQ e cooperar com o QAC.
- **Abertura ao mundo:** Participar e participar em várias redes e plataformas; Abrir portas a uma cooperação mutuamente vantajosa com outros QCR e QNQ (quatro ganhos: Continental — regional — nacional e outra RQF).

#### 5.10.4 Estrutura de execução: Governação, gestão e recursos

O contexto institucional e político do ACQF é caracterizado por:

- Escala: Um continente com 55 países membros, 8 REC, 5 regiões;
- Vários níveis e participação: Nacional, regional, organizações especializadas de natureza regional e continental;
- O papel da CUA: Liderança política; Garante da compatibilidade com as políticas e estratégias da UA;
- O papel de outras instâncias da UA: Comité Técnico Especializado para a Educação, Ciência e Tecnologia (STC-EST) para consulta técnica e política e futura aprovação documento político e do técnico do ACQF;
- Execução e execução técnicas: Fase de arranque (2019-22) — projeto apoiado por financiamento externo; Equipa de peritos técnicos;
- Processo de consulta das partes interessadas: Grupo Consultivo ACQF. Presidido pela CUA.

Tendo em conta os planos e necessidades do período 2022-25, em que deve ser iniciada a execução, pode ser previsto o estabelecimento de governação do ACQF (cenário 2), tal como indicado no quadro 14. Este período deve continuar a ser apoiado por um programa de assistência técnica e pelos parceiros técnicos.

**Quadro 14:** Governação do ACQF— síntese geral

Orientação política	Gestão da execução	Envolvimento das partes interessadas
1. Líder: AUC ESTI 2. Campeões ACQF 3. Conselho do organismo de implementação do ACQF  Organismos profissionais, empresariais, sociedade civil	<b>1. Estrutura profissionalmente competente e credível</b> — 2 opções: a) Associação de agências do QNQ (a criar); Agência Pan-Africana de Garantia da Qualidade e Acreditação (PAQAA), se abranger todos os níveis e subsetores da educação e da formação  <b>2. Apoiado por um projeto de assistência técnica</b>	1. Grupo Consultivo (renovado) 2. Redes e associações: Estudantes, organizações setoriais e profissionais, parceiros sociais, organizações de educação e formação — através de eventos ACQF, sítio Web, partilha de pares, atividades conjuntas, consulta

#### Execução e operações

##### **Opção 1: Uma rede de instituições dos QNQ**

A fim de garantir que a execução e a gestão das operações do QAC assentem numa competência técnica tangível e na compreensão da política do QNQ, recomenda-se a participação das agências dos QNQ africanos existentes e interessadas (de diferentes estatutos jurídicos) — numa rede (associação) de agências africanas do QNQ. Esta rede poderia tornar-se o ponto focal de apoio à implementação do ACQF, trabalhando com a CUA (orientação política), com os países e regiões (partes interessadas e utilizadores

do ACQF) e outras agências e parceiros (garantia da qualidade, RPL, informação sobre o mercado de trabalho, parceiros sociais e estudantes). A associação deve ter um estatuto jurídico, membros, um conselho responsável pelas funções de planeamento e responsabilização e uma equipa técnica e de gestão eficiente para realizar as operações. O sítio Internet do ACQF poderia ser copropriedade e gerido por esta associação. Um memorando de cooperação com a CUA deverá estabelecer as bases e a base institucional para o planeamento e a realização das operações ACQF, com base na responsabilização pelos resultados perante a UA.

Esta opção tem a vantagem de envolver os conhecimentos especializados do QNQ africanos existentes nas instituições nacionais que lideram e coordenam os QNQ e as áreas de competência associadas. Além disso, esta abordagem promove laços de cooperação e uma agenda comum entre as agências dos QNQ em todo o continente. Por último, esta opção capacita os países e os QNQ na criação conjunta do ACQF e atua através de uma dinâmica ascendente que é promissora. O risco de fragmentação e de distanciamento em relação à Agenda 2063 da UA é evitado pelo quadro institucional (associação), pelo papel de liderança política da CUA e pelo memorando de cooperação que define o âmbito dos trabalhos, compromissos e recursos.

São possíveis diferentes mecanismos de financiamento e de sustentabilidade, desde as contribuições dos membros a projetos de assistência técnica, doadores internacionais e patrocinadores africanos. A médio prazo, a associação africana dos QNQ, enquanto organismo de execução do ACQF, pode participar em parcerias público-privadas com médias e grandes empresas africanas e internacionais, em projetos que abordem o desenvolvimento de novos tipos de qualificações de conceção comum para o continente, a digitalização dos sistemas e quadros de qualificações e o reconhecimento das competências dos trabalhadores e migrantes, entre outros.

O atual projeto ACQF é capaz de apoiar as etapas preparatórias para essa associação africana do QNQ, nomeadamente a elaboração de uma análise concisa de viabilidade e de aspetos jurídicos, reuniões dos membros, redação de documentos estatutários e de planeamento e ações de comunicação.

## **Opção 2: PAQAA**

Foram dados passos no sentido de realizar um estudo de viabilidade sobre o PAQAA, sob a supervisão de um grupo de trabalho técnico apoiado pelo projeto de Harmonização da qualidade e da acreditação do ensino superior africano (HAQAA). Embora esta opção tenha potencial, não partilha os mesmos pontos fortes e oportunidades consagrados na opção 1, nomeadamente a competência temática e técnica no domínio dos quadros de qualificações e qualificações, a criação de sinergias entre as agências dos QNQ e a abordagem ascendente. Uma das questões-chave desta opção diz respeito ao âmbito do trabalho do PAQAA, que é mais restrito do que o âmbito do ACQF, uma vez que se centra no ensino superior, e não na perspetiva inclusiva de aprendizagem ao longo da vida das qualificações que é o enfoque do ACQF.

### **5.10.5 Acompanhamento, avaliação e análise**

O acompanhamento e a avaliação serão instrumentos importantes para avaliar os progressos realizados na execução do ACQF e dos seus vários elementos. O principal objetivo dos processos de avaliação e acompanhamento será avaliar a relevância, a eficácia, a eficiência, a coerência, o impacto e a sustentabilidade do ACQF. Os relatórios destes processos serão úteis para permitir que a CUA acompanhe a execução do ACQF e, em especial, para alcançar os vários marcos que serão definidos para o processo, incluindo o progresso dos países em desenvolvimento dos QNQ, a criação de pontos focais no âmbito do ACQF, e a referência dos QNQ com o ACQF e as metas da garantia de qualidade, do reconhecimento e de outros aspetos do ACQF.

Este processo garantirá que os países participantes no ACQF continuarão a implementar e a criar sistemas de qualificações mais transparentes e mais claros; E que os seus compromissos para com os objetivos do QACQ continuam a ser fortes para que o continente possa beneficiar da implementação do ACQF. O grupo consultivo ACQF será um interveniente fundamental na implementação do ACQF, uma vez que se espera que forneça algum tipo de «controlo/orientação suave» sobre a criação de pontos focais ACQF, o alinhamento dos QNQ com o ACQF e a adesão às diretrizes do ACQF. Ao efetuar o acompanhamento e a avaliação, será importante assegurar que sejam disponibilizados recursos financeiros suficientes a nível nacional, regional e continental. Será igualmente importante acompanhar a disponibilidade de recursos financeiros e humanos a todos os níveis para apoiar a implantação e a execução do ACQF.

Tendo em conta que vários países e regiões se encontram em diferentes níveis de execução dos respetivos QNQ e QRQ, o processo de monitorização e avaliação procurará desenvolver e implementar metas adequadas e pertinentes para os diferentes países e regiões, em consonância com os relatórios de situação elaborados antes do início da execução do ACQF.

O processo de acompanhamento e avaliação e a execução devem ter em conta:

- os esforços envidados por cada país e região para atingir os objetivos fixados pelo ACQF;
- apoio à implementação do ACQF — através do grupo consultivo ACQF e de outros sistemas e processos criados para apoiar a execução do ACQF;
- assegurar que a implementação do ACQF contribua para os objetivos gerais da UA no sentido de melhorar a mobilidade dos aprendentes e dos trabalhadores e facilita o comércio e os investimentos;
- assegurar que o ACQF se torne um instrumento de referência credível em África e não só — e que as principais características do ACQF permaneçam estáveis, de modo que esta influência prossiga e se expanda, dando assim maior visibilidade ao ACQF;
- os dados sobre a execução do QACQ devem ser continuamente recolhidos e analisados, e os resultados e impactos das recomendações do QCIA devem ser avaliados regularmente, a fim de facilitar uma maior implementação e articulação do QACQ.

## 5.11 Rumo a uma futura operacionalização do ACQF: Plano de realizações

Esta proposta de um plano de realizações com indicadores conexos visa clarificar e apoiar a viabilidade do ACQF e antecipar os domínios de intervenção de atividades futuras, a título indicativo, para o período 2022-25. Este plano destaca componentes de natureza diversa, estreitamente articuladas com as características dos cenários para o ACQF. As realizações previstas estão orientadas para um cenário de desenvolvimento intermédio, como o Cenário 2 («ACQF cria confiança mútua»), embora alguns elementos do cenário 3 («ACQF abre novos horizontes») também tenham sido incluídos. Este último diz respeito a determinados aspetos de um sistema de dados que fornece informações sobre as tendências em matéria de competências e qualificações e os primeiros passos no sentido do desenvolvimento de perfis de qualificações comuns de elevada prioridade para o comércio livre e a integração continentais.

**Quadro 15:** Plano de realizações — indicadores: Apoio ao plano de ação ACQF (a título indicativo, 2022-25)

Realizações	Atividades — Indicadores
1. Estabelecimento e funcionamento do quadro de governação ACQF	a. Memorando de cooperação sobre a consolidação e execução do ACQF (2022-25) com as organizações relevantes — com plano de ação, marcos, responsabilidades, recursos

	<ul style="list-style-type: none"> <li>b. Associação (rede) estabelecida de agências africanas do QNQ (autoridades, comissões)</li> <li>c. Unidade/estrutura de execução do ACQF estabelecida para assegurar a sustentabilidade</li> <li>d. Criação de uma rede de pontos focais ACQF a nível nacional e regional (pelo menos 60 % dos países e de todas as CER)</li> <li>e. Trabalho em rede e cooperação organizada com organizações relevantes que trabalham no domínio da garantia da qualidade dos sistemas de educação e formação, do reconhecimento das qualificações e da verificação das qualificações</li> <li>f. Ligação em rede e cooperação organizada com os QRQ existentes e recém-criados para fazer avançar a agenda comum, gerar sinergias e desenvolver e manter capacidades</li> </ul>
<b>2. Implementação e acompanhamento do instrumento político ACQF e do plano de ação ACQF</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Orientações ACQF — finalizadas, testadas e divulgadas. As dez orientações abordam os temas, conceitos e componentes críticos dos QNQ, ao mesmo tempo que se ligam ao âmbito do QAC.<sup>16</sup> Para mais informações, consultar o anexo 1 do presente relatório.</li> <li>b. Relatórios de monitorização regulares com dados analisados, em conformidade com as diretrizes e a ferramenta de acompanhamento e avaliação pertinentes do ACQF.</li> <li>c. Criação de um sistema de informação abrangente de estágio do ACQF, incluindo uma ferramenta reforçada de monitorização e avaliação (com indicadores e recolha/análise de dados e relatórios) e base de dados de qualificações</li> <li>d. Estabelecidos princípios, modelo e ferramenta digital para atualizações regulares de informações sobre os QNQ e os QRQ (pelo menos 20 países enviam regularmente atualizações ao QAC)</li> <li>e. Programa de desenvolvimento de capacidades para a entidade de implementação do ACQF conduzido para todo o pessoal envolvido</li> </ul>
<b>3. Base de dados ACQF de qualificações concebidas e operações iniciadas com países-piloto</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Criação de uma base de dados de qualificações operacionais, interoperável com o sistema de informação de gestão ACQF, com um manual operacional específico e apoio técnico</li> <li>b. Informações pertinentes divulgadas a todos os países</li> <li>c. Pontos focais formados a nível nacional e continental para manter e atualizar a base de dados e garantir a sua integridade</li> <li>d. Descrição/modelo harmonizado das qualificações em aplicação</li> <li>e. Divulgar, comunicar — sítio Web ACQF, eventos, pontos focais ACQF</li> </ul>
<b>4. Competências e qualificações: Análise, informação, desenvolvimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Informações sobre o mercado de trabalho: Emprego, emprego e dinâmica de competências</li> <li>b. Métodos inovadores de análise e antecipação da evolução das competências e dos postos de trabalho</li> <li>c. Comparação das qualificações: Conteúdo, resultados da aprendizagem</li> <li>d. Desenvolvimento e renovação das qualificações: Ferramentas e pilotagem</li> <li>e. Formação e acompanhamento dos países</li> </ul>
<b>5. QNQ alinhados/referenciados com ACQF, em conformidade com as diretrizes ACQF</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Pelo menos 60 % de todos os QNQ africanos na fase 4 e 5 (aprovados e iniciados, revisão do QNQ) estão alinhados/referenciados com o QAC</li> <li>b. Regras validadas aplicáveis à utilização dos níveis ACQF em documentos e bases de dados de qualificações</li> </ul>

<sup>16</sup> Temas das diretrizes ACQF: Resultados de aprendizagem; Descritores de nível; Referência/alinhamento com o ACQF — objetivos, critérios e processo; Validação da aprendizagem; A garantia de qualidade; Registo — catálogos de qualificações; Acompanhamento e avaliação; Comunicação, inovação e tecnologia nos QNQ/ACQF; QNQ — SNQ: O ecossistema.

	<p>c. Qualificações nacionais com níveis ACQF após uma referência bem sucedida com a ACQF</p>
<p><b>6. Aumento do número de QNQ em países africanos na fase 4/5 (aprovados, execução iniciada e avançada)</b></p>	<p>a. Pelo menos 4 novos QNQ passaram da fase 2/3 (QNQ em reflexão inicial / desenvolvimento e consulta) para as fases 4 e 5 (QNQ aprovados, execução iniciada / execução avançada e já revisto)</p> <p>b. Pelo menos 4 países passam à fase 2 (QNQ em reflexão inicial)</p>
<p><b>7. Melhoria das práticas de validação da aprendizagem através da aplicação de sistemas RPL e de crédito e da cooperação sistemática com as agências de reconhecimento</b></p>	<p>a. Diretriz ACQF sobre validação da aprendizagem, incluindo RPL e sistemas de acumulação e transferência de créditos — aprovados, divulgados e em aplicação</p> <p>b. O reconhecimento efetivo das qualificações e, em especial, a validação e certificação das aptidões e competências dos indivíduos adquiridas em experiências de migração são instrumentos políticos essenciais a melhorar em todos os países e regiões do continente. Uma agenda/campanha mais vasta para uma RPL justa e de confiança fará parte da estratégia ACQF, a fim de facilitar o acesso dos beneficiários, a divulgação de boas práticas e a adoção de orientações técnicas e metodológicas acordadas em comum e de instrumentos de garantia da qualidade para a RPL para o continente.</p> <p>c. Instrumentos validados que ligam diretrix aos processos de referência ACQF</p> <p>d. Criação de uma rede de agências do QNQ, organismos de reconhecimento, agências de garantia da qualidade e QACQ, com um plano de ações conjuntas para melhorar e facilitar a validação e o reconhecimento em todo o continente</p> <p>e. Melhoria das estatísticas de reconhecimento e aceitação da RPL</p>
<p><b>8. O ACQF contribui para uma melhor mobilidade e qualidade das qualificações no contexto da AfCFTA</b></p>	<p>a. Estabelecimento do plano de trabalho conjunto ACQF e Secretariado da AfCFTA</p> <p>b. Levantamento das qualificações para os setores prioritários da AfCFTA numa amostra representativa de países</p> <p>c. Desenvolvimento e pilotagem de uma abordagem de perfis (continentais) comuns/requisitos mínimos para qualificações relevantes para a AfCFTA</p> <p>d. Base de dados de perfis comuns de qualificações — acessível a todos os países</p>
<p><b>9. Desenvolvimento de capacidades e atividades de sensibilização do ACQF alargado a todos os países</b></p>	<p>a. Bolsa de formadores/especialistas africanos formados pelo ACQF — incluídos na base de dados ACQF e destacados para apoiar países. Pelo menos 30 treinadores/peritos formados</p> <p>b. O programa de formação ACQF e a plataforma de aprendizagem eletrónica melhoraram e utilizaram continuamente (aumento do número de aprendentes de todos os países). Registo de pelo menos 100 utilizadores da plataforma de aprendizagem eletrónica e conclusão da formação com certificado</p> <p>c. Realização de, pelo menos, 2 programas de formação aprofundados por ano sobre temas e ferramentas ACQF — com a participação de participantes de, pelo menos, 45 países e 3 CER</p> <p>d. Pelo menos 2 conferências ACQF realizadas por ano</p> <p>e. Publicação de, pelo menos, 10 boletins informativos ACQF, incluindo artigos apresentados pelos pontos focais da ACQF e outros participantes</p> <p>f. Pelo menos 2 módulos de formação sobre o ACQF e o QNQ foram desenvolvidos e disponibilizados em instituições de ensino africanas</p> <p>g. O sítio do ACQF continuou a ser mantido e melhorado para apoiar a partilha de experiências, o desenvolvimento de capacidades e informações atualizadas sobre os QNQ e os QR</p>
<p><b>10. Diálogo, comparação e cooperação com outros quadros de qualificações regionais e nacionais no mundo</b></p>	<p>a. Estabelecimento de um diálogo com o QEQ — tendo em vista a preparação da comparação entre o ACQF e o QEQ</p> <p>b. Estabelecimento de uma cooperação com outros quadros, utilizando as redes disponíveis e com base no interesse mútuo</p>

## 5.12 ACQF: Adequação à finalidade, contribuindo para a mudança

Esta reflexão sobre os cenários do ACQF reconhece que o mundo da aprendizagem e das qualificações está em transformação e oferece múltiplas oportunidades a aproveitar e desafios a avaliar cuidadosamente. O princípio da prontidão para a inovação do futuro ACQF, tal como referido na sua visão, é coerente com a necessidade de reconhecer e, eventualmente, adotar novas tendências no mundo da aprendizagem e das qualificações.

O ACQF irá emergir, desenvolver-se e evoluir num ambiente marcado pelos esforços de recuperação pós-COVID-19, interligados com as múltiplas transições do nosso tempo (social, ecológico, tecnológico e digital). O ACQF emergente enfrentará os desafios do abrandamento económico e da recessão desencadeada pela pandemia e as significativas perdas de aprendizagem resultantes do encerramento generalizado de escolas em 2020.

Para que uma visão otimista do futuro do emprego e das sociedades africanas se torne realidade, o investimento no capital humano deve ter por objetivo não só desenvolver as competências hoje necessárias, mas também começar a desenvolver as competências necessárias para potenciar com êxito os progressos tecnológicos do futuro. A disponibilidade de programas e qualificações deve incentivar o pensamento crítico, a criatividade, a flexibilidade cognitiva e a inteligência emocional (WEF 2020a).

África deu início em janeiro de 2021 à operacionalização do comércio ao abrigo da AfCFTA, que fora lançada em maio de 2019. Mais importante ainda, a aplicação da AfCFTA exigirá reformas políticas para maximizar os seus benefícios, nomeadamente reformas no domínio da transparência e do reconhecimento de competências e qualificações em todos os países, consideradas condições essenciais para a mobilidade e o comércio livre.

O panorama dos empregos, bem como as respetivas necessidades em competências e aptidões, está a mudar rapidamente. A transformação de tarefas, profissões e organização do trabalho está a criar uma procura de novos conjuntos de competências, deslocando postos de trabalho existentes e dando origem a empregos totalmente novos. Estão a ser concebidas estratégias para capacitar as transições profissionais de funções em declínio para funções emergentes (FEM 2020a), modelando as oportunidades de transição I para novas profissões com base na semelhança de competências (adjacência) entre as funções atuais e futuras de um trabalhador, bem como o investimento na requalificação. A transição para um sistema de contratação baseado nas competências centrado na aprendizagem ao longo da vida exige modalidades de aprendizagem mais flexíveis, o reconhecimento da aprendizagem e a certificação. Os países estão a confrontar-se com a necessidade de dispor de informações mais eficazes sobre competências que proporcionem uma visão em tempo real das políticas e práticas de desenvolvimento de competências e de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida mais reativas para todos.

As qualificações estão a mudar e as instituições de ensino e formação devem abrir-se a novos tipos de aprendizagem, centrar-se no aluno e reconhecer os resultados da aprendizagem obtidos em contextos não formais e informais. Novos conceitos e instrumentos, como as microcredenciais, e as tecnologias digitais para reconhecer a aprendizagem (certificados digitais) estão gradualmente a tornar-se parte integrante da realidade geral dos nossos sistemas de educação e formação.

### Quadros de qualificações que contribuem para a transição e a transformação da aprendizagem

As competências com maior procura - «top competências para 2025» (WEF 2020a) - estão a mudar, com novas competências a subir ao topo na lista, tal como salientado anteriormente no presente relatório.

A dupla transição ecológica e digital tem fortes dimensões de competências, que todos os sistemas de desenvolvimento de competências e de qualificações devem reconhecer e abordar.

Os debates relacionados com os webinários de aprendizagem entre pares do QACQ em 2020 incluíram um debate sobre o papel dos QNQ no contexto das grandes transformações do nosso tempo. Num dos debates, John O'Connor (Quality and Qualifications Ireland) partilhou um contributo útil, que queremos salientar aqui. Existem características das NFQS que podem ser úteis à medida que os países planeiam a sua recuperação, em especial as estratégias de recuperação de emprego. A RPL pode atrair uma maior atenção. Também a perspetiva de quadros de qualificações abertos às qualificações não formais, incluindo as microcredenciais, parecem estar presentes em toda a parte. Muitas respostas políticas do mercado de trabalho estão a analisar soluções de competências rápidas e flexíveis, nem sempre adaptadas ao ritmo mais lento dos QNQ.

A desigualdade e o fosso digital que lhe está associado são uma questão importante — as qualificações e a sua concretização terão de ser mais acessíveis a todos se a entrega em linha continuar a desempenhar um papel significativo no EFTP e nas qualificações do ensino superior.

A garantia da qualidade é importante, uma vez que a transição para uma prestação mais remota de qualificações coloca questões sobre a integridade académica e as normas. A abordagem baseada nos resultados da aprendizagem (agnóstico na localização) pode ter sido útil para facilitar a transição para a avaliação em linha, embora seja demasiado cedo para contar.

O papel dos QNQs no contexto da COVID-19 poderia ser utilmente desagregado nestas três rubricas:

- reconhecimento (aprendizagens individuais e novas formas de certificação);
- acessibilidade (os QNQs poderiam fazer mais para insistir no acesso como princípio para a inclusão das qualificações);
- garantia da qualidade dos QNQs e das qualificações constituintes, de modo que a COVID-19 não constitua uma ameaça para a qualidade, reputação ou estatuto de reconhecimento.

Os princípios subjacentes aos QNQs podem ser tão importantes como as características técnicas — equidade, transparência, qualidade, igualdade e pertinência.

O mais importante é que os QNQs, ou antes a sua conceção, aplicação e utilização pelas partes interessadas, não agravam as coisas para os cidadãos. Os QNQs, uma vez que os instrumentos políticos são apenas um dos muitos que os decisores políticos terão de empregar para dar uma resposta coerente a estas vastas questões.

O ACQF, enquanto elemento de conexão dos QNQs e promotor da confiança e de novos horizontes para a integração africana e a transparência internacional das competências e qualificações, beneficia de uma conjugação de oportunidades em que se podem desenvolver. As expectativas dos países e dos cidadãos africanos são elevadas. O ACQF deve responder através da sua capacidade de abraçar a dupla transição (verde e digital), promover a inclusão valorizando todas as formas de aprendizagem, catalisar melhores sistemas e quadros de qualificações em todo o continente e contribuir para a transparência e a credibilidade da educação e das qualificações africanas no mundo.

## 6 Anexos

### 6.1 Anexo 1: Diretrizes ACQF — breve panorâmica do conceito

#### 1. Diretrizes ACQF: Conceito

As Diretrizes visam:

- esclarecer de que forma a política ou mecanismo em causa (por exemplo, RPL) está relacionado com o ACQF e quais são os requisitos essenciais conexos para os países que participam na referência/alinhamento com o ACQF;
- fornecer orientações conceptuais e técnicas aos países/RECs para apoiar a melhoria/consolidação dos seus próprios sistemas (por exemplo, acumulação e transferência de créditos e ligações com os NQFs e o ACQF). Tal corresponde ao objetivo n.º 3 do ACQF («trabalho em cooperação e complementaridade com os NQFs»);
- gerar um conjunto de conceitos, princípios, critérios e procedimentos aplicáveis, bem como instrumentos, que contribuam para uma compreensão e aplicação comuns entre países e regiões, a fim de facilitar a execução do ACQF a nível continental, nacional e regional;
- apresentar e desenvolver instrumentos específicos;
- procurar sinergias e complementaridade com as políticas e instrumentos da AU já existentes, como o PAQAF e as Normas e Diretrizes Africanas para a Garantia da Qualidade (ASG-QA).

Diretrizes ACQF:

- devem dar uma substância tangível ao documento político e técnico (Output 3 do projeto ACQF) — são instrumentos/mecanismos para apoiar a aplicação prática e a sustentabilidade dos princípios, objetivos e metas definidos no documento ACQF;
- na maioria dos casos, devem ter duas camadas de conteúdo: Orientações de síntese (orientação política — sobretudo para as instituições políticas e outros grupos); Orientações técnicas (sob a forma de um pequeno manual: Para esclarecimentos e apoio técnico — para os responsáveis pela execução, sobretudo profissionais e outros grupos) — ver infra;
- enquanto instrumentos ACQF, devem trabalhar em sinergia e complementaridade entre si; Remeter para as políticas, instrumentos e recomendações existentes (ou previstos) da UA relevantes para o domínio/questão; Contribuir para um espaço da AU em matéria de educação e qualificações, com base em elementos convergentes e recomendações que acabem por contribuir para a integração continental e a compreensão mútua, respeitando simultaneamente o contexto e a diversidade nacionais e regionais.

A maioria das Diretrizes será composta por dois formatos complementares:

- A) Diretriz de síntese: Principais objetivos, definição (s), aplicações, mecanismos e ferramentas, principais requisitos de alinhamento, referência ao ACQF ligação às políticas e ferramentas pertinentes da UA (PAQAF, ASG-QA, CESA 16-25) — aproximadamente 2 — 3 páginas;
- B) Diretriz técnica: Aproximadamente 10-20 páginas (adicionalmente: Anexos, fontes, instruções técnicas, exemplos), em função do tema ou domínio de intervenção. Complementa a orientação de síntese.
  - Objetivo: Aprofundar, clarificar e fornecer orientações técnicas aos organismos nacionais de execução e às partes interessadas, em especial as instituições líderes que gerem o QNQ e interagem com a (futura) estrutura (unidade) de execução do ACQF
  - As orientações técnicas combinam as características de a) documento técnico e b) um breve manual de aplicação.

#### 2. Lista das orientações ACQF

Diretriz	Tema e panorâmica geral dos temas, questões e contextualização
----------	--

Diretriz 1	<p>Abordagem baseada nos resultados da aprendizagem</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. fundamentos teóricos, conceptuais e técnicos</li> <li>2. aplicação em diferentes contextos, tais como descritores de nível, normas de qualificação, documentos de qualificação, currículos, documentos de formação, avaliação</li> <li>3. Questões específicas dos diferentes subsetores da educação e da formação: Ensino superior, ensino escolar, ensino e formação profissionais</li> <li>4. princípios orientadores para definir e descrever os resultados da aprendizagem</li> <li>5. aplicação no contexto do ACQF e dos QNQs</li> <li>6. casos, exemplos, fontes (de literatura e experiências africanas e internacionais)</li> </ol>
Diretriz 2	<p><b><u>Descritores de nível</u></b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. fundamentos teóricos, conceptuais e técnicos</li> <li>2. domínios e subdomínios; Lógica horizontal e vertical</li> <li>3. tornar os descritores de nível conviviais: Compreender as aplicações dos descritores de nível para as normas de qualificações, o currículo e a avaliação; Utilização de descrições de nível em diferentes contextos</li> <li>4. princípios orientadores para definir e escrever descritores de nível. Questões como, por exemplo, a compreensão das competências; Descritores de nível integrativo/específico do domínio</li> <li>5. Descritores de nível ACQF: Projeto abrangente de proposta de descritores para todos os níveis e domínios (subdomínios)</li> <li>6. proposta de ensaio dos descritores do nível ACQF e revisão e ajustamento com base nos resultados dos ensaios</li> <li>7. casos, exemplos, fontes (de literatura e experiências africanas e internacionais)</li> </ol>
Diretriz 3	<p><b><u>Crítérios e procedimentos para referenciar/alinhar os QNQs (ou QRQs) com o ACQF</u></b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. fundamentos conceptuais e técnicos; Fundamentação, finalidade da referenciação/alinhamento; Benefícios para as partes envolvidas (nacional, regional, continental). Contribuição para a transparência, comparabilidade, conceitos comuns e confiança, respeitando simultaneamente a diversidade dos sistemas de educação e formação em África. Contribuição para o desenvolvimento, a implementação e a consolidação dos QNQ</li> <li>2. critérios, procedimentos, processo, governação, eficiência e garantia da qualidade do alinhamento e referência ao ACQF. Transparência e robustez do processo de referenciação/alinhamento e dos resultados. Publicação de informações sobre os resultados da referenciação/alinhamento no Website do ACQF</li> <li>3. sugestão sobre a utilização de ferramentas digitais para facilitar e racionalizar a referenciação/alinhamento</li> <li>4. proposta relativa à utilização dos níveis ACQF em documentos de qualificação, bases de dados de qualificações dos QNQs após uma referenciação/alinhamento bem sucedidos com o ACQF</li> <li>5. exemplos, fontes (de literatura e experiências africanas e internacionais)</li> </ol>
Diretriz 4	<p><b><u>Validação da aprendizagem</u></b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. sistema (s) de acumulação e transferência de créditos</li> <li>2. validação/RPL; Aprendizagem não formal e aprendizagem informal</li> <li>3. reconhecimento das qualificações: Breve capítulo, com destaque para o texto e a aplicação da Convenção Revista sobre o Reconhecimento de Estudos, Certificados, Diplomas, Diplomas, Degrees e Outras Qualificações Académicas no Ensino Superior nos Estados Africanos de 2014 (<a href="#">Convenção de Adis Reconhecimento</a>)</li> </ol> <p>Fundamentos conceptuais e técnicos, características principais e mecanismos de aplicação</p>

	<p>Proposta de aplicação do sistema de acumulação e transferência de créditos no contexto dos NQFs e do ACQF</p> <p>Proposta de aplicação da RPL (VAE) no contexto dos NQFs e do ACQF</p> <p>Proposta relativa ao intercâmbio sistemático de informações entre o ACQF, os NQFs e as estruturas de reconhecimento de qualificações (agências, departamentos) (a nível nacional), a fim de facilitar e racionalizar os processos de reconhecimento e melhorar a eficiência dos resultados</p> <p>Exemplos, fontes (de literatura e experiências africanas e internacionais)</p>
Diretriz 5	<p><b><u>Garantia de qualidade</u></b></p> <p>Fundamentos conceptuais e técnicos, principais características e mecanismos de aplicação dos quadros de garantia da qualidade (princípios, instrumentos, processos, governação)</p> <p>Aplicação no contexto dos NQFs e ACQF</p> <p>Referência às políticas e instrumentos existentes da AU, nomeadamente o PAQAF e o ASG-QA</p> <p>Proposta de um quadro de garantia da qualidade para apoiar o ACQF. Contribuição para um quadro básico de GQ para o TVET (principais objetivos, princípios, indicadores, requisitos de referência/alinhamento com o QAC)</p> <p>Exemplos, fontes (de literatura e experiências africanas e internacionais)</p>
Diretriz 6	<p><b><u>Registo das qualificações</u></b></p> <p>Fundamentos conceptuais e técnicos, características principais e mecanismos de aplicação</p> <p>Abordagens, requisitos (classificações, outros)</p> <p>Proposta de conceção técnica e especificações principais para o registo ACQF/base de dados de qualificações de vários tipos (ensino e formação formais, qualificações setoriais internacionais, novos tipos de credenciais, qualificações no contexto da aprendizagem não formal). Elementos dos campos de dados para publicação eletrónica de qualificações. Utilização dos níveis ACQF nos registos de qualificações e nas bases de dados (link with guidance 3)</p> <p>Exemplos, fontes (de literatura e experiências africanas e internacionais)</p>
Diretriz 7	<p><b><u>Monitorização e avaliação no contexto dos NQFs, ACQF</u></b></p> <p>Fundamentos conceptuais e técnicos, principais características e mecanismos de aplicação no contexto do ACQF</p> <p>Indicadores, dados, análise</p> <p>Exame e revisão dos QNQs e do ACQF: Abordagens, métodos</p> <p>Ferramenta digital de apoio à monitorização e à avaliação do ACQF</p> <p>Casos, exemplos, fontes (de literatura e experiências africanas e internacionais)</p>
Diretriz 8	<p><b><u>Comunicação</u></b></p> <p>Objetivos, benefícios e utilizações da comunicação no contexto dos NQFs e do ACQF. Contribuição para a adesão, o desempenho e o impacto</p> <p>Grupos-alvo, utilizadores finais: Elaboração de políticas, instituições de execução, instituições de ensino e formação, autoridades do NQF</p> <p>Exemplos, fontes (de literatura e experiências africanas e internacionais)</p> <p>Elaborar uma proposta sucinta de plano de comunicação ACQF, com os principais objetivos, instrumentos, modalidades de divulgação com uma certa diferenciação de grupos-alvo, interações entre os níveis continental-regional e nacional</p>
Diretriz 9	<p><b><u>Inovação e tecnologia nos QNQs e ACQF</u></b></p> <p>Esta orientação tem características distintivas: a) Proporcionar um contexto mais amplo e informações sobre inovação e tecnologia no domínio das qualificações e dos QNQs; b) Fornecer informações técnicas sobre ferramentas e especificações. A parte c) destina-se a uma circulação limitada, em função do interesse e da relevância para o público em geral</p>

	<p>Certificados digitais. Microcredenciais. Outros tipos inovadores de qualificações e reconhecimento da aprendizagem</p> <p>Ferramenta digital desenvolvida: a) Apoiar a comparação das qualificações; b) Apoiar a comparação dos descritores de níveis</p> <p>Proposta de modelo e especificações para a base de dados ACQF de qualificações (e documentos de base, normas, unidades)</p>
<p>Diretriz 10 Orientação integral e módulo de formação</p>	<p><b><u>Qualificações e NQF: Uma visão sistêmica (uma orientação mais ampla para apoiar os países e a estrutura de execução do ACQF)</u></b></p> <p><u>A presente orientação tem características específicas:</u> a) Proporciona uma visão abrangente e sistêmica dos QNQ enquanto instrumento político no contexto das NQS e diz respeito a todas as orientações do ACQF (utilizando ligações inteligentes, conforme adequado); b) Apresenta recomendações técnicas e metodológicas sobre o desenvolvimento de qualificações e o seu alinhamento com os princípios e características principais do NQF/RQF.</p> <p>Fundamentos conceituais e técnicos, principais características e mecanismos de aplicação no contexto do ACQF</p> <p><b>A) QNQ</b></p> <p>Desenvolver QNQ adequados à finalidade — ligados ao SNQ e às estratégias nacionais (tais como: Educação, competências, emprego, aprendizagem ao longo da vida). Pilares e componentes do QNQ e SNQ e instrumentos do QNQ.</p> <p>Ligações e coerência no ecossistema do QNQ</p> <p>Governança, gestão e execução do QNQ. Capacidades, análise, instrumentos, sistema informático</p> <p>Comunicação e sensibilização dos utilizadores finais, grupos-alvo. Exemplos e casos (de países africanos e de outras regiões)</p> <p><b>B) Qualificações</b></p> <p>Políticas de qualificações</p> <p>Tipos de qualificações</p> <p>Desenvolvimento e renovação das qualificações: Aspectos técnicos e metodológicos, organização; Normas subjacentes às qualificações; Alinhamento com os níveis e princípios do QNQ. Participantes no processo. Homologação, atribuição de nível, registo</p> <p>Inovações no ciclo de desenvolvimento (e renovação) das qualificações, processos e ferramentas — para facilitar o alinhamento com as exigências relacionadas com a transformação do trabalho, da tecnologia, das profissões, das tarefas, das competências e de mudanças sociais importantes</p> <p><b>C) RPL/VAE</b></p> <p>Desenvolver e aplicar o sistema. Ligações com os QNQ e o SNQ</p>

## 7 Fontes: literatura e referências

### Quadros africanos de qualificações e respetivas agências (organismos) mencionados neste relatório

- Por motivos de proteção de dados, esta informação é disponibilizada a seu pedido (à coordenação do projeto ACQF).

### ACQF – documentos do projeto: planeamento e aprendizagem entre pares

ACQF. 2019. 'Developing the African Continental Qualifications Framework (ACQF): Scope of work and roadmap 2019–2022'. Technical working document. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: E. Castel-Branco.

ACQF. 2020a. 'African Union policy context of the African Continental Qualifications Framework'. Working paper. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: E. Castel-Branco.

ACQF. 2020b. Peer learning webinars July–October 2020 (full content). <https://openspace.etf.europa.eu/pages/acqf-peer-learning-webinars>

### ACQF – documentos do projeto e relatórios analíticos desenvolvidos durante o estudo de mapeamento

ACQF. 2020. 'Participation in the pilot project Linking qualifications to skills – ESCO hierarchy (EU) – phase 2'. Note, 3 April. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: E. Castel-Branco.

ACQF Mapping Study: Analysis of Online Survey. 2020. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: JET Education Services (J. Keevy and Z. Vally). <https://bit.ly/ACQF-OnlineSurvey2019-20>

ACQF Mapping Study: Angola. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: E. Castel-Branco. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>

ACQF Mapping Study: Cameroon. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: E. Castel-Branco. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>

ACQF Mapping Study: Cape Verde. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: E. Castel-Branco. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>

ACQF Mapping Study: East Africa Community. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: M. Overeem. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>

ACQF Mapping Study: ECOWAS. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: J. Adotevi. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>

ACQF Mapping Study: Egypt. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: L. Sutherland. <https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>

- ACQF Mapping Study: Ethiopia. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: J. Keivy.  
<https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF Mapping Study: Ivory Coast. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: M. Merawa.  
<https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF Mapping Study: Kenya. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: M. Overeem.  
<https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF Mapping Study: Morocco. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: E. Castel-Branco.  
<https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF Mapping Study: Mozambique. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: E. Castel-Branco.  
<https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF Mapping Study: Nigeria. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: J. Ezeanwukwe.  
<https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF Mapping Study: SADC. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: L. Mavimbela.  
<https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF Mapping Study: Senegal. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: J. Adotevi.  
<https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF Mapping Study: South Africa. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: JET Education Services (Z. Vally, R. Matlala, T. Sibiyana and T. Makhoabenyane).  
<https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF Mapping Study: Togo. 2020. Country report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Author: J. Adotevi.  
<https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF. 2021a. Snapshot of the Mapping Study Towards the African Continental Qualifications Framework. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Authors: J. Keivy, E. Castel-Branco  
<https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>
- ACQF. 2021b. Towards the African Continental Qualifications Framework – Mapping report. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Authors: J. Keivy, A. Bateman, E. Castel-Branco, L. Mavimbela, J. Adotevi, L. Sutherland, R. Matlala, U. Kyari and T. Sibiyana.  
<https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>

ACQF. 2021c. Towards the African Continental Qualifications Framework – Synthesis. AU-EU Skills for Youth Employability Programme – SIFA Technical Cooperation. Authors: J. Keevy, A. Bateman, E. Castel-Branco, L. Mavimbela, J. Adotevi, L. Sutherland, and R. Matlala.  
<https://www.nepad.org/skillsportalfor youth/publication/african-continental-qualifications-framework-acqf-mapping-study>

## Literatura internacional: por grupos temáticos

### 1. Temas transversais: QNQs, descritores de nível e resultados de aprendizagem, MDG, SDG

- BQA. Using the NQF level descriptors:  
<https://www.bqa.gov.bh/En/QaaetUnits/NQFU/Documents/NQF%20Level%20Descriptors.pdf>
- Cedefop. 2013. 'Analysis and overview of NQF level descriptors in European countries'. Working paper. [https://www.cedefop.europa.eu/files/6119\\_en.pdf](https://www.cedefop.europa.eu/files/6119_en.pdf)
- Cedefop. 2017. 'Defining, writing and applying learning outcomes – a European handbook'.  
<https://www.cedefop.europa.eu/sl/news-and-press/news/new-european-handbook-learning-outcomes#>
- Cedefop. 2018. 'Analysis and overview of NQF level descriptors in European countries'. Research paper. [https://www.cedefop.europa.eu/files/5566\\_en.pdf](https://www.cedefop.europa.eu/files/5566_en.pdf)
- Cedefop, ETF, UNESCO. 2019. Global Inventory of national and regional qualifications frameworks. Volume 2: national and regional cases. <https://www.cedefop.europa.eu/en/publications-and-resources/publications/2225>
- Markowitsch J., Luomi-Messerer K. 2007. Development and interpretation of descriptors of the European Qualifications Framework.  
[https://www.cedefop.europa.eu/files/etv/Upload/Information\\_resources/Bookshop/491/42\\_en\\_mar\\_kowitsch.pdf](https://www.cedefop.europa.eu/files/etv/Upload/Information_resources/Bookshop/491/42_en_mar_kowitsch.pdf)
- SADC. 2017. 'Southern African Development Community Regional Qualifications Framework: Analytical review of level descriptors'.  
[https://www.academia.edu/32433237/Southern\\_African\\_Development\\_Community\\_Regional\\_Qualifications\\_Framework\\_Analytical\\_Review\\_of\\_Level\\_Descriptors](https://www.academia.edu/32433237/Southern_African_Development_Community_Regional_Qualifications_Framework_Analytical_Review_of_Level_Descriptors)
- SAQA. 2012. 'SANQF level descriptors'. [https://www.saga.org.za/sites/default/files/2019-11/level\\_descriptors.pdf](https://www.saga.org.za/sites/default/files/2019-11/level_descriptors.pdf)
- Tuck R. 2007. An introductory guide to national qualifications frameworks: conceptual and practical issues for policy makers. [http://www.ilo.org/skills/pubs/WCMS\\_103623/lang--en/index.htm](http://www.ilo.org/skills/pubs/WCMS_103623/lang--en/index.htm).
- UNESCO. 2018. Office Bangkok and Regional Bureau for Education in Asia and the Pacific. Guidelines on developing and strengthening qualifications frameworks in Asia and the Pacific: building a culture of shared responsibility. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000265652>
- United Nations. 2015. Millenium Development Goals Report.  
<https://www.un.org/en/development/desa/publications/mdg-report-2015.html>
- United Nations. 2018. Sustainable Development Goals Report.  
<https://unstats.un.org/sdgs/files/report/2018/TheSustainableDevelopmentGoalsReport2018-EN.pdf>

### 2. Futuro do trabalho e competências, AfCFTA, recuperação da Covid-19, cenários

- AfCFTA Secretariat, UNDP. 2020. Making the AfCFTA work for women and youth.  
[https://au.int/sites/default/files/documents/39689-doc-ss\\_afcftafuturereport.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/39689-doc-ss_afcftafuturereport.pdf)
- African Development Bank (AFDB). 2020. African Economic Outlook 2020 – developing Africa's Workforce for the Future. <https://www.afdb.org/en/documents/african-economic-outlook-2020>
- AFDB. 2021a. African Economic Outlook 2021: From Debt Resolution to Growth: the road ahead for Africa. <https://www.afdb.org/en/documents/african-economic-outlook-2021>

- AFDB. 2021b. Africa Economic Brief – Reflections on Africa’s Youth Employment Problem. <https://www.afdb.org/en/documents/africa-economic-brief-reflections-africas-youth-employment-problem-volume-12-issue-2>
- AFDB. 2021c. Climate financing training: <https://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/african-development-bank-brings-graduates-one-step-closer-helping-their-countries-access-climate-finance-42939>
- AFDB. 2021d. Keynote Address of the President Dr. A Adesina at EU-Africa Green Investment Forum 23/04/2021. <https://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/africas-recovery-pathway-offers-enormous-opportunities-african-development-bank-head-says-eu-africa-green-investment-forum-43285>
- AUC/OECD (2021), Africa’s Development Dynamics 2021: Digital Transformation for Quality Jobs, AUC, Addis Ababa/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/0a5c9314-en>.
- Bishop, P., Hines, A., & Collins, T. (2007). The current state of scenario development: an overview of techniques. *Foresight*, 9(1), 5-25.
- Bowman, G., MacKay, R. B., Masrani, S., & McKiernan, P. (2013). Storytelling and the scenario process: Understanding success and failure. *Technological Forecasting and Social Change*, 80(4), 735-748.
- Brookings Africa Growth Initiative. 2021. *Foresight Africa 2021*. [https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2021/01/foresightafrica2021\\_fullreport.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2021/01/foresightafrica2021_fullreport.pdf)
- Coates, J. F. (2000). Scenario planning. *Technological Forecasting and Social Change*, 65(1), 115-123.
- Fofack H. 2020. Making the AfCFTA work for the ‘Africa We Want’. Brookings Institute. <https://www.brookings.edu/research/making-the-afcfta-work-for-the-africa-we-want/>
- Lee, H., & Geum, Y. (2017). Development of the scenario-based technology roadmap considering layer heterogeneity: An approach using CIA and AHP. *Technological Forecasting and Social Change*, 117, 12-24.
- McKinsey Global Institute. 2021. The future of work after Covid-19. <https://www.mckinsey.com/featured-insights/future-of-work/the-future-of-work-after-covid-19>
- Ngozi Adeleye & Chiamaka Eboagu, 2019. "Evaluation of ICT development and economic growth in Africa," *Netnomics*, Springer, vol. 20(1), pages 31-53, April.
- OECD. 2007. Qualifications systems: Bridges to lifelong learning’. <https://www.oecd.org/education/innovation-education/qualificationssystemsbriidgetolifelonglearning.htm>
- OECD. 2020a. ‘Back to the future of education: Four OECD scenarios for schooling’. <https://www.oecd.org/education/back-to-the-future-s-of-education-178ef527-en.htm>
- OECD. 2020b. ‘Education responses to Covid19: An implementation strategy toolkit’. <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/81209b82-en.pdf?expires=1596124557&id=id&accname=guest&checksum=9737AFC63E6C8EE82DE15BACA3392CF7>
- OECD. 2020c. A framework to guide education response to the Covid-19 pandemic of 2020. [https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=126\\_126988-t63lxosohs&title=A-framework-to-guide-an-education-response-to-the-Covid-19-Pandemic-of-2020](https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=126_126988-t63lxosohs&title=A-framework-to-guide-an-education-response-to-the-Covid-19-Pandemic-of-2020)
- OECD. 2020d. The Future of Education and Skills: Education 2030. [https://www.oecd.org/education/2030/E2030%20Position%20Paper%20\(05.04.2018\).pdf](https://www.oecd.org/education/2030/E2030%20Position%20Paper%20(05.04.2018).pdf)
- Oladipo Olalekan David & Wynand Grobler (2020) Information and communication technology penetration level as an impetus for economic growth and development in Africa, *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*. [https://www.researchgate.net/publication/341100094\\_Information\\_and\\_communication\\_technolog](https://www.researchgate.net/publication/341100094_Information_and_communication_technolog)

[y penetration level as an impetus for economic growth and development in Africa Information and communication technology penetration level as an impetus for econ](#)

- Schoemaker, P. J. (1993). Multiple scenario development: Its conceptual and behavioral foundation. Strategic Management Journal, 14(3), 193-213.
- UNECA. 2020. Economic Report on Africa 2020. Innovative financing for private sector development in Africa.  
<https://repository.uneca.org/bitstream/handle/10855/43834/b11988824.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- World Bank Group. 2020a. Realising the Future of Learning: From Learning Poverty to Learning for Everyone Everywhere.  
<http://documents1.worldbank.org/curated/en/250981606928190510/pdf/Realizing-the-Future-of-Learning-From-Learning-Poverty-to-Learning-for-Everyone-Everywhere.pdf>
- World Bank Group. 2020b. Reimagining Human Connections: Technology and Innovation in Education at the World Bank.  
<http://documents1.worldbank.org/curated/en/829491606860379513/pdf/Reimagining-Human-Connections-Technology-and-Innovation-in-Education-at-the-World-Bank.pdf>
- World Development Indicators (WDI). <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>
- World Economic Forum (WEF). 2017. The Future of Jobs and Skills in Africa. Executive Briefing.  
[http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_EGW\\_FOJ\\_Africa.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_EGW_FOJ_Africa.pdf)
- WEF. 2020a. The Future of Jobs Report 2020.  
[http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_Future\\_of\\_Jobs\\_2020.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs_2020.pdf)
- WEF. 2020b. 'How technology will transform learning in the Covid-19 era'.  
<https://www.weforum.org/agenda/2020/08/how-edtech-will-transform-learning-in-the-covid-19-era>
- WEF. 2020c. Jobs of Tomorrow: Mapping Opportunity in the New Economy.  
[https://widgets.weforum.org/reskillingrevolution/wp-content/uploads/2020/05/WEF\\_Jobs\\_of\\_Tomorrow\\_2020.pdf](https://widgets.weforum.org/reskillingrevolution/wp-content/uploads/2020/05/WEF_Jobs_of_Tomorrow_2020.pdf)

### 3. Micro-credentials

Relevant websites (various cases, incl. EU, New Zealand and others)

- <https://microcredentials.eu/>
- Register of approved micro-credentials of NZ NQF:  
<https://www.nzqa.govt.nz/nzqf/search/microcredentials.do>
- <https://www.careers.govt.nz/courses/find-out-about-study-and-training-options/micro-credentials/>
- <https://www.onlineschoolscenter.com/micro-credentials/>
- <https://www.deakinco.com/media-centre/article/Benefits-of-micro-credentials-for-business-and-employees>
- <https://medium.com/the-higher-learning-futurist/microcredentialing-and-the-future-of-higher-ed-46d67c8a60fc>

### 4. ASEAN Qualifications Reference Framework

- Webpage: [ASEAN Qualifications Reference Framework - ASEAN | ONE VISION ONE IDENTITY ONE COMMUNITY](#)
- ASEAN QRF. 2016a. <https://asean.org/wp-content/uploads/2017/03/ED-02-ASEAN-Qualifications-Reference-Framework-January-2016.pdf>

- ASEAN QRF. 2016b. Concept Note No. 1: Non-formal and Informal Learning. <https://asean.org/wp-content/uploads/2017/03/DD-02-Concept-Note-1-on-AQRF-Non-formal-and-informal-learning-January-2016.pdf>
- ASEAN QRF. 2016c. Concept Note No. 2: Learning Outcomes and Qualifications Frameworks. <https://asean.org/wp-content/uploads/2017/03/DD-03-Concept-Note-2-on-AQRF-learning-outcomes-January-2016.pdf>
- ASEAN QRF. 2017a. Briefing Paper No. 1: Qualifications Frameworks and Quality Assurance Systems. <https://asean.org/wp-content/uploads/2017/03/AQRFC-2-23-BP-No.-1-on-QFs-and-QAS-for-publicationrev-26-June-2017.pdf>
- ASEAN QRF. 2017b. Governance and Structure. <https://asean.org/wp-content/uploads/2017/03/ED-01-AQRF-Governance-and-Structure-document.pdf>
- ASEAN QRF. 2018. 'Practical handbook'. [A Practical Guide and All You Need to Know](#)
- ASEAN QRF. 2020. Referencing Guidelines, 2020. <https://asean.org/storage/2017/03/AQRF-Referencing-Guidelines-2020-Final.pdf>
- ASEAN Secretariat. 2016. Guiding Principle for Quality Assurance and Recognition of Competency Certification Systems. <https://asean.org/storage/2012/05/Guiding-Principles-for-Quality-Assurance-and-Recognition-of-Competency-C....pdf>

#### 5. COMESA

- COMESA (2017), Key Issues in regional Integration. Vol 5

#### 6. EAC

- Treaty for the Establishment of the East African Community. 1999. [https://www.eacj.org/?page\\_id=33](https://www.eacj.org/?page_id=33)
- East African Community (EAC). 2015. East African Qualifications Framework for Higher Education. <https://www.knqa.go.ke/wp-content/uploads/2019/05/East-Africa-Qf.pdf>

#### 7. ECAAS

- ADEA. 2014a, Document de synthèse, triennale 2012, AFETI, G et ADUBRA, AL : Développement des compétences techniques et professionnelles tout au long de la vie pour croissance socio-économique durable de l'Afrique.
- ADEA. 2014c, Projet de perspectives de l'éducation en Afrique, 2014, CER CEEAC [https://www.adeanet.org/sites/default/files/au\\_outlook\\_report\\_eccas\\_french\\_2014\\_web.pdf](https://www.adeanet.org/sites/default/files/au_outlook_report_eccas_french_2014_web.pdf)
- ADEA. 2014b, AU Outlook on Education Report 2014: Economic Community of Central African States (ECCAS), <https://www.adeanet.org/en/publications/au-outlook-on-education-report-2014-economic-community-of-central-african-states-eccas>

#### 8. ECOWAS – quadro regional de qualificações

- ECOWAS. 2016, Annual Report. [https://www.ecowas.int/wp-content/uploads/2017/11/Annual-Report-2016\\_English-Fina\\_Final.pdf](https://www.ecowas.int/wp-content/uploads/2017/11/Annual-Report-2016_English-Fina_Final.pdf)
- UNESCO, ECOWAS, UNDP. 2013. Contribution to the development of National and Regional Qualifications Frameworks (NQFs/RQF) in ECOWAS Sub-Region: Regional Analysis and Perspectives. <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002282/228242e.pdf>

#### 9. Quadro Europeu de Qualificações

- Cedefop. 2020. Briefing note – NQF developments 2019 (Europe): <https://www.cedefop.europa.eu/en/publications-and-resources/publications/9150>
- EQF Recommendation 2017 (key document, with technical annexes): [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:32017H0615\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:32017H0615(01)&from=EN)
- EQF. Referencing National Qualifications Levels to the EQF – Note No. 3, 2011 and Note No. 5 – Update 2013. <https://europa.eu/europass/en/european-qualifications-framework-series>
- Markowitsch J., Luomi-Messerer K. 2007. Development and interpretation of descriptors of the European Qualifications Framework. [https://www.cedefop.europa.eu/files/etv/Upload/Information\\_resources/Bookshop/491/42\\_en\\_mar\\_kowitsch.pdf](https://www.cedefop.europa.eu/files/etv/Upload/Information_resources/Bookshop/491/42_en_mar_kowitsch.pdf)

#### Web resources and instruments

- EQF page in Cedefop website: <https://www.cedefop.europa.eu/en/events-and-projects/projects/european-qualifications-framework-egf>
- EQF library: EQF qualifications frameworks and referencing reports; EQF series (technical notes), EQF brochure and infographic, EQF studies: [https://europa.eu/europass/en/document-library#documentation\\_73](https://europa.eu/europass/en/document-library#documentation_73)
- NQFs in the EQF: <https://www.cedefop.europa.eu/en/events-and-projects/projects/national-qualifications-framework-nqf/european-inventory>
- Compare NQFs to EQF: <https://europa.eu/europass/en/compare-qualifications>

#### 10. SADCQF

- MQA 2019, Report on alignment of the National Qualifications Framework of the Republic of Mauritius to the SADC Qualifications Framework. <http://www.mqa.mu/English/Documents/FS/Report15042019.pdf>
- SADCQF. 2017a. Building Trust for Better Movement. [https://www.sadc.int/files/6315/7009/6550/SADC\\_QUALIFICATION\\_FRAMEWORK.pdf](https://www.sadc.int/files/6315/7009/6550/SADC_QUALIFICATION_FRAMEWORK.pdf)
- SADC Guidelines for RPL, 2017. <https://www.saga.org.za/docs/webcontent/2017/SADC%20RPL%20Guidelines.pdf>
- SADC. 2017b. 'Southern African Development Community Regional Qualifications Framework: Analytical review of level descriptors'. [https://www.academia.edu/32433237/Southern\\_African\\_Development\\_Community\\_Regional\\_Qualifications\\_Framework\\_Analytical\\_Review\\_of\\_Level\\_Descriptors](https://www.academia.edu/32433237/Southern_African_Development_Community_Regional_Qualifications_Framework_Analytical_Review_of_Level_Descriptors)
- SADC Secretariat 2017. Summary of the SADC Revised Regional Indicative Strategic Development Plan 2015-2020. Gaborone, Botswana. [https://www.sadc.int/files/5415/2109/8240/SADC\\_Revised\\_RISDP\\_2015-2020.pdf](https://www.sadc.int/files/5415/2109/8240/SADC_Revised_RISDP_2015-2020.pdf)
- SADCQF. 2017. The SADCQF Booklet. <https://www.saga.org.za/docs/webcontent/2017/SADCQF%20booklet.pdf>
- SAQA (2019), Report on the alignment of the South Africa National Qualifications Framework (SANQF) to the Southern African Development Community Qualifications Framework (SADCQF). <https://www.saga.org.za/sites/default/files/2020-02/SADCQF%20alignment%20report%20%28js%2907012020.pdf>
- SQF (2018). Draft report: SQF (2018), Draft Report on the Alignment of the Seychelles National Qualifications Framework (SNQF) to the Southern African Development Community Qualifications Framework (SADCQF). <http://www.sqa.sc/Resources/DocsForComment/DraftReportAlignmentSeychellesNQFSADCQF.pdf>

## 11. Transnational qualifications framework

- CEDEFOP, ETF, UNESCO and UNESCO Institute of Lifelong Learning. 2019. Global Inventory of Regional and National Qualifications Frameworks. <https://www.cedefop.europa.eu/en/news-and-press/news/2019-global-inventory-qualifications-frameworks-out>
- TQF – procedures and guidelines, revised 2015: <http://oasis.col.org/bitstream/handle/11599/501/TQF.pdf?sequence=4&isAllowed=y>
- TQF – referencing tool: <http://oasis.col.org/handle/11599/2965>

-